



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 5/31 DE MAIO DE 2004

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 118/2004:

Altera o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) 191

Ministério das Finanças

Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004:

Regulamenta a Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, no que se refere ao sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes de nível intermédio, funcionários, agentes e demais trabalhadores da administração directa do Estado e dos institutos públicos 212

Ministério da Defesa Nacional

Decreto Regulamentar n.º 21/2004:

Fixa os quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de voluntariado e de contrato em 2004 na Marinha, no Exército e na Força Aérea 224

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução n.º 58/2004:

Prorroga o prazo de funcionamento da comissão de apreciação para a revisão da situação de militares na reserva ou reforma 226

Ministério das Finanças

Portaria n.º 509-A/2004:

Aprova os modelos de impressos de fichas de avaliação do desempenho 227

Ministério da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior

Portaria n.º 501/2004:

Altera os anexos I a VIII da Portaria n.º 20/97, de 7 de Janeiro 245

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 9086/2004:

Ratifica o STANAG 4281 PPS (ED.02)(RD) «Nato Standard Marking for Shipment and Storage» 251

Despacho n.º 9087/2004:

Ratifica o STANAG 4554 LAND (ED.01) «Automated Mission Planning System (AMPS) for Battlefield Helicopters» 251

Despacho n.º 10 167/2004:

Ratifica o STANAG 2413 MH (ED.03)(RD.01) «Demountable Load Carrying Platforms (DLCP/ Flatracks)» 251

Despacho n.º 10 469/2004:

Ratifica e implementa o STANAG 7141 EP (ED.01)(RD.01) «Join NATO Doctrine for Environmental Protection during NATO Led Operations and Exercises» 252

Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 10 724/2004:

Delegação de competências no tenente-coronel chefe do CFG 252

Despacho n.º 10 725/2004:

Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CFG 253

Despacho n.º 10 726/2004:

Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CFG 253

Despacho n.º 10 727/2004:

Delegação de competências no tenente-coronel chefe do CFG 253

Subchefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 9807/2004:

Subdelegação de competências no coronel chefe da RepApGeral-EME 254

Governo Militar de Lisboa	
Despacho n.º 8818/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel SubCEM/QG/GML	254
Despacho n.º 8819/2004:	
Subdelegação de competências no coronel comandante do RTm	254
Região Militar do Norte	
Despacho n.º 10 728/2004:	
Subdelegação de competências no coronel CEM/QG/RMN	255
Despacho n.º 10 729/2004:	
Subdelegação de competências no coronel CEM interino/QG/RMN	256
Campo Militar de Santa Margarida	
Despacho n.º 8750/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do Agrupamento GOLF/BMI/SFOR ..	256
Despacho n.º 8751/2004:	
Subdelegação de competências no coronel 2.º comandante do CMSM	256
Despacho n.º 8752/2004:	
Subdelegação de competências no coronel comandante do RC4	257
Despacho n.º 8753/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CF/CMSM	257
Despacho n.º 8754/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do BCS/CMSM	257
Despacho n.º 8755/2004:	
Subdelegação de competências no coronel comandante do RC4	258
Despacho n.º 8756/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do BCS/CMSM	258
Despacho n.º 8757/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do 2.ºBIMec/BMI	259
Despacho n.º 8758/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do 1.ºBIMec/BMI	260
Despacho n.º 8759/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do GAC/BMI	259
Despacho n.º 8760/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do BApSvc/BMI	259
Comando das Tropas Aerotransportadas	
Despacho n.º 8761/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel 2.º comandante da Unidade de Apoio	260
Brigada Ligeira de Intervenção	
Despacho n.º 9235/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do contingente português em Timor ..	260
Regimento de Infantaria n.º 13	
Despacho n.º 9236/2004:	
Subdelegação de competências no tenente-coronel 2.º comandante do RI13	260
Hospital Militar Principal	
Despacho n.º 9974/2004:	
Subdelegação de competências no coronel adjunto para a administração	261
Ministério das Finanças, da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior	
Despacho conjunto n.º 291/2004:	
Autoriza a reafectação de parte do PM65/Lisboa - - Colégio de Campolide	261
Chefe do Estado-Maior do Exército	
Protocolo de Colaboração IEFP/EPA:	
Acção de formação profissional na área de Curso de Costureiras	263
Protocolo de Colaboração IEFP/EPA:	
Acção de formação profissional na área de Curso de Electricistas	265
Protocolo de Colaboração IEFP/EPA:	
Acção de formação profissional na área de Curso de Mecânica Automóvel	266
Protocolo de Colaboração IEFP/EPA:	
Acção de formação profissional na área de Curso de Empregados de Mesa	268

I — DECRETOS-LEI

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 118/2004 de 21 de Maio

Na sequência da revisão constitucional ocorrida em Setembro de 1997, e uma vez lançada, a jusante, a nova Lei do Serviço Militar, acompanhada do respectivo Regulamento, o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, pelo qual foi aprovado o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), constituiu um instrumento essencial à satisfação das necessidades de pessoal, no âmbito da nova política de recrutamento e sustentação de efectivos militares, orientada para a plena profissionalização das Forças Armadas.

Sem perder de vista que o processo de captação e disponibilização dos efectivos voluntários tem por objectivo fundamental assegurar a prossecução da missão militar, importava assegurar, paralela e assessorialmente, a institucionalização de um conjunto de mecanismos que, por um lado, fossem apelativos ao ingresso nas fileiras e, por outro, viabilizassem a reinserção dos jovens militares no mercado de trabalho, finda a prestação do serviço castrense. Tais mecanismos, de naturezas e configurações diversas, consubstanciam uma realidade complexa que a própria lei denomina como sistema de incentivos.

Ora, a permanente monitorização do funcionamento deste sistema, aliada à experiência recolhida nos últimos dois anos a partir da sua execução prática, tem vindo a permitir a recolha de informação variada, importando, de entre esta, analisar as formas de suprir não só falhas e deficiências entretanto detectadas mas também alterações verificadas em regimes jurídicos de referência. E se nalguns casos tem tal desiderato vindo a ser prosseguido pela via administrativa, noutros a via legislativa afigura-se como a forma mais consentânea e segura de prosseguir-lo, fundamento, afinal, para a elaboração do presente diploma.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias, bem como a Associação Nacional de Contratados do Exército. Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, bem como o disposto nos artigos 524.º e seguintes do Código do Trabalho.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

1 —

2 — Se a natureza das despesas a efectuar for imprevisível, as verbas previstas no número anterior devem constar de rubricas provisionais.»

Artigo 2.º

Alteração ao Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV)

Os artigos 5.º, 19.º, 21.º a 26.º, 30.º a 34.º, 36.º, 39.º, 47.º e 53.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, adiante designado por Regulamento de Incentivos, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

1 — Os militares que tenham prestado, no mínimo, dois anos de serviço efectivo em RC têm prioridade no acesso a 2,5 % das vagas fixadas anualmente para o concurso nacional de acesso ao ensino superior público a que se refere o n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março.

2 — Os militares a que se refere o número anterior podem beneficiar do incentivo ali previsto durante o tempo em que prestam serviço efectivo e, findo o contrato, por um período equivalente ao do tempo de serviço prestado em RC.

3 —

Artigo 19.º

[...]

1 —

2 —

3 —

Artigo 21.º

[...]

1 — Os militares que tenham cumprido serviço efectivo em RV, bem como em RC pelo mínimo de dois anos, têm direito, após o termo da prestação de serviço efectivo naqueles regimes, ao pagamento de uma prestação pecuniária correspondente a:

- a) Um duodécimo da remuneração anual, por cada ano completo de serviço efectivamente prestado;
- b) Dois duodécimos da remuneração anual, por cada ano completo de serviço efectivamente prestado, quando tenham cumprido seis anos completos de serviço efectivo em RC.

2 — Não conta para efeitos de cálculo da prestação a que se refere o número anterior o tempo de serviço em que o militar se encontre em formação que habilite ao ingresso nos QP, na medida em que ultrapasse o período máximo legalmente admitido para duração do vínculo contratual.

3 — Para os efeitos previstos no presente artigo, entende-se por “remuneração anual” o produto da multiplicação por 14 do montante de remuneração base ilíquida correspondente ao escalão do posto que o militar detenha no último mês completo de prestação de serviço, acrescido do respectivo suplemento de condição militar.

Artigo 22.º

[...]

1 —

2 — Após o período de instrução, os militares em RC e RV mantêm o direito ao fardamento, alojamento e alimentação nos termos previstos para o pessoal do QP.

3 —

4 —

Artigo 23.º

Subsídios para estudos superiores

1 — Os cidadãos que tenham cumprido, no mínimo, cinco anos de serviço efectivo em RC, uma vez cessado o vínculo contratual e desde que matriculados em estabelecimento de ensino superior, podem candidatar-se à concessão de um subsídio para estudos superiores.

2 — O direito de candidatura à concessão do subsídio para estudos superiores pode ser exercido pelo período correspondente ao número completo de anos de serviço efectivo militar prestado em RC, possuindo, uma vez concedido, a duração máxima correspondente ao número de anos que compõem o plano curricular do respectivo curso, a contar da data da matrícula inicial.

3 — O subsídio previsto no presente artigo é pago em cada ano lectivo durante 10 meses, sendo cada mensalidade de valor igual à remuneração base líquida correspondente ao posto de cabo-adjunto/primeiro-marinheiro que vigorar à data da passagem à disponibilidade.

4 — Perdem o direito ao incentivo previsto no presente artigo os candidatos que:

- a) Tenham beneficiado de curso de formação profissional de nível III, ministrado por alguma das entidades a que se refere o artigo 8.º do presente Regulamento;
- b) Não tenham obtido aproveitamento em curso ou estágio de formação profissional por motivo que lhes seja imputável, salvo se por motivo de ocorrência de alguma das situações previstas na LPMP;
- c) Ingressarem na função pública em virtude da aplicação do artigo 30.º do presente Regulamento;
- d) Ingressarem nos QP dos ramos das Forças Armadas ou nos quadros das forças e serviços de segurança, em virtude da aplicação dos artigos 33.º e 34.º do presente Regulamento;
- e) Uma vez deferida a concessão do subsídio, não obtenham aproveitamento escolar no ano anterior, por causa que lhes seja imputável;
- f) Dele tenham já beneficiado, independentemente do respectivo período de duração.

5 — A verba disponível para a atribuição do incentivo a que se refere o presente artigo é anualmente fixada por despacho do Ministro da Defesa Nacional.

6 — Envolvendo os pedidos para candidatura montante superior à verba a que se refere o número anterior, proceder-se-á ao respectivo escalonamento, tendo em conta:

- a) A última classificação no nível de estudos anterior àquele para o qual é solicitado o incentivo;
- b) A melhor classificação de mérito militar, nos derradeiros dois anos de contrato;
- c) A não frequência de curso de formação profissional dos níveis I ou II;
- d) A maior duração de tempo de serviço efectivo;
- e) A ocorrência de prestação de serviço militar, durante maior período de tempo, em unidades de maior prontidão operacional ou exercido funções de maior exigência e desgaste.

Artigo 24.º

Procedimentos

1 — O requerimento inicial de candidatura à concessão do subsídio para estudos superiores é apresentado na DGPRM até 31 de Maio, dele constando, obrigatoriamente, os seguintes dados relativos ao candidato:

- a) Identificação completa, incluindo números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, com referência ao código da repartição respectiva;
- b) Morada de residência;
- c) Meios de contacto de que disponha, designadamente telefone e ou endereço electrónico.

2 — Os candidatos devem, ainda, instruir a sua candidatura com uma declaração, cujos termos são fixados por despacho do Ministro da Defesa Nacional, pela qual atestem, sob compromisso de honra, não se encontrarem abrangidos por nenhuma das situações previstas no n.º 4 do artigo anterior.

3 — A decisão relativa à concessão do subsídio, bem como do escalonamento a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, é obrigatoriamente comunicada aos interessados até 31 de Julho do ano em que haja sido apresentada a candidatura, devendo estes comprovar, sob pena de caducidade do pedido, a efectivação da respectiva matrícula até 30 de Outubro.

4 — O subsídio para estudos superiores, uma vez concedido e sob pena de caducidade, é objecto de renovação semestral a efectuar pelos interessados junto da DGPRM, entre:

- a) 1 e 15 de Março de cada ano, devendo ser documentalmente provada a manutenção da matrícula;
- b) 1 e 15 de Outubro de cada ano, devendo ser documentalmente provado o aproveitamento escolar no ano lectivo cessante, bem como a renovação da respectiva matrícula para o ano lectivo seguinte.

Artigo 25.º

Prestações de desemprego

1 — Finda a prestação de serviço, os militares que prestaram serviço efectivo em RC ou RV têm direito às prestações de desemprego nos termos estabelecidos na lei geral aplicável, com as adaptações previstas no número seguinte.

2 — Os cidadãos a que se refere o número anterior têm direito a subsídio de desemprego por período idêntico ao da duração do serviço, não podendo, porém, ultrapassar os 30 meses.

Artigo 26.º

Suspensão das prestações de desemprego

As prestações de desemprego concedidas ao abrigo do artigo anterior são suspensas, para além dos casos previstos no regime jurídico de referência, quando os beneficiários se encontrem a usufruir de subsídio para estudos concedido nos termos do presente diploma ou de qualquer outra prestação para estudos concedida ao abrigo de qualquer outro regime legal, desde que, em ambos os casos, o respectivo montante seja de valor igual ou superior à retribuição mínima mensal.

Artigo 30.º

[...]

1 —

2 — Os cidadãos que preencham as condições do número anterior têm ainda direito a candidatar-se, no prazo referido no n.º 5 do presente artigo, aos concursos internos gerais de acesso para preenchimento da primeira categoria intermédia das carreiras, desde que tenham exercido funções na área funcional para a qual o concurso é aberto e possuam o tempo de serviço necessário para a promoção na respectiva categoria.

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

Artigo 31.º

[...]

*(Anterior n.º 1.)***Artigo 32.º**

[...]

- 1 —
2 —
3 —

Artigo 33.º**Admissão aos quadros de pessoal das Forças Armadas**

1 — Os militares que tenham prestado serviço em RC pelo período mínimo de três anos beneficiam nos seis anos subsequentes à data da cessação do contrato de um contingente mínimo de 30 % do número total de vagas de admissão quer ao conjunto dos concursos para ingresso nos QP dos ramos das Forças Armadas quer nos concursos para ingresso nos respectivos quadros de pessoal civil.

2 —

3 — Os avisos de concursos estarão disponíveis nas unidades, estabelecimentos e órgãos militares nos quais prestem serviço militares em RC.

Artigo 34.º**Admissão aos quadros permanentes das forças de segurança**

1 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos dois anos de serviço efectivo militar, beneficiam de exclusividade na admissão aos concursos para ingresso nos quadros de praças da GNR, nos termos previstos no respectivo Estatuto.

2 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos três anos nesta forma de prestação de serviço militar, e até ao limite dos cinco anos subsequentes à data de cessação do contrato, beneficiam:

- a) De um contingente de 30% do número de vagas postas a concurso para ingresso na categoria de oficiais da GNR;
- b) De um contingente de 15% do número de vagas postas a concurso para ingresso nos quadros da Polícia de Segurança Pública.

3 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos três anos nesta forma de prestação de serviço militar, e até ao limite dos cinco anos subsequentes à data de cessação do contrato, gozam do direito de preferência, em caso de igualdade de classificação, no preenchimento das vagas dos concursos para ingresso nos quadros das restantes forças e serviços de segurança.

4 — Os avisos de concursos estarão disponíveis nas unidades, estabelecimentos e órgãos militares nos quais prestem serviço militares em RC.

Artigo 36.º

[...]

(Anterior n.º 1.)

Artigo 39.º**Encargos no âmbito do subsistema de protecção familiar e à maternidade e paternidade**

1 — Os militares em RC e RV, durante a prestação de serviço efectivo, têm direito às prestações abrangidas pelo subsistema de protecção familiar, bem como às que decorrem da LPMP, nos termos estabelecidos para o pessoal dos QP.

2 — Os cidadãos que tenham prestado serviço militar em RC mantêm, pelo período correspondente ao número de anos completos de serviço efectivo militar prestado naquele regime, o direito às prestações a que se refere o número anterior, nos termos em que delas beneficiavam no mês anterior ao da passagem à disponibilidade, salvo quando o mesmo direito, quantitativa e qualitativamente, seja reconhecido a algum dos titulares do interesse material subjacente no âmbito de qualquer outro regime de protecção social.

3 — Os encargos com as prestações previstas neste artigo impendem sobre o Ministério da Defesa Nacional, cabendo ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho a responsabilidade pelo respectivo processamento.

Artigo 47.º

[...]

1 — Em caso de candidatura a concursos para ingresso em quaisquer carreiras ou corpos especiais da Administração Pública, bem como nos casos em que a aplicação de algum dos incentivos previstos no presente Regulamento esteja associada à verificação de limites de idade, o tempo de serviço efectivo prestado em RC e RV é abatido à idade cronológica dos cidadãos, sem prejuízo da verificação das demais condições legalmente previstas para a aplicação de cada incentivo.

2 — O mecanismo de abate à idade cronológica a que se refere o número anterior não se aplica ao estabelecimento dos períodos de concessão do subsídio de desemprego.

Artigo 53.º**Cumprimento dos incentivos**

1 — Compete aos ramos das Forças Armadas onde os candidatos a beneficiários dos incentivos previstos no presente Regulamento hajam prestado serviço militar a emissão de toda a documentação destinada a sustentar direitos decorrentes do presente diploma, bem como a comprovar o preenchimento das respectivas condições de candidatura, designadamente:

- a) A relativa à avaliação de mérito, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 30.º do presente Regulamento;
- b) A referente ao tempo de serviço militar efectivamente prestado, discriminada por anos, meses e dias.

2 — Para efeitos dos incentivos previstos no presente Regulamento, cuja aplicação seja da competência de outros serviços ou organismos da Administração Pública, deve o MDN promover com as tutelas respectivas a celebração dos protocolos que forem tidos por necessários, tendo em vista a troca de informação essencial à boa aplicação da lei.

3 — A DGPRM, recorrendo, designadamente, às novas tecnologias da informação, procede à divulgação das listas das acções de formação a que se refere o artigo 19.º do presente Regulamento relativamente aos cidadãos que tenham cessado a respectiva prestação de serviço militar, bem como dos concursos a que se referem os artigos 31.º a 34.º e 36.º, incluindo o escalonamento que eventualmente venha a ocorrer no âmbito da aplicação do artigo 32.º»

Artigo 3.º

Norma de salvaguarda

Sem prejuízo das situações jurídicas já consolidadas, o presente diploma reporta os seus efeitos à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, nas seguintes situações e condições:

- a) No caso dos militares que àquela data se encontrassem já a prestar serviço efectivo em RC mas cujo vínculo contratual tenha sido formalizado em data anterior à mesma, o período máximo a que se refere o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento de Incentivos é fixado em seis anos;
- b) Aos militares que àquela data se encontrassem a prestar serviço efectivo em RC mas cujo vínculo contratual tenha sido formalizado em data anterior à mesma, ressalvada que fique a conveniência para o serviço militar, é permitida a candidatura ao incentivo previsto no artigo 30.º do Regulamento de Incentivos a partir do último semestre do 6.º ano de duração do vínculo contratual;
- c) No caso dos militares que àquela data já se encontrassem integrados nas fileiras, não pode resultar da aplicação do incentivo previsto no artigo 47.º do Regulamento de Incentivos um abate à idade cronológica do tempo de serviço militar efectivamente prestado superior a sete anos.

Artigo 4.º

Republicação

O Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, é integralmente republicado em anexo, com as alterações introduzidas pelo presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Março de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *António Jorge de Figueiredo Lopes* — *Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona* — *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho* — *António José de Castro BagãoFélix*.

Promulgado em 10 de Maio de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 12 de Maio de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ANEXO

REGULAMENTO DE INCENTIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR NOS REGIMES DE CONTRATO (RC) E DE VOLUNTARIADO (RV)

(republicação)

CAPÍTULO I

Disposição preambular

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece o regime de atribuição de incentivos aos cidadãos que prestem serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas, nos termos e para os efeitos previstos na Lei do Serviço Militar.

CAPÍTULO II

Apoio à obtenção de habilitações académicas

Artigo 2.º

Estatuto do Trabalhador-Estudante

Os militares que prestem serviço militar voluntário em RC e RV beneficiam das disposições constantes do estatuto legal do trabalhador-estudante, salvaguardadas as especialidades decorrentes do serviço militar previstas no presente diploma.

Artigo 3.º

Especialidades da aplicação do Estatuto do Trabalhador-Estudante

1 — Não há, em princípio, lugar à aplicação do Estatuto do Trabalhador-Estudante durante:

- a) A instrução militar;
- b) A frequência de acções de formação de natureza técnico-militar;
- c) O cumprimento de missões em forças nacionais destacadas no estrangeiro;
- d) O cumprimento de missões individuais no estrangeiro;
- e) O cumprimento de missões que, por natureza ou modo de desenvolvimento, não permitam, em regra, um regime normal de frequência de aulas.

2 — As missões previstas nas alíneas *b)*, *c)*, *d)* e *e)* do número anterior serão fixadas por cada ramo das Forças Armadas, deixando sempre ao superior hierárquico a latitude necessária ao exercício da sua função de comando.

3 — O Conselho de Chefes de Estado-Maior dará directivas que sejam necessárias para uniformizar a fixação referida no número anterior.

4 — Os militares em RC e RV serão dispensados, se assim o exigir o respectivo horário escolar, até oito horas semanais.

5 — A licença para efeitos de prestação de provas de avaliação deve ser requerida com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

6 — A dispensa de horas semanais é concedida sem prejuízo dos serviços de escala, da participação dos militares em exercícios, manobras e missões de natureza operacional ou de apoio directo a operações em curso.

7 — Não há lugar à concessão de licença para prestação de provas de avaliação nos períodos em que os militares participem em exercícios, manobras e missões de natureza operacional ou de apoio directo a operações em curso.

8 — A licença para prestação de provas de avaliação será cancelada a qualquer momento em caso de imperiosa necessidade decorrente das missões desenvolvidas pela unidade, força ou serviço a que o militar pertença no momento da prestação dessas provas.

9 — Os militares em RV e RC requerem ao superior hierárquico competente as autorizações necessárias para a aplicação do Estatuto do Trabalhador-Estudante, assim como as autorizações necessárias ao acesso aos restantes incentivos constantes do presente Regulamento.

Artigo 4.º

Cursos de ensino básico e secundário

1 — Os ramos das Forças Armadas, no presente diploma doravante designados por ramos, com a colaboração da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e sob a

coordenação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, criarão condições que permitam aos militares em RC e RV a frequência de cursos do ensino básico e secundário regular, recorrente ou profissional, com recurso a novas metodologias de ensino, tendo em vista a obtenção de habilitações académicas até ao 12.º ano ou equivalente.

2 — Os ramos comunicam aos militares em situação de RC e RV as condições referidas no número anterior.

3 — Ao regime estabelecido no n.º 1 aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto para o Estatuto do Trabalhador-Estudante.

Artigo 5.º

Contingentação de vagas de acesso ao ensino superior público

1 — Os militares que tenham prestado, no mínimo, dois anos de serviço efectivo em RC têm prioridade no acesso a 2,5 % das vagas fixadas anualmente para o concurso nacional de acesso ao ensino superior público a que se refere o n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março.

2 — Os militares a que se refere o número anterior podem beneficiar do incentivo ali previsto durante o tempo em que prestam serviço efectivo e, findo o contrato, por um período equivalente ao do tempo de serviço prestado em RC.

3 — A candidatura às vagas a que se refere o n.º 1 faz-se nos termos e condições fixados para o concurso nacional de acesso ao ensino superior público.

Artigo 6.º

Regime especial de avaliação

1 — Os militares em RC e RV beneficiam de uma época especial de exames nos diferentes níveis de ensino, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Estatuto do Trabalhador-Estudante.

2 — Os militares em RC e RV que, pelos motivos previstos nos n.ºs 7 e 8 do artigo 3.º, não possam prestar provas de avaliação nas datas em que devam ocorrer têm direito a fazê-lo cessado o impedimento, desde que o requeiram aos respectivos estabelecimentos de ensino.

3 — O regime previsto no número anterior é regulamentado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e da Educação.

Artigo 7.º

Apoio ao estudo e acesso a novas tecnologias de informação

1 — Os ramos, com a colaboração da DGPRM e sob a coordenação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, desenvolvem programas de apoio ao estudo dos militares em RC e RV.

2 — Os ramos facultam a formação adequada na área das novas tecnologias de informação.

3 — Os ramos disponibilizam aos militares em RC e RV salas de estudo, com as adequadas facilidades para o acesso à informação, sempre que sejam necessárias e que as instalações militares o permitam.

4 — Os ramos dão atempado conhecimento aos militares em situação de RC e RV das actividades desenvolvidas ao abrigo do presente artigo.

5 — Os estudos autorizados ao abrigo do presente capítulo e Regulamento são no interesse exclusivo do militar em situação de RC e RV; os estudos de militares naquelas situações, que sejam também do interesse das Forças Armadas, são regulados pelo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

CAPÍTULO III

Apoio para a formação e certificação profissional

Artigo 8.º

Agentes da formação e certificação

Os militares em RV ou RC obtêm a formação e certificação para o mercado de trabalho através dos próprios ramos ou de organismos especializados, de acordo com as competências próprias de cada ramo ou organismo nos diferentes sectores ou subsectores de actividade.

SECÇÃO I

Formação e certificação profissionais pelas Forças Armadas

Artigo 9.º

Condições da formação profissional

A formação profissional dada pelos ramos durante a efectividade do serviço dos RC e RV é apenas aquela que for necessária para as Forças Armadas.

Artigo 10.º

Formação profissional certificada

1 — Aos militares em RC é garantida formação profissional certificada adequada à sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

2 — Os militares em RC que frequentem com sucesso a formação têm direito ao respectivo certificado de formação, a emitir pela entidade formadora.

3 — A formação profissional a que se refere o número anterior deve obedecer, salvaguardadas as especialidades militares, a um sistema de créditos ou módulos, podendo ser ministrada pelos ramos das Forças Armadas ou ainda pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou por quaisquer outras entidades, públicas ou privadas, desde que cumpram o disposto no artigo 13.º

Artigo 11.º

Certificado profissional

1 — Os militares em RC que, no âmbito da formação ministrada pelas Forças Armadas, adquiram conhecimentos ou competências para o exercício de determinada profissão têm direito à respectiva certificação de aptidão profissional.

2 — A emissão do certificado de aptidão profissional (CAP) a que se refere o número anterior compete às entidades mencionadas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de Maio.

3 — Através de portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e do Trabalho e da Solidariedade pode ser atribuída à DGPRM competência para a emissão de CAP em áreas profissionais específicas.

4 — A DGPRM participa nas estruturas de coordenação e gestão do Sistema Nacional de Certificação Profissional — comissão técnica especializada de defesa, por forma a assegurar a aprovação dos referenciais de acesso à certificação referidos no número anterior.

SECÇÃO II

Formação e certificação profissionais por instituições especializadas

Artigo 12.º

Condições de acesso

1 — A formação profissional ministrada por instituições especializadas tem, em princípio, lugar depois de finda a prestação de serviço efectivo mas, durante este, será autorizada pelo superior hierárquico em condições idênticas às acima estipuladas ao abrigo do Estatuto do Trabalhador-Estudante.

2 — Os militares em RC, após a cessação do contrato, têm acesso à frequência de cursos de formação profissional, designadamente de reciclagem, aperfeiçoamento e reconversão profissional, com vista à sua inserção no mercado de trabalho, nas condições constantes da presente secção.

3 — É condição de acesso aos cursos de formação profissional possuir as habilitações académicas necessárias para a certificação e os requisitos específicos para cada curso.

Artigo 13.º

Entidades formadoras

A formação a que se refere a presente secção é ministrada pelo IEFP ou por quaisquer outras entidades para o efeito credenciadas pela DGPRM, após parecer do ramo ou ramos aos quais respeite a formação a desenvolver.

Artigo 14.º

Contingentação de vagas

1 — Os cidadãos que tenham prestado serviço em RC beneficiam de acesso prioritário a 10 % do número de vagas previstas para cada um dos cursos de formação profissional a realizar pelo IEFP.

2 — Para cumprimento do disposto no número anterior, o IEFP disponibiliza anualmente à DGPRM a base de dados relativa à programação das acções de formação para que esta proceda à inscrição dos públicos militares.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que a rede formativa do IEFP não contemple o número de vagas suficiente às necessidades militares ou não integre cursos que se revistam de grande importância para as Forças Armadas, a DGPRM pode propor ao IEFP a concretização de acções específicas, as quais são satisfeitas dentro da disponibilidade orçamental e capacidade instalada do IEFP.

Artigo 15.º

Direito de acesso à formação

Os militares que prestem serviço em RC conservam o direito de acesso à formação, nos termos do artigo anterior, por período idêntico àquele em que prestaram serviço efectivo.

Artigo 16.º

Candidatura aos cursos de formação profissional

1 — A candidatura aos cursos de formação profissional certificada é formalizada em requerimento dirigido à DGPRM, com a antecedência, sempre que possível, de quatro meses sobre a data de início do curso escolhido, tendo o candidato o direito de indicar mais três dos cursos constantes da lista a que se refere o artigo 19.º, escalonando-os por ordem de preferência.

2 — Estando o requerente nas fileiras, deverá previamente solicitar autorização do seu superior hierárquico.

3 — Havendo menos vagas do que candidatos, a DGPRM escalona-os, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º

4 — A decisão sobre o requerimento a que se refere o n.º 1 é notificada pela DGPRM ao candidato logo que dela tenha conhecimento e o mais tardar no prazo de uma semana antes do começo do curso.

Artigo 17.º

Protocolos para a frequência de cursos e estágios de formação profissional

Os ramos, com a colaboração da DGPRM, envidarão celebrar protocolos com empresas públicas e privadas, ou com associações empresariais, de forma a proporcionarem a formação profissional e a frequência de cursos ou estágios pelos militares em regime de RC ou RV.

Artigo 18.º

Seleção de candidatos aos cursos e estágios de formação profissional

1 — Sendo o número de candidatos à frequência de cursos e estágios de formação profissional superior ao de vagas, são escalonados pela DGPRM pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º:

- a) Não ter beneficiado de curso anterior, ao abrigo da presente secção;
- b) Não ter, por motivos que lhes sejam imputáveis, com exclusão das situações que decorrem da aplicação da Lei sobre a Protecção da Maternidade e Paternidade (LPMP), deixado de frequentar algum curso de formação profissional que tivesse requerido, nos termos do presente diploma;
- c) Não ter frequentado sem aproveitamento algum curso de formação profissional que tivesse requerido, nos termos do presente diploma;
- d) Ter prestado mais tempo de serviço efectivo;
- e) Ter prestado serviço durante maior período de tempo em unidades de maior prontidão operacional ou exercido funções de maior exigência e desgaste;
- f) Possuir melhor avaliação de mérito.

2 — O critério a que se refere a alínea e) do número anterior só é aplicável quando as situações forem fixadas por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do chefe do estado-maior do respectivo ramo.

3 — Os ramos comunicam à DGPRM as informações necessárias ao processo de selecção.

4 — Se se verificar desequilíbrio duradouro entre os candidatos provenientes dos diversos ramos, classes, armas, serviço ou especialidades, o Ministro da Defesa Nacional tem a faculdade de autorizar, por despacho, após audição do Conselho de Chefes de Estado-Maior, que se proceda à contingentação das vagas entre eles; os critérios do n.º 1 do presente artigo serão então aplicados em cada um dos contingentes.

Artigo 19.º

Publicitação de cursos e estágios

1 — Os cursos de formação profissional e respectivas vagas, incluindo os decorrentes dos protocolos de formação profissional, constam de listas a elaborar pela DGPRM, que os envia aos ramos.

2 — Das listas a que se refere o número anterior devem constar as designações dos cursos, data e hora de início, duração e local onde tem lugar cada acção de formação; havendo remuneração, será também indicado o respectivo quantitativo.

3 — Os militares em RC e RV, iniciado o período nas fileiras, têm o direito, sem prejuízo para o serviço, de consultar as listas referidas no n.º 1, as quais devem estar disponíveis e permanentemente actualizadas em todas as unidades, estabelecimentos e órgãos militares nos quais prestem serviço militares em RC e RV.

CAPÍTULO IV

Compensações financeiras e materiais

Artigo 20.º

Regime remuneratório

1 — A remuneração dos militares em RC e RV será equiparada aos níveis retributivos dos postos correspondentes dos quadros permanentes (QP), incluindo os abonos, diferenciais, suplementos e subsídios.

2 — A adaptação das remunerações dos militares referidos no número anterior é faseada no tempo, de acordo com o calendário a definir por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, cujo período de adaptação não poderá exceder 24 meses após a publicação do presente diploma.

3 — O valor das remunerações referidas no n.º 1 é fixado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças.

Artigo 21.º

Prestações após o termo da prestação de serviço militar

1 — Os militares que tenham cumprido serviço efectivo em RV, bem como em RC pelo mínimo de dois anos, têm direito, após o termo da prestação de serviço efectivo naqueles regimes, ao pagamento de uma prestação pecuniária correspondente a:

- a) Um duodécimo da remuneração anual, por cada ano completo de serviço efectivamente prestado;
- b) Dois duodécimos da remuneração anual, por cada ano completo de serviço efectivamente prestado, quando tenham cumprido seis anos completos de serviço efectivo em RC.

2 — Não conta para efeitos de cálculo da prestação a que se refere o número anterior o tempo de serviço em que o militar se encontre em formação que habilite ao ingresso nos QP, na medida em que ultrapasse o período máximo legalmente admitido para duração do vínculo contratual.

3 — Para os efeitos previstos no presente artigo, entende-se por «remuneração anual» o produto da multiplicação por 14 do montante de remuneração base ilíquida correspondente ao escalão do posto que o militar detenha no último mês completo de prestação de serviço, acrescido do respectivo suplemento de condição militar.

Artigo 22.º

Fardamento, alojamento, alimentação e transporte

1 — Os militares em RC e RV durante o período de instrução militar têm direito a fardamento, alojamento e alimentação gratuitos.

2 — Após o período de instrução, os militares em RC e RV mantêm o direito ao fardamento, alojamento e alimentação nos termos previstos para o pessoal do QP.

3 — Os militares em RC e RV têm direito à redução nas tarifas dos transportes colectivos em igualdade de condições com os militares dos QP.

4 — Serão inscritas nos cadernos de encargos de privatização de transportes colectivos as condições necessárias ao cumprimento do número anterior.

Artigo 23.º**Subsídios para estudos superiores**

1 — Os cidadãos que tenham cumprido, no mínimo, cinco anos de serviço efectivo em RC, uma vez cessado o vínculo contratual e desde que matriculados em estabelecimento de ensino superior, podem candidatar-se à concessão de um subsídio para estudos superiores.

2 — O direito de candidatura à concessão do subsídio para estudos superiores pode ser exercido pelo período correspondente ao número completo de anos de serviço efectivo militar prestado em RC, possuindo, uma vez concedido, a duração máxima correspondente ao número de anos que compõem o plano curricular do respectivo curso, a contar da data da matrícula inicial.

3 — O subsídio previsto no presente artigo é pago em cada ano lectivo durante 10 meses, sendo cada mensalidade de valor igual à remuneração base líquida correspondente ao posto de cabo-adjunto/primeiro-marinheiro que vigorar à data da passagem à disponibilidade.

4 — Perdem o direito ao incentivo previsto no presente artigo os candidatos que:

- a) Tenham beneficiado de curso de formação profissional de nível III, ministrado por alguma das entidades a que se refere o artigo 8.º do presente Regulamento;
- b) Não tenham obtido aproveitamento em curso ou estágio de formação profissional por motivo que lhes seja imputável, salvo se por motivo de ocorrência de alguma das situações previstas na LPMP;
- c) Ingressarem na função pública em virtude da aplicação do artigo 30.º do presente Regulamento;
- d) Ingressarem nos QP dos ramos das Forças Armadas ou nos quadros das forças e serviços de segurança, em virtude da aplicação dos artigos 33.º e 34.º do presente Regulamento;
- e) Uma vez deferida a concessão do subsídio, não obtenham aproveitamento escolar no ano anterior, por causa que lhes seja imputável;
- f) Dele tenham já beneficiado, independentemente do respectivo período de duração.

5 — A verba disponível para a atribuição do incentivo a que se refere o presente artigo é anualmente fixada por despacho do Ministro da Defesa Nacional.

6 — Envolvendo os pedidos para candidatura montante superior à verba a que se refere o número anterior, proceder-se-á ao respectivo escalonamento, tendo em conta:

- a) A última classificação no nível de estudos anterior àquele para o qual é solicitado o incentivo;
- b) A melhor classificação de mérito militar, nos derradeiros dois anos de contrato;
- c) A não frequência de curso de formação profissional dos níveis I ou II;
- d) A maior duração de tempo de serviço efectivo;
- e) A ocorrência de prestação de serviço militar, durante maior período de tempo, em unidades de maior prontidão operacional ou exercido funções de maior exigência e desgaste.

Artigo 24.º**Procedimentos**

1 — O requerimento inicial de candidatura à concessão do subsídio para estudos superiores é apresentado na DGPRM até 31 de Maio, dele constando, obrigatoriamente, os seguintes dados relativos ao candidato:

- a) Identificação completa, incluindo números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, com referência ao código da repartição respectiva;
- b) Morada de residência;
- c) Meios de contacto de que disponha, designadamente telefone e ou endereço electrónico.

2 — Os candidatos devem, ainda, instruir a sua candidatura com uma declaração, cujos termos são fixados por despacho do Ministro da Defesa Nacional, pela qual atestem, sob compromisso de honra, não se encontrarem abrangidos por nenhuma das situações previstas no n.º 4 do artigo anterior.

3 — A decisão relativa à concessão do subsídio, bem como do escalonamento a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, é obrigatoriamente comunicada aos interessados até 31 de Julho do ano em que haja sido apresentada a candidatura, devendo estes comprovar, sob pena de caducidade do pedido, a efectivação da respectiva matrícula até 30 de Outubro.

4 — O subsídio para estudos superiores, uma vez concedido e sob pena de caducidade, é objecto de renovação semestral a efectuar pelos interessados junto da DGPRM, entre:

- a) 1 e 15 de Março de cada ano, devendo ser documentalmente provada a manutenção da matrícula;
- b) 1 e 15 de Outubro de cada ano, devendo ser documentalmente provado o aproveitamento escolar no ano lectivo cessante, bem como a renovação da respectiva matrícula para o ano lectivo seguinte.

CAPÍTULO V

Apoio à inserção no mercado de trabalho

Artigo 25.º

Prestações de desemprego

1 — Finda a prestação de serviço, os militares que prestaram serviço efectivo em RC ou RV têm direito às prestações de desemprego nos termos estabelecidos na lei geral aplicável, com as adaptações previstas no número seguinte.

2 — Os cidadãos a que se refere o número anterior têm direito a subsídio de desemprego por período idêntico ao da duração do serviço, não podendo, porém, ultrapassar os 30 meses.

Artigo 26.º

Suspensão das prestações de desemprego

As prestações de desemprego concedidas ao abrigo do artigo anterior são suspensas, para além dos casos previstos no regime jurídico de referência, quando os beneficiários se encontrem a usufruir de subsídio para estudos concedido nos termos do presente diploma ou de qualquer outra prestação para estudos concedida ao abrigo de qualquer outro regime legal, desde que, em ambos os casos, o respectivo montante seja de valor igual ou superior à retribuição mínima mensal.

Artigo 27.º

Apoio à criação do próprio emprego ou empresa

1 — Os militares que tenham prestado serviço militar efectivo em RC e que, no termo dos respectivos contratos, se encontrem em situação de desemprego e pretendam criar o seu próprio emprego ou empresa, no âmbito das iniciativas locais de emprego (ILE) ou criação do próprio emprego para subsidiados (CPE), podem beneficiar de apoios técnicos e financeiros nos termos e condições da legislação que ao tempo estiver em vigor.

2 — Os candidatos beneficiam de uma majoração de 20% relativamente ao apoio financeiro concedido a fundo perdido ou à bonificação da taxa de juro quando haja necessidade de recurso ao crédito.

3 — Os candidatos que requeiram os apoios previstos no presente artigo podem beneficiar das condições referidas no n.º 2 por período idêntico àquele em que prestaram serviço.

4 — Os militares que tenham prestado serviço militar efectivo em RC têm, nos termos do n.º 1 do presente artigo, acesso a programas de apoio a jovens empresários, nos sectores de agricultura, indústria e comércio.

Artigo 28.º**Apoios à contratação de jovens à procura do primeiro emprego**

1 — As entidades empregadoras que admitam jovens à procura do primeiro emprego, com idade não superior a 30 anos, que tenham prestado serviço efectivo em RC pelo período mínimo de cinco anos e que, no termo do respectivo contrato, se encontrem em situação de desemprego, beneficiam dos seguintes incentivos à contratação, nos termos da lei que os regula:

- a) Majoração de um ano de dispensa temporária do pagamento de contribuições para a segurança social, nas situações previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 89/95, de 6 de Maio;
- b) Concessão de um subsídio, não reembolsável, de montante igual a 12 vezes a remuneração mínima mensal garantida por lei, pela criação líquida de cada posto de trabalho, mediante contrato sem termo;
- c) Majoração de 20% relativamente ao subsídio não reembolsável previsto na alínea anterior.

2 — O apoio previsto na alínea c) do número anterior não é cumulável com os apoios previstos nas alíneas a) e b) nem com outros apoios ao emprego previstos noutros diplomas, quando aplicáveis ao mesmo posto de trabalho.

3 — O direito aos apoios à contratação previstos no presente artigo só é exercido por uma única vez em relação a cada militar contratado e caduca seis anos após a data do termo do contrato.

Artigo 29.º**Quadros de indústrias de defesa**

O Ministério da Defesa Nacional diligenciará por que acedam preferencialmente aos quadros de pessoal das indústrias de defesa os cidadãos que prestaram serviço militar como RC e RV.

Artigo 30.º**Ingresso na função pública**

1 — O militar em RC que tenha prestado serviço efectivo pelo período mínimo de cinco anos tem direito a candidatar-se aos concursos internos de ingresso nos serviços e organismos da administração central, regional e local, incluindo institutos públicos, nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos.

2 — Os cidadãos que preencham as condições do número anterior têm ainda direito a candidatar-se, no prazo referido no n.º 5 do presente artigo, aos concursos internos gerais de acesso para preenchimento da primeira categoria intermédia das carreiras, desde que tenham exercido funções na área funcional para a qual o concurso é aberto e possuam o tempo de serviço necessário para a promoção na respectiva categoria.

3 — Os cidadãos nas condições referidas no n.º 1 têm direito de preferência, em caso de igualdade de classificação final, nos concursos externos abertos em qualquer dos serviços ou organismos da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos, nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos.

4 — Os direitos de candidatura referidos nos números anteriores são condicionados à prova de que o candidato possui as habilitações literárias legalmente exigidas para o concurso em causa e preenche as condições gerais e especiais de admissão ao concurso.

5 — Os direitos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 nascem com a cessação do contrato com as Forças Armadas e extinguem-se após o período de seis anos.

6 — Para efeitos da candidatura a que se refere o n.º 2, relevam as avaliações individuais obtidas durante a prestação do serviço militar, bem como o tempo de serviço prestado.

7 — O tempo de serviço efectivo prestado em área funcional correspondente à do concurso a que o militar se candidata conta como experiência profissional, bem como para determinação do escalão de integração no caso de concurso.

8 — A integração das funções militares exercidas na área funcional para que o concurso é aberto é atestada pela DGPRM, sob proposta do ramo de que é proveniente o candidato.

9 — O regime do presente artigo será aplicado na admissão aos quadros das polícias municipais.

10 — O direito referido no n.º 3 prevalece sobre o direito de preferência a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Artigo 31.º

Apoio à inserção em organismos internacionais

A DGPRM recolhe e coordena a informação que os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros tenham disponível sobre concursos de pessoal em organismos internacionais aos quais tenham direito de acesso os cidadãos portugueses e sejam susceptíveis de interessar aqueles que tenham prestado serviço militar em RC e RV.

Artigo 32.º

Apoio à inserção em actividades de cooperação técnico-militar com outros países

1 — Nos casos em que existam concursos para actividades civis de cooperação técnico-militar e sempre que tal seja admitido pelo modelo de concurso, é estabelecido um contingente para os que prestaram serviço militar em RC e RV, o qual não pode ser inferior a 35%.

2 — O direito de acesso ao contingente referido no n.º 1 é igual ao número de anos de serviço efectivo prestado.

3 — Sendo o número de vagas inferior ao dos concorrentes, estes serão escalonados, sucessivamente, segundo a maior duração de tempo de serviço militar, a melhor avaliação de mérito e a melhor habilitação escolar.

Artigo 33.º

Admissão aos quadros de pessoal das Forças Armadas

1 — Os militares que tenham prestado serviço em RC pelo período mínimo de três anos beneficiam, nos seis anos subsequentes à data da cessação do contrato, de um contingente mínimo de 30% do número total de vagas de admissão quer ao conjunto dos concursos para ingresso nos QP dos ramos das Forças Armadas quer nos concursos para ingresso nos respectivos quadros de pessoal civil.

2 — Os militares em RC beneficiam ainda de direito de preferência nas vagas que ultrapassem as referidas no número anterior.

3 — Os avisos de concursos estarão disponíveis nas unidades, estabelecimentos e órgãos militares nos quais prestem serviço militares em RC.

Artigo 34.º

Admissão aos quadros permanentes das forças de segurança

1 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos dois anos de serviço efectivo militar, beneficiam de exclusividade na admissão aos concursos para ingresso nos quadros de praças da GNR, nos termos previstos no respectivo Estatuto.

2 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos três anos nesta forma de prestação de serviço militar, e até ao limite dos cinco anos subsequentes à data da cessação do contrato, beneficiam:

- a) De um contingente de 30% do número de vagas postas a concurso para ingresso na categoria de oficiais da GNR;
- b) De um contingente de 15% do número de vagas postas a concurso para ingresso nos quadros da Polícia de Segurança Pública.

3 — Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, desde que cumpridos três anos nesta forma de prestação de serviço militar, e até ao limite dos cinco anos subsequentes à data da cessação do contrato, gozam do direito de preferência, em caso de igualdade de classificação, no preenchimento das vagas dos concursos para ingresso nos quadros das restantes forças e serviços de segurança.

4 — Os avisos de concursos estarão disponíveis nas unidades, estabelecimentos e órgãos militares nos quais prestem serviço militares em RC.

Artigo 35.º

Admissão aos quadros de pessoal civil das Forças Armadas

Nos concursos externos de ingresso nos quadros de pessoal civil dos serviços departamentais das Forças Armadas constitui condição de preferência na admissão a prestação de serviço militar em RC pelo período mínimo de dois anos.

Artigo 36.º

Admissão aos estabelecimentos fabris das Forças Armadas

O disposto no artigo precedente aplica-se, com as necessárias adaptações, ao Arsenal do Alfeite e aos estabelecimentos fabris do Exército.

Artigo 37.º

Cláusulas dos concursos públicos

São nulas as cláusulas e os actos dos concursos públicos que, directa ou indirectamente, prejudiquem a aplicação do disposto no presente diploma.

CAPÍTULO VI

Apoio social

Artigo 38.º

Assistência na doença

Os militares em RC e RV e os respectivos agregados familiares têm direito a assistência médica, medicamentosa, hospitalar e de meios auxiliares de diagnóstico, nos termos estabelecidos para os militares dos QP.

Artigo 39.º

Encargos no âmbito do subsistema de protecção familiar e à maternidade e paternidade

1 — Os militares em RC e RV, durante a prestação de serviço efectivo, têm direito às prestações abrangidas pelo subsistema de protecção familiar, bem como às que decorrem da LPMP, nos termos estabelecidos para o pessoal dos QP.

2 — Os cidadãos que tenham prestado serviço militar em RC mantêm, pelo período correspondente ao número de anos completos de serviço efectivo militar prestado naquele regime, o direito às prestações a que se refere o número anterior, nos termos em que delas beneficiavam no mês anterior ao da passagem à disponibilidade, salvo quando o mesmo direito, quantitativa e qualitativamente, seja reconhecido a algum dos titulares do interesse material subjacente no âmbito de qualquer outro regime de protecção social.

3 — Os encargos com as prestações previstas no presente artigo impendem sobre o Ministério da Defesa Nacional, cabendo ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho a responsabilidade pelo respectivo processamento.

Artigo 40.º

Aposentação e reforma

O tempo de serviço prestado como RC e RV conta para efeitos de cálculo da data da aposentação e reforma e do montante da respectiva pensão.

Artigo 41.º

Crédito à habitação

1 — Os militares que tenham prestado serviço efectivo por um período mínimo de dois anos na situação de RC têm direito de acesso preferencial aos regimes de crédito bonificado e de crédito jovem bonificado para aquisição de habitação própria permanente, previstos na lei, durante período idêntico àquele em que prestaram serviço.

2 — As condições de concessão do crédito bonificado são estabelecidas por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças.

CAPÍTULO VII

Direitos e deveres dos RC e RV enquanto beneficiários dos incentivos

Artigo 42.º

Direito de acesso à informação

1 — Os militares em situação de RC e RV têm direito de acesso à informação sobre os benefícios de que usufruem durante o período de prestação de serviço e, findo ele, durante um número de anos igual à duração do direito aos incentivos legais.

2 — Os ramos, durante a prestação de serviço, e a DGPRM, findo ele, garantirão o cumprimento do disposto no número anterior.

Artigo 43.º

Deveres dos RC e RV

1 — Os RC e RV enquanto beneficiarem dos incentivos constantes do presente diploma estão obrigados a comunicar ao respectivo ramo:

- a) A alteração da sua residência ou endereços;
- b) Os benefícios obtidos por virtude da aplicação do presente diploma;
- c) As alterações da sua situação profissional, ainda que não sejam decorrentes da aplicação do presente diploma.

2 — A prestação de falsas declarações pelo beneficiário é susceptível de processo disciplinar, cível ou penal, nos termos gerais do direito.

CAPÍTULO VIII

Princípios essenciais do estatuto jurídico dos cidadãos em RC e RV

Artigo 44.º

Aplicação do EMFAR

Aos cidadãos em RC e RV aplica-se o EMFAR.

Artigo 45.º

Constituição e extinção do direito aos incentivos

1 — O direito aos incentivos constantes do presente diploma legal é constituído no momento da assinatura do contrato ao abrigo do regime de contrato ou de voluntariado.

2 — O direito aos incentivos só é exercido depois da incorporação.

3 — O direito aos incentivos extingue-se nos prazos para cada um deles previstos no presente diploma legal.

4 — Sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos, o direito aos incentivos extingue-se ainda, com excepção dos previstos no n.º 2 do artigo 21.º e no artigo 25.º, quando o contrato do militar em RC ou RV cesse em consequência da aplicação de sanção penal ou da sanção disciplinar de cessação compulsiva do regime de voluntariado ou de contrato.

5 — A cessação revista no número anterior será comunicada ao interessado.

CAPÍTULO IX

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 46.º

Contagem do tempo de serviço efectivo

Para os efeitos do presente diploma, a contagem do tempo de serviço efectivo é, salvo disposição em contrário, feita a partir da data da incorporação.

Artigo 47.º

Contagem da idade para acesso a incentivos

1 — Em caso de candidatura a concursos para ingresso em quaisquer carreiras ou corpos especiais da Administração Pública, bem como nos casos em que a aplicação de algum dos incentivos previstos no presente Regulamento esteja associada à verificação de limites de idade, o tempo de serviço efectivo prestado em RC e RV é abatido à idade cronológica dos cidadãos, sem prejuízo da verificação das demais condições legalmente previstas para a aplicação de cada incentivo.

2 — O mecanismo de abate à idade cronológica a que se refere o número anterior não se aplica ao estabelecimento dos períodos de concessão do subsídio de desemprego.

Artigo 48.º

Emprego anterior

Se, para a concessão dos incentivos previstos no presente diploma, ou de outros, aos quais concorram os cidadãos que prestaram serviço militar em RC e RV, for exigido que o beneficiário tenha tido um emprego anterior, a prestação do serviço militar é, para esses efeitos, considerada emprego.

Artigo 49.º**Candidatura a benefícios antes do termo da prestação de serviço**

Os militares em situação de RC e RV têm direito, salvo disposição mais favorável do presente Regulamento e desde que não haja inconveniente para o serviço, a habilitar-se nos últimos seis meses da vigência do contrato aos incentivos aos quais têm direito depois de findo o período de serviço.

Artigo 50.º**Organismos responsáveis**

1 — Sem prejuízo do disposto no presente diploma, a atribuição de competências aos diferentes órgãos de sistema de incentivos será feita por despacho do Ministro da Defesa Nacional, ouvidos o Conselho de Chefes de Estado-Maior e a DGPRM.

2 — A atribuição de competências referida no número anterior será feita de acordo com os seguintes princípios:

- a) Aos ramos cabe o planeamento e a aplicação do sistema de incentivos;
- b) Ao Conselho de Chefes de Estado-Maior cabe a coordenação do planeamento e da execução do sistema;
- c) À DGPRM cabem os contactos com organismos públicos e a execução do sistema, em particular findo o período de prestação de serviço.

3 — Cada ramo fará relatórios quadrimestrais e um relatório anual sobre a aplicação do presente decreto-lei, os quais serão entregues à DGPRM e ao Estado-Maior-General das Forças Armadas até ao final do mês seguinte ao período a que se referem.

4 — A DGPRM e os chefes de estado-maior farão relatórios quadrimestrais e um relatório anual sobre a aplicação do presente decreto-lei, sintetizando as suas actividades e as dos ramos, os quais serão presentes ao Ministro da Defesa Nacional até ao final do mês seguinte ao período a que se referem.

5 — Os relatórios anuais referidos no número anterior podem incluir projectos de adaptação do sistema de incentivos vigente para melhor concretização dos objectivos legais.

Artigo 51.º**Competência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

Em tempo de paz, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, na sua qualidade de comandante operacional das Forças Armadas, dá parecer anual ao Ministro da Defesa Nacional sobre a adequação do sistema de incentivos à operacionalidade do sistema de forças, designadamente para os efeitos da alínea *e*) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas).

Artigo 52.º**Comunicações entre os organismos militares e os RC e RV**

1 — Para os efeitos do presente diploma, as comunicações entre o beneficiário e as Forças Armadas processar-se-ão, em princípio:

- a) Durante o período de serviço, através do superior hierárquico;
- b) Findo o período de serviço, através da DGPRM.

2 — Se as comunicações previstas na alínea *b*) do número anterior tiverem por objecto um ramo determinado, o Ministro da Defesa Nacional, por despacho, tem a faculdade de as atribuir a esse ramo.

3 — As comunicações que não tenham lugar através da cadeia de comando serão efectuadas por telefone, correio normal, electrónico ou fax da residência, entre a unidade militar e o endereço indicados pelo beneficiário. Só serão presenciais quando indispensável.

Artigo 53.º

Cumprimento dos incentivos

1 — Compete aos ramos das Forças Armadas onde os candidatos a beneficiários dos incentivos previstos no presente Regulamento hajam prestado serviço militar a emissão de toda a documentação destinada a sustentar direitos decorrentes do presente diploma, bem como a comprovar o preenchimento das respectivas condições de candidatura, designadamente:

- a) A relativa à avaliação de mérito, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 30.º do presente Regulamento;
- b) A referente ao tempo de serviço militar efectivamente prestado, discriminada por anos, meses e dias.

2 — Para efeitos dos incentivos previstos no presente Regulamento, cuja aplicação seja da competência de outros serviços ou organismos da Administração Pública, deve o MDN promover com as tutelas respectivas a celebração dos protocolos que forem tidos por necessários, tendo em vista a troca de informação essencial à boa aplicação da lei.

3 — A DGPRM, recorrendo, designadamente, às novas tecnologias da informação, procede à divulgação das listas das acções de formação a que se refere o artigo 19.º do presente Regulamento relativamente aos cidadãos que tenham cessado a respectiva prestação de serviço militar, bem como dos concursos a que se referem os artigos 31.º a 34.º e 36.º, incluindo o escalonamento que eventualmente venha a ocorrer no âmbito da aplicação do artigo 32.º

II — DECRETOS REGULAMENTARES

Ministério das Finanças

Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004

de 14 de Maio

A avaliação do desempenho é um instrumento de desenvolvimento da estratégia das organizações, fornecendo elementos essenciais para melhorar a definição das funções, ajustar a formação às necessidades dos trabalhadores, abrir oportunidades de carreira de acordo com as potencialidades demonstradas por cada um e valorizar as contribuições individuais para a equipa.

A avaliação de desempenho é também uma das mais poderosas ferramentas para a gestão de recursos humanos. O seu objectivo é melhorar os resultados, ajudando os trabalhadores a atingir níveis de desempenho mais elevados, sendo uma fonte de informação útil para desencadear medidas de desenvolvimento pessoal e profissional.

A instituição de um modelo credível de avaliação é essencial para a introdução de uma nova cultura de gestão pública, para uma correcta apreciação dos recursos alocados a cada um dos

organismos e funções e para a criação de condições de maior motivação profissional, qualificação e formação permanente dos recursos humanos.

Trata-se também de um instrumento de gestão que, a ser devidamente utilizado, permitirá identificar desequilíbrios funcionais, deficiências organizacionais, responsabilizar o pessoal e os dirigentes e criar um clima de exigência, de mérito e de transparência na acção dos serviços.

Com a criação do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a Administração Pública passa a dispor de um instrumento efectivo para avaliar o desempenho dos seus serviços e organismos, dirigentes e trabalhadores.

Obedecendo aos princípios e regras gerais de avaliação do desempenho definidos pelo SIADAP, é regulamentado, desde já, o processo de avaliação dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública.

Com esta regulamentação criam-se os mecanismos indispensáveis à aplicação do novo sistema de avaliação do desempenho, designadamente calendarizando e concretizando as diversas fases que integram o processo de avaliação e definindo regras para a sua execução e aplicação em concreto aos diversos serviços e organismos.

É ainda regulamentada a matéria referente ao conselho coordenador da avaliação, criado como instância de consulta, apoio e apreciação das reclamações, determinando-se a sua composição e forma de funcionamento, e são definidas as modalidades de avaliação do desempenho e os casos especiais de suprimento da mesma.

É dado o devido relevo à determinação específica da relação da avaliação de desempenho e o processo de desenvolvimento profissional de cada trabalhador através da adequada formação.

O presente diploma regulamenta também a avaliação dos dirigentes de nível intermédio, de modo a garantir um processo homogéneo e coerente com as especificidades próprias da função, tendo como objectivo reforçar a capacidade de liderança e as competências de gestão.

Por fim, são previstos os instrumentos de gestão e controlo do sistema de avaliação do desempenho, através da atribuição de competências para a elaboração e divulgação dos relatórios dos resultados obtidos.

Quanto à entrada em vigor e aplicação do diploma no 1.º ano, determina-se que serão fixados objectivos para o 2.º semestre de 2004, a ser avaliados em 2005, e que o resultado dessa avaliação será considerado para o ano completo de 2004.

Este modelo de avaliação do desempenho é, assim, um novo instrumento de gestão no sentido de promover uma cultura de mérito, exigência, motivação e reconhecimento, por forma a potenciar os níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos, com base em objectivos de qualidade e excelência, de liderança e responsabilidade e de mérito e qualificação.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

REGULAMENTO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS TRABALHADORES E DIRIGENTES INTERMÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CAPÍTULO I

Objecto e âmbito de aplicação

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente diploma regulamenta a Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, no que se refere ao sistema de avaliação do desempenho dos funcionários e agentes dos serviços e organismos da administração directa do Estado, bem como ao sistema de avaliação aplicável aos dirigentes de nível intermédio.

2 — A aplicação do presente diploma abrange ainda os demais trabalhadores da administração directa do Estado, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que o respectivo contrato seja por prazo superior a seis meses.

3 — A aplicação do presente diploma aos institutos públicos faz-se sem prejuízo das adaptações necessárias.

CAPÍTULO II

Estrutura e conteúdo do sistema de avaliação de desempenho

SECÇÃO I

Componentes para a avaliação

Artigo 2.º

Componentes para a avaliação

A avaliação de desempenho na Administração Pública integra as seguintes componentes:

- a) Objectivos;
- b) Competências comportamentais;
- c) Atitude pessoal.

Artigo 3.º

Objectivos

1 — A avaliação dos objectivos visa comprometer os trabalhadores com os objectivos estratégicos da organização e responsabilizar pelos resultados, promovendo uma cultura de qualidade, responsabilização e optimização de resultados, de acordo com as seguintes regras:

- a) O processo de definição de objectivos e indicadores de medida, para os diferentes trabalhadores, é da responsabilidade de cada organismo;
- b) Os objectivos devem ser acordados entre avaliador e avaliado no início do período da avaliação prevalecendo, em caso de discordância, a posição do avaliador;
- c) A definição dos objectivos deve ser clara e dirigida aos principais resultados a obter pelo colaborador no âmbito do plano de actividades do respectivo serviço;
- d) Os objectivos a fixar devem ser no máximo cinco e no mínimo três, dos quais pelo menos um é de responsabilidade partilhada;
- e) São objectivos de responsabilidade partilhada os que implicam o desenvolvimento de um trabalho em equipa ou esforço convergente para uma finalidade determinada;
- f) Os objectivos devem ser sujeitos a ponderação, não podendo cada um deles ter valor inferior a 15% ou a 20%, consoante tenham sido fixados, respectivamente, em cinco ou menos objectivos.

2 — De acordo com os indicadores de medida de concretização previamente estabelecidos, cada objectivo é aferido em três níveis:

- Nível 5 — superou claramente o objectivo;
- Nível 3 — cumpriu o objectivo;
- Nível 1 — não cumpriu o objectivo.

3 — A avaliação desta componente resulta da média ponderada dos níveis atribuídos.

Artigo 4.º**Competências comportamentais**

A avaliação das competências comportamentais visa promover o desenvolvimento e qualificação dos dirigentes e trabalhadores, maximizar o seu desempenho e promover uma cultura de excelência e qualidade, de acordo com as seguintes regras:

- a) As competências são definidas em função dos diferentes grupos profissionais de forma a garantir uma melhor adequação dos factores de avaliação às exigências específicas de cada realidade;
- b) O avaliado deve ter conhecimento, no início do período de avaliação, das competências exigidas para a respectiva função, assim como da sua ponderação;
- c) O número de competências deve ser no mínimo de quatro e no máximo de seis;
- d) A ponderação de cada competência não pode ser inferior a 10%.

Artigo 5.º**Atitude pessoal**

A avaliação da atitude pessoal visa a apreciação geral da forma como a actividade foi desempenhada pelo avaliado, incluindo aspectos como o esforço realizado, o interesse e a motivação demonstrados.

SECÇÃO II**Sistema de classificação****Artigo 6.º****Escala de avaliação**

1 — A avaliação de cada uma das componentes do sistema de avaliação de desempenho é feita numa escala de 1 a 5, devendo a classificação ser atribuída pelo avaliador em números inteiros.

2 — O resultado global da avaliação de cada uma das componentes do sistema de avaliação de desempenho é expresso na escala de 1 a 5 correspondente às seguintes menções qualitativas:

- Excelente* — de 4,5 a 5 valores;
Muito bom — de 4 a 4,4 valores;
Bom — de 3 a 3,9 valores;
Necessita de desenvolvimento — de 2 a 2,9 valores;
Insuficiente — de 1 a 1,9 valores.

Artigo 7.º**Sistema de classificação**

1 — A classificação final é determinada pela média ponderada da avaliação de cada uma das suas componentes, de acordo com a seguinte ponderação:

Grupos de pessoal	Objectivos	Competências	Atitude pessoal
Técnico superior e técnico	60	30	10
Técnico profissional e administrativo	50	40	10
Operário	40	50	10
Auxiliar	20	60	20

2 — A adaptação desta escala a corpos especiais e carreiras de regime especial não pode prever ponderação inferior a 40%, no caso dos objectivos, ou inferior a 30%, no caso das competências.

Artigo 8.º

Expressão da avaliação final

1 — A avaliação global resulta das pontuações obtidas em cada uma das componentes do sistema de avaliação ponderadas nos termos do artigo anterior e expressa através da classificação qualitativa e quantitativa constante da escala de avaliação referida no n.º 2 do artigo 6.º

2 — Para os efeitos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 7.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, os anos relevantes são seguidos, admitindo-se um único ano interpolado com avaliação inferior à legalmente requerida, desde que não seja o da última menção atribuída.

Artigo 9.º

Diferenciação de mérito e excelência

1 — A diferenciação dos desempenhos de mérito e excelência é garantida pela fixação de percentagens máximas para as classificações de *Muito bom* e *Excelente*, respectivamente de 20% e 5%, numa perspectiva de maximização da qualidade do serviço.

2 — O sistema de percentagens previsto no número anterior deve ser aplicado por serviço ou organismo e de modo equitativo aos diferentes grupos profissionais, os quais podem ser agregados para esse efeito nos serviços ou organismos em que o número de avaliados por cada um dos grupos profissionais seja inferior a 20.

3 — A atribuição de percentagens máximas deve ser do conhecimento de todos os avaliados.

4 — A atribuição da classificação de *Muito bom* implica fundamentação que evidencie os factores que contribuíram para o resultado final.

5 — A atribuição da classificação de *Excelente* deve ainda identificar os contributos relevantes para o serviço, tendo em vista a sua inclusão na base de dados sobre boas práticas.

6 — A aplicação do sistema de percentagens a cada serviço ou organismo é da exclusiva responsabilidade dos seus dirigentes, cabendo ao dirigente máximo assegurar o seu estrito cumprimento.

Artigo 10.º

Fichas de avaliação

1 — O sistema de avaliação do desempenho obedece a instrumentos normalizados e diferenciados em função dos grupos profissionais ou situações específicas, a aprovar por portaria conjunta dos membros do governo da tutela e do responsável pela área da Administração Pública.

2 — Os instrumentos referidos no número anterior incluem a definição de cada um dos factores que integram as componentes de competências e atitude pessoal dos diferentes grupos profissionais, bem como a descrição dos comportamentos que lhes correspondem.

CAPÍTULO III

Competência para avaliar e homologar

Artigo 11.º

Intervenientes no processo de avaliação

Intervêm no processo de avaliação do desempenho no âmbito de cada organismo:

- a) Os avaliadores;
- b) O conselho de coordenação da avaliação;
- c) O dirigente máximo do respectivo serviço ou organismo.

Artigo 12.º**Avaliadores**

1 — A avaliação é da competência do superior hierárquico imediato ou do funcionário que possua responsabilidades de coordenação sobre o avaliado, cabendo ao avaliador:

- a) Definir objectivos dos seus colaboradores directos de acordo com os objectivos fixados para o organismo e para a respectiva unidade orgânica;
- b) Avaliar anualmente os seus colaboradores directos, cumprindo o calendário de avaliação;
- c) Assegurar a correcta aplicação dos princípios integrantes da avaliação;
- d) Ponderar as expectativas dos trabalhadores no processo de identificação das respectivas necessidades de desenvolvimento.

2 — Só podem ser avaliadores os superiores hierárquicos imediatos ou os funcionários com responsabilidades de coordenação sobre os avaliados que, no decurso do ano a que se refere a avaliação, reúnam o mínimo de seis meses de contacto funcional com o avaliado.

3 — Nos casos em que não estejam reunidas as condições previstas no número anterior é avaliador o superior hierárquico de nível seguinte ou, na ausência deste, o conselho coordenador da avaliação.

Artigo 13.º**Conselho de coordenação da avaliação**

1 — Junto do dirigente máximo de cada serviço ou organismo funciona um conselho de coordenação da avaliação, ao qual compete:

- a) Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do sistema de avaliação do desempenho;
- b) Garantir a selectividade do sistema de avaliação, cabendo-lhe validar as avaliações finais iguais ou superiores a *Muito bom*;
- c) Emitir parecer sobre as reclamações dos avaliados;
- d) Proceder à avaliação de desempenho nos casos de ausência de superior hierárquico;
- e) Propor a adopção de sistemas específicos de avaliação nos termos previstos na Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

2 — O conselho de coordenação da avaliação é presidido pelo dirigente máximo do organismo e integra todos os dirigentes de nível superior e os dirigentes de nível intermédio de 1.º grau, bem como outros dirigentes dependentes directamente do dirigente máximo do organismo.

3 — A composição do conselho coordenador da avaliação nos serviços de grande dimensão poderá ser reduzida, para efeitos de operacionalização do seu funcionamento, ao dirigente máximo do serviço, ao dirigente responsável pela área dos recursos humanos e a um número restrito de dirigentes, sujeitos à regra da rotatividade.

4 — Participa ainda nas reuniões do conselho coordenador da avaliação, em qualquer circunstância, o dirigente máximo do departamento responsável pela organização e recursos humanos, quando se trate de serviço partilhado, ou representante por ele indicado.

5 — O regulamento de funcionamento do conselho de coordenação da avaliação deve ser elaborado por cada serviço ou organismo tendo em conta a sua natureza e dimensão.

Artigo 14.º**Dirigente máximo do serviço**

1 — Para efeitos de aplicação do presente diploma, considera-se dirigente máximo do serviço o titular do cargo de direcção superior de 1.º grau ou outro dirigente responsável pelo serviço ou organismo directamente dependente do membro do Governo.

2 — Compete ao dirigente máximo do serviço:

- a) Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do serviço ou organismo;
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação anual de acordo com os princípios e regras definidos no presente diploma;
- c) Homologar as avaliações anuais;
- d) Decidir das reclamações dos avaliados, após parecer do conselho de coordenação da avaliação;
- e) Assegurar a elaboração do relatório anual da avaliação do desempenho.

3 — Quando o dirigente máximo não homologar as classificações atribuídas, deverá ele próprio, mediante despacho fundamentado, estabelecer a classificação a atribuir.

CAPÍTULO IV

Processo de avaliação do desempenho

SECÇÃO I

Modalidades

Artigo 15.º

Avaliação ordinária

A avaliação ordinária respeita aos trabalhadores que contem, no ano civil anterior, mais de seis meses de serviço efectivo prestado em contacto funcional com o respectivo avaliador e reporta-se ao tempo de serviço prestado naquele ano e não avaliado.

Artigo 16.º

Avaliação extraordinária

1 — São avaliados extraordinariamente os trabalhadores não abrangidos no artigo anterior que só venham a reunir o requisito de seis meses de contacto funcional com o avaliador competente durante o ano em que é feita a avaliação e até 30 de Junho, devendo o interessado solicitá-la por escrito ao dirigente máximo do serviço no decurso do mês de Junho.

2 — A avaliação extraordinária obedece à tramitação prevista para a avaliação ordinária, salvo no que diz respeito às datas fixadas, sem prejuízo da observância dos intervalos temporais entre cada uma das fases do processo.

Artigo 17.º

Casos especiais

Aos trabalhadores que exerçam cargo ou funções de reconhecido interesse público, bem como actividade sindical, a classificação obtida no último ano imediatamente anterior ao exercício dessas funções ou actividades reporta-se, igualmente, aos anos seguintes relevantes para efeitos de promoção e progressão.

Artigo 18.º

Suprimento da avaliação

1 — Quando o trabalhador permanecer em situação que inviabilize a atribuição de avaliação ordinária ou extraordinária e não lhe for aplicável o disposto no artigo anterior, terá lugar adequada

ponderação do currículo profissional relativamente ao período que não foi objecto de avaliação, para efeitos de apresentação a concurso de promoção ou progressão nos escalões.

2 — O suprimimento previsto no número anterior será requerido ao júri do concurso, no momento da apresentação da candidatura, nos termos previstos no respectivo aviso de abertura, ou ao dirigente máximo do serviço, quando se complete o tempo necessário para a progressão.

3 — A ponderação curricular só é relevante para fins de admissão a concurso e não prejudica, em caso de deliberação favorável do respectivo júri, nova apreciação curricular para efeitos de ordenação dos candidatos.

Artigo 19.º

Ponderação curricular

1 — Na ponderação do currículo profissional, para efeitos do artigo anterior, são tidos em linha de conta:

- a) As habilitações académicas e profissionais do interessado;
- b) As acções de formação e aperfeiçoamento profissional que tenha frequentado, com relevância para as funções que exerce;
- c) O conteúdo funcional da respectiva categoria e, bem assim, de outros cargos que tenha exercido e as avaliações de desempenho que neles tenha obtido;
- d) A experiência profissional em áreas de actividade de interesse para as funções actuais.

2 — A ponderação curricular será expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação quantitativa e qualitativa a que se refere o artigo 6.º

3 — Nos casos de atribuição de classificação igual ou superior a *Muito bom*, há lugar a fundamentação da mesma, nos termos previstos no artigo 9.º

SECÇÃO II

Do processo

Artigo 20.º

Periodicidade

A avaliação do desempenho é anual e o respectivo processo terá lugar nos meses de Janeiro a Março, sem prejuízo do disposto no presente diploma para a avaliação extraordinária.

Artigo 21.º

Confidencialidade

1 — O processo da avaliação do desempenho tem carácter confidencial, devendo os instrumentos de avaliação de cada trabalhador ser arquivados no respectivo processo individual.

2 — Todos os intervenientes no processo, excepto o avaliado, ficam obrigados ao dever de sigilo sobre a matéria.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é divulgado no organismo o resultado global da avaliação, contendo o número das menções qualitativas atribuídas por grupo profissional, bem como o número de casos em que se verificou avaliação extraordinária ou suprimimento de avaliação.

SECÇÃO III

Fases do processo

Artigo 22.º

Fases do processo

O processo de avaliação comporta as seguintes fases:

- a) Auto-avaliação;
- b) Avaliação prévia;
- c) Harmonização das avaliações de desempenho;
- d) Entrevista com o avaliado;
- e) Homologação;
- f) Reclamação para o dirigente máximo do serviço;
- g) Recurso hierárquico.

Artigo 23.º

Auto-avaliação

1 — A auto-avaliação tem como objectivo envolver o avaliado no processo de avaliação e fomentar o relacionamento com o superior hierárquico de modo a identificar oportunidades de desenvolvimento profissional.

2 — A auto-avaliação tem carácter preparatório da entrevista de avaliação, não constituindo componente vinculativa da avaliação de desempenho.

3 — A auto-avaliação concretiza-se através de preenchimento de ficha própria a partir de 5 de Janeiro, devendo esta ser presente ao avaliador no momento da entrevista.

4 — Nos processos de avaliação extraordinária, o preenchimento da ficha de auto-avaliação será feito pelo avaliado nos primeiros cinco dias úteis do mês de Julho.

Artigo 24.º

Avaliação prévia

A avaliação prévia consiste no preenchimento das fichas de avaliação do desempenho pelo avaliador, a realizar entre 5 e 20 de Janeiro, com vista à sua apresentação na reunião de harmonização das avaliações.

Artigo 25.º

Harmonização das avaliações

1 — Entre 21 e 31 de Janeiro realizam-se as reuniões do conselho coordenador da avaliação tendo em vista a harmonização das avaliações e a validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens máximas de mérito e excelência.

2 — A validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens máximas de mérito e excelência implica declaração formal, assinada por todos os membros do conselho coordenador da avaliação, do cumprimento daquelas percentagens.

Artigo 26.º

Entrevista de avaliação

Durante o mês de Fevereiro realizam-se as entrevistas individuais dos avaliadores com os respectivos avaliados, com o objectivo de analisar a auto-avaliação do avaliado, dar conhecimento da avaliação feita pelo avaliador e de estabelecer os objectivos a prosseguir pelos avaliados nesse ano.

Artigo 27.º**Homologação**

As avaliações de desempenho ordinárias devem ser homologadas até 15 de Março.

Artigo 28.º**Reclamação**

1 — Após tomar conhecimento da homologação da sua avaliação, o avaliado pode apresentar reclamação por escrito, no prazo de cinco dias úteis, para o dirigente máximo do serviço.

2 — A decisão sobre a reclamação será proferida no prazo máximo de 15 dias úteis, dependendo de parecer prévio do conselho de coordenação da avaliação.

3 — O conselho de coordenação da avaliação pode solicitar, por escrito, a avaliadores e avaliados, os elementos que julgar convenientes.

Artigo 29.º**Recurso**

1 — Da decisão final sobre a reclamação cabe recurso hierárquico para o membro do Governo competente, a interpor no prazo de cinco dias úteis contado do seu conhecimento.

2 — A decisão deverá ser proferida no prazo de 10 dias úteis contados da data de interposição de recurso, devendo o processo de avaliação encerrar-se a 30 de Abril.

3 — O recurso não pode fundamentar-se na comparação entre resultados de avaliações.

CAPÍTULO V**Formação****Artigo 30.º****Necessidades de formação**

1 — Devem ser identificados no final da avaliação um máximo de três tipos de acções de formação de suporte ao desenvolvimento do trabalhador.

2 — A identificação das necessidades de formação deve associar as necessidades prioritárias dos funcionários à exigência das funções que lhes estão atribuídas, tendo em conta os recursos disponíveis para esse efeito.

CAPÍTULO VI**Avaliação dos dirigentes****Artigo 31.º****Regime especial**

A avaliação dos dirigentes visa promover o reforço e desenvolvimento das competências de gestão e comportamentos de liderança, devendo adequar-se à diferenciação da função, de acordo com as especialidades constantes do presente capítulo.

Artigo 32.º**Componentes da avaliação**

1 — A ponderação dos objectivos na avaliação dos dirigentes deve ser de 75%, em reforço da responsabilidade partilhada pelo cumprimento dos objectivos do organismo.

2 — A ponderação das competências deve ser de 25%, devendo o respectivo modelo ser diferenciado dos restantes grupos profissionais ao nível dos factores de avaliação.

3 — A garantia de diferenciação dos desempenhos é da responsabilidade do dirigente máximo do organismo, a quem cabe garantir a harmonização das avaliações, não estando, contudo, vinculado às regras constantes do artigo 9.º

Artigo 33.º

Avaliadores

1 — A competência para avaliar cabe ao superior hierárquico imediato, carecendo sempre de homologação conjunta dos respectivos dirigentes de nível superior, excepto quando um deles tenha sido avaliador.

2 — Não há lugar à intervenção do conselho coordenador da avaliação, salvo em caso de reclamação.

3 — A apreciação das reclamações da avaliação dos dirigentes é feita em conselho coordenador da avaliação restrito, composto apenas pelos dirigentes de nível superior do organismo e pelo dirigente máximo do departamento responsável pela organização e recursos humanos, quando se trate de serviço partilhado.

4 — Em caso de impedimento do avaliador, a competência cabe ao superior hierárquico seguinte.

Artigo 34.º

Início da avaliação

No 2.º ano da comissão de serviço, a avaliação ordinária só terá lugar quando o início de funções ocorra antes de 1 de Junho, não havendo recurso a avaliação extraordinária.

Artigo 35.º

Efeitos da avaliação

1 — A renovação da comissão de serviço depende da classificação mínima de *Bom* no último ano da respectiva comissão de serviço.

2 — Os resultados da avaliação de desempenho contam para a evolução na carreira de origem, de acordo com as regras e os critérios de promoção e progressão aplicáveis, sem prejuízo de outros direitos especialmente previsto no Estatuto dos Dirigentes da Administração Pública.

CAPÍTULO VII

Gestão e acompanhamento do sistema de avaliação do desempenho

Artigo 36.º

Monitorização e controlo

1 — No final do período de avaliação, cada organismo deve apresentar ao membro do Governo da tutela o relatório anual dos resultados da avaliação do desempenho, sem referências nominativas, que evidencie o cumprimento das regras estabelecidas no presente diploma, nomeadamente através da indicação das classificações atribuídas pelos diferentes grupos profissionais.

2 — Compete à Secretaria-Geral de cada Ministério a elaboração de um relatório síntese da forma como o sistema de avaliação foi aplicado, ao nível de cada Ministério.

3 — A estrutura e o conteúdo do relatório síntese são objecto de normalização através de portaria do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Artigo 37.º

Base de dados

1 — Os relatórios referidos no artigo anterior serão remetidos, em suporte informático, à Direcção-Geral da Administração Pública para tratamento estatístico e constituição de uma base de dados específica do sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública.

2 — A Direcção-Geral da Administração Pública elabora anualmente, no decurso do 3.º trimestre, um relatório global sobre a aplicação do sistema de avaliação do desempenho que sirva de suporte à definição da política de emprego público e à implementação de um adequado sistema de gestão e desenvolvimento de recursos humanos.

Artigo 38.º

Auditorias

1 — Cabe à Inspeção-Geral da Administração Pública analisar regularmente, no âmbito das suas actividades de auditoria, a forma como o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública é aplicado, mormente se os respectivos objectivos e princípios informadores estão a ser alcançados e respeitados.

2 — Poderá ser superiormente determinada à mesma Inspeção-Geral a realização de auditorias nos casos em que se revelem desvios dos objectivos estabelecidos, em especial à selectividade do sistema de avaliação do desempenho.

CAPITULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 39.º

Delegação de competências

Sempre que esteja em causa a aplicação a serviços desconcentrados, as competências atribuídas ao dirigente máximo do serviço nos termos do presente diploma podem ser delegadas nos respectivos dirigentes máximos.

Artigo 40.º

Avaliação do desempenho de 2003

A avaliação do desempenho referente ao ano de 2003 efectua-se de acordo com o sistema de classificação revogado pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Artigo 41.º

Avaliação do desempenho de 2004

1 — O processo de avaliação do desempenho relativo ao ano de 2004, a efectuar em 2005, inicia-se com a fixação de objectivos, a qual terá lugar até final do mês de Maio de 2004.

2 — Os objectivos a fixar nos termos do número anterior reportam-se ao 2.º semestre de 2004.

3 — O disposto nos números anteriores é aplicável aos trabalhadores que, até 30 de Junho de 2004, venham a reunir o requisito de seis meses de contacto funcional com o respectivo avaliador, não havendo lugar a avaliação extraordinária.

4 — A avaliação do desempenho efectuada nos termos dos números anteriores abrange todo o serviço prestado no ano de 2004, assim como o serviço prestado e não classificado de 2003.

5 — A avaliação de desempenho referente ao ano de 2004 nos serviços que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico efectua-se de acordo com o estabelecido no artigo 40.º do presente diploma, devendo a adaptação prevista no artigo 21.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, entrar em vigor até ao final do corrente ano.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Abril de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *António José de Castro Bagão Félix*.

Promulgado em 3 de Maio de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Maio de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Ministério da Defesa Nacional

Decreto Regulamentar n.º 21/2004

de 26 de Maio

As reformas em curso na instituição militar, mercê das alterações ocorridas no enquadramento político e estratégico, criaram a necessidade de um sistema que assegure a disponibilidade de recursos humanos qualificados para a defesa militar da República, para a participação em missões de prevenção, de gestão e resolução de crises e no apoio à política externa do Estado.

Este novo sistema, conducente à supressão do serviço militar de conscrição, confere um relevo predominante aos regimes de voluntariado e de contrato. Com vista à observância estrita dos critérios racionalidade e economia, torna-se necessária a fixação dos quantitativos de militares na efectividade de serviço nos regimes de voluntariado e de contrato para o ano de 2004.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 42.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de

30 de Agosto, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Quantitativos

Os quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) em 2004 na Marinha, no Exército e na Força Aérea são os constantes do quadro anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Base de incidência

Nos efectivos máximos fixados no artigo anterior não são incluídos os militares em RC e RV que se encontrem nas seguintes condições:

- a) A frequentar cursos de formação para ingresso nos quadros permanentes;
- b) Abrangidos pelo artigo 2.º da portaria n.º 227-B/92 (2.ª série), de 24 de Julho;
- c) Abrangidos pelo artigo 301.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Artigo 3.º

Planeamento de efectivos

A proposta de efectivos em RC e RV para os anos de 2005 e seguintes, discriminada por categoria e regime, devidamente fundamentada, será remetida ao Ministério da Defesa Nacional até 31 de Julho de 2004.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Abril de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Promulgado em 3 de Maio de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Maio de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ANEXO

Quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de contrato e de voluntariado em 2004 na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Categoria	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Oficiais	185	850	570	1 605
Sargentos	44	1 820	40	1 904
Praças	2 715	14 312	3 100	20 127
<i>Total</i>	2 944	16 982	3 710	23 636

III — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 58/2004

de 6 de Maio

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º 112/99, de 8 de Julho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 6 de Agosto de 1999, foi nomeada a comissão de apreciação para a revisão da situação de militares na reserva ou reforma a que se refere o artigo 5.º da Lei n.º 43/99, de 11 de Junho, cujo prazo de funcionamento foi sucessivamente prorrogado até 3 de Outubro de 2003.

Não tendo sido possível, até essa data, concluir a apreciação da totalidade dos requerimentos entregues, e atendendo ao elevado número de respostas no âmbito do processo de audiência dos interessados prevista no Código do Procedimento Administrativo, torna-se necessário prorrogar o prazo de funcionamento da comissão de apreciação.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar, até 3 de Outubro de 2004, o prazo de funcionamento da comissão de apreciação a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 43/99, de 11 de Junho, com efeitos a partir do termo da última prorrogação.

2 — Determinar que, caso a comissão de apreciação conclua o seu trabalho em prazo inferior ao estabelecido no número anterior, a mesma se extingue de imediato.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

IV — PORTARIAS

Ministério das Finanças

Portaria n.º 509-A/2004

de 14 de Maio

Para execução do disposto no artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio:
Manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças, aprovar os modelos de impressos de fichas de avaliação anexos à presente portaria, que começarão a ser utilizados desde já para os efeitos previstos no artigo 41.º do mesmo diploma.

A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, em 14 de Maio de 2004.

Fichas de auto-avaliação

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____

Serviço ou Organismo _____

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO

GRUPO DE PESSOAL TÉCNICO PROFISSIONAL E ADMINISTRATIVO

A preencher pelo avaliado

Avaliado		
Categoria		
Unidade orgânica		
Período de avaliação		a

1. OBJECTIVOS

1.1 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS FIXADOS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho em termos de cumprimento dos objectivos que lhe foram fixados?

	Superei claramente os objectivos	Cumpri os objectivos	Não cumpri todos os objectivos
Objectivo 1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Objectivo 2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Objectivo 3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Objectivo 4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Objectivo 5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

1.2 FACTORES MAIS INFLUENTES NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Indique quais os factores que considera que contribuíram para atingir o grau de realização dos objectivos fixados, indicado no ponto anterior, classificando cada factor numa escala de 1 a 5, do que mais dificultou para o que mais facilitou.

Adaptação do próprio	<input type="text"/>
Direcção e orientação	<input type="text"/>
Formação	<input type="text"/>
Informação e meios informáticos	<input type="text"/>
Instalações e outros recursos materiais	<input type="text"/>
Outros *	<input type="text"/>

* Se preencheu este item, descreva quais os "Outros" factores que considera que influenciaram o seu desempenho:

1.3 AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de enquadramento nas competências comportamentais definidas?

	Superior ao padrão estabelecido para a competência	Enquadramento no padrão definido para a competência	Está aquém do padrão definido para a competência
Atitudes e conhecimentos especializados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de organização e concretização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de adaptação e de melhoria contínua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espírito de equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsabilidade e compromisso com o serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de coordenação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. COMENTÁRIOS E PROPOSTAS

(mobilidade, formação, reactualização profissional, etc.):

O avaliado

, em __/__/__

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____
Serviço ou Organismo _____

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO GRUPO DE PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR E TÉCNICO

A preencher pelo avaliado

Avaliado _____
Categoria _____
Unidade orgânica _____
Período de avaliação _____ a _____

1. OBJECTIVOS

1.1 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS FIXADOS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de cumprimento dos objectivos que lhe foram fixados?

	Superior ao cumprimento dos objectivos	Cumprimento dos objectivos	Não cumprimento dos objectivos
Objectivo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.2 FACTORES MAIS INFLUENTES NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Indique quais os factores que considera que contribuíram para atingir o grau de realização dos objectivos fixados, indicado no ponto anterior, classificando cada factor numa escala de 1 a 5, do que mais dificultou para o que mais facilitou.

Adaptação do próprio
 direcção e orientação
 formação
 informação e meios informáticos
 instalações e outros recursos materiais
 Outros*

* Se preencheu este item, descreva quais os "Outros" factores que considera que influenciaram o seu desempenho:

1.3 AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de enquadramento nas competências comportamentais definidas?

	Superior ao padrão estabelecido para a competência	Enquadramento no padrão definido para a competência	Está aquém do padrão definido para a competência
Atitudes e conhecimentos especializados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de realização e orientação para os resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de adaptação e de melhoria contínua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de análise, de planeamento e de organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espírito de equipa e capacidade de coordenação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsabilidade e compromisso com o serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. COMENTÁRIOS E PROPOSTAS

(mobilidade, formação, reactualização profissional, etc.):

O avaliado

, em __/__/__

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____
Serviço ou Organismo _____

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO GRUPO DE PESSOAL OPERÁRIO

A preencher pelo avaliado

Avaliado _____
Categoria _____
Unidade orgânica _____
Período de avaliação _____ a _____

1. OBJECTIVOS

1.1 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS FIXADOS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de cumprimento dos objectivos que lhe foram fixados?

	Superior ao cumprimento dos objectivos	Cumprimento dos objectivos	Não cumprimento dos objectivos
Objectivo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.2 FACTORES MAIS INFLUENTES NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Indique quais os factores que considera que contribuíram para atingir o grau de realização dos objectivos fixados, indicado no ponto anterior, classificando cada factor numa escala de 1 a 5, do que mais dificultou para o que mais facilitou.

Adaptação do próprio
 direcção e orientação
 formação
 informação e meios informáticos
 instalações e outros recursos materiais
 Outros*

* Se preencheu este item, descreva quais os "Outros" factores que considera que influenciaram o seu desempenho:

1.3 AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de enquadramento nas competências comportamentais definidas?

	Supera o padrão estabelecido para a competência	Enquadra-se no padrão definido para a competência	Está aquém do padrão definido para a competência
Aptidões e conhecimentos especializados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de realização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de adaptação e de melhoria contínua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espírito de equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsabilidade e compromisso com o serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de coordenação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. COMENTÁRIOS E PROPOSTAS

(mobilidade, formação, requalificação profissional, etc.):

O avaliado

, em __/__/__

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____

Serviço ou Organismo _____

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO GRUPO DE PESSOAL AUXILIAR

A preencher pelo avaliado

Avaliado	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Categoria	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Unidade orgânica	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Período de avaliação	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div> a <div style="border: 1px solid black; width: 50px; height: 15px;"></div>

1. OBJECTIVOS

1.1 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS FIXADOS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de cumprimento dos objectivos que lhe foram fixados?

	Supera o cumprimento dos objectivos	Cumprir os objectivos	Não cumprir todos os objectivos
Objectivo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.2 FACTORES MAIS INFLUENTES NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Indique quais os factores que considera que contribuíram para atingir o grau de realização dos objectivos fixados, indicado no ponto anterior, classificando cada factor numa escala de 1 a 5, de que mais dificultou para o que mais facilitou.

Adaptação do próprio	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Direcção e orientação	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Formação	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Informação e meios informáticos	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Instalações e outros recursos materiais	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Outros*	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>

* Se preencheu este item, descreva quais os "Outros" factores que considera que influenciaram o seu desempenho:

1.3 AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de enquadramento nas competências comportamentais definidas?

	Supera o padrão estabelecido para a competência	Enquadra-se no padrão definido para a competência	Está aquém do padrão definido para a competência
Aptidões e conhecimentos especializados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de realização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de adaptação e de melhoria contínua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espírito de equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsabilidade e compromisso com o serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de coordenação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. COMENTÁRIOS E PROPOSTAS

(mobilidade, formação, requalificação profissional, etc.):

O avaliado

, em __/__/__

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____

Serviço ou Organismo _____

FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS

A preencher pelo avaliado

Avaliado	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Cargo	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Unidade orgânica	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>
Período de avaliação	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div> a <div style="border: 1px solid black; width: 50px; height: 15px;"></div>

1. OBJECTIVOS

1.1 GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS FIXADOS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de cumprimento dos objectivos que lhe foram fixados?

	Supera o cumprimento dos objectivos	Cumprir os objectivos	Não cumprir todos os objectivos
Objectivo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivo 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.2 FACTORES MAIS INFLUENTES NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Indique quais os factores que considera que contribuíram para atingir o grau de realização dos objectivos fixados, indicado no ponto anterior, classificando cada factor numa escala de 1 a 5, de que mais dificultou para o que mais facilitou.

Adaptação do próprio	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Direcção e orientação	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Formação	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Informação e meios informáticos	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Instalações e outros recursos materiais	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>
Outros*	<div style="border: 1px solid black; width: 30px; height: 20px;"></div>

* Se preencher este item, descreva quais os "Outros" factores que considera que influenciaram o seu desempenho:

1.3 AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em que nível considera que se situa o seu desempenho global em termos de enquadramento nas competências comportamentais definidas?

	Supera o padrão estabelecido para a competência	Enquadra-se no padrão definido para a competência	Está abaixo do padrão definido para a competência
Orientação para os resultados e qualidade do serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de liderança e orientação de pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de promover a mudança e melhoria contínua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de análise e de planeamento e organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de desenvolvimento e motivação das pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Visão estratégica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. COMENTÁRIOS E PROPOSTAS

(mobilidade, formação, reafecção profissional, etc.):

O avaliado

_____, em __/__/____

Fichas de avaliação e instruções de preenchimento AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____

Organismo/Serviço _____

NIF _____

FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O PESSOAL DOS GRUPOS PROFISSIONAIS TÉCNICO SUPERIOR E TÉCNICO

A preencher pelo avaliador

Avaliador	<div></div>
Cargo	<div></div>
NIF	<div></div>
Avaliado	<div></div>
Unidade orgânica	<div></div>
Carreira	<div></div>
Categoria	<div></div>
NIF	<div></div>
Período em avaliação	<div></div> a <div></div>

1. MISSÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

Descrição da missão da unidade orgânica:

2. COMPONENTES DA AVALIAÇÃO

2.1 OBJECTIVOS:

A preencher no início do período de avaliação

	DESCRIÇÃO DO OBJECTIVO E DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DE MEDIDA	PONDERAÇÃO
1	<div></div>	<div></div>
2	<div></div>	<div></div>
3	<div></div>	<div></div>
4	<div></div>	<div></div>
5	<div></div>	<div></div>
Total da ponderação/ Classificação		100%

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO		
Superou claramente o objectivo (nível 5)	Cumpriu o objectivo (nível 3)	Não cumpriu o objectivo (nível 1)
<div></div>	<div></div>	<div></div>
<div></div>	<div></div>	<div></div>
<div></div>	<div></div>	<div></div>
<div></div>	<div></div>	<div></div>
<div></div>	<div></div>	<div></div>

O avaliador, em __/__/____, _____

O avaliado, em __/__/____, _____

2.2 COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS:

A preencher no início do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	PONDERAÇÃO	AVALIAÇÃO
<p>Aptidões e conhecimentos especializados: Avalia as aptidões e os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho das respectivas funções.</p> <p>1 Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra ter aptidão e conhecimentos adequados às exigências da função; • Aplica correctamente os conhecimentos que detém às situações concretas que lhe são colocadas; • Demonstra iniciativa, persistência e predisposição para actuar de forma positiva no desempenho das suas funções. 		
<p>Capacidade de realização e orientação para os resultados: Avalia a capacidade de concretizar, com autonomia e rigor, as tarefas que lhe são afectas com vista ao cumprimento dos objectivos definidos.</p> <p>2 Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realiza eficazmente e com rigor as tarefas que lhe estão cometidas; • Concretiza, com autonomia, as ideias e projectos que lhe são propostos; • Propõe novas práticas e métodos de trabalho com vista à obtenção de melhores resultados; • Sugere soluções inovadoras antecipando a ocorrência de problemas. 		
<p>Capacidade de adaptação e de melhoria contínua: Avalia a facilidade de ajustamento a novas tarefas e situações, bem como a iniciativa para propor soluções inovadoras e para evoluir profissionalmente.</p> <p>3 Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra flexibilidade e capacidade de se adaptar e trabalhar eficazmente em situações distintas e variadas e com pessoas ou grupos diversos; • Assume e encara a diversidade de tarefas no âmbito das suas funções como oportunidades de melhoria; • Reconhece os seus pontos fracos, agindo no sentido da sua correcção; • Procura actualizar os seus conhecimentos e aperfeiçoar-se profissionalmente. 		
<p>Capacidade de análise, de planeamento e de organização: Avalia a forma como identifica e actua perante as situações de trabalho diversificadas, bem como planeia, organiza e controla o seu trabalho em função dos objectivos definidos.</p> <p>4 Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e analisa as condições necessárias à execução das suas funções; • Reúne todos os dados disponíveis necessários à execução das suas tarefas; • Identifica e actua rapidamente perante um problema, apresentando soluções adaptadas; • É sistemático, organizado e objectivo na preparação, planeamento e calendarização das suas tarefas; • Organiza, planeia e controla o seu trabalho de acordo com a melhor utilização dos recursos que tem à sua disposição. 		
<p>Espírito de equipa e capacidade de coordenação: Avalia a facilidade de integração e inter-ajuda em equipas de trabalho, bem como a capacidade para controlar e orientar a actividade dessas mesmas equipas.</p> <p>5 Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha informações e conhecimentos com os colegas; • Gosta de trabalhar em equipa, reconhecendo e valorizando as contribuições individuais para o resultado do conjunto; • Colabora e coadjuva os outros elementos do grupo de trabalho; • Actua para desenvolver um clima amigável, moral elevada e espírito de cooperação entre os elementos do grupo de trabalho; • Aptidão para coordenar e orientar, eficazmente, a actividade de outros funcionários que colaborem e/ou participem na realização das suas tarefas. 		

A preencher no final do período de avaliação

A preencher no início do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS
--

PONDERAÇÃO

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO

6	<p>Responsabilidade e compromisso com o serviço: Avalia a capacidade de ponderar e avaliar as necessidades do serviço em função da sua missão e objectivos e de exercer as suas funções de acordo com essas necessidades.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolve-se nas tarefas que lhe estão atribuídas com vista à sua execução pontual e rigorosa; • Demonstra disponibilidade para responder às necessidades do serviço; • Enquadra-se bem no serviço e unidade orgânica a que pertence; • Cumpre as regras regulamentares relativas ao funcionamento do serviço.
---	--

Total da ponderação/
Classificação

100%

O avaliador, em __/__/__.

O avaliado, em __/__/__.

2.3. ATITUDE PESSOAL

Classificação	Fundamentação

3. AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO

Componentes da avaliação	Classificação	Ponderação
Objectivos		60%
Competências comportamentais		30%
Atitude pessoal		10%

Avaliação final – expressão quantitativa	
Avaliação final – expressão qualitativa	

3.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE EXCELENTE E MUITO BOM

(Factores que mais contribuíram para a classificação final de Excelente e Muito Bom e identificação dos contributos relevantes para o serviço nas classificações de Excelente)

3.2 VALIDAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE EXCELENTE E MUITO BOM

A classificação de _____ atribuída, foi aprovada e validada em reunião do Conselho de Coordenação da Avaliação que teve lugar a __/__/__, conforme consta da acta da referida reunião.

4. EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESEMPENHO DO AVALIADO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

--

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Áreas a desenvolver	Acções de formação profissional propostas

5. COMUNICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO FINAL

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

5.1 COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA AO AVALIADO

Tomai conhecimento da minha avaliação em entrevista realizada em __/__/__,

Observações:

O avaliado, _____,

5.2 HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Aos __/__/__, _____

5.3. CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO APÓS A HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Tomai conhecimento da homologação/despacho do dirigente máximo do serviço relativo à minha avaliação em __/__/__,

O avaliado, _____,

MINISTÉRIO _____

Organismo/Serviço _____

NIF _____

FICHA DE AVALIAÇÃO
PARA O PESSOAL DOS GRUPOS PROFISSIONAIS
TÉCNICO PROFISSIONAL E ADMINISTRATIVO

A preencher pelo avaliador

Avaliador _____

Cargo _____

NIF _____

Avaliado _____

Unidade orgânica _____

Carreira _____

Categoria _____

NIF _____

Período em avaliação _____ a _____

1. MISSÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

Descrição da missão da unidade orgânica:

2. COMPONENTES DA AVALIAÇÃO

2.1 OBJECTIVOS:

A preencher no início do período de avaliação

	DESCRIÇÃO DO OBJECTIVO E DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DE MEDIDA	PONDERAÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
Total da ponderação/ Classificação		100%

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO		
Superou claramente o objectivo (nível 5)	Cumpriu o objectivo (nível 3)	Não cumpriu o objectivo (nível 1)

O avaliador, em __/__/__, _____

O avaliado, em __/__/__, _____

2.2 COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS:

A preencher no início do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		PONDERAÇÃO	AVALIAÇÃO
1	Aptidões e conhecimentos especializados: Avalia as aptidões e os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho das respectivas funções.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra ter aptidão e conhecimentos adequados às exigências da função; • Aplica correctamente os conhecimentos que detém às situações concretas que lhe são colocadas; • Demonstra iniciativa, persistência e predisposição para actuar de forma positiva no desempenho das suas funções. 		
2	Capacidade de organização e concretização: Avalia forma como pondera, prepara e controla o seu trabalho, assim a realização, com rigor, das tarefas que lhe são afectas com vista ao cumprimento dos objectivos definidos.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e analisa as condições necessárias à execução das suas funções; • Reúne a informação de suporte necessária ao desempenho da sua actividade corrente; • É sistemático, organizado e objectivo na preparação, planeamento e calendarização das suas tarefas. • Realiza eficazmente e com rigor as tarefas que lhe estão cometidas. 		
3	Capacidade de adaptação e de melhoria contínua: Avalia a facilidade de ajustamento a novas tarefas e situações e a iniciativa para evoluir profissionalmente.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra flexibilidade e capacidade de se adaptar e trabalhar eficazmente em situações distintas e variadas e com pessoas ou grupos diversos; • Assume e encara a diversidade de tarefas no âmbito das suas funções como oportunidades de melhoria; • Reconhece os seus pontos fracos, agindo no sentido da sua correcção; • Procura actualizar os seus conhecimentos e aperfeiçoar-se profissionalmente. 		
4	Espírito de equipa: Avalia a facilidade de integração e inter-ajuda em equipas de trabalho.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Partilha informações e conhecimentos com os colegas; • Respeita as diferenças de opinião; • Valoriza as ideias, contributos e conhecimentos dos outros; • Actua para desenvolver um clima amigável, moral elevada e espírito de cooperação entre os elementos do grupo de trabalho. 		
5	Responsabilidade e compromisso com o serviço: Avalia a capacidade de ponderar e avaliar as necessidades do serviço em função da sua missão e objectivos e de exercer as suas funções de acordo com essas necessidades.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Envolve-se nas tarefas que lhe estão atribuídas com vista à sua execução pontual e rigorosa; • Demonstra disponibilidade para responder às necessidades do serviço; • Enquadra-se bem no serviço e unidade orgânica a que pertence; • Cumpre as regras regulamentares relativas ao funcionamento do serviço. 		
6*	Capacidade de coordenação: Avalia a capacidade para planejar, orientar e controlar a actividade das equipas de trabalho sob a sua dependência funcional.		
	Traduz-se nos seguintes comportamentos : <ul style="list-style-type: none"> • Quantifica e calendariza as tarefas a realizar, afectando os elementos da equipa à sua realização; • Define prioridades; • Acompanha sistematicamente o desenvolvimento do trabalho, detectando e solucionando os problemas ou erros que eventualmente surjam; • Promove a evolução e desenvolvimento profissional dos elementos da sua equipa. 		
Total da ponderação/Classificação		100%	

* aplicável ao pessoal com funções de chefia e coordenação.

O avaliador, em __/__/__,

O avaliado, em __/__/__,

2. COMPONENTES DA AVALIAÇÃO

2.1 OBJECTIVOS:

A preencher no início do período de avaliação

	DESCRIÇÃO DO OBJECTIVO E DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DE MEDIDA	PONDERAÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
Total da ponderação/ Classificação		100%

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO		
Superou claramente o objectivo (nível 5)	Cumpriu o objectivo (nível 3)	Não cumpriu o objectivo (nível 1)

O avaliador, em __/__/__,

O avaliado, em __/__/__,

2.2 COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS:

A preencher no início do período de avaliação

	DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS
1	<p><u>Aptidões e conhecimentos especializados:</u> Avalia as aptidões e os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho das respectivas funções.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra ter aptidão e conhecimentos adequados às exigências da função; • Aplica correctamente os conhecimentos que detém às situações concretas que lhe são colocadas; • Demonstra iniciativa, persistência e predisposição para actuar de forma positiva no desempenho das suas funções.
2	<p><u>Capacidade de realização:</u> Avalia forma como concretiza as tarefas que lhe são afectas com vista ao cumprimento dos objectivos definidos.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e analisa as condições necessárias à execução das suas funções; • Respeita as regras de segurança e revela cuidado e atenção na realização das suas tarefas, prevenindo acidentes; • Realiza eficazmente e com rigor as tarefas que lhe estão cometidas; • Realiza em tempo as tarefas que lhe estão cometidas.
3	<p><u>Capacidade de adaptação e de melhoria contínua:</u> Avalia a facilidade de ajustamento a novas tarefas e situações e a iniciativa para evoluir profissionalmente.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra flexibilidade e capacidade de se adaptar e trabalhar eficazmente em situações distintas e variadas e com pessoas ou grupos diversos; • Assume e encara a diversidade de tarefas no âmbito das suas funções como oportunidades de melhoria; • Reconhece os seus pontos fracos, agindo no sentido da sua correcção; • Procura actualizar os seus conhecimentos e aperfeiçoar-se profissionalmente.

PONDERAÇÃO

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO

Áreas a desenvolver	Ações de formação profissional propostas

5. COMUNICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO FINAL

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

5.1 COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA AO AVALIADO

Tomei conhecimento da minha avaliação em entrevista realizada em __/__/__.

Observações:

O avaliado, _____.

5.2. HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Aos __/__/__, _____.

5.3. CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO APÓS A HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Tomei conhecimento da homologação/despacho do dirigente máximo do serviço relativo à minha avaliação em __/__/__.

O avaliado, _____.

MINISTÉRIO _____

Organismo/Serviço _____

NIF _____

FICHA DE AVALIAÇÃO
PARA O GRUPO PROFISSIONAL DO PESSOAL
AUXILIAR

A preencher pelo avaliado:

Avaliador _____

Cargo _____

NIF _____

Avaliado _____

Unidade orgânica _____

Carreira _____

Categoria _____

NIF _____

Período em avaliação _____ a _____

1. MISSÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

Descrição da missão da unidade orgânica:

2. COMPONENTES DA AVALIAÇÃO

2.1 OBJECTIVOS:

A preencher no início do período de avaliação

	DESCRIÇÃO DO OBJECTIVO E DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DE MEDIDA	PONDERAÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
Total da ponderação/ Classificação		100%

A preencher na final do período de avaliação

AVALIAÇÃO		
Superou claramente o objectivo (nível 5)	Cumpriu o objectivo (nível 3)	Não cumpriu o objectivo (nível 1)

O avaliador, em __/__/__, _____.

O avaliado, em __/__/__, _____.

2.2 COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS:

A preencher no início do período de avaliação

A preencher no final do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		PONDERAÇÃO	AValiação
1	<p><u>Aptidões e conhecimentos especializados:</u> Avalia as aptidões e os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho das respectivas funções.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra ter aptidão e conhecimentos adequados às exigências da função; • Aplica correctamente os conhecimentos que detém às situações concretas que lhe são colocadas; • Demonstra iniciativa, persistência e predisposição para actuar de forma positiva no desempenho das suas funções. 		
2	<p><u>Capacidade de realização:</u> Avalia forma como concretiza as tarefas que lhe são afectas com vista ao cumprimento dos objectivos definidos.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreende e verifica as condições necessárias à execução das suas funções; • Realiza com rigor e eficácia as tarefas que lhe estão cometidas; • Realiza em tempo as tarefas que lhe estão cometidas. 		
3	<p><u>Capacidade de adaptação e de melhoria contínua:</u> Avalia a facilidade de ajustamento a novas tarefas e situações e a iniciativa para evoluir profissionalmente.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra flexibilidade e capacidade de se adaptar e trabalhar eficazmente em situações distintas e variadas e com pessoas ou grupos diversos; • Compreende os motivos que exigem uma mudança e ajusta a sua actuação a esta; • Reconhece os seus pontos fracos, agindo no sentido da sua correcção; • Procura actualizar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente. 		
4	<p><u>Espírito de equipa:</u> Avalia a facilidade de integração e inter-ajuda em equipas de trabalho.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha informações e conhecimentos com os colegas; • Respeita as diferenças de opinião; • Disponibiliza-se para assumir tarefas de um colega; • Tem um bom relacionamento com os colegas e promove um clima amigável e espírito de cooperação entre os elementos da equipa de trabalho. 		
5	<p><u>Responsabilidade e compromisso com o serviço:</u> Avalia a capacidade de ponderar e avaliar as necessidades do serviço em função da sua missão e objectivos e de exercer as suas funções de acordo com essas necessidades.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra disponibilidade para responder às necessidades do serviço; • Enquadra-se bem no serviço e unidade orgânica a que pertence; • Cumpre as regras regulamentares relativas ao funcionamento do serviço. 		
6*	<p><u>Capacidade de coordenação:</u> Avalia a capacidade para planear, orientar e controlar a actividade das equipas de trabalho sob a sua dependência funcional.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantifica e calendariza as tarefas a realizar, afectando os elementos da equipa à sua realização; • Define prioridades; • Acompanha sistematicamente o desenvolvimento do trabalho, detectando e solucionando os problemas ou erros que eventualmente surjam; • Promove a evolução e desenvolvimento profissional dos elementos da sua equipa. 		

* aplicável ao pessoal com funções de chefia e coordenação.

Total da ponderação/ Classificação	100%	
---------------------------------------	------	--

O avaliador, em __/__/__,

O avaliado, em __/__/__,

2.3. ATITUDE PESSOAL

Classificação	Fundamentação

3. AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO

Componentes da avaliação	Classificação	Ponderação
Objectivos		20%
Competências comportamentais		60%
Atitude pessoal		20%

Avaliação final – expressão quantitativa	
Avaliação final – expressão qualitativa	

3.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE EXCELENTE E MUITO BOM

(Factores que mais contribuíram para a classificação final de Excelente e Muito Bom e identificação dos contributos relevantes para o serviço nas classificações de Excelente)

3.2 VALIDAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE EXCELENTE E MUITO BOM

A classificação de _____ atribuída, foi aprovada e validada em reunião do Conselho de Coordenação da Avaliação que teve lugar a ____/____/____, conforme consta da acta da referida reunião.

4. EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESEMPENHO DO AVALIADO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

--

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Áreas a desenvolver	Acções de formação profissional propostas

5. COMUNICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO FINAL

5.1 COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA AO AVALIADO

Tomar conhecimento da minha avaliação em entrevista realizada em ____/____/____

Observações:

--

O avaliado, _____

5.2. HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

--

Aos ____/____/____,

5.3. CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO APÓS A HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Tomar conhecimento da homologação/despacho do dirigente máximo do serviço relativo à minha avaliação em ____/____/____.

O avaliado, _____

Instruções de preenchimento das fichas de avaliação do desempenho dos grupos profissionais: Técnico superior e técnico, técnico profissional e administrativo, operário e auxiliar.

Elementos de identificação

Este campo deve ser preenchido com os elementos identificativos do serviço ou organismo, do avaliador e do avaliado, sendo que o NIF corresponde ao número de identificação fiscal e é chave unívoca para o sistema informático de apoio.

1 — **Missão da unidade orgânica.** — Neste campo descreva de forma sucinta as funções fundamentais e determinantes da unidade orgânica a que o avaliado pertence e os objectivos essenciais que esta unidade garante, tendo como referência o plano de actividades.

2 — **Componentes da avaliação:**

2.1 — **Objectivos.** — Esta componente visa avaliar o nível de concretização dos resultados por parte do avaliado, tendo em consideração os objectivos e os indicadores de medida acordados entre avaliador e avaliado.

Descrição do objectivo e determinação do indicador de medida. — Este campo destina-se à descrição clara e sucinta dos objectivos acordados e à indicação da métrica de referência para aferição do grau de realização de cada objectivo.

Os objectivos devem ser no mínimo 3 e no máximo 5, sendo que, pelo menos 1 deve ser de responsabilidade partilhada.

A fixação dos objectivos tem de ter em conta a proporcionalidade entre os resultados visados e os meios disponíveis para a sua concretização.

Os objectivos devem ser, em princípio, acordados entre avaliador e avaliado, prevalecendo, em caso de discordância, a posição do avaliador.

O indicador de medida corresponde ao elemento qualitativo e quantitativo que permitirá determinar o grau de realização do objectivo fixado.

Ponderação. — Este campo destina-se à identificação da ponderação a atribuir pelo avaliador a cada objectivo.

A ponderação de cada objectivo não pode ter valor inferior a 15 % ou a 20 %, consoante tenham sido fixados 5 ou menos objectivos.

A soma das ponderações dos objectivos fixados deve totalizar 100 %.

Avaliação. — Este campo destina-se a assinalar o nível de realização de cada objectivo de acordo com a escala aí presente.

A indicação nível de realização é feita pela sinalização X na quadrícula correspondente.

Total da ponderação/classificação. — Estes campos destinam-se a indicar a soma das ponderações atribuídas (que deve totalizar 100 %) e apurar o resultado final da classificação da componente «Objectivos».

A classificação da componente «Objectivos» resulta da média ponderada das avaliações atribuídas a cada um dos objectivos.

O preenchimento destes campos é automático, quando utilizado o programa informático relativo à avaliação do desempenho.

2.2 — **Competências comportamentais.** — Esta componente visa avaliar as características pessoais demonstradas durante o período em avaliação, de acordo com o conjunto de requisitos requeridos para o desempenho das funções que correspondem à carreira e categoria a que pertence o avaliado.

Definição e descrição das competências. — Este campo identifica o conjunto de competências requeridas para o desempenho das funções e descreve os comportamentos em que estas se traduzem.

Ponderação. — Este campo destina-se à identificação da ponderação a atribuir pelo avaliador a cada competência.

A ponderação de cada competência não pode ter valor inferior a 10 %, devendo a soma das ponderações das competências seleccionadas totalizar 100 %.

Avaliação. — Este campo destina-se a avaliar as competências evidenciadas ao longo do período em avaliação de acordo com os comportamentos descritos, sendo a avaliação expressa numa escala de 1 a 5, tendo em conta as seguintes regras:

5 — *Excelente*. — Excede claramente o modelo de comportamentos definido para a competência, destacando-se no conjunto de funcionários da mesma categoria por um desempenho especialmente relevante, contribuindo significativamente para a melhoria do serviço.

4 — *Muito bom*. — Supera o modelo de comportamentos definido para a competência, revelando grande qualidade de desempenho e uma actuação activa, contribuindo para a qualidade do serviço.

3 — *Bom*. — Enquadra-se no modelo de comportamentos definido para a competência, revelando capacidade de desempenho e actuando de forma positiva, contribuindo assim para a qualidade do serviço.

2 — *Necessita de desenvolvimento*. — Não atinge o modelo de comportamentos definido para a competência, actuando de modo irregular e variável, revelando algumas dificuldades de desempenho.

1 — *Insuficiente*. — Está claramente abaixo do modelo de comportamentos definido para a competência, evidenciando deficiências graves de desempenho e revelando comportamentos desadequados à função.

Total da ponderação/classificação. — Estes campos destinam-se a indicar a soma das ponderações atribuídas (que deve totalizar 100 %) e a apurar o resultado final da classificação da componente «Competências comportamentais».

A classificação da componente «Competências comportamentais» vai resultar da média ponderada das avaliações dadas a cada uma das competências.

O preenchimento destes campos é automático, quando utilizado o programa informático relativo à avaliação do desempenho.

2.3 — Atitude pessoal. — Esta componente visa avaliar o empenho pessoal e disponibilidade manifestadas durante o período em avaliação, tendo em conta factores como o esforço realizado, o interesse e a motivação demonstrados.

Classificação. — Este campo destina-se a classificar esta componente, tendo em conta uma escala de 1 a 5 de acordo com os seguintes critérios:

5 — *Excelente*. — Evidenciou uma notável dinâmica na prossecução dos objectivos, demonstrou sempre elevado interesse em aprofundar os seus conhecimentos, distinguiu-se por manter um elevado nível de motivação pessoal, assim como elevados padrões de exigência em relação àquilo que faz, mantém excelentes relações interpessoais com os colegas e promove acentuadamente o esforço da equipa a que pertence, destacando-se claramente como uma referência no grupo de trabalho.

4 — *Muito bom*. — Demonstrou grande dinâmica na prossecução dos objectivos, manifestou muito interesse em aprofundar os seus conhecimentos, manteve um alto nível de motivação pessoal, assim como altos padrões de exigência em relação àquilo que faz, mantém muito boas relações interpessoais com os colegas e fomenta activamente o esforço da equipa a que pertence.

3 — *Bom*. — Revelou dinamismo na prossecução dos objectivos e interesse em aprofundar os seus conhecimentos, manteve um bom nível de motivação pessoal, assim como bons padrões de exigência em relação àquilo que faz, mantém boas relações interpessoais com os colegas e fomenta o esforço da equipa a que pertence.

2 — *Necessita de desenvolvimento*. — Revelou pouca dinâmica na prossecução dos objectivos, não manifestou interesse em aprofundar os seus conhecimentos e melhorar as suas competências, demonstrou um baixo nível de motivação pessoal, assim como baixos padrões de exigência em relação àquilo que faz, tem uma relação cordial com os colegas e participa o esforço da equipa a que pertence.

1 — *Insuficiente*. — Revelou passividade e negligência na prossecução dos objectivos, manifestou desinteresse em aprofundar os seus conhecimentos e melhorar as suas competências, evidenciou falta de motivação pessoal, assim como indiferença em relação àquilo que faz, tem dificuldades de relacionamento com os colegas e de integração nas equipas de trabalho.

Fundamentação. — Este campo destina-se a fundamentar a avaliação feita pelo avaliador, devendo este descrever sumariamente os motivos em que se baseou para atribuir a classificação.

3 — Avaliação global do desempenho. — Este quadro destina-se a apurar o resultado final, quantitativo e qualitativo, da avaliação do desempenho do avaliado, de acordo com a seguinte escala de avaliação:

Excelente — de 4,5 a 5 valores;
Muito bom — de 4 a 4,4 valores;
Bom — de 3 a 3,9 valores;
Necessita de desenvolvimento — de 2 a 2,9 valores;
Insuficiente — de 1 a 1,9 valores.

A classificação final vai resultar da média ponderada das classificações dadas a cada uma das componentes da avaliação.

O preenchimento deste quadro é automático, quando utilizado o programa informático relativo à avaliação do desempenho.

3.1 — Fundamentação das classificações de Excelente e Muito bom. — Este campo destina-se a ser preenchido apenas nos casos em que a avaliação global do desempenho seja de *Excelente* ou *Muito bom*.

Na fundamentação da avaliação, o avaliador deve evidenciar os factores que contribuíram para a classificação final, devendo ainda identificar, nas classificações de *Excelente*, os contributos do avaliado que foram relevantes para a melhoria do serviço, tendo em vista a sua inclusão na base de dados relativa a boas práticas na Administração Pública.

3.2 — Validação das classificações de Excelente e Muito bom. — Tal como o campo anterior, este campo só será preenchido nos casos em que a avaliação global do desempenho seja de *Excelente* ou *Muito bom* e destina-se a demonstrar que a classificação atribuída foi confirmada pelo Conselho de Coordenação da Avaliação.

Deve identificar-se nos espaços em branco qual a classificação atribuída e a data em que teve lugar a reunião do Conselho de Coordenação da Avaliação.

4 — Expectativas, condições e ou requisitos de desenvolvimento do desempenho do avaliado:

4.1 — Expectativas, condições e ou requisitos de desenvolvimento. — Neste campo faça uma apreciação sucinta das qualidades do avaliado, projectando o seu potencial de desenvolvimento e identificando as condições para a sua concretização.

4.2 — Identificação de necessidades de formação profissional. — Neste quadro indique, com base na apreciação feita no campo anterior, as áreas que o avaliado deverá promover com vista ao seu desenvolvimento profissional e identifique, ainda, até um máximo de três, as acções de formação que servirão de suporte a esse desenvolvimento.

A identificação das acções de formação deverá ter em conta as necessidades prioritárias do avaliado face à exigência das funções que lhe estão atribuídas e aos recursos disponíveis para o efeito.

5 — Comunicação e homologação da classificação final:

5.1 — Comunicação da avaliação atribuída ao avaliado. — Este campo destina-se a comprovar a tomada de conhecimento pelo avaliado da avaliação que lhe foi comunicada pelo avaliador durante a entrevista de avaliação.

O campo «Observações» destina-se a ser preenchido pelo avaliado, que deverá aqui produzir as observações que entenda serem pertinentes, relativas à classificação que lhe foi atribuída pelo avaliador em fase prévia à homologação.

5.2 — Homologação/despacho do dirigente máximo do serviço. — Este campo destina-se a ser preenchido pelo dirigente máximo do serviço ou organismo, o qual deverá indicar se homologa a classificação atribuída ao avaliado pelo avaliador ou, caso não concorde com a mesma, estabelecer ele próprio a classificação a atribuir, mediante despacho fundamentado.

5.3 — Conhecimento da avaliação após a homologação/despacho do dirigente máximo do serviço. — Este campo destina-se a comprovar a tomada de conhecimento pelo avaliado da avaliação após homologação ou despacho de classificação do dirigente máximo do serviço.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

MINISTÉRIO _____
 Serviço ou Organismo _____
 NIF _____

FICHA DE AVALIAÇÃO PARA OS DIRIGENTES DE NÍVEL INTERMÉDIO

Avaliador _____
 Cargo _____
 NIF _____

Avaliado _____
 Cargo _____
 Unidade orgânica _____
 NIF _____

Período em avaliação _____ a _____

1. MISSÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

Descrição de missão da unidade orgânica:

2. COMPONENTES DA AVALIAÇÃO**2.1 OBJECTIVOS:**

A preencher no início do período de avaliação

DESCRIÇÃO DO OBJECTIVO E DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DE MEDIDA		PONDERAÇÃO
1		
2		
3		
4		
5		
Total da ponderação/ Classificação		100%

A preencher no final do período de avaliação

AVALIAÇÃO		
Superou claramente o objectivo (nível 5)	Cumpriu o objectivo (nível 3)	Não cumpriu o objectivo (nível 1)

O avaliador, em __/__/__, _____

O avaliado, em __/__/__, _____

2.2 COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS:

A preencher no início do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	
1	<p><u>Orientação para os resultados e qualidade do serviço:</u> Avalia a capacidade e dinâmica pessoal para a realização dos objectivos definidos.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antecipa, para si e para os elementos da sua unidade orgânica, a definição de metas ambiciosas que pressupõem um valor acrescentado para o serviço ou organismo. • É persistente na consecução dos objectivos definidos; • Revê os seus métodos de trabalho para melhorar a qualidade do seu desempenho; • Monitoriza o desenvolvimento das capacidades e competências dos elementos da sua unidade orgânica, efectuando análises comparativas da sua unidade orgânica com outras com desempenhos elevados.
2	<p><u>Capacidade de liderança e orientação de pessoas:</u> Avalia a capacidade de dirigir e coordenar dos elementos da sua unidade orgânica para a realização dos objectivos.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transmite e comunica os objectivos, estratégias e planos de acção de uma forma clara e precisa; • Define as responsabilidades e tarefas dos elementos da sua unidade orgânica em função das suas aptidões; • Acompanha de forma sistematizada as actividades próprias e de equipa dos elementos da sua unidade orgânica, assegurando o cumprimento das actividades prioritárias; • Cria nos elementos da sua unidade orgânica um espírito de compromisso ao longo do tempo na prossecução dos objectivos definidos.

A preencher no final do período de avaliação

PONDERAÇÃO	AVALIAÇÃO

A preencher no início do período de avaliação

A preencher no final do período de avaliação

DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		PONDERAÇÃO	AValiação
3	<p><u>Capacidade de promover a mudança e melhoria contínua:</u> Avalia a capacidade de actuação perante novas situações ou necessidades de mudança, tendo em vista a promoção da melhoria contínua do serviço ou organismo.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propõe medidas e acções concretas com vista à melhoria do desempenho do serviço ou organismo; • Adota e promove a adopção de formas de trabalho inovadoras e de novas tecnologias; • Fomenta o espírito de iniciativa dos elementos da sua unidade orgânica; • Assume e encara as mudanças como oportunidades e não como problemas; • Aceita as mudanças organizacionais e funcionais, actuando de acordo com as alterações e/ou prioridades definidas. 		
4	<p><u>Capacidade de análise e de planeamento e organização:</u> Avalia a capacidade de planear, organizar e controlar a actividade da sua unidade orgânica, bem como de actuar perante situações de trabalho diversificadas.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organiza as suas actividades e as da sua unidade orgânica baseando-se no nível de importância e prioridade; • Planeia, quantifica e calendariza os projectos, acções e tarefas a desenvolver no âmbito da sua unidade orgânica, afectando os recursos necessários à sua consecução; • Identifica os problemas e actua rapidamente, aplicando soluções adaptadas; • Acompanha o desenrolar das actividades desenvolvidas pelos elementos da sua unidade orgânica, controlando as suas fases, prazos e execução, detectando e suprimindo lacunas e erros e assegurando a sua realização de acordo com os objectivos definidos. 		
5	<p><u>Capacidade de desenvolvimento e motivação das pessoas:</u> Avalia a capacidade de apoiar a aprendizagem e desenvolvimento profissional dos elementos da sua unidade orgânica, assim como de promover o seu envolvimento activo nas tarefas e actividades do serviço.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhece e valoriza o desempenho dos elementos da sua unidade orgânica apoiando a sua evolução e desenvolvimento profissional; • Actua para desenvolver um clima amigável, moral elevada e espírito de cooperação entre os elementos da sua unidade orgânica; • Dá feedback construtivo, directo e frequente ao longo do ano, aos elementos da sua unidade orgânica, clarificando as expectativas em termos de desempenho; • Incentiva a iniciativa e responsabilidade dos funcionários. 		
6	<p><u>Visão estratégica:</u> Avalia a capacidade de perspectivar a evolução do serviço ou organismo em função da sua missão e objectivos e de assegurar o alinhamento da actividade da sua unidade orgânica nesse sentido.</p> <p>Traduz-se nos seguintes comportamentos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhece e compreende a estratégia e objectivos do serviço ou organismo, actuando de acordo com eles; • Age de forma integrada, avaliando o impacto que as acções desenvolvidas ao nível da sua unidade orgânica têm nas restantes unidades do organismo; • Demonstra disponibilidade para responder às necessidades do serviço ou organismo; • Antecipa as necessidades de adaptação do serviço ou organismo. 		
Total da ponderação/ Classificação		100%	

O avaliador, em __/__/__, _____

O avaliado, em __/__/__, _____

3. AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO

Componentes da avaliação	Classificação	Ponderação
Objectivos		75%
Competências comportamentais		25%

Avaliação final – expressão quantitativa	
Avaliação final – expressão qualitativa	

3.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE EXCELENTE E MUITO BOM

(Factores que mais contribuíram para a classificação final de Excelente e Muito Bom e identificação dos contributos relevantes para o serviço nas classificações de Excelente)

4. EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESEMPENHO DO AVALIADO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

4.1 EXPECTATIVAS, CONDIÇÕES E/OU REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Áreas a desenvolver	Acções de formação profissional propostas

5. COMUNICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO FINAL

5.1 COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATRIBUÍDA AO AVALIADO

Tomei conhecimento da minha avaliação em entrevista realizada em ____/____/____.

Observações:

O avaliado, _____

5.2 HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DOS DIRIGENTES DE NÍVEL SUPERIOR

Ass. ____/____/____

Ass. ____/____/____

Ass. ____/____/____

5.3. CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO APÓS A HOMOLOGAÇÃO/DESPACHO DOS DIRIGENTES DE NÍVEL SUPERIOR

Tomei conhecimento da homologação/despacho dos dirigentes de nível superior relativo à minha avaliação em ____/____/____.

O avaliado, _____

Instruções de preenchimento da ficha de avaliação para os dirigentes de nível intermédio

Elementos de identificação. — Este campo deve ser preenchido com os elementos identificativos do serviço ou organismo, do avaliador e do avaliado, sendo que o NIF corresponde ao número de identificação fiscal e é chave unívoca para o sistema informático de apoio.

1 — Missão da unidade orgânica. — Neste campo descreva de forma sucinta as funções fundamentais e determinantes da unidade orgânica a que o avaliado pertence e os objectivos essenciais que esta unidade garante, tendo como referência o plano de actividades.

2 — Componentes da avaliação:

2.1 — Objectivos. — Esta componente visa avaliar o nível de concretização dos resultados por parte do avaliado, tendo em consideração os objectivos e os indicadores de medida estabelecidos.

Descrição do objectivo e determinação do indicador de medida. — Este campo destina-se à descrição clara e sucinta dos objectivos acordados e à indicação da métrica de referência para aferição do grau de realização de cada objectivo.

Os objectivos devem ser no mínimo 3 e no máximo 5, sendo que, pelo menos 1 deve ser de responsabilidade partilhada.

A fixação dos objectivos tem de ter em conta a proporcionalidade entre os resultados visados e os meios disponíveis para a sua concretização.

Os objectivos devem ser, em princípio, acordados entre avaliador e avaliado, prevalecendo, em caso de discordância, a posição do avaliador.

O indicador de medida corresponde ao elemento qualitativo e quantitativo que permitirá determinar o grau de realização do objectivo fixado.

Ponderação. — Este campo destina-se à identificação da ponderação a atribuir pelo avaliador a cada objectivo.

A ponderação de cada objectivo não pode ter valor inferior a 15 % ou a 20 %, consoante tenham sido fixados 5 ou menos objectivos.

A soma das ponderações dos objectivos fixados deve totalizar 100 %.

Avaliação. — Este campo destina-se a assinalar o nível de realização de cada objectivo de acordo com a escala aí presente.

A indicação nível de realização é feita pela sinalização X na quadrícula correspondente.

Total da ponderação/classificação. — Estes campos destinam-se a indicar a soma das ponderações atribuídas (que deve totalizar 100 %) e apurar o resultado final da classificação da componente «Objectivos».

A classificação da componente «Objectivos» resulta da média ponderada das avaliações atribuídas a cada um dos objectivos.

O preenchimento destes campos é automático, quando utilizado o programa informático relativo à avaliação do desempenho.

2.2 — Competências comportamentais. — Esta componente visa avaliar as características pessoais demonstradas durante o período em avaliação, de acordo com o conjunto de requisitos requeridos para o desempenho das funções que correspondem ao cargo do avaliado.

Definição e descrição das competências. — Este campo identifica o conjunto de competências requeridas para o desempenho do cargo e descreve os comportamentos em que estas se traduzem.

Ponderação. — Este campo destina-se à identificação da ponderação a atribuir pelo avaliador a cada competência.

A ponderação de cada competência não pode ter valor inferior a 10 %, devendo a soma das ponderações das competências seleccionadas totalizar 100 %.

Avaliação. — Este campo destina-se a avaliar as competências evidenciadas ao longo do período em avaliação de acordo com os comportamentos descritos, sendo a avaliação expressa numa escala de 1 a 5, tendo em conta as seguintes regras:

5 — Excelente. — Excede claramente o modelo de comportamentos definido para a competência, destacando-se por um desempenho especialmente relevante, contribuindo significativamente para a melhoria do serviço.

Ministério da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior**Portaria n.º 501/2004****de 10 de Maio**

Considerando-se necessário proceder à revisão da estrutura curricular dos cursos de formação de oficiais do quadro permanente do Exército ministrados na Academia Militar, por forma a adequá-los, através da incorporação de novos conteúdos programáticos, aos desafios de modernização resultantes da constante inovação tecnológica e às exigências dos novos desempenhos operacionais e administrativos que actualmente são cometidos ao Exército, no âmbito nacional e internacional;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 302/88, de 2 de Setembro;
Sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior, o seguinte:

1.º Os anexos I a VIII à Portaria n.º 20/97, de 7 de Janeiro, passam a ter a redacção constante dos correspondentes anexos à presente portaria, da qual fazem parte integrante.

2.º A presente portaria é aplicável aos cursos iniciados a partir do ano lectivo de 2000-2001, inclusive.

3.º Os cursos iniciados na vigência da Portaria n.º 20/97, de 7 de Janeiro, mantêm a respectiva estrutura curricular até à sua conclusão.

Em 7 de Abril de 2004.

Pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*,
Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes. — A Ministra da Ciência e do Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*

ANEXO I**Licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Infantaria**

a) Área científica do curso: Ciências Militares.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: nove semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	11,5
Física e Química	7
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	28,5
Material e Tiro	11,5
Comando, História e Estratégia Militar	18
Economia, Gestão e Administração	14,5
Ciências Sócio-Comportamentais	17
Ciências Jurídicas	26
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15

Trabalho Final de Curso	13
<i>Total</i>	<u>181,5</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	450
Treino Físico (TF)	<u>705</u>
<i>Total</i>	<u>1 155</u>

ANEXO II**Licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Artilharia**

a) Área científica do curso: Ciências Militares.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: nove semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	11,5
Física e Química	11,5
Ciências da Terra e do Espaço	6
Organização, Tática e Logística	26
Material e Tiro	25,5
Comando, História e Estratégia Militar	18
Economia, Gestão e Administração	14,5
Ciências Sócio-Comportamentais	17
Ciências Jurídicas	26
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15
Trabalho Final de Curso	<u>13</u>
<i>Total</i>	<u>200,5</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	450
Treino Físico (TF)	<u>645</u>
<i>Total</i>	<u>1 095</u>

ANEXO III**Licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Cavalaria**

a) Área científica do curso: Ciências Militares.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: nove semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	11,5
Física e Química	7
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	28,5
Material e Tiro	11,5
Comando, História e Estratégia Militar	18
Economia, Gestão e Administração	14,5
Ciências Sócio-Comportamentais	17
Ciências Jurídicas	26
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15
Trabalho Final de Curso	13
<i>Total</i>	<u>181,5</u>

- 2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	450
Treino Físico (TF)	795
<i>Total</i>	<u>1 245</u>

ANEXO IV

Licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Administração Militar

- a) Área científica do curso: Ciências Militares.

- b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: nove semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	18
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	25
Material e Tiro	10
Comando, História e Estratégia Militar	18
Economia, Gestão e Administração	50
Ciências Sócio-Comportamentais	9
Ciências Jurídicas	20
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15

Trabalho Final de Curso	5
<i>Total</i>	<u>188</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	450
Treino Físico (TF)	705
<i>Total</i>	<u>1 155</u>

ANEXO V

Licenciatura em Engenharia Militar, especialidade de Engenharia

a) Área científica do curso: Engenharia Militar.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: 13 semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	45,5
Física e Química	16
Ciências da Terra e do Espaço	12
Organização, Tática e Logística	22,5
Material e Tiro	4
Comando, História e Estratégia Militar	13
Engenharia Civil	100
Economia, Gestão e Administração	5
Ciências Sócio-Comportamentais	3
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15
<i>Total</i>	<u>252,5</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	465
Treino Físico (TF)	690
<i>Total</i>	<u>1 155</u>

ANEXO VI

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica Militar, especialidade de Transmissões

a) Área científica do curso: Engenharia Electrotécnica Militar.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: 13 semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	35,5
Física e Química	17
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	19
Material e Tiro	1
Comando, História e Estratégia Militar	13
Engenharia Electrotécnica a) Opção Telecomunicações	140
Engenharia Electrotécnica b) Opção Computadores	139
Economia, Gestão e Administração	8
Ciências Sócio-Comportamentais	3
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	15
<i>Total opção a).....</i>	<i>271</i>
<i>Total opção b).....</i>	<i><u>270</u></i>

- 2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	465
Treino Físico (TF)	705
<i>Total</i>	<i><u>1 170</u></i>

ANEXO VII

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica Militar, especialidade de Material

- a) Área científica do curso: Engenharia Electrotécnica Militar.
- b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: 13 semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	35,5
Física e Química	17
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	19
Material e Tiro	4
Comando, História e Estratégia Militar	13
Engenharia Electrotécnica	130
Economia, Gestão e Administração	7

Ciências Sócio-Comportamentais	3
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	<u>15</u>
<i>Total</i>	<u>263</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	465
Treino Físico (TF)	<u>705</u>
<i>Total</i>	<u>1 170</u>

ANEXO VIII

Licenciatura em Engenharia Mecânica Militar, especialidade de Material

a) Área científica do curso: Engenharia Mecânica Militar.

b) Duração normal do curso:

- 1) Parte escolar: 13 semestres lectivos;
- 2) Tirocínio para oficial (TPO): um semestre lectivo.

c) Estrutura curricular:

- 1) Créditos mínimos das áreas científicas de índole estritamente académica:

	UC
Matemática, Informática e Representação Gráfica	39
Física e Química	20
Ciências da Terra e do Espaço	3
Organização, Tática e Logística	19
Material e Tiro	10
Comando, História e Estratégia Militar	13
Engenharia Mecânica	133
Economia, Gestão e Administração	6
Ciências Sócio-Comportamentais	3
Motricidade Humana	1,5
Línguas Estrangeiras	15
Tirocínio para Oficial (Estágio de Fim de Curso)	<u>15</u>
<i>Total</i>	<u>277,5</u>

2) Carga horária mínima das áreas disciplinares de instrução e treino:

	Horas
Preparação e Treino Militar (PTM)	465
Treino Físico (TF)	<u>705</u>
<i>Total</i>	<u>1 170</u>

V — DESPACHOS**Ministério da Defesa Nacional****Despacho n.º 9086/2004****de 23 de Abril**

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino o seguinte:

1 — Que Portugal ratifique o STANAG 4281 PPS (ED.02)(RD) «Nato Standard Marking for Shipment and Storage».

2 — A implementação será efectuada no Exército em data coincidente com a definida para a ratificação nacional.

O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Despacho n.º 9087/2004**de 23 de Abril**

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino que Portugal ratifique o STANAG 4554 LAND (ED.01) «Automated Mission Planning System (AMPS) for Battlefield Helicopters».

O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Despacho n.º 10 167/2004**de 7 de Maio**

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território

nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino que Portugal ratifique o STANAG 2413 MH (ED.03)(RD.01) «Demountable Load Carrying Platforms (DLCP/Flatracks)».

O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Despacho n.º 10 469/2004

de 12 de Maio

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino o seguinte:

1 — Que Portugal ratifique e implemente o STANAG 7141 EP (ED.01)(RD.01) «Join NATO Doctrine for Environmental Protection during NATO Led Operations and Exercises»;

2 — A implementação será efectuada na Marinha e no Exército um ano após a data de promulgação definida por parte da autoridade OTAN competente, apresentando a Marinha a seguinte reserva:

«O STANAG em estudo, no respeitante às unidades navais, será implementado apenas nas futuras aquisições ou nas unidades já existentes que sejam remodeladas.»

O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 10 724/2004

de 10 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º e o n.º 2 do artigo 24.º, ambos do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, delego no chefe interino do Centro de Finanças Geral, TCOR ADMIL (14567779) **Jorge Carmo da Costa**:

- a) Competência para homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil e militarizado do Exército, do Centro de Finanças Geral;
- b) Competência para a constituição de uma comissão paritária.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2004.

O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *Manuel Bação da Costa Lemos*, tenente-general.

Despacho n.º 10 725/2004
de 10 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 18 983/2003, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, subdelego no chefe interino do Centro de Finanças Geral, TCOR ADMIL(14567779) **Jorge Carmo da Costa**, a competência para autorizar despesas:

- a) Com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços com cumprimento de formalidades legais até € 9975,95;
- b) Sem recurso ou com dispensa de realização de contrato escrito até € 4987,97.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1 no subchefe do Centro de Finanças Geral.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo chefe interino do Centro de Finanças Geral que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *Manuel Bação da Costa Lemos*, tenente-general.

Despacho n.º 10 726/2004
de 3 de Maio

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 18 983/2003, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, subdelego no chefe do Centro de Finanças Geral, TCOR ADMIL (03341581) **João Manuel Lopes Nunes dos Reis**, a competência para autorizar despesas:

- a) Com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços com cumprimento de formalidades legais até € 9975,95;
- b) Sem recurso ou com dispensa de realização de contrato escrito até € 4987,97.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1 no subchefe do Centro de Finanças Geral.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 3 de Maio de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo chefe interino do Centro de Finanças Geral que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *Manuel Bação da Costa Lemos*, tenente-general.

Despacho n.º 10 727/2004
de 3 de Maio

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º e o n.º 2 do artigo 24.º ambos do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, delego no chefe do Centro de Finanças Geral, TCOR ADMIL (03341581) **João Manuel Lopes Nunes dos Reis**:

- a) Competência para homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil e militarizado do Exército, do Centro de Finanças Geral;
- b) Competência para a constituição de uma comissão paritária.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 3 de Maio de 2004.

O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *Manuel Bação da Costa Lemos*, tenente-general.

Subchefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 9807/2004

de 25 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 5580/2004, do general Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 23 de Março de 2004, subdelego no chefe da Repartição de Apoio Geral do Estado-Maior do Exército, COR CAV (18947973) **António Carlos Marques Cabral**, a competência para autorizar despesas:

- a) Com locação e aquisição de bens e serviços até € 25 000;
- b) Com empreitadas de obras públicas até € 25 000.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo chefe da Repartição de Apoio Geral do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Subchefe do Estado-Maior do Exército, *Duarte Manuel Alves dos Reis*, coronel tirocinado.

Governo Militar de Lisboa

Despacho n.º 8818/2004

de 15 de Abril

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1, alínea c), do Despacho n.º 4978/2004, do tenente-general Governador Militar de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 18 de Fevereiro de 2004, subdelego no subchefe de estado-maior (SubCEM) do Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, TCOR INF (00492182), **José Custódio Madaleno Geraldo**, a competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, com o cumprimento das formalidades legais, até € 5000.

2 — Este despacho produz efeitos desde 18 de Fevereiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo oficial que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Chefe de Estado-Maior, *Edorindo dos Santos Ferreira*, coronel.

Despacho n.º 8819/2004

de 15 de Abril

1 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelos n.º 1, alíneas b) e e), e 3 do Despacho n.º 621/2004 (2.ª série), de 20 de Novembro de 2003, do general Chefe do Estado-Maior

do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004, subdelego no comandante do Regimento de Transmissões (RTm), COR TM (19278675), **José António Henriques Dinis**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do RTm:

- a) Decidir sobre processos de amparo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento de Amparos, aprovado pela Portaria n.º 94/90, de 8 de Fevereiro;
- b) Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, com o cumprimento das formalidades legais até € 5000;
- c) Autorizar a subdelegação das competências referidas no 2.º comandante do RTm.

2 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 1 de Agosto, delego na entidade referida no número anterior a competência para, no âmbito do RTm, homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos respectivos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil do Exército e militarizado.

De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, será constituída, no RTm, uma comissão paritária.

3 — Este despacho produz efeitos desde 30 de Março de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo oficial que se inclui no âmbito desta subdelegação de competências.

O Governador Militar, *Armando de Almeida Martins*, tenente-general.

Região Militar do Norte

Despacho n.º 10 728/2004

de 5 de Maio

1 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 21 005/2003, de 13 de Outubro, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 253, de 31 de Outubro de 2003, subdelego no chefe de estado-maior do Quartel-General da Região Militar do Norte COR TM ENG (75159975) **Rui Manuel da Silva Rodrigues** a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até € 12 500;
- b) Competência para conceder a credenciação nacional no grau de confidencial ao pessoal sob o seu comando.

2 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, subdelego ainda competência para homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil do Exército e militarizado.

De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, será constituída uma comissão paritária na unidade referida no número anterior.

3 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1, alínea a), no subchefe de estado-maior do Quartel-General da Região Militar do Norte.

4 — Este despacho produz efeitos a partir de 3 de Maio de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Eduardo Augusto Carneiro Teixeira*, tenente-general.

Despacho n.º 10 729/2004**de 5 de Maio**

1 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 21 005/2003, de 13 de Outubro, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 253, de 31 de Outubro de 2003, subdelego no chefe de estado-maior interino do Quartel-General da Região Militar do Norte TCOR INF (08923580) **Óscar Humberto Almeida Megre Barbosa** a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até € 12 500;
- b) Competência para conceder a credenciação nacional no grau de confidencial ao pessoal sob o seu comando.

2 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, subdelego ainda competência para homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil do Exército e militarizado.

De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, será constituída uma comissão paritária na unidade referida no número anterior.

3 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1, alínea a), no subchefe de estado-maior interino do Quartel-General da Região Militar do Norte.

4 — Este despacho produz efeitos a partir de 22 de Março de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Eduardo Augusto Carneiro Teixeira*, tenente-general.

Campo Militar de Santa Margarida**Despacho n.º 8750/2004****de 19 de Fevereiro**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo general CEME, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no TCOR CAV (14336280), **Luís Nunes da Fonseca**, comandante do Agrupamento GOLF/BMI/SFOR, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 17 500.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do agrupamento GOLF/BMI/SFOR que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8751/2004**de 19 de Fevereiro**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004,

subdelego no COR CAV (07355876), **José Alberto Martins Ferreira**, 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Nos termos do artigo 39.º da secção IX do regulamento aprovado pelo Despacho n.º 335/94, de 21 de Dezembro, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1995, delego também no 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida, COR CAV (07355876), **José Alberto Martins Ferreira**, os poderes constantes nas alíneas *c)*, *d)*, *e)*, *h)*, *i)*, *j)* e *l)* do artigo 4.º da secção IV do mesmo regulamento.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados pelo 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8752/2004

de 19 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no COR CAV (02952479), **Luís Manuel Prostes Villa de Brito**, comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1 no 2.º comandante, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4 do Campo Militar de Santa Margarida, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8753/2004

de 19 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no TCOR ADMIL (02404379) **José Manuel Pronto do Rosário Santos**, chefe do Centro de Finanças do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referida no n.º 1 no subchefe, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo chefe do Centro de Finanças do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8754/2004

de 19 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no

TCOR INF (04889079), **Fernando Atanásio Lourenço**, comandante do Batalhão de Comando e Serviços do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referida no n.º 1 no 2.º comandante, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4 do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8755/2004
de 26 de Fevereiro

1 — Subdelego no comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, COR CAV (02952479), **Luís Manuel Prostes Villa de Brito**, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Regimento, a competência que me é conferida pelo Despacho n.º 21/2004, do GEN CEME, publicado sob o n.º 3602/2004 no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 2004, para:

- a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação, nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea i) do artigo 28.º do mesmo regulamento;
- b) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8756/2004
de 26 de Fevereiro

1 — Subdelego no comandante do Batalhão de Comando e Serviços/CMSM, TCOR INF (04889079), **Fernando Atanásio Lourenço**, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Batalhão, a competência que me é conferida pelo Despacho n.º 21/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 3602/2004 no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 2004, para:

- a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea i) do artigo 28.º do mesmo regulamento;
- b) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Fevereiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8757/2004
de 23 de Março

1 — Subdelego no comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/Brigada Mecanizada Independente, TCOR INF (15254081) **João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte**, a competência que me é conferida pelo Despacho n.º 47/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República*, 2.^a série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8758/2004
de 23 de Março

1 — Subdelego no comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/Brigada Mecanizada Independente, TCOR INF (18922483) **Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão**, a competência que me é conferida pelo Despacho n.º 47/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República*, 2.^a série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8759/2004
de 23 de Março

1 — Subdelego no comandante do Grupo de Artilharia de Campanha/BMI, TCOR ART (16800382) **Luís Filipe Costa Figueiredo**, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Grupo, a competência que me é conferida pelo Despacho n.º 47/2004, do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República*, 2.^a série, de 18 de Março de 2004, para:

- a*) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea *i*) do artigo 28.º do mesmo regulamento;
- b*) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Despacho n.º 8760/2004
de 23 de Março

1 — Subdelego no comandante do Batalhão de Apoio de Serviços/Brigada Mecanizada Independente, TCOR INF (18442080) **Alfredo Manuel Catarino Carvalhão Tavares**, a competência

que me é conferida pelo Despacho n.º 47/04, do GEN CEME, publicado sob n.º 5338/2004 no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *h*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMI 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte*, major-general.

Comando das Tropas Aerotransportadas

Despacho n.º 8761/2004

de 16 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 24 756/2003 (2.ª série), de 23 de Outubro, do comandante do CTAT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 296, de 24 de Dezembro de 2003, subdelego no 2.º comandante da Unidade de Apoio, TCOR INF (10884983) **Nuno Domingos Marques Cardoso**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 469,95.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2004.

O Comandante da Unidade de Apoio, *Cláudio Martins Lopes*, coronel.

Brigada Ligeira de Intervenção

Despacho n.º 9235/2004

de 15 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 5 do Despacho n.º 15 652/2003, de 24 de Julho, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 12 de Agosto de 2003, subdelego no comandante do contingente português em Timor, TCOR CAV (14359083), **Francisco Xavier Ferreira de Sousa**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 24 939,89.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Carlos Manuel Chaves Gonçalves*, major-general.

Regimento de Infantaria n.º 13

Despacho n.º 9236/2004

de 1 de Abril

1 — Ao abrigo do n.º 3 do Despacho n.º 24 978/2003, de 24 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 2003, subdelego no 2.º comandante

do RI 13, TCOR INF (105411582), **João Alexandre Gomes Teixeira**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até € 12 500.

2 — Este despacho produz efeito a partir de 29 de Março de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Carlos Manuel Martins Branco*, coronel.

Hospital Militar Principal

Despacho n.º 9974/2004

de 3 de Maio

Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo Despacho n.º 20 563/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 2003, subdelego no adjunto para a administração do Hospital Militar Principal, COR ADMIL (01578171) **Artur José C. Botha de Paiva**, competência para autorizar:

- 1) Até ao limite de € 12 469,95, despesas com locação e aquisição de bens e serviços;
- 2) Este despacho produz efeitos retroactivos desde 7 de Agosto de 2003, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Director, *Jorge Duro Mateus Cardoso*, coronel.

VI — DESPACHOS CONJUNTOS

**Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional
e da Ciência e do Ensino Superior**

Despacho conjunto n.º 291/2004

de 22 de Abril

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objectivos de reorganização das suas instalações militares de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afecto à Defesa Nacional;

Considerando que a alienação dos imóveis, disponibilizados pela contracção do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infra-estruturas em zonas adequadas, libertando, assim, os espaços urbanos que, pelas suas características, se revelam inadequados à função militar;

Considerando que a Universidade Nova de Lisboa (UNL), com base em protocolos celebrados entre o Estado-Maior do Exército e a UNL, em 1984 e 1997, ocupa alguns espaços do PM 65/Lisboa — Colégio de Campolide, onde instalou a Faculdade de Economia, a Reitoria e a sede dos Serviços Sociais e onde projecta instalar a nova Faculdade de Direito;

Considerando que na sequência destes protocolos foi liquidada pela UNL a importância de € 997 596;

Considerando que o PM 65/Lisboa — Colégio de Campolide foi desafectado do domínio público militar pela resolução n.º 3/2002 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 17 de Janeiro de 2002:

Assim, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de Junho, determina-se o seguinte:

1 — É autorizada a reafecção ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa — Colégio de Campolide, assinalada na planta anexa, parte integrante do presente despacho conjunto, situado na Rua do Marquês da Fronteira, freguesia de São Sebastião da Pedreira, município de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 3134, descrito na 8.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 2683/990401/S, inscrito a favor do Estado sob o n.º G19990401017-AP.17, mediante a compensação financeira de € 15 280 109, a que será deduzida a importância de € 997 596, correspondente ao adiantamento já processado.

2 — A liquidação do montante de € 14 282 513 (€ 15 280 109 — € 997 596), o qual integra juros devidos pelo pagamento diferido, de acordo com a portaria n.º 602/98, de 16 de Junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Junho de 1998, far-se-á em prestações anuais e de acordo com o seguinte calendário:

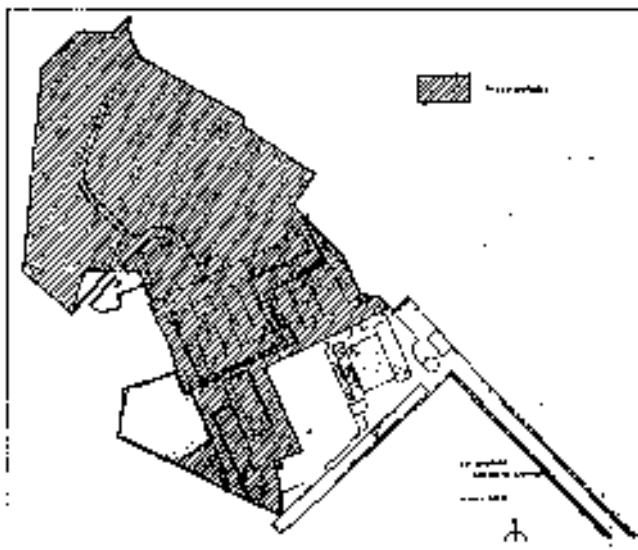
- € 1 000 000, 30 dias após a publicação do presente despacho conjunto;
- € 4 282 513, a liquidar em Janeiro de 2005;
- € 3 000 000, a liquidar em Janeiro de 2006;
- € 3 000 000, a liquidar em Janeiro de 2007;
- € 3 000 000, a liquidar em Janeiro de 2008;

e terá a seguinte distribuição:

- a) 5 % daquela verba, no montante global de € 714 126, são consignados à Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional [capítulo 01.05.01 — (F.F.123) 02.02.25 — «Outros serviços»], nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de Agosto;
- b) O restante, no valor de € 13 568 387, será inscrito no orçamento do Ministério da Defesa Nacional [capítulo 01.05.01 — (F.F.110) — 07.01.14 — «Investimentos militares»], com vista à construção e manutenção de infra-estruturas afectas ao Ministério da Defesa Nacional e para a aquisição de equipamentos e bens necessários à modernização e operacionalidade das Forças Armadas, de acordo com do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de Agosto.

3 — A Direcção-Geral do Património do Ministério das Finanças e o órgão ou serviço para o efeito designado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior celebram o auto de afectação e entrega, posteriormente comunicado à Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*. — O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — A Ministra da Ciência e do Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*.



VII — PROTOCOLOS

Chefe do Estado-Maior do Exército

Protocolo de Colaboração entre a Escola Prática de Artilharia e o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Formação Profissional de Évora

Protocolo de Colaboração - Curso de Costureiras

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (“IEFP”), organismo dotado de personalidade de direito público nos termos do art.º 1.º do Estatuto anexo ao Dec. 247/85, de 12 de Julho, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 501 442 600, com sede na Av. José Malhoa, 11 Lisboa, neste acto representado pelo Dr. Francisco Maria Soares Lopes Figueira, que, outorga na qualidade de Delegado Regional do Alentejo, ao abrigo da deliberação de delegação de competências da Comissão Executiva do IEPF, emitida em 31-07-2002, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 209, de 10-09-2002, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA (EPA), titular do cartão de pessoa colectiva n.º 600021610, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas, neste acto representada pelo seu Comandante, Sr. Coronel Frederico José Rovisco Duarte, adiante designo por SEGUNDO OUTORGANTE;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O primeiro outorgante vai desenvolver uma acção de formação profissional na área de, Curso de Costureiras, com início em 17 de Novembro de 2003 e fim em 28 de Maio de 2004, a frequentar por 12 formandos, acção essa que não se reveste de natureza lucrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA

1 — Para o desenvolvimento daquela acção o segundo outorgante cede ao primeiro um espaço com a área aproximada de 250 m², com entrada pela porta de armas da EPA, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas.

2 — O segundo outorgante disponibilizará ainda ao primeiro os equipamentos necessários ao normal funcionamento da formação, incluindo a assistência, manutenção técnica e quaisquer reparações daí provenientes.

3 — O segundo outorgante obriga-se a proceder aos serviços de limpeza do espaço cedido, bem como a suportar o pagamento das despesas de água e electricidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

1 — Pela cedência do espaço identificado no n.º 1 da cláusula segunda e pelos serviços referidos nos n.ºs 2 e 3 da mesma cláusula, o primeiro outorgante pagará ao segundo, a título de compensação mensal, o montante de 300 € até ao dia 08, de cada mês, contra recibo.

2 — O primeiro outorgante obriga-se ainda:

- a) Planificar, executar, acompanhar e avaliar a acção de formação;
- b) Informar o segundo outorgante da constituição da turma para que se desenvolvam os necessários processos de segurança inerentes à circulação no interior da Unidade;
- c) Responsabilizar-se pela execução do seguro de acidentes pessoais para todos os formandos durante o período de formação;
- d) Pagar os custos com os formadores e com os formandos por si designados;
- e) Atribuir os respectivos certificados de qualificação profissional.

CLÁUSULA QUARTA

O presente protocolo vigorará até ao final da acção mencionada na cláusula primeira, sem qualquer alteração do montante referido no n.º 1 da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA

1 — O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos outorgantes com 90 (noventa dias) de antecedência, em relação à data de produção dos respectivos efeitos, mediante registada com aviso de recepção.

2 — Qualquer alteração ao presente protocolo assumirá a forma escrita e será subscrita por ambas as partes.

Os representantes dos outorgantes declaram que aceitam o presente protocolo com todas as suas cláusulas e condições, de que têm inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

O presente protocolo está escrito em três folhas, é elaborado em quadruplicado, sendo cada um dos exemplares rubricados e assinados por ambas as partes, e posteriormente remetidos ao Gabinete de Sua Ex.^a o General CEME, ao QG/Sul, ao Centro de Formação Profissional de Évora e à EPA.

Évora, (data)

Pelo Primeiro Outorgante
O Delegado Regional do Alentejo do IEFP

Pelo Segundo Outorgante
O Comandante da EPA

Protocolo de Colaboração - Curso de Electricistas

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (“IEFP”), organismo dotado de personalidade de direito público nos termos do art.º 1.º do Estatuto anexo ao Dec. 247/85, de 12 de Julho, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 501 442 600, com sede na Av. José Malhoa, 11 Lisboa, neste acto representado pelo Dr. Francisco Maria Soares Lopes Figueira, que, outorga na qualidade de Delegado Regional do Alentejo, ao abrigo da deliberação de delegação de competências da Comissão Executiva do IEFP, emitida em 31-07-2002, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 209, de 10-09-2002, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA (EPA), titular do cartão de pessoa colectiva n.º 600021610, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas, neste acto representada pelo seu Comandante, Sr. Coronel Frederico José Rovisco Duarte, adiante designo por SEGUNDO OUTORGANTE;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O primeiro outorgante vai desenvolver uma acção de formação profissional na área de, Curso de Electricistas, com início em 13 de Outubro de 2003 e fim em 23 de Julho de 2004, a frequentar por 12 formandos, acção essa que não se reveste de natureza lucrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA

1 — Para o desenvolvimento daquela acção o segundo outorgante cede ao primeiro um espaço com a área aproximada de 220 m², com entrada pela porta de armas da EPA, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas.

2 — O segundo outorgante disponibilizará ainda ao primeiro os equipamentos necessários ao normal funcionamento da formação, incluindo a assistência, manutenção técnica e quaisquer reparações daí provenientes.

3 — O segundo outorgante obriga-se a proceder aos serviços de limpeza do espaço cedido, bem como a suportar o pagamento das despesas de água e electricidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

1 — Pela cedência do espaço identificado no n.º 1 da cláusula segunda e pelos serviços referidos nos n.ºs 2 e 3 da mesma cláusula, o primeiro outorgante pagará ao segundo, a título de compensação mensal, o montante de 224.46 € até ao dia 08, de cada mês, contra recibo.

2 — O primeiro outorgante obriga-se ainda:

- a) Planificar, executar, acompanhar e avaliar a acção de formação;
- b) Informar o segundo outorgante da constituição da turma para que se desenvolvam os necessários processos de segurança inerentes à circulação no interior da Unidade;
- c) Responsabilizar-se pela execução do seguro de acidentes pessoais para todos os formandos durante o período de formação;
- d) Pagar os custos com os formadores e com os formandos por si designados;
- e) Atribuir os respectivos certificados de qualificação profissional.

CLÁUSULA QUARTA

O presente protocolo vigorará até ao final da acção mencionada na cláusula primeira, sem qualquer alteração do montante referido no n.º 1 da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA

1 — O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos outorgantes com 90 (noventa dias) de antecedência, em relação à data de produção dos respectivos efeitos, mediante registada com aviso de recepção.

2 — Qualquer alteração ao presente protocolo assumirá a forma escrita e será subscrita por ambas as partes.

Os representantes dos outorgantes declaram que aceitam o presente protocolo com todas as suas cláusulas e condições, de que têm inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

O presente protocolo está escrito em três folhas, é elaborado em quadruplicado, sendo cada um dos exemplares rubricados e assinados por ambas as partes, e posteriormente remetidos ao Gabinete de Sua Ex.^a o General CEME, ao QG/Sul, ao Centro de Formação Profissional de Évora e à EPA.

Évora, (data)

Pelo Primeiro Outorgante
O Delegado Regional do Alentejo do IEFP

Pelo Segundo Outorgante
O Comandante da EPA

Protocolo de Colaboração - Curso de Mecânico Auto

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (“IEFP”), organismo dotado de personalidade de direito público nos termos do art.º 1.º do Estatuto anexo ao Dec. 247/85, de 12 de Julho, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 501 442 600, com sede na Av. José Malhoa, 11 Lisboa, neste acto representado pelo Dr. Francisco Maria Soares Lopes Figueira, que, outorga na qualidade de Delegado Regional do Alentejo, ao abrigo da deliberação de delegação de competências da Comissão Executiva do IEFP, emitida em 31-07-2002, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 209, de 10-09-2002, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA (EPA), titular do cartão de pessoa colectiva n.º 600021610, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas, neste acto representada pelo seu Comandante, Sr. Coronel Frederico José Rovisco Duarte, adiante designo por SEGUNDO OUTORGANTE;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O primeiro outorgante vai desenvolver uma acção de formação profissional na área de, Curso de Mecânica Automóvel, com início em 08 de Março de 2003 e fim em 04 de Fevereiro de 2004, a frequentar por 13 formandos, acção essa que não se reveste de natureza lucrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA

1 — Para o desenvolvimento daquela acção o segundo outorgante cede ao primeiro um espaço com a área aproximada de 250 m², com entrada pela porta de armas da EPA, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas.

2 — O segundo outorgante disponibilizará ainda ao primeiro os equipamentos necessários ao normal funcionamento da formação, incluindo a assistência, manutenção técnica e quaisquer reparações daí provenientes.

3 — O segundo outorgante obriga-se a proceder aos serviços de limpeza do espaço cedido, bem como a suportar o pagamento das despesas de água e electricidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

1 — Pela cedência do espaço identificado no n.º 1 da cláusula segunda e pelos serviços referidos nos n.ºs 2 e 3 da mesma cláusula, o primeiro outorgante pagará ao segundo, a título de compensação mensal, o montante de 250 € até ao dia 08, de cada mês, contra recibo.

2 — O primeiro outorgante obriga-se ainda:

- a) Planificar, executar, acompanhar e avaliar a acção de formação;
- b) Informar o segundo outorgante da constituição da turma para que se desenvolvam os necessários processos de segurança inerentes à circulação no interior da Unidade;
- c) Responsabilizar-se pela execução do seguro de acidentes pessoais para todos os formandos durante o período de formação;
- d) Pagar os custos com os formadores e com os formandos por si designados;
- e) Atribuir os respectivos certificados de qualificação profissional.

CLÁUSULA QUARTA

O presente protocolo vigorará até ao final da acção mencionada na cláusula primeira, sem qualquer alteração do montante referido no n.º 1 da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA

1 — O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos outorgantes com 90 (noventa dias) de antecedência, em relação à data de produção dos respectivos efeitos, mediante registada com aviso de recepção.

2 — Qualquer alteração ao presente protocolo assumirá a forma escrita e será subscrita por ambas as partes.

Os representantes dos outorgantes declaram que aceitam o presente protocolo com todas as suas cláusulas e condições, de que têm inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

O presente protocolo está escrito em três folhas, é elaborado em quadruplicado, sendo cada um dos exemplares rubricados e assinados por ambas as partes, e posteriormente remetidos ao Gabinete de Sua Ex.^a o General CEME, ao QG/Sul, ao Centro de Formação Profissional de Évora e à EPA.

Évora, (data)

Pelo Primeiro Outorgante
O Delegado Regional do Alentejo do IEFP

Pelo Segundo Outorgante
O Comandante da EPA

Protocolo de Colaboração - Curso de Empregados de Mesa

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (“IEFP”), organismo dotado de personalidade de direito público nos termos do art.º 1.º do Estatuto anexo ao Dec. 247/85, de 12 de Julho, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 501 442 600, com sede na Av. José Malhoa, 11 Lisboa, neste acto representado pelo Dr. Francisco Maria Soares Lopes Figueira, que, outorga na qualidade de Delegado Regional do Alentejo, ao abrigo da deliberação de delegação de competências da Comissão Executiva do IEFP, emitida em 31-07-2002, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 209, de 10-09-2002, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA (EPA), titular do cartão de pessoa colectiva n.º 600021610, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas, neste acto representada pelo seu Comandante, Sr. Coronel Frederico José Rovisco Duarte, adiante designo por SEGUNDO OUTORGANTE;

é celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O primeiro outorgante vai desenvolver uma acção de formação profissional na área de, Curso de Empregados de Mesa, com início em 01 de Março de 2003 e fim em 19 de Janeiro de 2004, a frequentar por 12 formandos, acção essa que não se reveste de natureza lucrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA

1 — Para o desenvolvimento daquela acção o segundo outorgante cede ao primeiro um espaço com a área aproximada de 200 m², com entrada pela porta de armas da EPA, sita na Av. da República, 7080-099 em Vendas Novas.

2 — O segundo outorgante disponibilizará ainda ao primeiro os equipamentos necessários ao normal funcionamento da formação, incluindo a assistência, manutenção técnica e quaisquer reparações daí provenientes.

3 — O segundo outorgante obriga-se a proceder aos serviços de limpeza do espaço cedido, bem como a suportar o pagamento das despesas de água e electricidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

1 — Pela cedência do espaço identificado no n.º 1 da cláusula segunda e pelos serviços referidos nos n.ºs 2 e 3 da mesma cláusula, o primeiro outorgante pagará ao segundo, a título de compensação mensal, o montante de 250 € até ao dia 08, de cada mês, contra recibo.

2 — O primeiro outorgante obriga-se ainda:

- a) Planificar, executar, acompanhar e avaliar a acção de formação;
- b) Informar o segundo outorgante da constituição da turma para que se desenvolvam os necessários processos de segurança inerentes à circulação no interior da Unidade;
- c) Responsabilizar-se pela execução do seguro de acidentes pessoais para todos os formandos durante o período de formação;
- d) Pagar os custos com os formadores e com os formandos por si designados;
- e) Atribuir os respectivos certificados de qualificação profissional.

CLÁUSULA QUARTA

O presente protocolo vigorará até ao final da acção mencionada na cláusula primeira, sem qualquer alteração do montante referido no n.º 1 da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA

1 — O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos outorgantes com 90 (noventa dias) de antecedência, em relação à data de produção dos respectivos efeitos, mediante registada com aviso de recepção.

2 — Qualquer alteração ao presente protocolo assumirá a forma escrita e será subscrita por ambas as partes.

Os representantes dos outorgantes declaram que aceitam o presente protocolo com todas as suas cláusulas e condições, de que têm inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

O presente protocolo está escrito em três folhas, é elaborado em quadruplicado, sendo cada um dos exemplares rubricados e assinados por ambas as partes, e posteriormente remetidos ao Gabinete de Sua Ex.ª o General CEME, ao QG/Sul, ao Centro de Formação Profissional de Évora e à EPA.

Évora, (data)

Pelo Primeiro Outorgante
O Delegado Regional do Alentejo do IEFP

Pelo Segundo Outorgante
O Comandante da EPA

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Luís Vasco Valença Pinto, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Jorge Manuel Silvério, tenente-general.

PÁGINA EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 5/31 DE MAIO DE 2004

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos arts. 16.º, n.º 1, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 13.º, n.º 1.º do mesmo diploma legal, o MGEN (07181666) Mário de Oliveira Cardoso.

(Por portaria de 10 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos arts. 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o COR INF (09859176) Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes.

(Por portaria de 27 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do art. 16.º e n.º 2 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 13.º do mesmo Decreto, o TCOR INF (14046682) José Paulo Bernardino Serra.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 1.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o COR INF (09334568) João Manuel Marques Pinheiro Moura.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o MAJ TM (07053786) Amílcar Pires Fernandes Garcia Monteiro.

(Por portaria de 19 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado

ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o CAP SGE (19071778) António José Lopes de Azevedo.

(Por portaria de 3 de Março de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SCH CAV (18419881) Victor Manuel Rodrigues dos Santos.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ INF (19359385) Carlos Manuel Soares Alves.

(Por portaria de 9 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ TM (06387881) Abílio Fernandes Bento.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ ADMIL (16720885) José António Fonseca.

(Por portaria de 3 de Março de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ MAT (16667683) João Manuel da Silva.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos do n.º 1 do art. 34.º conjugado com o n.º 2 do art. 23.º do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/2002 de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe o 1SAR ADMIL (19305691) José Manuel Alves dos Santos.

(Por portaria de 9 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª classe, nos termos do disposto nos arts. 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *a*), 27.º, n.º 1, alínea *a*), 34.º, n.º 3 e 38., n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º, do mesmo diploma, o MGEN (50473611) Augusto Pires de Sousa Neves.

(Por portaria de 6 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª classe, nos termos do disposto nos arts. 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *a*), 27.º, n.º 1, alínea *a*), 34.º, n.º 3 e 38., n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar

e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º, do mesmo diploma, o MGEN (02757266) Anselmo de Jesus Silva.

(Por portaria de 18 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MGEN GRAD (08412167) Rui Alexandre Cardoso Teixeira.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª classe, nos termos do disposto, nos art. 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *a*), 27.º, n.º 1, alínea *a*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º, do mesmo diploma, o COR CAV RES (20691111) José Manuel Marques Pacífico dos Reis.

(Por portaria de 20 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o COR TM (03364772) João Maria do Couto Lemos.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR INF (03476485) João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR CAV (13951683) Jorge Manuel Antunes Cameira.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR ADMIL (08129277) Luís António Lopes Cardoso.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR ADMIL (06220279) Jorge Eduardo Mota Santos.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR ADMIL (11881779) José Manuel Lopes Afonso.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do disposto nos arts. 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *b*), 27.º, n.º 1, alínea *b*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º, do mesmo diploma, o TCOR SGE CMD (60548370) António Manuel Pereira Neves.

(Por portaria de 20 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TCOR SGPQ (12038079) João Batista Oliveira Gomes.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ CAV (03906586) Abel de Jesus Sequeira Matroca.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ SGE (14338377) Serafim Bártolo dos Santos.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ SGE (07874878) Fernando Alberto Alves Fernandes.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ SGE (17869478) Fernando Tomás Ferreira.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ SGE (06582678) Sebastião de Sousa Cruz Lopes.

(Por portaria de 9 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o MAJ SGE (13215078) José Francisco da Silva Simões.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do

Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP INF (14377688) Delfim Constantino Valente da Fonseca.

(Por portaria de 9 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP ART (06866989) Octávio João Marques Avelar.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP CAV (00669090) João Carlos Pinto Bouça Flores Santana.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP ADMIL (01312685) José Francisco Madureira dos Santos.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP SGE (16562678) Acácio Cardoso do Nascimento.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CAP SGE (15097079) António Agostinho Sabino Miranda.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SCH INF (08118978) José Carlos Esteves.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SCH INF (03020981) Paulo Jorge Craveiro Reis Costa.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SCH INF (06486181) José Maria Paúl Rebelo.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SCH ART (05230174) Custódio das Neves da Cunha Cruz.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SCH SGE (11701479) Vitor Manuel da Graça Novais.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ INF (12654180) Alfredo José Pereira.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ ART (10700076) Joaquim da Piedade Carrasco Honrado.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ ART (15758679) Henrique António Canoa Ribeiro.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ ART (01770984) Sérgio Manuel Aires de Matos.

(Por portaria de 9 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do disposto nos arts. 26.º, n.º 1, alínea d) e n.º 2, alínea d), 27.º, n.º 1, alínea d), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º, do mesmo diploma, o SAJ CAV (19732683) Armindo Santos Silva.

(Por portaria de 3 de Março de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ ENG (06856681) Emanuel de Jesus Rodrigues Moreira da Silva.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ ADMIL (18316885) Jorge Manuel de Araújo Fonseca.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ MAT (17841779) António José Rodrigues Bento.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ MAT (06058383) Carlos Manuel Afonso Vieira da Costa.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ MAT (17673483) Manuel Agostinho Borges Machado.

(Por portaria de 9 de Fevereiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ MAT (19530284) Paulo António de Oliveira Gonçalves de Barros.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ MAT (00257885) Vasco Manuel Guedes de Melo Matias.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ SGE (07283684) Rui Rodrigues Duarte Redinho.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o SAJ PARAQ (16434776) Orlando Tomaz Marques de Sousa.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR INF (16257685) António Crespo Rabeca.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR INF (15906090) Victor Manuel Neves Grova.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR INF (09010691) Paulo Alexandre Trigueiro Nunes.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR CAV (02485390) Paulo Manuel da Piedade Mesquita.

(Por portaria de 29 de Janeiro de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR AMAN (10994177) José António Madeira.

(Por portaria de 16 de Janeiro de 2004)

Condecorados com a medalha de ouro de comportamento exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

COR INF (18422771) Manuel Augusto Carlos Manata;
COR INF (18702971) Ambrósio Luís Mendes Pechirra;
COR ENG (08924976) José Manuel Fernandes da Silva Santos;
COR TM (19278675) José António Henriques Dinis;
COR TM GNR (12066274) António Manuel Carvalheira Porfírio;
COR ADMIL GNR (10235373) Carlos Alberto Pereira Donas Bôto Bordalo;
SMOR INF (07242273) José Joaquim Matos de Figueiredo;
SMOR CAV GNR (61109972) António Henrique de Assunção Braga dos Reis;
SAJ MUS GNR (05070875) Maurício Vieira da Silva;
CAB INF GNR (09251570) Humberto Manuel da Fonseca Ferreira;
CAB INF GNR (18773270) Abílio José Vieira.

(Por despacho de 15 de Março de 2004)

Condecorados com a medalha de prata de comportamento exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

SMOR ART (03805777) Carlos Alberto Valente Almeida Ferreira.

(Por despacho de 20 de Fevereiro de 2004)

TCOR ADMIL (12132974) Camilo João Dias Pedro;
CAP INF (17385789) Pedro Filipe Leal Marques Pires da Silva;
CAP ART (10075390) Renato Afonso Gonçalves Assis;
CAP ENG (11122990) Bartolomeu Pedro Martins de Bastos;
CAP MAT (06576377) Mário Manuel da Silva Balbino;
1SAR INF (00412888) Luís Manuel dos Santos Gomes;
1SAR INF (01498088) -Filipe José Ferreira da Costa Vieira;
1SAR INF (07879988) Rui Manuel Correia Costa;
1SAR INF (12935188) Lucínio José Silva Fernandes;
1SAR ART (07438287) Emidio Joaquim da Silva Batista;
1SAR ART (12771187) João Paulo Correia da Costa;
1SAR CAV (05451285) José Manuel Matos Gaspar Moraes;
1SAR ENG (08413487) Mário Jorge Duarte de Oliveira Maia;
1SAR ENG (13336187) Augusto Manuel Fonseca Vidal;
1SAR ENG 00272687) Gabriel Soares Lopes;
1SAR ENG 15718088) Horácio Lopes Augusto;

1SAR MAT 16290990) Mário António Barradas Baião;
1SAR MUS 06249691) Carlos Reinaldo dos Santos Antunes Guerreiro.

(Por despacho de 2 de Março de 2004)

CAP INF (15608689) Paulo José Tiago Loureiro;
CAP INF (14125687) António da Silveira Pataco Raposo;
1SAR /FARM (00311287) Fernando José Vilaça de Pinho.

(Por despacho de 3 de Março de 2004)

CAP INF (03912989) Paulo Jorge Gonçalves Martins.

(Por despacho de 4 de Março de 2004)

CAP ENG (03909289) Pedro Nuno Rego Ferreira;
1SAR INF (08020487) Rui Paulo Alves Pereira Costa;
1SAR AM (14920986) António Manuel Mendes Neves.

(Por despacho de 9 de Março de 2004)

CAP INF (11857088) Roberto Martins Mariano;
CAP ART (03469389) João Manuel da Cruz Seatra;
SAJ ART (03514586) João Manuel Gaspar da Silva;
1SAR INF (14907386) Armando de Deus Mourato de Andrade;
1SAR INF (16297089) Guilherme Joaquim Ganhão Guerra;
1SAR ART (19440287) Luís Manuel Bulhão Pateiro;
1SAR ART (01286787) Amílcar Cardoso Curvinha Lopes;
1SAR ART (04807187) José Manuel Quintaneiro Selorindo;
1SAR MAT (03749587) Victor Manuel Pinadas Ramos;
1SAR AMAN (15026487) Jorge da Silva Louro.

(Por despacho de 22 de Março de 2004)

COR INF (00072274) Manuel Diamantino Pinheiro Correia;
MAJ TM (11068479) Moisés Neutério Caroceiras Vaz;
CAP INF (19843491) Manuel José Antunes da Costa Reis;
CAP ADMIL (12816886) Fernando Jorge Cachado Farinha;
SMOR INF (05786574) Jaime Afonso Azeredo Alves;
SCH INF (18456779) Ângelo Alberto Fernandes Pousa;
SAJ TM (07853482) José Luís da Cunha Pereira;
1SAR INF (04206585) José Manuel Castanheiro dos Santos;
1SAR INF (04507588) Mário de Jesus Simões;
1SAR INF (13283188) José Joaquim Martins António;
1SAR ART (00470288) Gilberto Soares Pires;
1SAR ART (05885288) Paulo Jorge Rodrigues Moraes;
1SAR ENG (18956587) Paulo Jorge Rodrigues Perna;
1SAR MAT (12857188) Marcos Andrade Pinto;
1SAR SGE (03372088) José Figueiredo Rodrigues;
1SAR SGE (09271288) Fernando Manuel Travassos Pimenta.

(Por despacho de 23 de Março de 2004)

Condecorados com a medalha cobre de comportamento exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

TCOR MED (01531481) Joaquim António Mendes Luz Machado Caetano;
MAJ VET (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro;

CAP INF (33205492) João Luís Barreira;
CAP ART (03928991) Carlos Miguel Cruto Roque;
CAP ART (14558392) Paulo Manuel da Encarnação Rosendo;
TEN ADMIL (14402095) Margarida Alexandra da Costa Albano;
1SAR ART (16496990) Fernando Manuel da Graça Neves;
2SAR INF (32324693) José António Lopes Marques;
2SAR ENG (35800293) Manuel Lopes Moraes;
2SAR PESSEC (37818393) Maria Júlia de Sá Faria de Abreu;

(Por despacho de 3 de Março de 2004)

2SAR PESSEC (12801296) Bruno António dos Santos da Silva.

(Por despacho de 4 de Março de 2004)

2SAR ENG (11503595) Jorge Manuel Soares Parente.

(Por despacho de 9 de Março de 2004)

TCOR ADMIL (14567779) Jorge Carmo da Costa;
CAP INF (14857691) José Virgílio dos Reis Martins;
CAP INF (14557792) Helder Manuel Homem Felix;
CAP INF (12472493) Fernando Jorge Fonseca Rijo;
CAP MAT (03582492) João Luís Barradas de Oliveira Ramos;
TEN INF (11852594) António José Feliciano Marques;
TEN INF (13163696) Fausto Ferreira de Campos;
TEN INF (09117294) Fernando César de Oliveira Ribeiro;
TEN INF (03750294) Ricardo Bruno da Mota Pires;
TEN INF (12488095) Pedro Manuel Cardoso da Costa;
TEN INF (34620193) Samuel Batista de Jesus;
TEN CAV (07233197) Adriano Augusto Gomes Branco;
TEN CAV (27951693) Nuno Pedro Queirós Mesquita Almeida;
TEN ART (03066797) Orlando Belarmino Soares Panza;
SAJ INF (09936485) Carlos Manuel Martins dos Santos;
SAJ MUS (17072285) Carlos Manuel Inocêncio Rodrigues;
1SAR INF (09546886) José dos Santos Guerra;
1SAR AM (13750096) Luís Filipe Estevão Vitória;
2SAR INF (03415194) David Miguel da Luz Lopes;
2SAR ART (03329695) Sérgio Nuno Correia de Bastos;
2SAR ART (31124692) Sérgio Manuel do Nascimento Contente.

(Por despacho de 17 de Março de 2004)

2SAR MAT (03212294) José Carlos Henriques da Silva Reis.

(Por despacho de 24 de Março de 2004)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes Militares:

1SAR AMAN (15075780) Jorge M. M. Segundo dos Santos, “MOÇAMBIQUE 1993-1994”.

(Por despacho de 17 de Dezembro de 2003)

TCOR MED (08368675) António Bernardo da Cunha Horta, “BÓSNIA 1996”;
SAJ INF (01719779) Altino Júlio Calvo, “BÓSNIA 1999”;
SAJ INF (15115283) Álvaro Martins Marques, “BÓSNIA 2000-2001”.

(Por despacho de 17 de Março de 2004)

TCOR ADMIL (02372981) Jorge Manuel Lopes Nunes Dos Reis, “JUGUSLÁVIA 1992”
MAJ INF (05962787) Eduardo Manuel Vieira Pombo, “BÓSNIA 2002-2003”;
MAJ INF (11794785) Francisco José Ferreira Duarte, “MOÇAMBIQUE 1994”;
MAJ INF (14752086) Lúcio M. S. Marinho de Campos, “SAHARA OCIDENTAL 1999-2000”;
MAJ INF (01672587) Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves, “BÓSNIA 1997”;
CAP INF (00845989) António Esperança Fiel, “BÓSNIA 2002-2003”;
SCH INF (18784278) Fernando de Almeida Pereira, “BÓSNIA 2002-2003”;
SAJ INF (09771385) Victor Manuel Gomes Coimbra, “BÓSNIA 2002-2003”.

(Por despacho de 23 de Março de 2004)

Por despacho de 4 de Fevereiro de 2004 do general CEME, aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “ANGOLA 1996”, relativa ao 1SAR TM (13246088) Mateus Amorim de Carvalho.

Por despacho de 4 de Fevereiro de 2004 do general CEME, aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “BÓSNIA 2002-2003”, relativa ao 1SAR TM (13246088) Mateus Amorim de Carvalho.

Por despacho de 17 de Março de 2004 do general CEME, aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “BÓSNIA 2001”, relativa ao SAJ INF (01719779) Altino Júlio Calvo.

Por despacho de 23 de Março de 2004 do general CEME, aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “BÓSNIA 1999”, relativa ao MAJ INF (01672587) Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves.

Por despacho de 23 de Março de 2004 do general CEME, aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “KOSOVO 2000-2001”, relativa ao MAJ INF (01672587) Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves.

Louvores

O TGEN (31684462) Mário Arnaldo Jesus da Silva, pela forma extraordinariamente devotada, esclarecida, dinâmica e eficaz como serviu o Exército durante mais de 47 anos de serviço efectivo, demonstrando, ao longo de uma distinta carreira, qualidades morais e virtudes militares ímpares, uma insuperável correcção profissional e um incedível apego ao Exército e à Instituição Militar, torna-se credor de justo e público louvor.

Oficial muito inteligente, sagaz e de grande cultura, são-lhe igualmente reconhecidos invulgares dotes de carácter, de que se destacam lealdade inquestionável, frontalidade de atitudes, conduta ética irrepreensível, notável capacidade de liderança e grande espírito de camaradagem. Este singular conjunto de qualidades constituiu o cerne da excelência dos seus serviços durante uma carreira pautada por desempenhos de elevada lucidez e superior dignidade.

No aspecto operacional, cumpriu quatro comissões de serviço no ex-Ultramar. A primeira, na Índia, de 1960 a 1962, como Comandante 3.º Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento n.º 2 do “Agrupamento D. João de Castro”, tendo-se distinguido pela serenidade e espírito de decisão em frente ao inimigo e debaixo de fogo. A segunda, em Angola, de 1964 a 1966, como Comandante de Companhia de Cavalaria 483 e como Adjunto do Chefe da 2.ª Repartição do Quartel-General da Região Militar de Angola, onde revelou muita competência, objectividade e inteligência. A terceira, em São Tomé e Príncipe, em 1968-69, como Oficial de Operações e Informações do Comando Territorial Independente e a última em Angola, em 1975, como Oficial de Operações e 2º Comandante de Batalhão onde demonstrou grande dedicação e zelo, elevado espírito de organização e invulgar ponderação e critério.

A sua carreira esteve indelevelmente ligada às unidades de Reconhecimento, de Carros de Combate e a Santa Margarida onde, por diversas ocasiões, exerceu funções de Comando. Como Subalterno, foi Comandante de Pelotão e de Esquadrão do Grupo Divisionário de Carros de Combate, mais tarde, como Capitão, foi Comandante de Esquadrão e Chefe do Gabinete de Instrução do Regimento de Cavalaria 4 e, como oficial superior, desempenhou os cargos de Comandante do Esquadrão de Reconhecimento e de Comandante do Grupo de Carros de Combate, da 1.ª Brigada Mista Independente (1.ª BMI). Após a realização do Curso Superior de Comando e Direcção exerceu ainda, sucessivamente, as funções de 2.º Comandante da 1.ª BMI e de 2.º Comandante do Campo Militar de Santa Margarida. No desempenho destas funções sempre demonstrou extraordinária competência técnica e espírito de missão, grande dinamismo, capacidade de liderança e de organização, e excelentes qualidades humanas e profissionais, tendo os serviços por si prestados sido considerados de muito valor e mérito.

No que respeita a funções de Estado-Maior, desempenhou os cargos de Adjunto da Repartição de Instrução do Estado-Maior do Exército, de Chefe do Estado-Maior do Quartel-General do Comando Territorial Independente dos Açores, de Oficial de Estado-Maior do SHAPE/NATO, de Oficial de Operações e de Chefe do Estado-Maior do Quartel-General da 1.ª BMI. No cumprimento de todas as tarefas que, neste âmbito, lhe foram cometidas revelou um raciocínio cuidado e lógico na abordagem dos assuntos, um grande poder de análise e notável criatividade, elevada capacidade de organização e coordenação, sempre com uma constante preocupação em otimizar soluções e sem nunca perder de vista os objectivos a atingir, tendo os serviços por si prestados sido considerados extraordinários, relevantes e distintos.

As suas inextinguíveis qualidades pessoais e profissionais fizeram com que fosse chamado, por diversas vezes, como Oficial Superior, a exercer funções de assessoria pessoal de altas individualidades, nomeadamente de S.Exas. o Primeiro Ministro e o General CEME. Promovido ao posto de Major-General foi, mais uma vez, escolhido para exercer as funções de assessor militar de S.Exa. o Primeiro Ministro tendo-o feito de forma excepcionalmente distinta, empenhada, competente e eficaz, confirmando a sua grande capacidade intelectual e demonstrado elevadas capacidades de liderança, trabalho, planeamento e organização, destacando-se adicionalmente por uma assinalável dignidade e sobriedade de atitudes, tendo os serviços por si prestados honrado o Exército, as Forças Armadas e o País e sido justamente classificados como extraordinários, relevantes e distintíssimos.

É de relevar ainda o seu desempenho, como Major-General, no cargo de Director do Colégio Militar onde através de uma acção de comando muito esclarecida, ponderada, firme e disciplinadora, conseguiu reforçar a notável posição de relevo deste estabelecimento militar de ensino no sistema educativo nacional. Pelas qualidades de comando patenteadas os seus serviços foram classificados como extraordinários, relevantes e distintos.

Chamado, como Tenente-General, às elevadas responsabilidades de Comandante Operacional dos Açores colocou no desempenho deste alto cargo toda a sua forte personalidade, inteligência, objectividade e pragmatismo. Foi entretanto proposto pelas autoridades nacionais e escolhido pelas mais altas instâncias militares da Aliança Atlântica para desempenhar o importante cargo internacional de Director do Combined Joint Planning Staff (CJPS), no Quartel-General do SHAPE, em Mons, na Bélgica, o que fez de forma altamente eficiente e prestigiante para as Forças Armadas Portuguesas

e para Portugal, revelando as mais altas qualidades e capacidades de chefia, aliadas às suas excelentes capacidades profissionais e ao bom senso, ponderação e rigor, impondo-se de modo natural ao reconhecimento dos Comandantes Estratégicos da Aliança, tendo os seus serviços sido classificados como extraordinários, relevantes e muito distintos.

Com a sua nomeação para Vogal do Supremo Tribunal Militar e, mais tarde, Vogal e Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, cargos que desempenhou com a elevação e competência que foram apanágio de toda a sua vida militar, culminou uma carreira intensamente vivida, norteadas pelo culto das virtudes militares, por uma indefectível lealdade e frontalidade, e por uma lucidez, serenidade, tenacidade e realismo, prestigiando-se e prestigiando uma carreira que deve constituir grande motivo de orgulho para si e para a Instituição Militar que devotadamente serviu.

O General Chefe do Estado-Maior do Exército, no momento em que o tenente-general Jesus da Silva, por imperativos legais, passa para a situação de reforma, realça publicamente as suas capacidades multifacetadas, enaltece as notáveis qualidades humanas e virtudes militares, patenteadas no decurso da sua extensa e brilhante carreira, e manifesta o seu grande apreço e reconhecimento pelos serviços prestados, que classifica como extraordinários, relevantes e distintíssimos, dos quais resultaram honra e lustre para o Exército, para a Instituição Militar e para a Pátria.

9 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o MGEN (50473611) Augusto Pires de Sousa Neves, pelas excelentes qualidades pessoais e profissionais evidenciadas, durante cerca de três anos, no exercício das complexas e exigentes funções de Director da Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal.

Num período de considerável restrição orçamental e de escassez de recursos humanos e materiais, dirigiu e coordenou de forma muito meritória as múltiplas actividades desenvolvidas no âmbito do apoio social e do moral e bem estar do pessoal militar e civil do Exército. No cumprimento da sua missão, o major-general Sousa Neves evidenciou grande dedicação pelo serviço, elevada competência técnico-profissional, zelo e integridade de carácter.

Merece igualmente relevo, a acção por si desenvolvida no âmbito da melhoria dos serviços prestados ao pessoal militar e civil do Exército, de que se realça a celebração de acordos com entidades exteriores ao Exército, bem como a implementação de novas aplicações informáticas e aperfeiçoamento de procedimentos, visando o controlo da despesa e da situação dos beneficiários da ADME.

Oficial de elevada craveira técnico-profissional e dotado de uma excelente formação militar e humana, o major-general Sousa Neves no desempenho do cargo de Director da DASP, reiterou as excelentes qualidades profissionais evidenciadas ao longo da sua carreira militar e prestou importantes serviços que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

6 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o MGEN (02757266) Anselmo de Jesus Silva, pela forma extremamente dedicada, empenhada e competente como, ao longo de ano e meio, exerceu as funções de 2.º Comandante e Director de Ensino da Academia Militar.

Inserindo-se rapidamente nas suas tarefas de 2.º Comandante, identificou-se com o conceito de execução das várias directivas existentes, tendo, pelo seu grande dinamismo e elevada dedicação, conseguido obter um elevado grau de realização dos objectivos preconizados, com destaque para a transferência de elementos da estrutura orgânica para o Destacamento da Amadora. A diversidade

dos intervenientes e a necessidade de contactos com órgãos superiores da estrutura funcional do Exército, exigiram do major-general Jesus Silva grande capacidade de coordenação e de promoção de colaborações com elevado espírito de equipa, cujos reflexos se fizeram sentir pela existência de um ambiente construtivo, de compreensão e participação.

Tendo a seu cargo a superintendência dos assuntos relativos à segurança do pessoal, do material e das instalações, num período de grave escassez de recursos humanos, soube apresentar, com oportunidade e justeza, propostas de solução que se manifestaram adequadas e eficazes.

Ainda por inerência das suas funções, desempenhou o cargo de Presidente da Comissão de Recrutamento e Admissão, conseguindo, através de novas acções de divulgação e da apresentação de propostas consistentes de alteração das condições do concurso, aumentar o efectivo da candidatura e o nível de preenchimento das vagas de acesso sem perda de qualidade.

Tendo assumido as funções de Director de Ensino em período de intensa actividade, rapidamente se integrou nas difíceis e complexas exigências do serviço, através de uma grande disponibilidade, espírito de iniciativa e organização, manifestados nos diversos Conselhos de Curso e Pedagógico a que presidiu e conduziu, com resultados altamente satisfatórios. A sua acção repercutiu-se na elaboração do calendário anual de actividades escolares, nas propostas de reajustamento dos Planos de Curso, dos Programas das Disciplinas e dos Tiros, em que, para além da incorporação da experiência passada, se teve em conta a perspectiva de desenvolvimento futuro, tendo congregado, de forma eficiente e metódica, esforços e colaborações que se revelaram de alto valor para o ensino. Ainda neste âmbito, soube o major-general Jesus Silva desenvolver de forma harmoniosa, firme e determinada, os trabalhos de preparação e acompanhamento das visitas das Comissões de Avaliação e Acreditação dos Cursos da Academia Militar, facto por aqueles salientado nos respectivo relatórios e do qual resultou prestígio para esta, para além da contribuição para o sucesso alcançado.

Oficial discreto e de trato despretensioso, manifesta o major-general Jesus Silva aptidão para bem servir em diversas circunstâncias, e é possuidor de um notável conjunto de relevantes qualidades e capacidades que o creditam como militar e como cidadão, e onde avultam a lealdade, a integridade de carácter, o espírito de missão e o sentido do dever, tomando-se merecedor que os serviços por si prestados, com extraordinário empenhamento, e que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia e, consequentemente, do Exército, sejam considerados importantes, relevantes e distintos.

18 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o MGEN (07181666) Mário de Oliveira Cardoso, pela forma extraordinariamente competente, dinâmica e eficaz como comandou, entre Outubro de 2001 e Janeiro de 2004, o Campo Militar de Santa Margarida e a Brigada Mecanizada Independente, confirmando uma vez mais as qualidades morais e militares que lhe têm sido reconhecidas ao longo da sua carreira militar.

O reconhecimento pelo major-general Cardoso da necessidade de qualidade e abrangência no treino operacional para se garantirem níveis de proficiência adequados para a generalidade das forças operacionais do Exército foi bem marcado pela forma como sempre se preocupou em acomodar outras forças nos cenários dos exercícios da Brigada proporcionando possibilidades alargadas de treino e contribuindo de forma muito significativa para a melhoria da qualidade operacional do Exército.

A sua acção de comando projectou-se na qualidade da formação e do aprontamento dos sucessivos Agrupamentos e Batalhões que, gerados pela Brigada Mecanizada Independente, constituíram Forças Nacionais Destacadas na Bósnia-Herzegovina e em Timor, qualidade essa bem expressa no desempenho prestigioso para o Exército e para o País dos militares que integram as FND.

Dotado de uma grande capacidade de decisão, possuidor de uma sólida cultura militar, compreendeu a enorme importância de se criarem sinergias para a rentabilização dos recursos humanos em prol da componente operacional, aplicando-as na integração e racionalização de estruturas

de apoio. Militar com um elevado sentido das suas responsabilidades, sensível às preocupações que caracterizam as sociedades modernas, o major-general Cardoso soube conjugar, de forma notável, a intensa utilização do Campo Militar de Santa Margarida enquanto área privilegiada de treino operacional do Exército, com a necessidade de se preservarem e promoverem as características naturais do espaço, dinamizando e promovendo iniciativas de cariz ambiental.

Preocupando-se em potenciar em benefício do Exército as características excepcionais das áreas de treino do Campo Militar e em divulgar a Brigada junto das mais diversas entidades, o major-general Cardoso desenvolveu uma acção notável nesse sentido, de que são espelho as inúmeras acções e actividades realizadas no âmbito das comemorações dos 50 anos do Campo Militar de Santa Margarida e dos 25 anos da BMI. Todo este conjunto de acções, para além de promoverem e divulgarem uma excelente imagem da Instituição Militar e do Exército numa altura em que tais iniciativas se revestem de particular importância, permitiu ainda aproximar e integrar, ainda mais, a Brigada Mecanizada Independente e o Campo Militar de Santa Margarida na sociedade civil que as envolve.

Oficial dotado de invulgares dotes de carácter, de que se destacam uma grande frontalidade de atitudes, uma indiscutível coragem moral e um elevado espírito de camaradagem, é grato ao General Chefe do Estado-Maior do Exército reconhecer publicamente que os altos serviços prestados pelo major-general Cardoso prestigiaram a sua unidade, deles resultaram honra e lustre para o Exército e para o País e que como tal devem ser classificados como extraordinários, relevantes e distintos.

10 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o COR INF (09859176) Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes, pela extraordinária dedicação, elevada competência e grande sentido de missão como, desde Julho de 2002 a Janeiro de 2004, desempenhou o cargo de Comandante do Regimento de Infantaria n.º 8.

Oficial de excelente nível, muito ponderado e possuidor de grandes qualidades de trabalho, desenvolveu a sua acção de Comando de modo exemplar, denotando grande eficácia, cumprindo com excepcional zelo as directivas e orientações superiores, actuando de forma muito sensata na solução dos múltiplos problemas que se lhe depararam e incutindo nos seus subordinados um adequado espírito de missão, conseguiu assim um desempenho notável da sua Unidade no cumprimento das tarefas que lhe estão confiadas.

Com grande capacidade de julgamento, e uma correcta noção da realidade do Exército, conhecedor das especificidades do seu Regimento e da profunda inserção deste na sociedade civil da cidade de Elvas, impulsionou com serenidade e rigor as actividades que lhe cumpria desenvolver, com especial relevo para a Instrução de Condução das Praças que em grande número ali foram formadas ou viram consolidada a sua aptidão de condutores militares, com reflexos evidentes pela positiva na utilização e manutenção do Parque Auto do Exército.

Salienta-se também a dignidade que imprimiu à participação da Unidade em cerimónias comemorativas de diversos eventos históricos e em festividades tradicionais de grande relevância regional e mesmo nacional, com evidente brilho para o Exército que assim viu consolidada e reforçada a imagem de que usufruía junto da população em geral e das entidades autárquicas da sua vasta área de influência.

Soube ainda preservar a manutenção do imenso património infra-estrutural da cidade de Elvas que lhe estava confiado e nalguns casos renová-lo no exacto respeito do seu grande valor histórico, adequando-o, sem prejuízo deste factor a uma utilização pelo pessoal consentânea com as exigências de comodidade actuais.

Oficial respeitado não apenas na Arma de Infantaria mas nas vastas e diversificadas áreas por onde desenvolveu a sua acção no Exército e mesmo fora deste, quando foi chamado a cumprir tarefas julgadas de interesse para o Ramo noutros órgãos, com excepcionais qualidades humanas

e notáveis virtudes militares, é o coronel de Infantaria Melo Gomes merecedor de ver os serviços por si prestados considerados extraordinários, relevantes e muito distintos pela honra e lustre que trouxeram à Arma de Infantaria e ao Exército.

27 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o COR CAV RES (20691111) José Manuel Marques Pacífico dos Reis, pela forma extremamente empenhada e eficiente como, desde meados de 1999, exerceu as funções de delegado do Comando da Instrução, inicialmente, junto das várias comissões de coordenação e acompanhamento para a organização do Bicentenário do Colégio Militar e, desde Maio de 2001, como secretário da comissão executiva para o mesmo evento até ao final das comemorações.

Sempre com grande generosidade, elevado espírito de missão e competência profissional, constituiu-se como elemento valioso e preponderante nas variadas e difíceis etapas do processo organizativo, de que se destacam:

O levantamento, a identificação e a selecção de um total de quinze actividades inseridas nas comemorações, que foram desde a realização de uma sessão de natureza cultural na Fundação Gulbenkian à organização de uma cerimónia de homenagem ao fundador do Colégio Militar, Marechal Teixeira Rebelo e inauguração do respectivo monumento ou da recepção e acompanhamento das delegações de Alunos de Estabelecimentos de Ensino similares de Itália e do Brasil ao lançamento de três livros, relativos à relevante e prestigiosa história do Colégio Militar no panorama nacional.

A elaboração de um protocolo entre o Estado-Maior do Exército e a Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar para a consecução daquelas actividades, visando, fundamentalmente, identificar e coordenar os apoios a prestar pelo Exército.

O planeamento, pormenorizada orçamentação e posterior acompanhamento daquelas actividades.

A ligação com entidades exteriores ao Exército apoiantes de alguns dos principais eventos, designadamente com a Câmara Municipal de Oeiras numa cerimónia de homenagem ao Colégio Militar na Feitoria, em Oeiras, e com os CTT/Departamento de Filatelia para a elaboração e publicação de selos alusivos ao Bicentenário.

A colaboração com a SIPRP/EME, no desenvolvimento do programa geral das comemorações e dos convites às mais variadas altas entidades presentes nos eventos levados a efeito.

O apoio aos autores dos livros comemorativos do Bicentenário na sua constante ligação com o Centro de Áudio Visuais do Exército, por forma a que o seu lançamento se tivesse verificado nos momentos previstos e com uma qualidade editorial e gráfica digna dos maiores encómios.

Graças ao seu natural bom senso e equilíbrio conseguiu ser o porta-voz ponderado, esclarecido e preciso das orientações do Comandante da Instrução nas actividades de planeamento e acompanhamento do dia a dia da comissão executiva, ao mesmo tempo que se distinguia como membro dinâmico e empreendedor da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, de que fazia parte.

Uma vez mais as suas qualidades e virtudes militares, desde há muito reconhecidas e ao longo da sua carreira amplamente demonstradas, ficaram bem patentes.

Pelos seus dotes de carácter, espírito de sacrifício e lealdade, bem como pela elevada competência, extraordinário desempenho e elevadas qualidades pessoais reveladas no âmbito técnico-profissional nesta sua fase de vida militar em que foi chamado à efectividade de serviço para cumprir mais esta relevante missão, é o coronel Pacífico dos Reis, indubitavelmente merecedor de público enaltecimento, devendo os serviços por si prestados, que muito significativamente contribuíram para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, ser considerados excepcionais, relevantes e de muito elevado mérito.

20 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o TCOR SGE CMD (60548370) António Manuel Pereira Neves, pela forma excepcionalmente competente, eficiente e dedicada como exerceu todas as funções que lhe foram cometidas ao longo da sua vida militar.

Servindo inicialmente no Centro de Instrução de Comandos em Angola, fez-se notar pela maneira eficiente, zelosa e extraordinariamente empenhada como participou na instrução dos grupos de combate na área das minas e armadilhas, contribuindo de forma muito significativa e útil para os bons resultados obtidos nas acções operacionais subsequentes.

Como combatente, prestando serviço na 33.ª Companhia de Comandos como Comandante de equipa em acções de combate, comportou-se sempre de forma muito decidida, corajosa, denotando grande espírito de iniciativa a par de atenta argúcia e sentido de responsabilidades.

No exercício de funções no Regimento de Comandos, nomeadamente como responsável pelas áreas da informação interna e planeamento e coordenação de cerimónias militares e culturais, a sua acção caracterizou-se por uma atitude de total dedicação pelo serviço, denotando grande espírito de missão, realçando-se o seu entusiasmo, ponderação e vontade de bem servir. Estando ligado às comemorações do “Dia dos Comandos” e do “25 de Novembro”, efemérides que sempre decorreram com muita dignidade e brilho, o tenente-coronel Neves foi e é considerado uma referência extremamente motivadora das tropas “Comando”.

No Comando da Instrução do Exército, como Chefe do Sistema Telemático de Apoio à Instrução demonstrou elevada competência técnico-profissional, capacidade de organização e coordenação.

Oficial com vasta experiência na área informática, assumiu a montagem e a administração da rede dos meios existentes com grande profissionalismo, rigor, zelo e demonstrando sempre muito boa capacidade de trabalho, obtendo elevados níveis de rendimento; destaca-se a forma criteriosa como geriu e articulou os meios humanos e materiais disponíveis, planeando e dirigindo cursos de iniciação no âmbito informático de forma a que militares e funcionários civis da Unidade pudessem aproveitar em pleno as capacidades de informatização colocadas ao seu dispor. Praticando um excelente relacionamento com superiores e subordinados, conduzindo-se de forma irrepreensível pelas regras da vivência militar totalmente disponível para o serviço, praticando em permanência a virtude da lealdade e revelando qualidades de abnegação e sacrifício exemplares, o tenente-coronel Neves deu-se ao respeito e consideração de todos quantos com ele serviram.

Ao terminar a sua carreira militar de 34 anos de serviço é justo salutar, para além das qualidades pessoais e virtudes militares já referidas, a sólida formação moral e humana e o extraordinário empenho e intensidade com que sempre, de forma esclarecida, frontal e disciplinada, viveu os problemas e desafios que lhe foram sendo colocados ao longo da sua vida pessoal e profissional. Assim sendo, o tenente-coronel António Neves é digno de ver reconhecidos os serviços por si prestados como um contributo inequívoco e significativo para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, devendo os mesmos ser classificados de extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

20 de Fevereiro de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o SAJ CAV (19732683) Armindo Santos Silva, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares patenteadas ao longo dos 5 anos e 9 meses em que exerceu as funções de Auxiliar da Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército. Em todo este período revelou elevada competência técnico-profissional constituindo-se um excelente colaborador da SIPRP/GabCEME.

A sólida formação técnica evidenciada aliada à iniciativa e desembaraço com que sempre soube tratar as questões relativas à sua função permitiram-lhe, sempre que necessário, apresentar propostas bem elaboradas e fundamentadas, contribuindo para uma fácil e correcta tomada de decisão.

De personalidade vincada, disciplinado e disciplinador, revelou, ainda, capacidade de intervenção noutros domínios e tarefas desenvolvidas pela SIPRP/GabCEME, tais como actividades na área do Protocolo e da Informação Pública, realçando a sua versatilidade, qualidades de abnegação e sacrifício exemplares e invulgar aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, bem patentes na participação do Exército em eventos, certames e exposições, tais como, o Fórum Estudante 2002 e a Expo Emprego 2003, onde o seu desempenho, tanto na montagem como durante os eventos, foram de uma importância relevante e para o sucesso alcançado na promoção e divulgação da imagem do Exército.

Pelo conjunto das qualidades referidas, o sargento-ajudante Santos Silva manifestou ser possuidor de invulgares dotes de carácter, espírito de missão e sentido do dever, sendo justo reconhecer-lhe o seu extraordinário empenho e dedicação no cumprimento de todas as missões que lhe foram confiadas. Pelo exposto é merecedor que se considerem os serviços por si prestados como relevantes, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

3 de Março de 2004, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Ingresso no quadro

Nos termos do art. 172.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

MGEN, adido (04358064) José Domingos Canatário Serafim, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

MGEN, adido (06519567) Alfredo Correia de Mansilha Assunção, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Dezembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções na GNR.

TCOR INF, adido (07812983) António Mário Bonito Afonso Vargas, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

Major TMANTM, adido (07530379) António José Neves, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no MDN.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

CAP GRAD ADMIL, adido (22309491) Rita Isabel Costa Mendonça da Luz, devendo ser considerada nesta situação desde 12 de Janeiro de 2004, por ter deixado de desempenhar funções no MDN.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

SCH MAT, supranumerário (10954480) João Domingos da Rosa Biscaia, do BST, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SCH MAT (01676068) Victor Manuel João Gonçalves, da DSM, que transitou para a situação de Reserva.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

SAJ INF, supranumerário (17954086) António Luís Pereira Pinto, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ INF (18382085) António José Batista Ferreira, do RI1, que transitou para a situação de adido.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

SAJ MAT, supranumerário (02410085) Rui Manuel de Sousa Alves, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ Material (11272482) Valdemar Ferreira da Piedade, do BSM, que transitou para a situação de Reserva.

SAJ MAT, supranumerário (07118986) Luís Manuel Henriques Mendes, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ Material (06214282) Carlos Gameiro Marques, do BSM, que foi promovido ao posto imediato.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

SAJ MAT, supranumerário (09401986) Paulo Alexandre Dias Ferreira Nabais, da DSM, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ MAT (08962484) José Pires Ribeiro Cruz, do RI15, que transitou para a situação de Reserva.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

SAJ SGE, supranumerário (19299685) Rui Fernando Trindade Barata, do CRecrÉvora, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ SGE (02990875) Edmundo Fernando Barros Dias, do CRecrBraga, que transitou para a situação de Reserva.

(Por portaria de 5 de Março de 2004)

SAJ SGE, supranumerário (03881086) José Pires Claro, do RI2, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2004, ocupando a vaga deixada pelo SAJ SGE (11742479) Luís Miguel Martins, do RA4, que foi promovido ao posto imediato.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

ISAR MED, adido (05459090) Luís Manuel Freitas de Lemos, do HMB, por ter regressado da comissão de serviço no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Dezembro de 2003.

(Por portaria de 4 de Fevereiro de 2004)

Nos termos do art. 172.º e do n.º 3 do art. 174.º ambos do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF, supranumerário (05559369) José Manuel Enes Castanho Fortes, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

COR INF, supranumerário (00996472) Fernando José Reis, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

COR INF, supranumerário (18625874) Manuel Cardoso Ferreira, da DR, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

COR ART, supranumerário (04357570) Joaquim Formeiro Monteiro, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

COR TM, supranumerário (13020168) António Veríssimo de Sousa Maia, da DST, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Transmissões, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR INF, supranumerário (00253778) Aníbal José Roque Correia, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 04 de Fevereiro de 2004, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

TCOR INF, supranumerário (03071382) Rui David Guerra Pereira, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

TCOR INF, supranumerário (03094283) João Manuel Sousa Menezes Ormonde Mendes, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

TCOR CAV, supranumerário (16567179) João Paulo Silva Esteves Pereira, do RC4, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Setembro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Cavalaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

TCOR FARM, supranumerário (09043577) João José Coelho Torre, do LMPQF, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Dezembro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE do Serviço de Saúde Farmácia, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

MAJ ART, supranumerário (00849080) Jaime Alexandre Daniel de Almeida, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Agosto de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

MAJ ENG, supranumerário (14424182) Augusto José Pinho da Rocha Pinheiro, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Outubro de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Engenharia, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

MAJ TM, supranumerário (06684986) João Baptista Dias Garcia, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Julho de 2003, motivada pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Transmissões, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

SMOR INF, supranumerário (01807777) Manuel Maria Correia Dias, do QG/RMN, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2004, motivado pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

SMOR INF, supranumerário (05217978) Albano de Sena Pinto, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Fevereiro de 2004, motivado pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

SMOR CAV, supranumerário (11943278) Reinaldo José Ferreira Monteiro, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Fevereiro de 2004, motivado pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Cavalaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

SAJ INF, supranumerário (00633475) José Gouveia Afonso, do RI1, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Fevereiro de 2004, motivado pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Infantaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

SAJ CAV, supranumerário (07982981) João Afonso Sequeira Rodrigues, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004, motivado pela atribuição de vaga de QQESP ao QE de Cavalaria, aprovado pelo Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Passagem à situação de adido

Nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do art. 173.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR CAV, no quadro (08427370) Eurico da Silva Santos, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Fevereiro de 2004.

TCOR ART, no quadro (03783680) Carlos Alberto de Bigares Serra, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

TCOR CAV, no quadro (01778082) Viriato César Coelho do Amaral, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF, no quadro (08211788) João Paulo Ribeiro Junqueira, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Janeiro de 2004.

MAJ INF, no quadro (09858486) Luís Manuel Silva Fernandes, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ QTS, no quadro (15830570) Manuel António Martins Infante, do QG/GML, em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do art. 173.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF, no quadro (12057574) José Martins António Silva Conceição, do COFT, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Novembro de 2003, por desempenhar cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a Republica de Angola pelo período mínimo de um ano.

COR ADMIL, no quadro (00186677) Rui Caseiro Viana, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2003, por desempenhar cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a Republica de Angola pelo período mínimo de um ano.

TCOR INF, no quadro (02193378) Rui Jorge Ramos Carvalho, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Outubro de 2003, por desempenhar cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a Republica da Guiné Bissau pelo período mínimo de um ano.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

SAJ INF, no quadro (18382085) António José Batista Ferreira, do RI1, por se encontrar a prestar serviço no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Nos termos da alínea *f)* do n.º 2 do art. 173.º do EMPAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

MAJ ART, no quadro (12282686) António Alberto Crispim Paradelo, do QG/GML, em diligência no IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

CAP TM (14260990), no quadro, António Martins Limão Oliveira Jarmela, da GNR, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

Nos termos da alínea *g)* do n.º 2 do art. 173.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR FARM, no quadro (12931471) Francisco Manuel Gomes Genebra, do QG/GML, em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR INF, no quadro (06979783) Carlos Manuel Alves Batalha da Silva, do QG/GML, em diligência no MDN, devendo ser considerada nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

TCOR INF, no quadro (00624685) Nuno Álvaro Pereira Bastos Rocha, do QG/GML, em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR CAV, no quadro (03009380) Alberto Sebastião Neves Marinheiro, do QG/GML, em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 04 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

TCOR CAV, no quadro (13951683) Jorge Manuel Antunes Cameira, do QG/GML, em diligência na Unidade Nacional de Verificação, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Outubro de 2003.

TCOR MED, no quadro (06416671) José Manuel Carrilho Ribeiro Leitão, do QG/GML, em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Agosto de 2003.

TCOR FARM, no quadro (16497677) Joaquim José Pereira Marques, do QG/GML, em diligência no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR SGPQ, adido (18381471) Fernando Festas Esteves, do QG/RMS, em diligência na PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Novembro de 2003.

TCOR SGPQ, no quadro (00124880) João Carlos Pires Nortadas Pereira, do QG/GML, em diligência no EMGFA devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Novembro de 2003.

MAJ INF, no quadro (14679284) Carlos Manuel Borrego Cevada, do QG/GML, em diligência na Presidência de Concelho de Ministros, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Dezembro de 2003.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

MAJ SGE, no quadro (09034474) Albano Braz das Neves, do QG/GML, em diligência no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Novembro de 2003.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

MAJ SGE, no quadro (18071474) Levelino José Paes, do QG/GML, em diligência no IASFA, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Dezembro de 2003.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

SCH AM, no quadro (03158378) Luís Manuel da Cruz Neto, do DGME/Entroncamento para o BADidos a prestar serviço no Gabinete Nacional de Segurança - Presidência do Conselho de Ministros, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Março de 2004.

SAJ ART, no quadro (00227781) José Manuel da Silva, da DAMP para o BADidos a prestar serviço no SOUTHLANT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 12 de Março de 2004)

ISAR SGE, no quadro (22028591) Alda Maria da Silva Gomes, da DAMP para o BADidos a prestar serviço no MDN, devendo ser considerada nesta situação desde 18 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

ISAR AMAN, supranumerário (00465981) Victor Manuel Antunes dos Santos, do PresMil a prestar serviço no IASFA/CAS/Tomar, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2004,

(Por portaria de 4 de Fevereiro de 2004)

Passagem à situação de supranumerário

Nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF, adido (05559369) José Manuel Enes Castanho Fortes, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

COR INF, adido (00996472) Fernando José Reis, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no QG/GML, em diligência no IASFA.

COR INF, adido (18625874) Manuel Cardoso Ferreira, da DAMP, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Setembro de 2003, por ter deixado de desempenhar o cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a Republica de Moçambique, pelo período mínimo de um ano.

COR ART, adido (04357570) Joaquim Formeiro Monteiro, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Outubro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

COR ART, adido (11329673) José Hermínio Estevão Alves, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

COR CAV, adido (80065569) Porfírio Aníbal Gomes Morais, do CGLG, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Agosto de 2003, por ter deixado de desempenhar funções na GNR.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

COR CAV, adido (13005971) Luís Miguel Correia David e Silva, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Dezembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no MDN.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

COR TM, adido (13020168) António Veríssimo de Sousa Maia, da DST, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA/COA.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

COR TM, adido (19572674) Henrique Tavares Pereira Garcia, do CInstr, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Janeiro de 2004, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

COR MAT, adido (01937177) Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Dezembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

TCOR INF, adido (00253778) Aníbal José Roque Correia, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no MDN.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

TCOR INF, adido (02858881) José Manuel Cardoso Lourenço, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

TCOR INF, adido (03071382) Rui David Guerra Pereira, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Outubro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

TCOR INF, adido (03094283) João Manuel Sousa Menezes Ormonde Mendes, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Setembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no IAEM em diligência no EMGFA.

TCOR INF, adido (04734483) Fernando António Melo Gomes, do RI19, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar o cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a República de Guiné Bissau, pelo período mínimo de um ano.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR INF, adido (19115586) Paulo Jorge Baptista Domingos, do CIOE, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2004, por ter deixado de desempenhar funções no SOUTHLANT.

TCOR ART, adido (00849080) Jaime Alexandre Daniel de Almeida, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Agosto de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

TCOR CAV, adido (16567179) João Paulo Silva Esteves Pereira, do RC4, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no EMGFA.

TCOR FARM, adido (09643577) João José Coelho Torre, do LMPQF, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Outubro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no QG/GML, em diligência no IASFA.

TCOR ADMIL, adido (62283175) Dário Aurélio de Sousa Medeiros de Bastos Martins, do QG/GML, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Novembro de 2003, por ter deixado de desempenhar o cargo no âmbito da cooperação técnico militar com a República de Angola, pelo período mínimo de um ano.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

TCOR ADMIL, adido (62283175) Dário Aurélio de Sousa Medeiros de Bastos Martins, da DSF, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Janeiro de 2004, por ter deixado de desempenhar funções no MDN.

(Por portaria de 17 de Março de 2004)

MAJ QTS, adido (17592271) Dimas dos Santos Vaz, do CLog, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Outubro de 2003, por ter deixado de desempenhar funções no QG/GML, em diligência no MDN.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2004)

SAJ INF, adido (00633475) José Gouveia Afonso, do RI1, por ter regressado da comissão de serviço no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2004.

SAJ CAV, adido (07982981) João Afonso Sequeira Rodrigues, do EME, por ter regressado do EMGFA/EUROFOR, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 26 de Fevereiro de 2004)

Passagem à situação de reserva

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do art. 154.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho,

TGEN (50771511) António Bento Formosinho Correia Leal, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €4.220,92. Conta 56 anos, 5 meses e 13 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

CORT INF (03339365) Carlos Alberto Rocha Neves, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €3.369,74. Conta 48 anos e 20 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

COR ART (05277565) Victor Manuel Freire de Bastos e Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €3.369,74. Conta 47 anos, 10 meses e 20 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 3Fev04/DR 77-II de 31Mar04)

SMOR AM (08003864) Capitulino António Gil Peças, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.140,25. Conta 49 anos, 9 meses e 11 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 2Fev04/DR 31-II de 12Mar04)

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 152.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho:

TCOR INF (03594976) Luís Calhau Ferreira de Figueiredo, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.686,09. Conta 34 anos, 9 meses e 19 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 11Fev04/DR 77-II de 31Mar04)

MAJ SGE (12998378) José Manuel de Castro Santos, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de €2.126,59. Conta 31 anos, 7 meses e 26 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 30Jan04/DR 77-II de 31Mar04)

SAJ INF (14451379) Carlos Manuel Ferreira Almeida, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €1.317,94. Conta 30 anos, 2 meses e 20 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 2Fev04/DR 61-II de 12Mar04)

SAJ INF (13248582) José Jacinto Mira Ferro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €1.532,08. Conta 29 anos, 5 meses e 16 dias de serviço, nos termos do art. 45.º da EMPAR.

ISAR AMAN (12313575) José Manuel Alves Antunes, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €1.375,86. Conta 35 anos e 1 dia de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

1SAR AMAN (05122678) José Maria da Costa Santos, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de €1.275,91. Conta 31 anos, 9 meses e 28 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 3Fev04/DR 31-II de 12Mar04)

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 152.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR CAV (05943873) José Júlio Gomes da Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €3.022,97. Conta 38 anos e 6 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

TCOR SGE (03920765) José Lopes Correia, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.907,46. Conta 50 anos, 8 meses e 21 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

TCOR QTS (04692167) Fernando José Soares Proença, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.613,14. Conta 42 anos, 11 meses e 11 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

TCOR QTS (11925467) Casimiro Nunes Mendes, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Setembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.613,14. Conta 43 anos e 9 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 30Jan04/DR 77-II de 31Mar04)

TCOR QTS (13187269) Carlos Manuel Lopes de Oliveira, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.613,14. Conta 43 anos, 5 meses e 5 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 11Fev04/DR 77-II de 31Mar04)

SMOR MAT (50008611) Fausto da Graça dos Passos, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.234,72. Conta 54 anos, 6 meses e 13 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SMOR PARAQ (16864775) José Alberto Guimarães Martins Neto, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Outubro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €2.206,61. Conta 38 anos, 6 meses e 18 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 2Fev04/DR 31-II de 12Mar04)

SAJ PARAQ (15368278) Jorge Manuel Rodrigues da Costa Lourenço Amaro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €1.885,44. Conta 36 anos, 2 meses e 27 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SAJ AMAN (73744772) João Alves Dâmaso, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de €1.635,85. Conta 37 anos, 7 meses e 7 dias de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 3Fev04/DR 31-II de 12Mar04)

Passagem à situação de reforma

De acordo com o art. 100.º do Dec.-Lei 498/72 de 9 de Dezembro, Estatuto de Aposentações, se publica que o COR GRAD SAR (43342057) António Fernando Vilela, passa a ser abonado da sua pensão, no valor de 544 500\$00, pela Caixa Geral de Depósitos, a partir do mês ,de Outubro de 1998.

(DR II série, n.º 225, de 29 de Setembro de 1998)

Por despacho de 18 de Julho de 2003, publicado no *Diário da República* n.º 174, 2.ª Série, de 30 de Julho de 2003, com a data e pensão que a cada um se indica:

TGEN COG (51470611) Fernando de Oliveira Pinto, 1 de Julho de 2002, €4.587,11;
TGEN COG (50432311) Jorge Alberto Gabriel Teixeira, 19 de Julho de 2002, €4.587,11;
MGEN COG (50432711) Manuel Soares Monge, 21 de Março de 2002, €4.471,88;
COR INF (50182611) José Simões Lourenço, 15 de Setembro de 2002, €3.369,74;
COR ADMIL (08273763) Amadeu Moreira Coimbra, 13 de Outubro de 2002, €3.180,59;
TCOR INF (03654465) João Antonio de A. Cardoso e Castro, 6 de Outubro de 2002, €3.187,50;
TCOR QEO (44187658) Amandio de Almeida Augusto, 15 de Setembro de 2002, €3.147,41;
TCOR QEO (19913264) Joaquim Sabino Reino, 2 de Setembro de 2002, €2.896,86;
MAJ TEXPTM (45580759) José Francisco Torneiro Clemente, 9 de Dezembro de 2002, €2.548,24;
MAJ TMANTM (04433970) José Carlos Alves Pessoa, 30 de Abril de 2002, €2.423,98.

Por despacho de 19 de Janeiro de 2004, publicado no *Diário da República* n.º 25, 2.ª Série, de 30 de Janeiro de 2004, com a data e pensão que a cada um se indica:

MGEN COG (50021711) Victor Manuel Domingos, 6 de Janeiro de 2003, €4.141,49;
COR INF (49120160) Virgilio Canisio Vieira da Luz Varela, 27 de Abril de 2003, €3.369,74;
COR ENG (41045060) Carlos Manuel Ribeiro de Magalhães, 1 de Fevereiro de 2003, €3.369,74;
CAP QTS (36329560) António Alberto Aguiar Vieira, 9 de Março de 2003, €2.297,89;
CAP QTS (31471060) Fernando Maria Ribeiro, 22 de Fevereiro de 2003, €2.297,89;
SMOR PARAQ (57777866) Jose Joaquim Berrucho Crispim, 16 de Fevereiro de 2003, €2.395,76;
SCH MED (44297961) José Ramos Batista, 1 de Abril de 2003, €1.913,39;
SCH MUS (01182165) José Antonio Rodrigues Freitas, 1 de Fevereiro de 2003, €1.761,96;
SCH SPM (45432559) José Ramos Fernandes Sanches, 1 de Janeiro de 2003, €1.825,00;
SAJ MAT (51110111) António José Roque Santos, 1 de Janeiro de 2003, €1.572,80.

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004, publicado no *Diário da República* n.º 50, 2.ª Série, de 28 de Fevereiro de 2004, com a data e pensão que a cada um se indica:

MGEN COG (50559411) António Rodrigues da Graça, 13 de Setembro de 2003, €3.811,09;
MGEN COG (39070959) José Manuel Garcia R. Lousada, 20 de Novembro de 2002, €4.146,44;
COR CAV (38221862) João Manuel Taxada Silva Araújo, 30 de Novembro de 2003, €3.790,25;
MAJ SGE (52680111) José Machado Heitor, 1 de Maio de 2003, €2.518,56;
CAP SGE (46162560) Manuel Bravo Ferreira da Mata, 1 de Março de 2003, €2.706,60;
SMOR INF (51005511) Abel Fonseca Figueiredo, 9 de Outubro de 2003, €2.140,25;
SAJ MAT (44179859) Joaquim Barroso, 26 de Agosto de 2003, €1.635,85;
ISAR ART (46170761) Manuel João Rachinha Estrela, 1 de Janeiro de 2003, €1.509,75;
ISAR AMAN PQ (04783767) José Gaspar Pereira Sousa, 30 de Agosto de 2002, €1.607,64.

Por despacho de 18 de Março de 2004, publicado no *Diário da República* n.º 76, 2.ª Série, de 30 de Março de 2004, com a data e pensão que a cada um se indica

TGEN COG (50990711) José Casimiro G. Gonçalves Aranha, 24 de Junho de 2003, €4.953,30;
MGEN COG (31651860) Luís Manuel da Silva P. Coutinho, 3 de Dezembro de 2002, €3.811,09;

COR INF (51407411) José Aires Palmeiro Queimado, 5 de Janeiro de 2003, €3.661,59;
COR ART (51373611) Octávio Emanuel Barbosa Henriques, 11 de Março de 2003, €3.661,59;
COR CAV (50189711) Henrique de Carvalho Morais, 26 de Fevereiro de 2003, €3.369,74;
TCOR ART (52153611) Manuel Joaquim Faria Barbosa, 7 de Agosto de 2003, €2.896,86;
TCOR CBMUS (50150811) Idílio Martins Fernandes, 20 de Fevereiro de 2003, €2.965,99;
TCOR SGPQ (07071177) Fernando Luís Dias, 10 de Abril de 2003, €3.011,53;
MAJ SGE (50360311) Leandro António Glórias Leitão, 16 de Agosto de 2003, €2.804,62;
SMOR MAT (50443211) Joaquim Brardo Ferreira, 24 de Abril de 2003, €2.324,72;
SAJ INF (39221161) Francisco Assis Lopes, 15 de Fevereiro de 2003, €1.572,80;
SAR INF (88000458) José Correia Barros, 10 de Junho de 2003, €1.383,65;
ISAR MUS (39506861) Manuel Henriques Lousa, 15 de Maio de 2003, €1.509,75;
CADJ INF (38637059) Delfim Gomes Leite, 16 de Fevereiro de 2003, €1.049,48.

Passagem à situação de licença ilimitada

ISAR CAV (13414687) Pedro Miguel dos Santos Madeira Fernandes, do CPAE, devendo ser considerado nesta situação, desde 2 de Dezembro de 2003.

ISAR TM (12647084) Manuel Mário dos Santos Sacramento, do GALE, devendo ser considerado nesta situação, desde 11 de Dezembro de 2003.

Abate ao quadro permanente

CAP TM (04743483) Luís Manuel de São Pedro Gaspar da Rosa, devendo ser considerado nesta situação, desde 26 de Janeiro de 2004, por não se ter apresentado da situação de licença ilimitada.

TEN SGE (07715182) João Manuel da Piedade Baptista, devendo ser considerado nesta situação, desde 29 de Fevereiro de 2004, por não se ter apresentado da situação de licença ilimitada.

SAJ ART (09476278) Nelson Luís Coelho Pais, do QG/GML, devendo ser considerado nesta situação, desde 2 de Março de 2004, por não se ter apresentado da situação de licença ilimitada..

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por portaria de 12 de Fevereiro de 2004 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR INF (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR INF (087733481) Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

(DR II série, n.º 53, de 3 de Março de 2004)

Por portaria de 12 de Fevereiro de 2004 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR INF (14078977) Agostinho Dias da Costa.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR INF (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva.

(DR II série, n.º 53, de 3 de Março de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR CAV (04025070) José João Abudarham Cruz Azevedo.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR CAV (05943873) José Julio Gomes da Silva.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR ENG (17036676) António José dos Santos Matias.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto:

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR ENG (02420177) José Manuel Silva da Graça Monteiro.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR ENG (02150078) Henrique Alberto Cabral do Amaral Xavier.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR ENG (17036676) António José dos Santos Matias.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR TM (06569079) Armando António Pereira Garcia.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR TM (19572674) Henrique Tavares Pereira Garcia.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 227.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR VET (04827470) Artur Dinis Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR VET (10210076) Francisco Manuel Cabrita de Resende.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR ADMIL (05951376) Nuno Álvaro Pacheco Arruda.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 10 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR ADMIL (12300077) António Paulo Teixeira de Sousa Machado.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria de 12 de Fevereiro de 2004 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR ADMIL (71123470) Luís Carlos Pinheiro Gomes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR ADMIL, (05951376) Nuno Álvaro Pacheco Arruda.

(DR II série, n.º 53, de 3 de Março de 2004)

Por portaria de 11 de Novembro de 2003 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *a*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 217.º e 242.º do referido Estatuto, o TCOR QEO (09342368) Carlos Nuno Carronda Rodrigues.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR QEO (08971168) Ramiro da Conceição Tavares.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 3 de Março de 2004, do general CEME, ingressa no quadro Permanente na Arma de Infantaria, desde 24 de Janeiro de 2002 (data da declaração de opção) o ALF MIL INF DFA (05400568) Mário Fernando Pereira Domingos, ao abrigo do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 210/73 de 9 de Maio, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do art. 54.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho, conjugado com o n.º 4 da Portaria n.º 94/76 de 24 de Fevereiro e alínea *e*) do n.º 8 da Portaria 162/76 de 24 de Março, com as antiguidades abaixo indicadas:

Alferes, com antiguidade de 1 de Novembro de 1971;
Tenente, com antiguidade de 1 de Agosto de 1972;
Capitão, com antiguidade de 20 de Novembro de 1974;
Major, com antiguidade de 2 de Maio de 1985;
Tenente Coronel, com antiguidade de 1 de Julho de 1992.

Para efeitos de aplicação do estatuto de DFA, foi atribuído ao militar uma desvalorização de 35% pela JMRE, sendo este parecer homologado em 16 de Março de 2001 pelo Director de Justiça e Disciplina por Subdelegação do General Comandante do Pessoal, Delegação recebida por este do General Chefe do Estado Maior do Exército.

Foi qualificado DFA por despacho 8 de Agosto de 2001 do MDN, nos termos do Dec.-Lei 43/76, de 20 de Janeiro.

É considerado na situação de Reforma Extraordinária desde 30 de Maio 2003, data em que atingiu o limite de idade fixado para o seu posto.

Tem direitos administrativos, desde 8 de Agosto de 2001, data da qualificação como DFA, de acordo com o despacho de 27 de Março de 2002 do Ministro da Defesa Nacional.

Fica integrado no 4 escalão, índice 455 da estrutura renumeratória, ao abrigo do n.º 2 art. 13.º do Dec.-Lei n.º 328/99 de 18 de Agosto .

(DR II série, n.º 84, de 8 de Abril de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (14765184) Francisco José Caldas da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 15 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (12367085) Pedro Miguel de Lemos Costa Leal Rosa.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (18908082) Jorge Manuel Alves Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para a Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (14765184) Francisco José Caldas da Silva.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (06967586) José Alberto dos Santos Marcos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 27 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (18908082) Jorge Manuel Alves Fernandes.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (15424885) Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (06967586) José Alberto dos Santos Marcos.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (04572785) Assis Inácio dos Santos Rodrigues.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1. do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (15424885) Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ INF (05070684) Luís Filipe Gomes Salgado.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (04572785) Assis Inácio dos Santos Rodrigues.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ ART (04757284) Mário João Ley Garcia.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 10 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (08949385) Carlos Manuel de Lemos Ramos Dionísio.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ ART (09068383) Norberto Antunes Serra.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/R9, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (04757284) Mário João Ley Garcia.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (05997180) Jorge Fernando de Almeida Brito.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 28 de Setembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (13901581) Joaquim Lucio da Silva e Conceição.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto o MAJ ENG (18914784) Manuel Salvador Rebelo de Carvalho.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 07 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ENG (01506285) Fausto Manuel Vale do Couto.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ TM (01266881) Rui Manuel Pimenta Couto.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 7 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TM (09304085) José Augusto dos Santos Couto.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ MED (41531481) Joaquim António Mendes Luz Machado Caetano.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR MED (11393780) Rui Hélder Tomaz Labrusco.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ ADMIL (11110985) António Manuel Lebre Falcão.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ADMIL (12287983) Manuel David de Jesus.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ MAT (06780784) João Paulo Barreiros Pereira da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 07 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR MAT (02469884) João Luís de Sousa Pires.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ SGE (09034474) Albano Braz das Neves.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR SGE (03454576) Luís Filipe Marques da Cruz Macedo.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (03600469) Manuel Bernardino Sebastião.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 01 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (05767066) Emídio Ferreira Aguiar.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (08961767) José Manuel Antunes Paiva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 2 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (03600469) Manuel Bernardino Sebastião.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (02254968) António Manuel Ribeiro.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 3 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (08961767) José Manuel Antunes Paiva.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (04692167) Fernando José Soares Proença.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 4 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (02254968) António Manuel Ribeiro.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (13187269) Carlos Manuel Lopes de Oliveira.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 4 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (04692167) Fernando José Soares Proença.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ QTS (82011068) Carlos António Caetano de Barros.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 06 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QTS (13187269) Carlos Manuel Lopes de Oliveira.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 22 de Dezembro de 2003, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *b)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d)* do 217.º e 241.º do referido Estatuto, o MAJ SGPQ (17469679) Reinaldo dos Santos Major.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 27 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR SGPQ (10365379) João Manuel da Costa Lopes.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 15 de Outubro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c)* do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP INF (14536387) Jorge Augusto do Carmo Matos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 22 de Setembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ INF (01563987) Gilberto Rodrigues Vilela dos Santos.

(DR II série, n.º 276, de 28 de Novembro de 2003)

Por portaria do CEME de 15 de Outubro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c)* do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c)* do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP INF (01025687) Miguel André Chaves de Beir.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 23 de Setembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ INF (14536387) Jorge Augusto do Carmo Matos.

(DR II série, n.º 276, de 28 de Novembro de 2003)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP INF (11130288) Mário José Pinheiro de Andrade Lucas.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 7 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ INF (01025687) Miguel André Chaves de Beir.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP INF (09591888) Luís Alexandre Pereira Leite Bastos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 10 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ INF (11130288) Mário José Pinheiro de Andrade Lucas.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP INF (16551887) Paulo Domingos Bicho Raminhas.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ INF (09591888) Luís Alexandre Pereira Leite Bastos.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP ART (16878887) Rui Pedro Magro do Gago.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 15 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ ART (11233188) Victor Manuel Correia Mendes.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP CAV (19482388) António José da Cunha Mariz

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 7 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ CAV (11532188) José Aníbal Alves Sustelo Marianito da Silva.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP MED (02679388) Henrique António Gonçalves de Oliveira

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 28 de Setembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ MED (19757687) João Eduardo Antunes Carvalho D'Almeida.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (01354677) Mário Jorge Bacelar Rocha Martins.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 27 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (03373079) Domingos Alberto Preto Neto.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (05551080) António Manuel Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 30 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (01354677) Mário Jorge Bacelar Rocha Martins.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (14158378) Armando José Brito Teixeira Lage.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (05551080) António Manuel Lopes.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (13215078) José Francisco da Silva Simões

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (14158378) Armando José Brito Teixeira Lage.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (01795078) Arlindo Henrique Guedes da Costa Castanheira.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 4 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do art. 191.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (13215078) José Francisco da Silva Simões.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 22 de Dezembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (12316779) Sílvio Alberto Vasconcelos

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 05 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (01795078) Arlindo Henrique Guedes da Costa Castanheira.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 22 de Dezembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (04750179) José Luís Marques da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 27 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (12316779) Sílvio Alberto Vasconcelos.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 22 de Dezembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (12320779) Manuel António Catarino Rato.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 4 de Dezembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (04750179) José Luís Marques da Silva.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 6 de Janeiro de 2004, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (14138877) António de Oliveira Paulo.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 19 de Dezembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (12320779) Manuel António Catarino Rato.

(DR II série, n.º 15, de 19 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 6 de Janeiro de 2004, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea c) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea c) do 217.º e 244.º do referido Estatuto, o CAP SGE (18269377) José António Ferreira Marques.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 23 de Dezembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (14138877) António de Oliveira Paulo.

(DR II série, n.º 15, de 19 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 6 de Janeiro de 2004, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGE (16236678) Ricardo Augusto Correia.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura reinuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGE (18269377) José António Ferreira Marques.

(DR II série, n.º 15, de 19 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP TEXPTM (13890379) António Alberto Gabriel Meireles.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 3 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ TEXPTM (04287879) Joaquim Fernando Ribeiro Coelho.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP TMANTM (09153780) Manuel António Afonso Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 4 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ TMANTM (07530379) António José das Neves.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP TMANTM (09696279) José Manuel Girão Lima.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ TMANTM (09153780) Manuel António Afonso Fernandes.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP TMANMAT (09280876) Victor Manuel Domingues.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 5 de Novembro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ TMANMAT (14178677) Luís Fernando Nunes Pinto.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do CEME de 11 de Novembro de 2003, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 217.º e 240.º do referido Estatuto, o CAP SGPQ (07682979) Tomás José Oliveira dos Santos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ SGPQ (16096375) Armando Lopes Fernandes.

(DR II série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2004)

Por portaria do general CEME de 15 de Outubro de 2003, foram promovidos ao posto de capitão, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *d*) do art. 216.º do EMFAR, por satisfazerem às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas, nos arts. 56.º, alínea *b*) do 217.º e 239.º do referido Estatuto, os seguintes Militares:

Infantaria:

TEN INF (35764591) Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria;
TEN INF (14944391) Oscar Manuel Verdelho Fontoura;
TEN INF (22020292) Rui Jorge Roma Pais dos Santos;
TEN INF (22934493) Hugo Miguel Moutinho Fernandes;
TEN INF (26910792) Hélder Jorge Prata Pinto;
TEN INF (33205492) João Luís Barreira;
TEN INF (29636693) Luís António Miguens Louro Pereira Mamão;
TEN INF (36280093) Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso;
TEN INF (04356893) António José Macedo Estrela Bastos;
TEN INF (18689290) Ascendino da Silva Bernardes;
TEN INF (02890793) Raul Alexandre Ferreira Silva Sousa Pinto;
TEN INF (25982592) Dinis Bento Vicente Duarte;
TEN INF (32469392) Bruno André Assunção Marques Lopes;
TEN INF (39748391) Luís Carlos Gonçalves Rodrigues;
TEN INF (30706992) Miguel Pascoal Costa Saldanha Seabra;
TEN INF (39269761) Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva;
TEN INF (16857891) Carlos Manuel Paulos Cordeiro.

Artilharia:

TEN ART (04107090) João Pedro Fernandes Almeida Machás;
TEN ART (22480593) António José Fernandes Martins de Sá;

TEN ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões;
TEN ART (29947893) Agostinho José Caldas de Freitas;
TEN ART (31839792) Sérgio Bruno Quintas Rosado Gião;
TEN ART (37175292) Pedro Jorge Veloso do Carmo Azevedo;
TEN ART (39220592) Carlos Manuel Peixoto Prata;
TEN ART (30399192) Nelson José Mendes Rego.

Cavalaria:

TEN CAV (01678090) António Augusto Guerra Costa;
TEN CAV (05174193) Jorge Manuel Faustino Raínha;
TEN CAV (39578693) Luís Filipe Quinteiros Morais;
TEN CAV (04771992) João António Carvalho Baptista;
TEN CAV (20825991) Nuno Miguel Gonçalves Alves;
TEN CAV (22305392) Pedro Miguel Guedes de Carvalho.

Engenharia:

TEN ENG (18852292) Paulo Jorge Correia Lamego;
TEN ENG (25937091) Carlos Miguel Fernandes Vitor Dias;
TEN ENG (31188293) José Manuel Almeida Henriques;
TEN ENG (25574791) Victor Manuel Mendes Lopes Felisberto;
TEN ENG (23222293) Artur Jorge Espada Caracho.

Transmissões:

TEN TM (01510193) Paulo Jorge Ribeiro Lopes;
TEN TM (06134093) Pedro Miguel Simões Roque Pena Madeira;
TEN TM (21119892) Carlos Alberto Boggio Sequeira;
TEN TM (08233988) Alexandre Miguel Gil Fernandes.

Administração Militar:

TEN ADMIL (29294191) Domingos Manuel Lameira Lopes;
TEN ADMIL (27067393) David Miguel Pascoal Rosado;
TEN ADMIL (16068190) Pedro Manuel Carriço Pinheiro;
TEN ADMIL (22754492) Filipa Mota Gonçalves;
TEN ADMIL (35836393) Carla Susana Torres Fernandes Ramos;
TEN ADMIL (06920993) Maria Armanda Lopes Regadas.

Material:

TEN MAT (25130092) Luís António Torres da Costa;
TEN MAT (01047193) Humberto Afonso Carreiras Martins;
TEN MAT (27424492) Carlos Parente Felgueira.

Medicina:

TEN MED (25450291) Sónia Nogueira Lima da Silva;
TEN MED (00940093) Isabel Maria Dias Guerreiro;
TEN MED (31420392) Carlos Augusto Rodrigo Baleia.

Medicina Dentária:

TEN DENT (01723384) Manuel Nogueira da Mota.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da

estrutura remuneratória do novo posto, nos termos da n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto. Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 177.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 276, de 28 de Novembro de 2003)

Por portaria do general CEME de 15 de Outubro de 2003, foram promovidos ao posto de tenente, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *e*) do art.º 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *a*) do 217.º e 238.º do referido Estatuto, os seguintes Militares:

Infantaria:

ALF INF (10552797) José Carlos Pereira de Andrade;
TEN GRAD INF (32055092) Paulo Jorge Fernandes Laranjo;
ALF INF (10283495) Hélder Fernando Ramos Parcelas;
ALF INF (06312797) Marco Paulo Antunes Rafael Lopes;
ALF INF (00079197) Vladimiro Raimundo Emílio Cancela;
ALF INF (12159096) Henrique Manuel Alves Montenegro;
ALF INF (18256796) Bruno Alexandre Gonçalves Esteves;
ALF INF (10075095) Tiago Emanuel Martins Cardoso Ferreira;
ALF INF (11758996) Nuno Miguel Flores da Silva;
ALF INF (11236797) Bruno Paulo Lobão de Moura;
ALF INF (13297295) Bruno Manuel Correia Teixeira;
ALF INF (36883693) Alcino José Parada Pires;
ALF INF (12039796) Carlos Francisco Rama Monteiro Ferreira;
ALF INF (14591396) Eduardo Filipe Cadima Santos Ribeiro;
ALF INF (19714395) Henrique José Caetano Carvalho;
ALF INF (04341196) António Manuel Morgado Ferreira;
ALF INF (13481297) José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho;
ALF INF (01109796) Rui Pedro Pereira Tavares.

Artilharia:

ALF ART (03753197) Sérgio Manuel Oliveira da Rocha;
TEN GRAD ART (23918392) João Paulo Catrola Martins;
ALF ART (14605495) Daniel Lage de Oliveira Pegado;
ALF ART (03066797) Orlando Belarmino Soares Panza;
ALF ART (19407997) Nuno Pedro Leite Gonçalves;
ALF ART (16589496) Orlando Raúl Marques Moita Rodrigues Rebelo;
ALF ART (14838597) Rui Manuel da Silva Almeida Soares;
ALF ART (18760596) Hugo Cristiano da Costa Baptista.

Cavalaria:

ALF CAV (11785695) Fernando Amorim da Cunha;
ALF CAV (08782597) Jorge Rodrigues dos Santos;
ALF CAV (19939497) Marco António Frontoura Cordeiro;
ALF CAV (07581296) Américo Filipe da Costa Pereira;
ALF CAV (07233197) Adriano Augusto Gomes Branco;
ALF CAV (05152095) Sandro Miguel Nunes Serronha.

Administração Militar:

ALF ADMIL (07858197) Luís Filipe Queirós Correia;
ALF ADMIL (11406897) Margarida Maria Rodrigues dos Santos;
ALF ADMIL (00898797) Urbano Teixeira Correia;

ALF ADMIL (10799397) Nuno Salvador Vicente Pedro;
ALF ADMIL (15784797) João Carlos Alves Batista;
ALF ADMIL (15510995) Nuno Miguel de Sousa Gomes;
ALF ADMIL (14086195) Tiago Miguel Velhuco Alves Simenta;
ALF ADMIL (09503796) Vânia Dalila da Silva Santos.

Farmácia:

ALF FARM (09951194) Paulo Fernando Coelho da Cruz.

Veterinária:

ALF VET (37822993) Júlio Manuel Coutinho Franco Gouveia de Carvalho;
ALF VET (39953492) Leonilde Maria Loureiro dos Santos.

Técnicos de Exploração das Transmissões:

ALF TEXPTM (05003585) Francisco José Alcobia dos Santos Mateus;
ALF TEXPTM (00353687) Pedro Manuel da Silva Ferreira;
ALF TEXPTM (01317485) Nuno Manuel Jorge Miranda;
ALF TEXPTM (02666187) Joaquim Manuel Rodrigues Bernardo.

Técnicos de Manutenção das Transmissões:

ALF TMANTM (17579385) Pedro João Pereira Duarte;
ALF TMANTM (14217487) António do Amaral Coelho.

Técnicos de Manutenção de Material:

ALF TMANMAT (00564785) Rui Manuel Antunes Gonçalves;
ALF TMANMAT (09027185) Ernesto Ferreira Véstia;
ALF TMANMAT (15936286) João Paulo Ramos Carrondo;
ALF TMANMAT (11379485) José Maria Sendas Vaz;
ALF TMANMAT (00727388) Paulo Jorge Rodrigues Machado.

Técnicos de Pessoal e Secretariado:

ALF TPESSECR (14125286) Alcino Fernandes Cardoso Santos;
ALF TPESSECR (09488388) João Miguel Barros Pereira;
ALF TPESSECR (07390385) José Domingos Dias Vaz;
ALF TPESSECR (15885085) Manuel Lopes Correia;
ALF TPESSECR (13236385) António Manuel Matos Marques.

Técnicos de Transportes:

ALF TTRANS (09588187) Nuno José Lima Moraes;
ALF TTRANS (18019687) António Marcelino Monteiro Pereira;
ALF TTRANS (13397386) Manuel Pires Lourenço;
ALF TTRANS (07891588) Luís André Lourenço Rodrigues;
ALF TTRANS (06635485) João Miguel Tavares Gurgo e Cirne.

Técnicos de Enfermagem Diagnóstico e Terapêutica:

ALF TEDT (00990689) Manuel Joaquim da Costa Moreira;
ALF TEDT (10046489) Joaquim José Mota Clemente;
ALF TEDT (11049591) Fernando Manuel de Matos Marques;
ALF TEDT (01837690) Rui Alves.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura

remuneratória do novo posto, nos termos da n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto. Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 177.º do EMFAR.

Por despacho de 7 de Abril de 2004, do general CEME, é reconstituída a carreira militar do SCH INF (01701370) José César Eleutério Paulo:

“Em conformidade com o disposto nos arts. 1.º, 2.º e 6.º da Lei 43/99, de 11 de Junho, Regulamentada pelo Decreto Lei n.º 197/2000, de 24 de Agosto, seja reconstituída a carreira do militar nos diferentes postos, e promovido ao posto de sargento-mor, o SCH INF (01701370) José César Eleutério Paulo, conforme se indica:

Mantém a antiguidade de Furriel, reportada a 6 de Julho de 1973;
Mantém a antiguidade de Segundo-Sargento, reportada a 6 de Julho de 1975;
Primeiro Sargento, com antiguidade de 6 de Julho de 1978;
Sargento-Ajudante, com antiguidade de 1 de Outubro de 1987;
Sargento-Chefe, com antiguidade de 1 de Janeiro de 1994;
Sargento-Mor, com antiguidade de 1 de Maio de 1998.

Fica colocado na escala de antiguidades da Arma de Infantaria à direita do SMOR INF (05632365) Arlindo Rocadas Ferreira.

Considerando a antiguidade no posto de Sargento-Mor (1 de Maio de 1998), e a data desde quando foi desligado da efectividade do serviço pela passagem à situação de reserva a seu pedido (1 de Fevereiro de 2002), tem direito à remuneração pelo posto de Sargento-Mor no 2.º escalão, índice 335, nos termos do n.º 2, do art. 13.º do Dec.-Lei 328/99 de 18 de Agosto.

Tem direito à atribuição da gratificação de pára-quedista na totalidade (72 semestres) no cálculo da sua pensão.

Os efeitos financeiros da presente correcção produzem-se em conformidade com o estabelecido no art. 4.º do Dec.-Lei 197/2000 de 24 de Agosto.

Seja considerada nula e de nenhum efeito a Portaria n.º 759/2001 (2.ª série) publicada na página 6904 do *Diário da República* n.º 93, de 20 de Abril de 2001, e na *Ordem do Exército* n.º 6 de 30 Junho de 2001 nas páginas 540 e 541.”

(DR II série, n.º 100, de 28 de Abril de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea a) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (60835670) José António da Silva.

Conta a antiguidade desde 9 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (04951974) Adérito António Alves.

Conta a antiguidade desde 01 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (09448274) Manuel Esteves.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (62968774) António da Anunciação Pereira.

Conta a antiguidade desde 13 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*)

do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (02437676) António Abade Domingos.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (11517776) Victor Manuel da Costa Ribeiro.

Conta a antiguidade desde 9 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2003 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (06157577) Eduardo Francisco Lourenço.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*)

do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (10374077) Mário Alves Firmino.

Conta a antiguidade desde 9 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH INF (11585077) José António de Oliveira Cardoso.

Conta a antiguidade desde 9 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH ART (06028274) Luís Daniel da Silva Osório.

Conta a antiguidade desde 29 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ART, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*)

do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH CAV (15684677) Ricardo Alberto de Campos Rodrigues.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH ENG (03024078) João Carlos Serras Alves.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH TM (01838576) Olímpio Maria Canelas Mouta.

Conta a antiguidade desde 31 de Julho de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH TM (02484576) Daniel da Conceição Costa.

Conta a antiguidade desde 31 de Julho de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

(DR II série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH TM (16513179) Fernando Pereira Marques.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/TM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEMF-102 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH MED (12720374) João Manuel dos Santos Lisboa.

Conta a antiguidade desde 23 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MED, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH FARM (19326077) Agostinho Manuel Costa Crespo.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea a) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH AM (09373979) Rogério Paulo Ferreira Pereira.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2003 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea a) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH MAT (80057069) João de Deus Graça.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea a) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH MAT (05909674) Manuel António Gonçalves das Neves.

Conta a antiguidade desde 22 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH SGE (12496869) José Coelho Almeida.

Conta a antiguidade desde 17 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH SGE (12683174) António Manuel Salgado Marinheira.

Conta a antiguidade desde 6 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH SGE (04751277) Amílcar Nunes Ferreira.

Conta a antiguidade desde 23 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH PARAQ (16864775) José Alberto Guimarães Martins Neves.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 183.º e alínea *a*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 4 do art. 274.º do referido Estatuto, o SCH PARAQ (14537077) Américo Silva Martins.

Conta a antiguidade desde 21 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (03640378) Artur dos Santos Fernandes Fonseca.

Conta a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (04787578) Aniceto Jorge Montez Duarte.

Conta a antiguidade desde 01 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (05028878) José António de Oliveira Carreira.

Conta a antiguidade desde 1 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (08945578) Victor Leonardo Rodrigues Pires.

Conta a antiguidade desde 22 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 06dan2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2003 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (09026578) José Carlos Brito.

Conta a antiguidade desde 17 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (11426778) Jaime Manuel Coelho.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (04364779) Arnaldo Joaquim Rodrigues Silva Resende.

Conta a antiguidade desde 29 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (10094979) Manuel Teixeira dos Reis.

Conta a antiguidade desde 9 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (03014480) Baltazar António Severino Horta.

Conta a antiguidade desde 23 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ INF (06090082) Carlos Alberto de Sousa Almeida.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ ART (10700076) Joaquim da Piedade Carrasco Honrado.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ART, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ ART (04576679) Agostinho Rodrigues Barbosa

Conta a antiguidade desde 11 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ART, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 6 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ ART (01366480) Lino Manuel Fernandes Neto.

Conta a antiguidade desde 22 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ART, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ CAV (09690578) Carlos Manuel Cerqueira Barreira.

Conta a antiguidade desde 12 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 06 de Janeiro de 2004 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ CAV (03923080) Carlos Filipe Fernandes de Carvalho.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2003 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ CAV (10216280) Joao Carlos Gonçalves Maridalho.

Conta a antiguidade desde 09 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ ENG (10316381) Manuel Mourato Trabuço

Conta a antiguidade desde 04 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ENG, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do General Chefe do Estado-Maior do Exército, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ ENG (14081281) José Henriques dos Santos

Conta a antiguidade desde 16 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ENG, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ TM (01713481) Luís Gonzaga Terêncio.

Conta a antiguidade desde 06 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/TM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 183.º e alínea *b)* do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ TM (03670781) Fernando Fernandes.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g)* do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02, de 30 de Julho e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, é promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 183.º e alínea *b)* do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ TM (13377081) António Abílio Almeida.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de adido, nos termos da alínea *g)* do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b)* do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ MED (19115773) José Agostinho Carvalho Teixeira.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MED, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ MAT (08580879) Hélio João da Silva Coelho.

Conta a antiguidade desde 2 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 01 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ MAT (04137580) Albino da Luz Gomes Soares Martins Gama.

Conta a antiguidade desde 09 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ MAT (11560282) Fernando Martins Dias.

Conta a antiguidade desde 01 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ AM (19194779) Silvio Alves Balouta.

Conta a antiguidade desde 13 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/AM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ PARAQ (00570577) António Manuel Pereira Rodrigues.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2002 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ PARAQ (02894577) Manuel Marçal Nunes.

Conta a antiguidade desde 22 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do general CEME, é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, aprovado pelo seu Despacho n.º 143/CEME/02 e Despacho n.º 88/CEME/03, de 30 de Julho de 2003 e 1 de Julho de 2003 e Despacho de 23 de Dezembro de 2002, nos termos do art. 183.º e alínea *b*) do art. 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 263.º e n.º 3 do art. 274.º do referido Estatuto, o SAJ PARAQ (13025177) José Daniel Cerqueira Martins Rosa.

Conta a antiguidade desde 21 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (10274485) José Carlos Marques Sacramento.

Conta a antiguidade desde 1 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (13611085) Mário Jorge do Nascimento Cautela

Conta a antiguidade desde 1 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o Quadro ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (19898385) Emanuel de Jesus de Sousa Filipe.

Conta a antiguidade desde 29 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (00792786) Henrique Manuel de Oliveira.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (07761686) António Manuel Esteves Martins.

Conta a antiguidade desde 27 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (05613186) Rui Baltazar de Sousa Viana.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (06511086) Joaquim António de Oliveira da Silva.

Conta a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (10694986) António Augusto Calado de Carvalho.

Conta a antiguidade desde 15 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 09 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (13232086) Manuel Carlos Teixeira Varandas.

Conta a antiguidade desde 15 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (15011486) João Gomes dos Santos Júnior.

Conta a antiguidade desde 14 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (15679686) João Carlos Antunes Luís Sanches.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (17344786) Luís Filipe Perez Robalo.

Conta a antiguidade desde 13 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando urna vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 05 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (17469586) Antúnio Manuel dos Santos Carmelo.

Conta a antiguidade desde 02 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 05 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (17954086) António Luís Pereira Pinto.

Conta a antiguidade desde 24 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (18778686) Hélder Manuel Perfeito Santa Maria.

Conta a antiguidade desde 09 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (00293387) José Bernardo Hemriques.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (06945287) José Fernando Lopes da Rocha.

Conta a antiguidade desde 22 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

(DR II série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR INF (16750687) Armindo José Afonso Trindade.

Conta a antiguidade desde 1 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1 SAR INF (15958182) António Ismael de Oliveira Pereira

Conta a antiguidade desde 1 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/INF, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 09 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea c) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1 SAR ART (03753184) António José Marques Laranjeira.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea c) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1 SAR ART (10471185) Carlos José Caetano Novais.

Conta a antiguidade desde 26 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea *c*) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ART (11950585) Nelson Samuel Caldas.

Conta a antiguidade desde 22 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea *c*) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ART (19900385) Joaquim José Gomes.

Conta a antiguidade desde 22 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

(DR II série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea *c*) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ART (00032986) Carlos Alberto Pereira.

Conta a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 05 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Artilharia, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea *c*) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ART (03514586) João Manuel Gaspar da Silva.

Conta a antiguidade desde 24 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ART (14297586) Manuel de Jesus Martins da Cruz Marrafa

Conta a antiguidade desde 24 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de adido, pelo que nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 05 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR CAV (01610284) António José Neves Batista.

Conta a antiguidade desde 27 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR CAV (01645185) Francisco José Neto Garcia.

Conta a antiguidade desde 16 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de adido, pelo que nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Cavalaria, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea *c*) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR CAV (04700886) António Luís Martins Bernardino.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR CAV (07003886) José Manuel Sochas Badalo.

Conta a antiguidade desde 15 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR CAV (18313586) José Manuel Agante Matos

Conta a antiguidade desde 1 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupado uma vaga de Qualquer dos QE (QQESP), reatribuída ao QE/CAV, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ENG (11813886) António José Martinho Nunes.

Conta a antiguidade desde 12 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ENG, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ENG (19182986) João José Basso Ferreira.

Conta a antiguidade desde 28 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/ENG, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR., por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR ENG (19664386) Hélder António dos Santos Silva.

Conta a antiguidade desde 05 de Janeiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos QE (QQESP), reatribuída ao QE/ENG, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR TM (02593386) Joaquim Manuel Pinto da Silva.

Conta a antiguidade desde 10 de Janeiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/TM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR TM (13846786) José Fernando Bastos Gomes.

Conta a antiguidade desde 9 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/TM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, para preenchimento de vaga existente no QE de Administração Militar, aprovado pelo Despacho de 23 de Dezembro de 2002, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 183.º e alínea c) do art. 262.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR AM (00306486) António Aurélio Gouveia Coelho.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR AM (11279486) José de Freitas Vieira.

Conta a antiguidade desde 12 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de adido, pelo que nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 173.º e do art. 191.º ambos do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR AM (11981986) Carlos Alberto da Veiga Veríssimo.

Conta a antiguidade desde 1 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/AM, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (07824282) João Carlos Mendes Faztudo.

Conta a antiguidade desde 01 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEMB/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (08406683) Carlos Alberto Henriques Bento.

Conta a antiguidade desde 15 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às

condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (03741385) Jorge Manuel Rebocho Costa.

Conta a antiguidade desde 17 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (06850086) Rui Antunes Alferes Gomes.

Conta a antiguidade desde 16 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

(DR II série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 09 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (16273386) Paulo José Queimado Pagará.

Conta a antiguidade desde 17 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR MAT (16489486) Humberto José da Silva Vidigal.

Conta a antiguidade desde 1 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/MAT, aprovado pelo Despacho 143/CE1VM/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR SGE (01411384) José Noel Ferreira Luís.

Conta a antiguidade desde 16 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do Art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR SGE (19328285) Hélio Francisco Noruegas Roldão.

Conta a antiguidade desde 1 de Janeiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 09 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMPMAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR SGE (09134886) Carlos Manuel Garcia Marques.

Conta a antiguidade desde 23 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 09 de Janeiro de 2004 do Chefe da RPMPMAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR SGE (16774186) Carlos Manuel Mirrado Claudino.

Conta a antiguidade desde 22 de Dezembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2004)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR SGE (02828987) Armando Luís Henrique Lopes.

Conta a antiguidade desde 1 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/SGE, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMPMAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (17096683) Amílcar Manuel Faria Antunes.

Conta a antiguidade desde 9 de Setembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (03222084) António José Faria Teixeira.

Conta a antiguidade desde 1 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 5 de Dezembro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (04584484) Adérito Pais da Cunha.

Conta a antiguidade desde 24 de Novembro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 292, de 19 de Dezembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (18757684) José Luís Maia dos Santos.

Conta a antiguidade desde 22 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea *c*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (19093384) António André Mansinho Gens.

Conta a antiguidade desde 20 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 29 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer QE, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (07211685) António Lopes Fontainhas.

Conta a antiguidade desde 21 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer QE (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 259, de 8 de Novembro de 2003)

Por despacho de 18 de Fevereiro de 2004 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais, nos termos do art. 183.º e da alínea c) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea b) do n.º 1 do art. 263.º e n.º 2 do art. 274.º do referido Estatuto, o 1SAR PARAQ (17267985) Manuel Paulo Fernandes Gonçalves.

Conta a antiguidade desde 16 de Fevereiro de 2004, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

É promovido para o quadro, ocupando uma vaga de Qualquer dos Quadros Especiais (QQESP), reatribuída ao QE/PARAQ, aprovado pelo Despacho 143/CEME/02, de 30 de Julho, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 183.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 57, de 8 de Março de 2004)

Por despacho de 16 de Dezembro de 2003, o general CEME, determinou que o 2SAR INF (88073262) João Nogueira, ficasse na seguinte situação:

Aumentado ao efectivo do Exército, na Arma de Infantaria, desde 3 de Julho de 2003, data em que se apresentou e foi autorizada a sua passagem ao recrutamento de Portugal.

Promovido ao posto de primeiro-sargento com antiguidade de 31 de Outubro de 1975. Fica intercalado na Lista Geral de Antiguidades da sua Arma à esquerda do 1SAR INF (43380962) Manuel Joaquim de Carvalho Ferreira.

Nos termos do citado Despacho não foi dispensado do Curso de Promoção ao Posto de Sargento-Ajudante, condição especial prevista na alínea *a*) de art. 16.º do Dec.-Lei n.º 920/76, de 31 de Dezembro, pelo que, é considerado na situação de reserva, com o posto de primeiro-sargento, desde 27 de Dezembro de 1999, em virtude de ter atingido o limite de idade fixado para o seu posto (57 anos de idade), nos termos da alínea *a*) do art. 153.º do EMFAR.

Fica posicionado no escalão 1 da estrutura remuneratória no posto de primeiro-sargento, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei n.º 323/99, de 18 de Agosto.

(DR II série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004)

Por Despacho de 11 de Dezembro de 2003, o general CEME, determinou que o 2SAR INF (88025965) João de Oliveira, ficasse na seguinte situação:

Aumentado ao efectivo do Exército, na Arma de Infantaria, desde 13 de Outubro de 2003, data em que se apresentou e foi autorizada a sua passagem ao recrutamento de Portugal.

Promovido ao posto de primeiro-sargento com antiguidade de 30 de Setembro de 1975. Fica intercalado na Lista Geral de Antiguidades da sua Arma à esquerda do 1SAR INF (38228756) João Barbosa Ribeiro.

Nos termos do citado Despacho não foi dispensado do Curso de Promoção ao Posto de Sargento-Ajudante, condição especial prevista na alínea *a*) de art. 16.º do Dec.-Lei n.º 920/76, de 31 de Dezembro, pelo que, é considerado na situação de reserva, com o posto de primeiro-sargento, desde 4 de Janeiro de 2000, em virtude de ter atingido o limite de idade fixado para o seu posto (57 anos de idade), nos termos do da alínea *c*) do art. 153.º do EMFAR.

Fica posicionado no escalão 1 da estrutura remuneratória no posto de primeiro-sargento nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

(DR II série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004)

Por Despacho de 24 de Outubro de 2003 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foram promovidos ao posto de primeiro-sargento, nos termos do n.º 1 do art. 183.º e da alínea *d*) do art. 262.º do EMFAR, por satisfazerem às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *a*) do art. 263.º e n.º 1 do art. 274.º, do referido Estatuto, os Sargentos a seguir mencionados:

Infantaria:

2SAR INF (37692692) Jorge Miguel Gonçalves Monteiro;
2SAR INF (26097291) Sérgio David Vaz de Matos Xarepe;
2SAR INF (08894093) Paulo Alexandre Cruz Lopes A. Figueiredo;
2SAR INF (08187494) Vasco José Miguel dos Santos;
2SAR INF (20626792) Victor Manuel Tavares da Luz;
2SAR INF (09102493) Paulo Jorge da Silva Lopes Mendes;
2SAR INF (28020893) Joaquim Lopes Pereira;
2SAR INF (02410994) Luís Miguel Madeira Eugénio;
2SAR INF (23556691) António Miguel Viveiros Noia;
2SAR INF (27092793) Rui Nuno das Neves Reis;
2SAR INF (23578691) José Carlos Caridade Moita;
2SAR INF (01966194) Paulo Rui Pires Barroso.

Artilharia:

2SAR ART (20810293) Paulo Jorge da Costa Silva;
2SAR ART (07353394) António Manuel Rodrigues da Silva;
2SAR ART (28311793) Bruno Teixeira Lopes Martins;

2SAR ART (08880494) Pedro Miguel Miranda Félix;
2SAR ART (10478595) Maria Albertina Alves de Sá Pereira.

Cavalaria:

2SAR CAV (18832194) Luís Miguel Ferreira de Barros;
2SAR CAV (14116994) Bruno David Fialho Figueiredo do Carmo;
2SAR CAV (03992994) Vitor Manuel Sousa da Costa;
2SAR CAV (39954893) Manuel da Silva Garcês Soares.

Engenharia:

2SAR ENG (18602194) Rui Jorge Marques da Silva;
2SAR ENG (25394193) Abílio Pedro Pinheiro Nunes;
2SAR ENG (19166794) Ricardo Manuel Rodrigues Courinha;
1SAR GRAD ENG (35992492) Carlos Manuel Dias Bento;
2SAR ENG (09749794) Luís Miguel Ferreira Correia;
2SAR ENG (20944193) José Augusto Faustino Anjinho;
1SAR GRAD ENG (24548891) Vitor Manuel Faria da Costa Lopes;
2SAR ENG (28622092) Filipe José Roma Pinto;
2SAR ENG (20691493) César António Dias da Conceição;
2SAR ENG (29166892) Gustavo Martins Paulino Batista.

Transmissões:

2SAR TM (28419793) Arsénio Manuel Bernardino Moço;
2SAR TM (31754893) João Paulo Pires Marques;
2SAR TM (23463192) Noémia Delfina Martins Nunes;
1SAR GRAD TM (28986893) Joaquim Rebelo Torres;
2SAR TM (34233293) Luís Filipe Guerreiro Ledo;
2SAR TM (16004094) Narco António Mendes de Melo;
2SAR TM (06014094) Paulo Alexandre Pinto Nogueira;
2SAR TM (00780394) Fernando Miguel Santos Oliveira Talhadas;
2SAR TM (10342595) Jacinto Marques das Neves.

Administração Militar:

2SAR AM (03906794) Rui Manuel Araújo Grácio;
2SAR AM (08348095) Jorge Manuel Coito Nunes;
2SAR AM (14317594) António Silvino Anacleto Castro;
2SAR AM (09505493) Sandra Luisa Serrano Quintas;
2SAR AM (02862794) João Pedro Garcia da Silva.

Medicina:

2SAR MED (14615995) Vitor da Conceição Tomaz Lopes;
2SAR MED (13598897) Cristiana Marisa da Encarnação Amaro Delgado;
1SAR GRAD MED (21207591) Marcelo de Sousa Vaz;
1SAR GRAD MED (21388293) Nelson Lopes Alfredo;
2SAR MED (14566096) Ismael Augusto Santos da Costa.

Material:

2SAR MAT (37766693) Rui Canas Leal Martins;
2SAR MAT (00371094) Paulo Alexandre Monteiro Lemos;
2SAR MAT (01239893) Hugo Miguel Pereira da Costa Figueiredo;
2SAR MAT (33791393) Vitor Manuel Neves Aires;

2SAR MAT (02284693) Pedro Miguel Duarte Pronto;
2SAR MAT (31539792) João Miguel Dias Grunho;
2SAR MAT (20749493) Paulo Walter Costa Rosa;
2SAR MAT (19328294) Vitor Manuel Janeiro Rita;
2SAR MAT (33336892) Luís Miguel Pereira de Matos;
2SAR MAT (21624492) Sérgio Alfredo Madeira Gomes;
2SAR MAT (25594291) Samuel Luís Duarte dos Reis;
2SAR MAT (14634294) António Nascimento Bastos;
2SAR MAT (26868993) José Carlos Agostinho Esteves;
2SAR MAT (34338493) Jorge Manuel Bairrada Marques;
1SAR GRAD MAT (24506992) Carlos Francisco Gomes de Almeida;
2SAR MAT (20670092) Rui Pedro da Silva Mendes Monteiro.

Músicos:

2SAR MUS (29537491) José Pedro Alves Vizinha;
2SAR MUS (39947493) António João Fernandes Luís.

Pessoal e Secretariado:

2SAR PESSEC (23873591) João Miguel Leitão Valido;
2SAR PESSEC (29580492) Pedro Alexandre Martinho Marques;
2SAR PESSEC (16581894) Rodolfo José Ourives Martins;
2SAR PESSEC (29500891) Sebastião José Fonte Santa Marques;
2SAR PESSEC (15393195) Rui Manuel Marques Ferreira.

Transportes:

2SAR TRANS (28199493) Joaquim Adérito Arvana Cheira;
2SAR TRANS (31921392) José Adriano Costa Martins.

Contam a antiguidade desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de primeiro-sargento.

(DR II série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004)

Graduações

Por portaria de 15 de Outubro de 2003 do general CEME, foram graduados ao posto de capitão, nos termos do art. 69.º do EMFAR, os seguintes militares:

TEN INF (31402993) João Paulo Maia Martins;
TEN INF (23379693) José Paulo Silva Bartolomeu;
TEN ART (10096989) Pedro José Fernandes Seabra da Silva;
TEN ART (03928991) Carlos Miguel Cruto Roque;
TEN ART (38670891) Luís Miguel Claro Sardinha;
TEN ENG (23406193) José Fernando Barbosa de Sousa;
TEN TM (24793391) Jorge Miguel da Encarnação Vinagreiro;
TEN MED (34307491) Nuno Bessa Pinto Leite;
TEN ADMIL (22309491) Rita Isabel Mendonça da Luz

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 2003, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura

remuneratória do novo posto nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto. Ficam desde a mesma data na situação de demorados na promoção nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 62.º, conjugado com o n.º 2 do art. 197.º, ambos do EMFAR.

(DR II série, n.º 276, de 28 de Novembro de 2003)

Por portaria de 12 de Fevereiro de 2004 do general CEME, foram graduados ao posto de aspirante a oficial aluno, nos termos do art. 69.º do EMFAR e do Despacho n.º 66/CEME/01, de 14 de Março de 2001, os seguintes Militares:

1SAR CAV (10569889) Manuel João Pires Cordeiro;
1SAR TM (03200588) José Alexandre Russo Pinto;
1SAR CAV (13480588) Paulo José Ferreira Alves;
1SAR TM (12393888) José Luís Mendes Torres;
1SAR CAV (01977689) Luís Filipe Rosa Mourão Garcia;
1SAR AM (02687889) Joaquim José da Cunha Roberto;
1SAR MAT (01955989) Osvaldo José Maria;
1SAR MAT (05940089) Rui Manuel Gaspar Rodrigues;
1SAR TM (06954988) Augusto Manuel Andrade Santos;
1SAR MAT (06579890) Mário Fernando dos Santos Constança;
1SAR AM (02087290) Carlos Alberto Domingos Salgado;
1SAR SGE (01254191) Pedro Manuel Miranda Veríssimo;
1SAR AM (03542790) Rui Manuel Caeiro Ramalho;
1SAR MAT (00663589) Paulo Alexandre V. Correia Andrade.

Contam a graduação no posto de Aspirante a Oficial Aluno, desde 27 de Fevereiro de 2004, sem prejuízo do regime remuneratório mais favorável.

(DR II série, n.º 53, de 3 de Março de 2004)

IV — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por escolha ao posto de coronel, dos tenentes-coronéis das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 do art. 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 10 de Janeiro de 2004, para vigorar ano 2004.:

Infantaria:

- 1 TCOR INF (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva;
- 2 TCOR INF (14078977) Agostinho Dias da Costa;
- 3 TCOR INF (02498480) Isidro de Moraes Pereira;
- 4 TCOR INF (06576281) Carlos Henrique de Aguiar Santos;
- 5 TCOR INF (08651780) José Alberto Cordeiro Simões;
- 6 TCOR INF (12862380) Luís Filipe Tavares Nunes;
- 7 TCOR INF (10991678) António Augusto;
- 8 TCOR INF (18428880) João Augusto de Miranda Soares;

- 9 TCOR INF (00842881) Agostinho Reinaldo T. Paiva da Cunha;
- 10 TCOR INF (08460878) Alberto José Rodrigues Borges;
- 11 TCOR INF (12157682) Rui Fernando Baptista Moura;
- 12 TCOR INF (00361076) Eurico Manuel Figueiredo Moreira da Silva;
- 13 TCOR INF (02114873) José da Silva Pereira Lima;
- 14 TCOR INF (07047076) Francisco Manuel Duarte de Brito Antunes;
- 15 TCOR INF (16631778) António Luís Faria Martins;
- 16 TCOR INF (07542675) António Manuel Camacho Soares;
- 17 TCOR INF (05325980) João Manuel Bicho da Silva Alves;
- 18 TCOR INF (00253778) Aníbal José Roque Correia;
- 19 TCOR INF (06737381) Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva;
- 20 TCOR INF (16376380) Manuel Caroço Prelhaz;
- 21 TCOR INF (02858881) José Manuel Cardoso Lourenço;
- 22 TCOR INF (17585781) António José Lourenço da Fonte Rabaça;
- 23 TCOR INF (05084976) Rui Garcia Simões;
- 24 TCOR INF (09013981) Fernando Manuel Dias Martins;
- 25 TCOR INF (08891582) Jorge Manuel Cabrita Adão Correia da Silva;
- 26 TCOR INF (02400378) António José de Sampaio Silva;
- 27 TCOR INF (05161381) Marco António Mendes Paulino Serronha;
- 28 TCOR INF (02619773) José Guilherme de Melo e Gama;
- 29 TCOR INF (07345973) José Maria Teixeira Calado;
- 30 TCOR INF (11013973) Carlos Alberto Cavaleiro Fernandes;
- 31 TCOR INF (07392978) Eduardo José Martins Veloso;
- 32 TCOR INF (09777973) César Augusto Brás Martins.

Artilharia:

- 1 TCOR ART (02507881) António José Pacheco Dias Coimbra;
- 2 TCOR ART (17438079) Henrique Manuel Ferreira Botelho;
- 3 TCOR ART (09028679) Luís Francisco Botelho Miguel;
- 4 TCOR ART (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes Oliveira;
- 5 TCOR ART (15658579) João Pedro da Cruz Fernandes Thomaz;
- 6 TCOR ART (74442173) Sérgio Alexandre Brandão Freire Falcão;
- 7 TCOR ART (03783680) Carlos Alberto de Bigares Serra;
- 8 TCOR ART (03246380) Luís Alberto Meneres Sancho;
- 9 TCOR ART (09590382) Jesus Manuel Gallego Coelho;
- 10 TCOR ART (18794480) Fernando Joaquim Alves Córias Ferreira;
- 11 TCOR ART (00465879) Rui Manuel Freire Damásio Afonso;
- 12 TCOR ART (11044776) Fernando da Costa Crespo;
- 13 TCOR ART (06255680) José Manuel Saraiva Dias Bento;
- 14 TCOR ART (02853680) Manuel Viriato Ramos Veloso;
- 15 TCOR ART (18261778) Luís Manuel de Figueiredo Tomé Medeiros.

Cavalaria:

- 1 TCOR CAV (12609179) Emílio Oliveira Duarte;
- 2 TCOR CAV (03033681) Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos;
- 3 TCOR CAV (19877081) Francisco Joaquim da Costa Lopes;
- 4 TCOR CAV (16321880) Fernando José Sousa Gonçalves Magalhães;
- 5 TCOR CAV (16643380) Eduardo Fernando Alves da Costa;
- 6 TCOR CAV (05353480) José Augusto de Sales Pimentel Furtado;

- 7 TCOR CAV (08255980) José António Domingues do Espírito Santo;
- 8 TCOR CAV (16567179) João Paulo Silva Esteves Pereira;
- 9 TCOR CAV (02078479) Carlos Alberto Baia Afonso;
- 10 TCOR CAV (03009380) Alberto Sebastião Neves Marinheiro;
- 11 TCOR CAV (16499879) Rui Alves Tavares Ferreira.

Engenharia:

- 1 TCOR ENG (16880981) Manuel Augusto Pires;
- 2 TCOR ENG (02369779) António Augusto Baptista Antunes;
- 3 TCOR ENG (09170481) António José Fernandes Marques Tavares;
- 4 TCOR ENG (17911776) António Jorge Gomes Coelho;
- 5 TCOR ENG (00385480) Francisco José Mourão Vieira Domingues;
- 6 TCOR ENG (03838180) Mário Victor Simões;
- 7 TCOR ENG (19179075) Diogo Joaquim Freire de Mesquita Lavajo.

Transmissões:

- 1 TCOR TM (08751380) Fernando Cunha dos Santos Pinto;
- 2 TCOR TM (06013881) António Manuel Rosa Salvado;
- 3 TCOR TM (17104379) Pedro Jorge Pereira de Melo;
- 4 TCOR TM (15081578) Henrique José da Silva Castanheira Macedo;
- 5 TCOR TM (17779174) José António Lobão Bernardo.

Medicina:

- 1 TCOR MED (14199773) José Luís Leça Veiga Pereira Gens;
- 2 TCOR MED (10528774) António Manuel Netas da Silva Graça;
- 3 TCOR MED (15105574) António Miguel Rebelo de Faro Loureiro;
- 4 TCOR MED (17872573) Mário Vieira Pragosa;
- 5 TCOR MED (12243271) Joaquim Luís da Silva Santos;
- 6 TCOR MED (02128073) Gonçalo Muno Mendes Spínola;
- 7 TCOR MED (00163673) Manuel D'Assunção Gonçalves Mendonça;
- 8 TCOR MED (00894377) Jorge Carlos Silvério Machado;
- 9 TCOR MED (07930377) Manuel Fernando Teixeira Osório de Castro Alves;
- 10 TCOR MED (08368675) António Bernardo da Cunha Horta;
- 11 TCOR MED (01245376) António Joaquim Oliveira da Silva Lage.

Farmácia:

- 1 TCOR FARM (16497677) Joaquim José Pereira Marques;
- 2 TCOR FARM (14469677) Fernando Jorge Marques Gonçalves;
- 3 TCOR FARM (08952179) José Manuel Pires Duarte Belo;
- 4 TCOR FARM (19359179) Armando Cerezo Granadeiro Vicente;
- 5 TCOR FARM (09643577) João José Coelho Torre;
- 6 TCOR FARM (14348179) José Manuel Ruivo Ferro Pires;
- 7 TCOR FARM (03150176) Hélder Cabrita Moniz dos Santos;
- 8 TCOR FARM (19923978) António Manuel dos Santos Carvalho;
- 9 TCOR FARM (08396280) António Manuel Norte de Oliveira Dias;

Veterinária:

- 1 TCOR VET (11209475) Frederico Manuel Pretucci Gutterres da Fonseca;
- 2 TCOR VET (02509977) Eduardo António Capeans Teixeira;
- 3 TCOR VET (05307077) Pedro Averous Mira Crespo.

Administração Militar:

- 1 TCOR ADMIL (71123470) Luís Carlos Pinheiro Gomes;
- 2 TCOR ADMIL (07276678) João Manuel de Castro Jorge Ramalhete;
- 3 TCOR ADMIL (62283175) Dário Aurélio Sousa Medeiros Bastos Martins;
- 4 TCOR ADMIL (03341581) João Manuel Lopes Nunes dos Reis;
- 5 TCOR ADMIL (02372981) Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis;
- 6 TCOR ADMIL (02404379) José Manuel Pronto do Rosário Santos;
- 7 TCOR ADMIL (00826081) Vitor Manuel dos Santos Gomes.

Material:

- 1 TCOR MAT (03740780) Francisco Manuel Pinheiro Antunes da Silva;
- 2 TCOR MAT (18842377) Mário Jorge de Sande Pimentel da Cruz;
- 3 TCOR MAT (02268180) Carlos Jorge Sampaio Felgueira.

Técnicos de Manutenção de Transmissões:

- 1 TCOR TMANTM (02546667) António Luvier Valente da Fonseca;
- 2 TCOR TMANTM (52393011) João Pedro Quintela Leitão.

Técnicos de Manutenção de Material:

- 1 TCOR TMANMAT (52393211) José Manuel Pedroso da Silva.

Quadro Especial de Oficiais:

- 1 TCOR QEO (03476168) Manuel Mendes Pinto.

Serviço Geral Para-Quedista:

- 1 TCOR SGPQ (18381471) Fernando Festas Esteves.

Listas de promoção por antiguidade ao posto de tenente-coronel dos maiores das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 do art. 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME, despacho de 15 de Outubro de 2003, para vigorar ano 2004:

Infantaria:

- 1 MAJ INF (14679284) Carlos Manuel Borrego Cevada;
- 2 MAJ INF (19412385) Jorge Manuel de Oliveira Diogo;
- 3 MAJ INF (08784286) João Paulo Caetano Alvelos;
- 4 MAJ INF (10541285) António Manuel Diogo Velez;
- 5 MAJ INF (09946386) António José Pires Mendes;
- 6 MAJ INF (09279684) Paulo Alexandre Belmonte Faria;
- 7 MAJ INF (14224384) Pedro Vasco de B. F. Villaverde Gonçalves;
- 8 MAJ INF (18236781) Ulisses Alves;
- 9 MAJ INF (06341683) José Manuel Pires Contramestre;
- 10 MAJ INF (09523783) Francisco António Gonçalves Vaz;
- 11 MAJ INF (05605186) Paulo Luís Antunes Baptista;
- 12 MAJ INF (14699384) Rui Manuel Dias Carrapico Nicau;
- 13 MAJ INF (05125486) Rogério Gonçalves da Costa Pereira;
- 14 MAJ INF (08052084) Francisco Carlos Gaiato Mira;
- 15 MAJ INF (12069184) Joaquim do Cabo Sabino;
- 16 MAJ INF (04620286) Gabriel José Costa Barbado;
- 17 MAJ INF (06075085) Carlos António Manso Mendes Bartolomeu;

- 18 MAJ INF (19371784) José Manuel Carvalho das Dolores Moreira;
- 19 MAJ INF (12418780) Luís Manuel Pires Pita;
- 20 MAJ INF (15560185) José Joaquim Barreno Branco.

Artilharia:

- 1 MAJ ART (17815284) João Paulo da Costa Salgado;
- 2 MAJ ART (01406885) António Joaquim Olivença Galindro;
- 3 MAJ ART (12925784) Joaquim Manuel Ferreira Ramalho;
- 4 MAJ ART (15754584) Mário Jorge Assis Ferreira da Silva;
- 5 MAJ ART (00267186) José Carlos Levy Varela Benrós;
- 6 MAJ ART (07448182) António José Marques dos Santos;
- 7 MAJ ART (02426380) João Laberto Amador Botelho;
- 8 MAJ ART (05431477) Victor Manuel Martins Dias;
- 9 MAJ ART (17098077) José António Ribeiro de Oliveira;
- 10 MAJ ART (01539381) José Domingos Nogueira da Silva.

Cavalaria:

- 1 MAJ CAV (14614686) Jaime Joaquim Picado Nogueiro;
- 2 MAJ CAV (09407383) António Nuno Reis C. Marcos de Andrade;
- 3 MAJ CAV (01650784) José Elísio Oliveira Gonçalves;
- 4 MAJ CAV (07687981) Carlos José Gaspar Simões;
- 5 MAJ CAV (03240582) José Túlio Marques da Silva.

Engenharia:

- 1 MAJ ENG (10589981) Rui Albertino Costa Neto;
- 2 MAJ ENG (18540486) Francisco José Serrano Baptista.

TRANSMISSÕES

- 1 MAJ TM (07053786) Amílcar Pires Fernandes Garcia Monteiro;
- 2 MAJ TM (04844285) Manuel Carvalho Vinhas;
- 3 MAJ TM (04641886) Fernando Manuel Salas Gonçalves Baptista.

Medicina:

- 1 MAJ MED (01676082) Paulo Jorge Monteiro da Silva Lúcio;
- 2 MAJ MED (10662681) Helena Paula de Matos Pereira Pinto.

Administração Militar:

- 1 MAJ ADMIL (06299979) Manuel Maximino Carvalho Teixeira;
- 2 MAJ ADMIL (16357684) Luís Artur Alves Rita.

Material:

- 1 MAJ MAT (06866278) Fernando Manuel Duarte Bento.

Serviço Geral do Exército:

- 1 MAJ SGE (12893076) Luís Manuel Oliveira Ricardo;
- 2 MAJ SGE (14080774) Jorge Manuel Marques Pereira;
- 3 MAJ SGE (15171674) Emídio Carlos Piedade Modesto;
- 4 MAJ SGE (01433676) José Faustino Esteves Fernandes;
- 5 MAJ SGE (09680673) Carlos Pires Martins;
- 6 MAJ SGE (12299476) António José Dias Pereira;
- 7 MAJ SGE (10988573) José Aires Carvalho Fragoso;
- 8 MAJ SGE (11504376) Victor Jorge Leite;

- 9 MAJ SGE (16489773) Joaquim da Silva Ferreira;
- 10 MAJ SGE (61372874) José Henrique Neto Pires;
- 11 MAJ SGE (61446073) José Casimiro Jácome Martins;
- 12 MAJ SGE (15881773) João Alberto Lopes dos Santos;
- 13 MAJ SGE (14858676) José Ferreira Pereira;
- 14 MAJ SGE (02293477) Joaquim Maria da Luz;
- 15 MAJ SGE (18780777) José Pereira dos Santos;
- 16 MAJ SGE (06582678) Sebastião de Sousa Cruz Lopes;
- 17 MAJ SGE (03033877) João Manuel Carreiro Pinho;
- 18 MAJ SGE (08215678) João da Cunha Mota;
- 19 MAJ SGE (02184376) João Maria Rosa Leitão;
- 20 MAJ SGE (11552478) António José Fernandes Cruz;
- 21 MAJ SGE (13633574) Manuel dos Reis Jagundo;
- 22 MAJ SGE (05157577) José Manuel Monteiro Martins;
- 23 MAJ SGE (19749977) Francisco Joaquim dos Santos Pereira;
- 24 MAJ SGE (05552974) Luís Alberto Magalhães Macieira;
- 25 MAJ SGE (15845874) José Manuel Moraes;
- 26 MAJ SGE (13415070) Heitor Patrício Jorge;
- 27 MAJ SGE (07909077) Jorge Manuel Mendes Carvalho;
- 28 MAJ SGE (04810878) Joaquim Pereira Marques;
- 29 MAJ SGE (06850373) José Manuel Carneiro Bernardino;
- 30 MAJ SGE (17448574) Domingos Louro Antunes;
- 31 MAJ SGE (09906675) José Manuel Travassos Borrega;
- 32 MAJ SGE (10937379) Francisco Luís Pereira da Rocha;
- 33 MAJ SGE (08504875) Alexandre Carvalho Sobreira;
- 34 MAJ SGE (16983676) José da Costa Cabral.

Técnicos de Manutenção de Transmissões

- 1 MAJ TMANTM (17637174) Diamantino José Paulo Cabaço.

Técnicos de Manutenção de Material:

- 1 MAJ TMANMAT (06695874) Amadeu Sebastião Lavareda Romão;
- 2 MAJ TMANMAT (62095174) Artur Agostinho Favita Madeira;
- 3 MAJ TMANMAT (04543574) José Magalhães de Freitas;
- 4 MAJ TMANMAT (05021673) José Martins Registo Valente;
- 5 MAJ TMANMAT (02693176) João Varela dos Santos.

Serviço Geral Pára-Quedista

- 1 MAJ SGPQ (02522868) António Serafim Fernandes Marques;
- 2 MAJ SGPQ (07391073) José Leal Rodrigues Miranda.

Lista de promoção por escolha ao posto de tenente-coronel dos maiores do Quadro Técnico de Secretariado a seguir indicados, elaborada termos do n.º 3 do art. 184.º do EMFAR, homologada por despacho do general CEME de 10 de Janeiro de 2004, para vigorar ano 2004:

- 1 MAJ QTS (02006269) Manuel Maria Moraes;
- 2 MAJ QTS (16633768) João Manuel Andrade Pinto Bessa;
- 3 MAJ QTS (19332471) José Júlio Cordeiro Rodrigues;
- 4 MAJ QTS (03537573) Pedro Manuel Dias Alves Barbosa;
- 5 MAJ QTS (07090567) Amaro Teixeira Ligeiro;

- 6 MAJ QTS (12455068) Carlos Manuel da Silva Tavares Correia;
- 7 MAJ QTS (01173167) Luís Manuel Machado Mendes;
- 8 MAJ QTS (05593665) Edmaro José Carvalho Rosas;
- 9 MAJ QTS (08818373) Joaquim Rui Costa da Cruz ;
- 10 MAJ QTS (09992367) Augusto José Cristino Nobre;
- 11 MAJ QTS (04434670) José Manuel Aleixo;
- 12 MAJ QTS (09879071) António Luís Pereira Brás da Silva;
- 13 MAJ QTS (73666572) Luís Manuel Louro Vilela;
- 14 MAJ QTS (09544772) José Manuel de Carvalho Alves;
- 15 MAJ QTS (03030275) Jorge Manuel de Moura Soares;
- 16 MAJ QTS (04765369) Jorge Maria do Vale Pereira;
- 17 MAJ QTS (00197169) Cândido António Marques Pais Abrantes;
- 18 MAJ QTS (73541772) Hélder Leonel Pereira de Abreu;
- 19 MAJ QTS (14865973) João do Carmo Guerreiro Baptista;
- 20 MAJ QTS (01814573) João Carlos Moutinho Mendonça;
- 21 MAJ QTS (10243972) António Manuel Monteiro Neves Henriques;
- 22 MAJ QTS (06204575) Nuno da Conceição Ferreira da Costa.

Listas de promoção por escolha ao posto de major dos capitães das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas termos do n.º 3 do art. 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 10 de Janeiro de 2004, para vigorar ano 2004:

Infantaria:

- 1 CAP INF (10663685) José António Emídio Martins Ruivo;
- 2 CAP INF (00602185) António Carlos Pinto Prata;
- 3 CAP INF (15015488) Nuno Maria Vasconcelos Albergaria Pinheiro Moreira;
- 4 CAP INF (16733185) Joaquim Jorge da Silva Pereira;
- 5 CAP INF (15919890) Paulo Luís Almeida Pereira;
- 6 CAP INF (09989390) Firmino José Mata Simão;
- 7 CAP INF (05178588) Paulo Henrique Gonçalves Soares;
- 8 CAP INF (05609888) Joaquim Manuel de Mira Branquinho;
- 9 CAP INF (11020888) Jorge Semedo Colares Alturas;
- 10 CAP INF (15401189) Ilídio João Cardoso Abelha;
- 11 CAP INF (04773588) António Jorge dos Santos Ferreira Pires;
- 12 CAP INF (18494087) António Marques de Almeida Ferreira;
- 13 CAP INF (01913289) João António Palminha Rodrigues Henriques;
- 14 CAP INF (12827188) José Manuel Tavares Magro;
- 15 CAP INF (16739889) Flípe Augusto Martins Ferreira Vieira;
- 16 CAP INF (18502784) António Benjaim Mascarenhas;
- 17 CAP INF (09610189) Miguel António Pereira da Silva;
- 18 CAP INF (15249290) Domingos Jorge Fernandes Rodrigues;
- 19 CAP INF (04420490) Nuno Miguel Tavares Carreiro Martins Rodrigues;
- 20 CAP INF (17172988) Paulo Jorge Pereira da Silva de Castro Ferreira;
- 21 CAP INF (08285888) Nelson Couto Gomes;
- 22 CAP INF (01662289) Vitor José Paulico Serra Patrício;
- 23 CAP INF (18544188) José Manuel dos Santos Sá;
- 24 CAP INF (12844689) Manuel Alexandre Garrinhas Carriço;
- 25 CAP INF (12988890) Pedro Miguel de Andrade Barreiro a);

- 26 CAP INF (03708089) João Miguel Martins Branco;
 - 27 CAP INF (13113989) Paulo Alexandre Teixeira de Almeida;
 - 28 CAP INF (10394583) Mário Manuel Queiroga Pereira;
 - 29 CAP INF (17873488) Paulo Armindo Macedo de Sousa Rosa *a*);
 - 30 CAP INF (12030990) Rui Manuel da Silva Rodrigues;
 - 31 CAP INF (14377688) Delfim Constantino Valente da Fonseca;
 - 32 CAP INF (19261187) Álvaro Manuel Tavares de Carvalho Campeão *a*);
 - 33 CAP INF (04801288) José Manuel Tavares das Neves;
 - 34 CAP INF (13067087) Mário Jorge Batista Duarte Pereira;
 - 35 CAP INF (17385789) Pedro Filipe Leal Marques Pires da Silva;
 - 36 CAP INF (05337188) João Paulo Silvestre Paulino;
 - 37 CAP INF (13936086) Carlos Alberto Rodrigues Alves;
 - 38 CAP INF (09567788) Napoleão Francisco Coelho Nunes Teixeira de Azevedo;
 - 39 CAP INF (16394889) António Augusto Margalho Craveiro;
 - 40 CAP INF (19973689) Joaquim José Mendes Corista;
 - 41 CAP INF (09320185) Fernando José Guerra Felício;
 - 42 CAP INF (08184588) Joaquim António Sousa Lima Marques da Silva;
 - 43 CAP INF (18018088) Fernando Manuel Carrasquinho de Melo Martins.
- a*) Não se encontra habilitado com o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS)

Artilharia:

- 1 CAP ART (06866989) Octávio João Marques Avelar;
- 2 CAP ART (10687585) Elio Teixeira dos Santos;
- 3 CAP ART (07920490) Joaquim Agostinho da Cruz Oliveira Cardoso;
- 4 CAP ART (05422188) António Alves Flambó;
- 5 CAP ART (01315083) João Guilhermino Madureira Fernandes;
- 6 CAP ART (15752288) Paulo Jorge Antunes de Almeida Araújo;
- 7 CAP ART (05590488) Manuel Bento Gomes Chanca;
- 8 CAP ART (10078487) António José Ferreira Lourenço;
- 9 CAP ART (06957088) Maurício Luciano Saraiva Raleiras;
- 10 CAP ART (06022387) Luís Miguel Batista Martins;
- 11 CAP ART (02414488) António José Gomes de Sampaio Hilário;
- 12 CAP ART (01282188) Manuel João Favita Marcha;
- 13 CAP ART (09464888) José Correia André;
- 14 CAP ART (01931587) Luís Filipe Ventura dos Santos;

Cavalaria:

- 1 CAP CAV (01451789) Luís Henrique Ribeiro Crispim;
- 2 CAP CAV (18067590) Jorge Filipe da Silva Ferreira;
- 3 CAP CAV (15561089) José Luís Simões;
- 4 CAP CAV (04067989) José Carlos da Silva Mello de Almeida Loureiro;
- 5 CAP CAV (04009488) Paulo Jorge Da Encarnação Mendes Barros;
- 6 CAP CAV (12023988) Alfredo Manuel Aparício Filipe;
- 7 CAP CAV (06912088) Donato Hélder da Costa Tenente;
- 8 CAP CAV (06371285) Luis Manuel Cardoso Relvas Marino;
- 9 CAP CAV (14591488) António Manuel Batista Lopes.

Engenharia:

- 1 CAP ENG (15421988) Raúl Fernando Rodrigues Cabral Gomes;
- 2 CAP ENG (04680288) Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira;
- 3 CAP ENG (03909289) Pedro Nuno Rego Ferreira.

Transmissões:

- 1 CAP TM (17140391) João Luís Cardoso Modesto Albuquerque Barroso;
- 2 CAP TM (05786688) João Paulo da Costa Rebelo;
- 3 CAP TM (05300889) João Guilherme Conde Magalhães Mateus;
- 4 CAP TM (18964189) Carlos Alberto Garcia dos Reis;
- 5 CAP TM (06226390) Carlos Manuel Machado Grilo.

Veterinária:

- 1 CAP VET (03953883) Ana Cristina de Aguilar Mimoso Fontes Falcão.

Administração Militar:

- 1 CAP ADMIL (06210486) Carlos Alberto Ferreira Alves;
- 2 CAP ADMIL (01656489) Rui Manuel da Silva Pina;
- 3 CAP ADMIL (17313287) António Manuel Godinho dos Santos;
- 4 CAP ADMIL (13885588) Albino Marques Lameiras;
- 5 CAP ADMIL (06482888) Carlos Alberto Pereira Marques;
- 6 CAP ADMIL (06969188) Paulo Renato do Carmo Monteiro;
- 7 CAP ADMIL (06235085) Carlos Manuel Pato Fernandes Claro;
- 8 CAP ADMIL (14654785) Joaquim Fernando Garcia Mendes;
- 9 CAP ADMIL (11737185) Adelino Amaral da Silva.

Material:

- 1 CAP MAT (13269989) José Aurélio Ferreira Lopes;
- 2 CAP MAT (04514286) António José dos Reis Capitão;
- 3 CAP MAT (07420783) José Olaio Machado Vitorino.

Técnicos de Exploração das Transmissões.

- 1 CAP TEXPTM (19032577) Carlos Alberto da Mata Mendes Henriques;
- 2 CAP TEXPTM (07599978) Jorge Manuel Soares Barroso;
- 3 CAP TEXPTM (14214680) Luís Filipe Pereira Ferreira;
- 4 CAP TEXPTM (02067777) João Aires Fernandes;
- 5 CAP TEXPTM (05301479) Luís Manuel Bonacho Lourenço de Matos Santana;
- 6 CAP TEXPTM (11761878) Joaquim Manuel de Oliveira Lima.

Técnicos de Manutenção das Transmissões:

- 1 CAP TMANTM 00227078 Victor Marçal;
- 2 CAP TMANTM 19404376 Adelino Oliveira Martins;
- 3 CAP TMANTM 16160978 António José dos Santos Branco;
- 4 CAP TMANTM 18296476 Henrique Martins Valdeira;
- 5 CAP TMANTM 02572079 António Manuel Caracol de Almeida Amador;
- 6 CAP TMANTM 05121580 Joaquim António Gonçalves Barbosa;
- 7 CAP TMANTM 17562578 José Manuel Sampaio Ribeiro de Castro;
- 8 CAP TMANTM 18170074 António Manuel Sardinha Vicente;
- 9 CAP TMANTM 09911577 Mário Pires Tavares;
- 10 CAP TMANTM 05304579 José Fernandes dos Santos Batista;
- 11 CAP TMANTM 12581378 António Ernesto Neto Martins;
- 12 CAP TMANTM 04631878 Fernando José da Silva Fernandes;
- 13 CAP TMANTM 19716776 João Joaquim Patrício Lourencinho;
- 14 CAP TMANTM 19622879 José Albano Ribeiro Pereira.

Técnicos de Manutenção de Material:

- 1 CAP TMANMAT (14443974) Carlos Manuel da Silva Liceia;
- 2 CAP TMANMAT (12655079) Joaquim Luís de Matos;
- 3 CAP TMANMAT (05395778) António Cavaco Diogo;
- 4 CAP TMANMAT (02131078) José Rosa Serrano Martins;
- 5 CAP TMANMAT (12486780) Alexandre Francisco Salsa Arranhado;
- 6 CAP TMANMAT (08107780) Hermínio Monteiro Ferreira;
- 7 CAP TMANMAT (11094278) Adérito Joaquim Sequeira Gonçalves;
- 8 CAP TMANMAT (01925275) Américo Lopes Bica;
- 9 CAP TMANMAT (73873572) António José Tormenta dos Santos;
- 10 CAP TMANMAT (05516778) João Barriguinha Amaro;
- 11 CAP TMANMAT (13890880) Victor José Vieira;
- 12 CAP TMANMAT (07133780) António João Fernandes Correia Mondim;

Serviço Geral do Exercito:

- 1 CAP SGE 08572380 António José Entradas de Sousa;
- 2 CAP SGE 12976178 José Maria de Sousa Ribeiro;
- 3 CAP SGE 18799778 Dinis Seródio Lopes da Costa;
- 4 CAP SGE 18158878 Manuel José Pereira Rodrigues;
- 5 CAP SGE 05862078 Herculano Manuel de Brito Pacheco;
- 6 CAP SGE 17565079 Rui Manuel Simões dos Santos;
- 7 CAP SGE 09513872 Alberto Alves Garcia;
- 8 CAP SGE 16206379 José Carlos Zenha Lopes;
- 9 CAP SGE 13329278 João da Silva Veloso;
- 10 CAP SGE 03848679 Jaime Dias Laim;
- 11 CAP SGE 16895978 Manuel Joaquim Almeida Cardoso;
- 12 CAP SGE 04120279 Joaquim Francisco Lopes Bento Chambel;
- 13 CAP SGE 15269373 António Augusto dos Santos Benigno;
- 14 CAP SGE 15012077 Damelio de Deus da Veiga;
- 15 CAP SGE 14985476 António Manuel Gonçalves Rodrigues Jardim;
- 16 CAP SGE 00135676 Domingos da Cruz Malheiro;
- 17 CAP SGE 13151377 João José Carixas Silveirinha;
- 18 CAP SGE 03188277 João José Ribeiro Duque Simões;
- 19 CAP SGE 15297178 Fernando dos Santos Guedes;
- 20 CAP SGE 15097079 António Agostinho Sabino Miranda;
- 21 CAP SGE 13812679 Luís Manuel dos Santos Alves Figueira;
- 22 CAP SGE 03279379 Reinaldo Loureiro Duarte;
- 23 CAP SGE 05054375 Carlos Manuel Freitas dos Reis;
- 24 CAP SGE 07216978 David José Marques Soares;
- 25 CAP SGE 10401478 Sebastião Machado Fernandes;
- 26 CAP SGE 11161778 João do Nascimento Machado;
- 27 CAP SGE 11507778 Manuel Alberto Monteiro Martins;
- 28 CAP SGE 12670576 José Domingos Alves Nunes;
- 29 CAP SGE 02159378 António Manuel Antunes Carreto;
- 30 CAP SGE 06098778 João da Silva Ferreira;
- 31 CAP SGE 04868079 José Daniel Baptista Jorge;
- 32 CAP SGE 05032477 Armandino Miguel Fernandes;
- 33 CAP SGE 00993683 Amílcar dos Anjos Reis;
- 34 CAP SGE 19510379 José Francisco Rodrigues Caravana;
- 35 CAP SGE 07215073 Luís Filipe Tomas do Vale;
- 36 CAP SGE 07808579 Carlos Alberto do Nascimento Nunes;

- 37 CAP SGE 00394577 José Manuel de Melo Nunes da Silva;
- 38 CAP SGE 08745278 José Manuel da Costa Neto Alves;
- 39 CAP SGE 14016178 Manuel de Jesus Jorge Buco;
- 40 CAP SGE 07087780 Manuel Lourenço Carrasco Costa;
- 41 CAP SGE 07820779 Carlos do Amaral Coimbra;
- 42 CAP SGE 13105778 José da Silva Pinto;
- 43 CAP SGE 17607180 Victor Manuel da Silva Cabrita;
- 44 CAP SGE 18686580 Albino de Sousa Pedro;
- 45 CAP SGE 16913579 José Sebastião Fernandes;
- 46 CAP SGE 16558379 José Carlos Amaral da Cruz;
- 47 CAP SGE 03240778 Albano de Sousa Covas;
- 48 CAP SGE 18215775 Domingos de Oliveira e Silva;
- 49 CAP SGE 13306582 Sérgio da Costa Guimarães;
- 50 CAP SGE 11543079 Carlos Fernandes de Oliveira Carrisosa;
- 51 CAP SGE 17209478 Josué Dias Rosa;
- 52 CAP SGE 16563378 Rui Manuel Vidigal Vaz;
- 53 CAP SGE 14313779 Mário Figueiredo Crispim Tecedeiro;
- 54 CAP SGE 13534678 Manuel Ferreira Cardoso;
- 55 CAP SGE 13534678 Artur José Felizardo Marques;
- 56 CAP SGE 03796679 Augusto Manuel Tira Rodrigues;
- 57 CAP SGE 00093879 Carlos Alberto Ruivo Ferreira Andrade;
- 58 CAP SGE 17100275 António Manuel Honório;
- 59 CAP SGE 04141276 Manuel João Potra Carrasco;
- 60 CAP SGE 16465680 António da Costa Botelho;
- 61 CAP SGE 19850680 Victor José Pires Costa;
- 62 CAP SGE 11464378 David Arnaldo Jorge Castro;
- 63 CAP SGE 01782778 José Manuel Lombo;
- 64 CAP SGE 07652277 José Mendes Centeio;
- 65 CAP SGE 02887680 José Augusto de Sá Pinheiro;
- 66 CAP SGE 07519279 José António Moreira Martins;
- 67 CAP SGE 06077377 Manuel de Jesus Machado;
- 68 CAP SGE 11821176 Orlando Augusto Soares Gomes;
- 69 CAP SGE 09787980 Joaquim de Azevedo Gonçalves;

Serviço Geral Pára-Quedista

- 1 CAP SGPQ (00268885) José Joaquim Gonçalves Dias de Pinho;
- 2 CAP SGPQ (00460880) José Manuel Sequeira da Rita;
- 3 CAP SGPQ (09394977) Manuel Fernando Marques Rodrigues.

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de capitão dos tenentes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 15 de Outubro de 2003, para vigorar ano 2003.:

Infantaria:

- 1 TEN INF (35764591) Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria;
- 2 TEN INF (14944391) Óscar Manuel Verdelho Fontoura;
- 3 TEN INF (22020292) Rui Jorge Roma Pais dos Santos;
- 4 TEN INF (22934493) Hugo Miguel Moutinho Fernandes;
- 5 TEN INF (26910792) Hélder Jorge Prata Pinto;
- 6 TEN INF (33205492) João Luís Barreira;

- 7 TEN INF (29636693) Luís António Miguens L. Pereira Mamão;
- 8 TEN INF (36280093) Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso;
- 9 TEN INF (31402993) João Paulo Maia Martins;
- 10 TEN INF (04356893) António José Macedo Estrela Bastos;
- 11 TEN INF (18689290) Ascendino da Silva Bernardes;
- 12 TEN INF (23379693) José Paulo Silva Bartolomeu;
- 13 TEN INF (02890793) Raul Alexandre Ferreira Silva Sousa Pinto;
- 14 TEN INF (25982592) Dinis Bento Vicente Duarte;
- 15 TEN INF (32469392) Bruno André Assunção Marques Lopes;
- 16 TEN INF (39748391) Luís Carlos Gonçalves Rodrigues;
- 17 TEN INF (30706992) Miguel Pascoal Costa Saldanha Seabra;
- 18 TEN INF (39269791) Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva;
- 19 TEN INF (16857891) Carlos Manuel Paulos Cordeiro.

Artilharia:

- 1 TEN ART (04107090) João Pedro Fernandes Almeida Machás;
- 2 TEN ART (22480593) António José Fernandes Martins de Sá;
- 3 TEN ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões;
- 4 TEN ART (29947893) Agostinho José Caldas de Freitas;
- 5 TEN ART (31839792) Sérgio Bruno Quintas Rosado Gião;
- 6 TEN ART (37175292) Pedro Jorge Veloso do Carmo Azevedo;
- 7 TEN ART (39220592) Carlos Manuel Peixoto Prata;
- 8 TEN ART (10096989) Pedro José Fernandes Seabra da Silva;
- 9 TEN ART (03928991) Carlos Miguel Cruto Roque;
- 10 TEN ART (30399192) Nelson José Mendes Rego;
- 11 TEN ART (38670891) Luís Miguel Claro Sardinha.

Cavalaria:

- 1 TEN CAV (01678090) António Augusto Guerra Costa;
- 2 TEN CAV (05174193) Jorge Manuel Faustino Rainha;
- 3 TEN CAV (39578693) Luís Filipe Quinteiros Moraes;
- 4 TEN CAV (04771992) João António Carvalho Baptista;
- 5 TEN CAV (20825991) Nuno Miguel Gonçalves Alves;
- 6 TEN CAV (22305392) Pedro Miguel Guedes de Carvalho.

Engenharia:

- 1 TEN ENG (18852292) Paulo Jorge Correia Lamego;
- 2 TEN ENG (25937091) Carlos Miguel Fernandes Vitor Dias;
- 3 TEN ENG (31188293) José Manuel Almeida Henriques;
- 4 TEN ENG (25574791) Vitor Manuel Mendes Lopes Felisberto;
- 5 TEN ENG (23222293) Artur Jorge Espada Caracho;
- 6 TEN ENG (23406193) José Fernando Barbosa de Sousa.

Transmissões:

- 1 TEN TM (01510193) Paulo Jorge Ribeiro Lopes;
- 2 TEN TM (24793391) Jorge Miguel da Encarnação Vinagreiro;
- 3 TEN TM (06134093) Pedro Miguel Simões Roque Pena Madeira;
- 4 TEN TM (21119892) Carlos Alberto Boggio Sequeira;
- 5 TEN TM (08233988) Alexandre Miguel Gil Fernandes.

Medicina

- 1 TEN MED (34307491) Nuno Bessa Pinto Leite;
- 2 TEN MED (25450291) Sónia Nogueira Lima da Silva;

- 3 TEN MED (00940093) Isabel Maria Dias Guerreiro;
- 4 TEN MED (31420392) Carlos Augusto Rodrigo Baleia.

Dentistas

- 1 TEN DENT (01723384) Manuel Nogueira da Mota.

Material

- 1 TEN MAT (25130092) Luís António Torres da Costa;
- 2 TEN MAT (01047193) Humberto Afonso Carreiras Martins;
- 3 TEN MAT (27424492) Carlos Parente Felgueiras.

Administração Militar

- 1 TEN ADMIL (29294191) Domingos Manuel Lameira Lopes;
- 2 TEN ADMIL (27067393) David Miguel Pascoal Rosado;
- 3 TEN ADMIL (16068190) Pedro Manuel Carriço Pinheiro;
- 4 TEN ADMIL (22309491) Rita Isabel Costa Mendonça da Luz;
- 5 TEN ADMIL (22754492) Filipa Mota Gonçalves;
- 6 TEN ADMIL (35836393) Carla Susana Torres Fernandes Ramos;
- 7 TEN ADMIL (06920993) Maria Armanda Lopes Regadas.

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de tenente dos alferes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do art.º 184.º, homologadas por despacho do general CEME de 15 de Outubro de 2003, para vigorar ano 2003.:

Infantaria:

- 1 ALF INF (10552797) José Carlos Pereira de Andrade;
- 2 ALF INF (32055092) Paulo Jorge Fernandes Laranjo;
- 3 ALF INF (10283495) Hélder Fernando Ramos Parcelas;
- 4 ALF INF (06312797) Marco Paulo Antunes Rafael Lopes;
- 5 ALF INF (00079297) Vladimiro Raimundo Emílio Cancela;
- 6 ALF INF (12159096) Henrique Manuel Alves Montenegro;
- 7 ALF INF (18256796) Bruno Alexandre Gonçalves Esteves;
- 8 ALF INF (10075095) Tiago Emanuel Martins Cardoso Ferreira;
- 9 ALF INF (11758996) Nuno Miguel Flores da Silva;
- 10 ALF INF (11236797) Bruno Paulo Lobão de Moura;
- 11 ALF INF (13297295) Bruno Manuel Correia Teixeira;
- 12 ALF INF (36883693) Alcino José Parada Pires;
- 13 ALF INF (12039796) Carlos Francisco Rama Monteiro Ferreira;
- 14 ALF INF (14591396) Eduardo Filipe Cadima Santos Ribeiro;
- 15 ALF INF (19714395) Henrique José Caetano Carvalho;
- 16 ALF INF (04341196) António Manuel Morgado Ferreira;
- 17 ALF INF (13481297) José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho;
- 18 ALF INF (01109796) Rui Pedro Pereira Tavares.

Artilharia:

- 1 ALF ART (03753197) Sérgio Manuel Oliveira da Rocha;
- 2 ALF ART (23918392) João Paulo Catrola Martins;
- 3 ALF ART (14605495) Daniel Lage de Oliveira Pegado;
- 4 ALF ART (03066797) Orlando Belarmino Soares Panza;
- 5 ALF ART (19407997) Nuno Pedro Leite Gonçalves;

- 6 ALF ART (16589496) Orlando Raúl Marques M. Rodrigues Rebelo;
- 7 ALF ART (14838597) Rui Manuel da Silva Almeida Soares;
- 8 ALF ART (18760596) Hugo Cristiano da Costa Baptista;

Cavalaria:

- 1 ALF CAV (11785695) Fernando Amorim da Cunha;
- 2 ALF CAV (08782597) Jorge Rodrigues dos Santos;
- 3 ALF CAV (19939497) Marco António Frontoura Cordeiro;
- 4 ALF CAV (07581296) Américo Filipe da Costa Pereira;
- 5 ALF CAV (07233197) Adriano Augusto Gomes Branco;
- 6 ALF CAV (05152095) Sandro Miguel Nunes Serronha.

Farmácia:

- 1 ALF FARM (09951194) Paulo Fernando Coelho da Cruz.

Veterinária:

- 1 ALF VET (37822993) Júlio Manuel Coutinho Franco G. de Carvalho;
- 2 ALF VET (39953492) Leonilde Maria Loureiro dos Santos.

Administração Militar:

- 1 ALF ADMIL (07858197) Luís Filipe Queirós Correia;
- 2 ALF ADMIL (11406897) Margarida Maria Rodrigues dos Santos;
- 3 ALF ADMIL (00898797) Urbano Teixeira Correia;
- 4 ALF ADMIL (10799397) Nuno Salvador Vicente Pedro;
- 5 ALF ADMIL (15784797) João Carlos Alves Batista;
- 6 ALF ADMIL (15510995) Nuno Miguel de Sousa Gomes;
- 7 ALF ADMIL (14086195) Tiago Miguel Velhuco Alves Simenta;
- 8 ALF ADMIL (09503796) Vânia Dalila da Silva Santos;

Técnicos de Manutenção de Transmissões:

- 1 ALF TMANTM (17579385) Pedro João Pereira Duarte;
- 2 ALF TMANTM (14217487) António do Amaral Coelho.

Técnicos de Exploração de Transmissões:

- 1 ALF TEXPTM (05003585) Francisco José Alcobia dos Santos Mateus;
- 2 ALF TEXPTM (00353687) Pedro Manuel da Silva Ferreira;
- 3 ALF TEXPTM (01317485) Nuno Manuel Jorge Miranda;
- 4 ALF TEXPTM (02666187) Joaquim Manuel Rodrigues Bernardo.

Técnicos de Manutenção de Material:

- 1 ALF TMANMAT (00564785) Rui Manuel Antunes Gonçalves;
- 2 ALF TMANMAT (09027185) Ernesto Ferreira Vestia;
- 3 ALF TMANMAT (15936286) João Paulo Ramos Carrondo;
- 4 ALF TMANMAT (11379485) José Maria Sendas Vaz;
- 5 ALF TMANMAT (00727388) Paulo Jorge Rodrigues Machado;

Técnicos de Pessoal e Secretariado:

- 1 ALF TPESSECR (14125286) Alcino Fernandes Cardoso Santos;
- 2 ALF TPESSECR (09488388) João Miguel Barros Pereira;
- 3 ALF TPESSECR (07390385) José Domingos Dias Vaz;
- 4 ALF TPESSECR (15885085) Manuel Lopes Correia;
- 5 ALF TPESSECR (13236385) António Manuel Matos Marques.

Técnicos de Transportes:

- 1 ALF TTRANS (09588187) Nuno José Lima Morais;
- 2 ALF TTRANS (18019687) António Marcelino Monteiro Pereira;
- 3 ALF TTRANS (13397386) Manuel Pires Lourenço;
- 4 ALF TTRANS (07891588) Luís André Lourenço Rodrigues;
- 5 ALF TTRANS (06635485) João Miguel Tavares Gurgo e Cirne.

Técnicos de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica:

- 1 ALF TEDT (00990689) Manuel Joaquim da Costa Moreira;
- 2 ALF TEDT (10046489) Joaquim José Mota Clemente;
- 3 ALF TEDT (11049591) Fernando Manuel de Matos Marques;
- 4 ALF TEDT (01837690) Rui Alves.

Comunica-se listas de promoção por escolha ao posto de sargento-mor, dos sargentos-chefe das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas termos do n.º 3 do art.º 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 10 de Janeiro de 2004, para vigorar ano 2004:

Infantaria:

- 1 SCH INF (08505977) João Fernando Dias Gaspar;
- 2 SCH INF (13040678) Carlos Manuel de Jesus Cunha;
- 3 SCH INF (07874276) Victor Manuel dos Santos Rocha Moutela;
- 4 SCH INF (14879078) António José Cândido Gaspar;
- 5 SCH INF (07204678) Manuel da Silva Martins;
- 6 SCH INF (04113579) Amadeu Luís de Almeida Figueiredo;
- 7 SCH INF (17880574) Luís Filipe de Brito Lopes;
- 8 SCH INF (18784278) Fernando de Almeida Pereira;
- 9 SCH INF (02065078) Carlos José Lopes de Carvalho;
- 10 SCH INF (11254079) Jorge Manuel Fernandes Veiga dos Reis;
- 11 SCH INF (04861977) José Augusto da Cunha Aires;
- 12 SCH INF (14010078) Joaquim Manuel Leston Gomes;
- 13 SCH INF (09844378) José Augusto Pereira dos Santos;
- 14 SCH INF (15514078) Manuel João Ferreira Ramos;
- 15 SCH INF (08733378) António Manuel dos Santos Figueiredo;
- 16 SCH INF (01504079) Francisco José Alves Gonçalves;
- 17 SCH INF (04990778) Fernando da Costa Fontes;
- 18 SCH INF (06486181) José Maria Paul Rebelo;
- 19 SCH INF (04618479) Armando Monteiro Pereira;
- 20 SCH INF (08118978) José Carlos Esteves;
- 21 SCH INF (17624577) João de Brito Pires Louro;
- 22 SCH INF (18378678) Luís Filipe da Silva Barroso Gomes;
- 23 SCH INF (08128178) Francisco de Sousa da Luz;
- 24 SCH INF (00755975) José Manuel Passarinho Brunheta;
- 25 SCH INF (11352679) José Pereira de Miranda.

Artilharia:

- 1 SCH ART (05673377) Manuel José da Silva Osório;
- 2 SCH ART (04037476) Fernando do Pranto Alves;
- 3 SCH ART (18608677) José Adelino Figueira Antunes;
- 4 SCH ART (16460877) António Manuel Amaral da Cruz;
- 5 SCH ART (05281276) Raul Cipriano Ferreira Pestana;

- 6 SCH ART (14429178) Amorim da Silva Gonçalves Eduardo;
- 7 SCH ART (12147278) Manuel Jorge Martins;
- 8 SCH ART (12502078) António Manuel Parente Pereira;
- 9 SCH ART (19873178) António Manuel Rodrigues Pereira;
- 10 SCH ART (18456578) José Manuel Janela Cardinhos;
- 11 SCH ART (09974778) Carlos Manuel da Costa Nogueira;
- 12 SCH ART (01734580) José Marques Porelo;
- 13 SCH ART (05267180) Eurico Guerreiro Pereira;
- 14 SCH ART (17093080) Paulo Renato Rocha Moreira Coelho;
- 15 SCH ART (09811479) José Bertolino de Sousa Silva.

Cavalaria:

- 1 SCH CAV (18419881) Victor Manuel Rodrigues dos Santos;
- 2 SCH CAV (15491478) Feliciano Augusto Teixeira;
- 3 SCH CAV (19698978) Manuel Martins Gonçalves;
- 4 SCH CAV (17147181) Luís Manuel Gouveia Antunes;
- 5 SCH CAV (02720280) José Bernardino Gomes Saldanha;
- 6 SCH CAV (00027879) Victor Manuel Vaz Freire.

Engenharia

- 1 SCH ENG (05257379) António Joaquim Vaz Nobre;
- 2 SCH ENG (16435879) José Luís Ribeiro Marques;
- 3 SCH ENG (01216278) José Gomes Correia Rama;
- 4 SCH ENG (08632079) Mário Alfredo Martins;
- 5 SCH ENG (05785978) Marciano António Amaral Rodrigues;
- 6 SCH ENG (09052878) Aníbal Adolfo Frade.

Transmissões:

- 1 SCH TM (04085978) Manuel Avelino Guimarães Marinho Moreira;
- 2 SCH TM (07764277) Paulo Renato Alves Tavares;
- 3 SCH TM (10225177) Manuel Filipe dos Santos Oliveira;
- 4 SCH TM (02770180) António Luís Neto;
- 5 SCH TM (19708276) Fernando António Martins Brás;
- 6 SCH TM (05342780) Francisco dos Anjos Luís;
- 7 SCH TM (09364179) Victor Manuel Machado Santos;
- 8 SCH TM (00493080) Leonel Marques Maia Pereira;
- 9 SCH TM (04582680) José Manuel Rodrigues Marques;
- 10 SCH TM (16033378) Fernando Coelho da Costa.

Medicina

- 1 SCH MED (60532474) João Emídio Coelho Cortes;
- 2 SCH MED (13604581) José Manuel Mourão Viegas;
- 3 SCH MED (03006668) Isidro Rosa Serrão Augusto Cordeiro;
- 4 SCH MED (10245781) José Gregório Gouveia Pedro;
- 5 SCH MED (02978480) Antero Soares de Matos;
- 6 SCH MED (11423380) Humberto Maurício do Carmo Venâncio;
- 7 SCH MED (13542780) Justino Vaz Serra;
- 8 SCH MED (11243875) Silvio José Saraiva Rodrigues;
- 9 SCH MED (19883481) Dinis Eugénio de Sousa.

Farmácia

- 1 SCH FARM (18955279) Eduardo Fontes Carvalho;
- 2 SCH FARM (01725178) Jorge Manuel dos Reis Rocha.

Veterinaria:

- 1 SCH VET (03989177) António Palheiras Lopes da Silva;
- 2 SCH VET (03949676) José Ladislau Montagne Barbosa;
- 3 SCH VET (08341278) José Manuel Telo Simões.

Administração Militar:

- 1 SCH AM (11518680) Victor Manuel Pereira da Rocha;
- 2 SCH AM (03158378) Luís Manuel da Cruz Neto;
- 3 SCH AM (18503077) Jorge da Silva Antunes;
- 4 SCH AM (05638281) António João Silva da Conceição;
- 5 SCH AM (07581780) Carlos Mota Guardado;
- 6 SCH AM (04039179) Rogério Fernandes Fonseca;
- 7 SCH AM (00451778) Jorge Manuel das Neves Ferreira.

Material:

- 1 SCH MAT (02203678) José Carlos da Silva Armindo;
- 2 SCH MAT (01250179) Francisco António Carvalhais Coutinho;
- 3 SCH MAT (19275377) Leonel Carmona Antunes;
- 4 SCH MAT (61385970) António José Pinto Paulino;
- 5 SCH MAT (01676068) Victor Manuel João Gonçalves.

Serviço Geral do Exército:

- 1 SCH SGE (08381177) José António de Almeida Castanheira;
- 2 SCH SGE (00460678) Francisco Correia Batista Simoes;
- 3 SCH SGE (18552380) Gil de Oliveira Jesus;
- 4 SCH SGE (18098177) Manuel Antonio da Silva Ferreira;
- 5 SCH SGE (09989980) Cassiano de Jesus Matos;
- 6 SCH SGE (01572179) Manuel Pereira Cação;
- 7 SCH SGE (01387679) Manuel Martins Galhano.

Músicos

- 1 SCH MUS (19071968) Abílio Ferreira Ramos;
- 2 SCH MUS (01658174) Francisco António Bagorro Lopes;
- 3 SCH MUS (06181368) Joaquim da Silva Fernandes.

Pára-Quedista

- 1 SCH PARAQ (09005477) Jorge Manuel de Sousa Pereira do Nascimento;
- 2 SCH PARAQ (12842575) Mário Augusto de Barros Cunha;
- 3 SCH PARAQ (01683472) António Martins Campos;
- 4 SCH PARAQ (16326877) António Maria de Oliveira Nunes;
- 5 SCH PARAQ (14000077) José da Silva Nunes;
- 6 SCH PARAQ (10663975) Manuel José Dias Pires;
- 7 SCH PARAQ (05380577) Francisco da Silva Nunes.

Listas de promoção por escolha ao posto de sargento-chefe, dos sargentos-ajudantes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 do art. 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 10 de Janeiro de 2004, para vigorar ano 2004:

Infantaria:

- 1 SAJ INF (09768377) António Aires Alves;
- 2 SAJ INF (18915880) José Agostinho Pereira;
- 3 SAJ INF (09384281) Carlos Manuel Gonçalves Sousa;

- 4 SAJ INF (01865978) Rui Manuel da Horta;
- 5 SAJ INF (18145380) Mário Manuel Pinto Rodrigues;
- 6 SAJ INF (12654180) Alfredo José Pereira;
- 7 SAJ INF (11288480) José António Leal de Oliveira;
- 8 SAJ INF (00862680) Eurico Oscar Vieira Lima;
- 9 SAJ INF (12224473) Adriano da Silva Teixeira;
- 10 SAJ INF (03609280) António Manuel Ferreira Soares;
- 11 SAJ INF (10907177) António Manuel da Ressurreição;
- 12 SAJ INF (01780579) José Miguel Afonso;
- 13 SAJ INF (15246181) Joaquim José Esturrica Garcia;
- 14 SAJ INF (04214780) José Plácido Lemos Silva;
- 15 SAJ INF (05835182) João Manuel das Chagas da Silva;
- 16 SAJ INF (05182182) Francisco Alberto Pires;
- 17 SAJ INF (12121581) Manuel Adolfo Ribeiro Coelho;
- 18 SAJ INF (06140281) Martinho Ezequiel da Costa Elias;
- 19 SAJ INF (16158579) Luís António de Lima Tinoco Tovim;
- 20 SAJ INF (02174582) Nascimento António Barroco Peniche;
- 21 SAJ INF (01797482) Armando Rodrigues de Figueiredo;
- 22 SAJ INF (14828580) Fernando da Silva Franco;
- 23 SAJ INF (10174882) Jorge Manuel da Costa Pereira;
- 24 SAJ INF (16720881) António Jorge Pereira Relvas;
- 25 SAJ INF (16800683) Jorge Manuel Lourenço Lúcio;
- 26 SAJ INF (13918079) José António Guerreiro Felício;
- 27 SAJ INF (00866881) Evaristo António Marques Valente;
- 28 SAJ INF (01719779) Altino Júlio Calvo;
- 29 SAJ INF (13006082) Carlos Alberto Neves;
- 30 SAJ INF (15934180) Ernesto Augusto Ramos Calçarão;
- 31 SAJ INF (02753184) João Carlos Dias Seabra;
- 32 SAJ INF (10456480) António José Cardoso Julião;
- 33 SAJ INF (15357481) José Manuel Bicheiro Sanches;
- 34 SAJ INF (16259681) Joaquim António Trindade Rolhas;
- 35 SAJ INF (09523583) António Maria Coelho da Silva Ribeiro;
- 36 SAJ INF (01124784) Manuel da Fonseca Freire;
- 37 SAJ INF (06633185) José Carlos Lucas Martins Roque;
- 38 SAJ INF (08099379) Mário Manuel Costa Legrantt;
- 39 SAJ INF (04549778) Roberto Jorge Seixas Martins;
- 40 SAJ INF (04918281) Francisco José Aleixo Caldeireiro.

Artilharia:

- 1 SAJ ART (04616880) Elísio Soares Santos Patrício;
- 2 SAJ ART (00016680) Francisco Manuel da Cruz Pinto;
- 3 SAJ ART (04692779) João Carlos Chumbaça Carvalho;
- 4 SAJ ART (04017576) António José da Silva;
- 5 SAJ ART (10391280) Joaquim António Catarino;
- 6 SAJ ART (02418281) João António Soares Lopes;
- 7 SAJ ART (09194080) Manuel Bernardino Correia Duarte;
- 8 SAJ ART (02697081) Fernando Manuel Patrão Maçaroco Santa;
- 9 SAJ ART (03634884) Paulo Jorge dos Santos Antunes Guerreiro;
- 10 SAJ ART (10251881) Fernando Tito Andrade Rodrigues Pimenta;
- 11 SAJ ART (00227781) José Manuel da Silva;
- 12 SAJ ART (07181481) Carlos Jorge Guerrinha Teixeira;

- 13 SAJ ART (01439980) Manuel Francisco Nunes de Viveiros;
- 14 SAJ ART (11342481) Manuel Joaquim Almeida Mirrado;
- 15 SAJ ART (13865181) António João da Silva Tenreiro;
- 16 SAJ ART (11752881) Victor Manuel Simões Barata;
- 17 SAJ ART (13749784) Manuel Joaquim Margalho Ferreira;
- 18 SAJ ART (11487283) Manuel Maria Marques da Silva;
- 19 SAJ ART (15273778) Joaquim António Cabral de Oliveira;
- 20 SAJ ART (14355380) Carlos Manuel Clemente de Menezes Becker;
- 21 SAJ ART (17706382) Luís Filipe dos Santos Figueiredo;
- 22 SAJ ART (01469983) João Carlos Fale Baião Matoso;
- 23 SAJ ART (11736683) Nuno Manuel Pedrosa Duarte;
- 24 SAJ ART (01355781) Ezequiel Aleixo dos Ramos;
- 25 SAJ ART (00935383) José Manuel Vieira dos Santos.

Cavalaria:

- 1 SAJ CAV (02529881) João José Ribeiro Cardoso;
- 2 SAJ CAV (04815480) Fernando Inácio Pecurto Grego;
- 3 SAJ CAV (09871480) José Manuel Carvalho da Silva;
- 4 SAJ CAV (12703577) Romeu José Flora Assunção ;
- 5 SAJ CAV (12463581) Francisco Luís Castelo Valente Casimiro;
- 6 SAJ CAV (07986781) António José do Rosário Torres;
- 7 SAJ CAV (07982981) João Afonso Sequeira Rodrigues;
- 8 SAJ CAV (05140482) Filipe Nuno de Jesus Casimiro;
- 9 SAJ CAV (00559781) Vasco Manuel Gomes Machado;
- 10 SAJ CAV (03337082) Arlindo Brás Alvaro Papafina;
- 11 SAJ CAV (11966380) José Luís Rodrigues Lourenço;
- 12 SAJ CAV (06479580) Raúl Rodrigues Ferreira;
- 13 SAJ CAV (07212679) Carlos Baptista Seixas;
- 14 SAJ CAV (00305481) António José Branquinho dos Santos;
- 15 SAJ CAV (17180280) Luís Adelino Meneses Real.

Engenharia:

- 1 SAJ ENG (12805878) Luís Filipe Cabeleira Leal;
- 2 SAJ ENG (07264082) Fernando Carvalho Lopes;
- 3 SAJ ENG (06658181) Fernando Manuel Pinto Ferreira;
- 4 SAJ ENG (07964678) Luís Manuel Machado Farias;
- 5 SAJ ENG (06165682) Paulo Domingues Lapa dos Santos;
- 6 SAJ ENG (10991182) António Afonso Portela Pinto;
- 7 SAJ ENG (00743679) Rui Jorge Galiza de Matos Naldinho;
- 8 SAJ ENG (12885681) João Alberto Isidoro;
- 9 SAJ ENG (11552882) Joaquim Ferreira Sirgado de Oliveira Paulo;
- 10 SAJ ENG (00601982) António José dos Santos Freitas;
- 11 SAJ ENG (11392283) Carlos Manuel Tavares São Pedro;
- 12 SAJ ENG (03429283) Jorge Manuel Pratas de Oliveira Covão;
- 13 SAJ ENG (03262478) António José Freitas Mota;
- 14 SAJ ENG (14459682) Mário José da Conceição Lopes;
- 15 SAJ ENG (07630682) Isidro Marques Dias.

Transmissões:

- 1 SAJ TM (01261581) Mário Augusto Martins Pires;
- 2 SAJ TM (00450379) António Gervásio Nunes da Silva Marques;
- 3 SAJ TM (19006981) Armando Jorge de Jesus Aparício;

- 4 SAJ TM (14566481) Victor Manuel Reis Mineiro;
- 5 SAJ TM (02990582) Carlos Duarte de Sousa Morais;
- 6 SAJ TM (03522783) Victor Manuel da Silva Pinto;
- 7 SAJ TM (08487482) Carlos Manuel Jerónimo Ferreira;
- 8 SAJ TM (13480183) Carlos Humberto Marques Batista;
- 9 SAJ TM (05993081) Jaime de Sousa Vieira;
- 10 SAJ TM (17683979) Amândio Fernandes Correia;
- 11 SAJ TM (17675883) Manuel Fernando Rosa Candeias;
- 12 SAJ TM (15339282) Valter Luís Santos Oliveira;
- 13 SAJ TM (13280483) Carlos Miguel da Silva Coelho;
- 14 SAJ TM (05763581) Jorge Manuel Pinheiro Severino;
- 15 SAJ TM (06131879) José Maria Pires Navarro.

Medicina:

- 1 SAJ MED (15534880) Rogério de Matos Marques Parente;
- 2 SAJ MED (06088182) Jorge Manuel Pereira;
- 3 SAJ MED (14472482) Álvaro Manuel Palhinhas Pereira;
- 4 SAJ MED (05587773) José Manuel Rosa Carrola;
- 5 SAJ MED (17515381) António Manuel da Cruz Ribeiro de F. Pereira;
- 6 SAJ MED (08413680) Manuel Gomes Videira;
- 7 SAJ MED (09336582) José Carlos Pereira Rijo;
- 8 SAJ MED (00446882) António Lemos de Sousa;
- 9 SAJ MED (07868482) Gaspar Alberto Parente Ferreira;
- 10 SAJ MED (05025680) Abílio Leal Fernandes;
- 11 SAJ MED (16199182) Manuel Joaquim Alves da Cruz;
- 12 SAJ MED (13871179) Rui Manuel Brito de Oliveira;
- 13 SAJ MED (05167281) Victor Manuel Pereirinha dos Santos;
- 14 SAJ MED (00482882) Eduardo Manuel Martins Farinha;
- 15 SAJ MED (02372482) José João Guedes Saavedra.

Farmácia:

- 1 SAJ FARM (08787178) Didio Jacinto Caldeira Tangarrinhas;
- 2 SAJ FARM (17359081) Eduardo Telo Ramos;
- 3 SAJ FARM (19312383) Manuel de Jesus dos Santos.

;

Veterinária:

- 1 SAJ VET (07548182) Luís Manuel Figueira Marono;
- 2 SAJ VET (11911282) João Carlos Fernandes Leal;
- 3 SAJ VET (08972682) Manuel João dos Santos Cristóvão;
- 4 SAJ VET (01262181) António José Neves Barata;
- 5 SAJ VET (10288483) Jorge Humberto Alves Carvalho;
- 6 SAJ VET (08952681) José Manuel de Jesus Penas Felix.

Administração Militar:

- 1 SAJ AM (15405079) Armando Vitor Pinto da Silva;
- 2 SAJ AM (10985780) Paulo Jorge Fernandes;
- 3 SAJ AM (15819480) José Manuel Noruegas Sapateiro;
- 4 SAJ AM (13173477) José Alberto Fidalgo Rita;
- 5 SAJ AM (13362277) Luís António da Graça Teixeira;
- 6 SAJ AM (04243080) Dinis Pires Matela;
- 7 SAJ AM (16689380) José Carlos Moreno Malveiro;

- 8 SAJ AM (16327381) João Carlos Xavier de Mesquita;
- 9 SAJ AM (19903282) António Maria Poejo Churra;
- 10 SAJ AM (16992880) António Joaquim Cabaço Pereira;
- 11 SAJ AM (07881881) Duarte Gomes de Oliveira;
- 12 SAJ AM (07663182) Carlos António Soares Martins Pimpão;
- 13 SAJ AM (05702179) António Norberto Oliveira Rocha Brito;
- 14 SAJ AM (05876281) Carlos Alberto da Silva Minhos;
- 15 SAJ AM (13769181) Francisco João Fernandes.

Material:

- 1 SAJ MAT (06214282) Carlos Gameiro Marques;
- 2 SAJ MAT (00790682) Manuel dos Santos Cordeiro Gonçalves;
- 3 SAJ MAT (05114982) Carlos Manuel Sousa Angelino;
- 4 SAJ MAT (10059881) Ourenço José Ferreira Rato;
- 5 SAJ MAT (16599882) José Francisco Lula Bатуca;
- 6 SAJ MAT (06096881) Carlos Manuel Alves Vieira da Costa;
- 7 SAJ MAT (11272482) Valdemar Ferreira Piedade;
- 8 SAJ MAT (03615780) Victor Manuel Pereira Melhorado;
- 9 SAJ MAT (03708482) António Luís Nunes;
- 10 SAJ MAT (15366282) João António de Matos Barreto;
- 11 SAJ MAT (12402081) Manuel Joaquim Ribeiro Costa;
- 12 SAJ MAT (05877381) António Mário Coelho;
- 13 SAJ MAT (17274582) Armando Martins da Cunha;
- 14 SAJ MAT (07898780) Fernando Manuel Esteves da Costa Cruz;
- 15 SAJ MAT (03838980) Carlos Alberto Moreira Garrido;
- 16 SAJ MAT (08986082) Manuel Filipe Tanganho Pascoal;
- 17 SAJ MAT (11520781) Manuel Costa;
- 18 SAJ MAT (17841779) António José Rodrigues Bento;
- 19 SAJ MAT (09646182) Carlos Filipe Pinheiro Miranda;
- 20 SAJ MAT (02674483) Narciso do Nascimento de Sá Teixeira;
- 21 SAJ MAT (18489081) Luís dos Santos Gonçalves;
- 22 SAJ MAT (10973583) Euclides Ferreira Costa;
- 23 SAJ MAT (11480982) José Miguel da Fonseca Gonçalves Vieira;
- 24 SAJ MAT (19630582) José Manuel Duarte Rosa;
- 25 SAJ MAT (13343581) Luís Miguel Batista Caria.

Serviço Geral do Exército:

- 1 SAJ SGE (11742479) Luís Miguel Martins;
- 2 SAJ SGE (03742979) José António Cardoso Ferreira;
- 3 SAJ SGE (10461178) Fernando António Gomes de Amorim;
- 4 SAJ SGE (06135882) Valentim Nogueira da Cunha;
- 5 SAJ SGE (17129177) Carlos Joaquim Carrilho Dias;
- 6 SAJ SGE (03317683) Francisco da Conceição Correia Carvão;
- 7 SAJ SGE (12865981) Carlos Alberto Morginho Ferra;
- 8 SAJ SGE (14985179) Fernando Pereira Monteiro;
- 9 SAJ SGE (16553180) António José Galhardo Cravinho;
- 10 SAJ SGE (12770281) José Albino Filipe Seco;
- 11 SAJ SGE (05993181) Arnaldo da Silva Santos Fernandes;
- 12 SAJ SGE (10993283) Inácio Manuel Batoque Ferreira;

- 13 SAJ SGE (03890781) Jorge Martins Miguel;
- 14 SAJ SGE (06804781) Victor Manuel Gomes Rodrigues;
- 15 SAJ SGE (08511381) Francisco Pedro Martins Brás.

Transportes:

- 1 SAJ TRANS (17132783) Urbano José Rosado da Senhorinha;
- 2 SAJ TRANS (08931386) Luís Manuel Sotto Mayor Matos Esteves.

Músicos:

- 1 SAJ MUS (02430475) Jacinto Farias Eleutério;
- 2 SAJ MUS (00580178) José Armindo de Oliveira Drogas;
- 3 SAJ MUS (17500685) Joaquim Fernando Ferreira Peixoto;
- 4 SAJ MUS (03226382) Rogério Paulo Martins da Silva ;
- 5 SAJ MUS (16953182) Oscar Manuel Gil Alves;
- 6 SAJ MUS (11160785) Serafim de Oliveira Aguiar;
- 7 SAJ MUS (06600880) Afonso Manuel Moreira Pereira Alves;
- 8 SAJ MUS (03401385) Gil Augusto de Jesus Miranda;
- 9 SAJ MUS (17566185) António Fernando Pinto Coelho;
- 10 SAJ MUS (19608983) José Carlos de Oliveira Cerqueira;
- 11 SAJ MUS (12812283) Ricardo Isidro Martins Xavier;
- 12 SAJ MUS (07236380) João Manuel Lourenço Antunes;
- 13 SAJ MUS (15621683) João Manuel Pereira Vaz;
- 14 SAJ MUS (18261684) Aurélio Rua Ribeiro;
- 15 SAJ MUS (13988384) Fernando da Cruz Vidal.

Corneteiros/Clarins:

- 1 SAJ CORN/CLAR (06705487) Henrique Manuel Lemos Botelho;
- 2 SAJ CORN/CLAR (14863184) Rui Manuel de Oliveira Direitinho;
- 3 SAJ CORN/CLAR (06485779) Serafim Resende Ferreira;
- 4 SAJ CORN/CLAR (10572585) António Fernando Brites Couto;
- 5 SAJ CORN/CLAR (09316282) António Maria Henriques Pereira;
- 6 SAJ CORN/CLAR (15445282) Filipe Manuel Barbosa Neves;
- 7 SAJ CORN/CLAR (04272386) José António dos Santos Lima;
- 8 SAJ CORN/CLAR (01090986) José Joaquim Balbino Carapeta.

Pára-Quedista:

- 1 SAJ PARAQ (15623577) José Francisco Antunes Farinha;
- 2 SAJ PARAQ (14385172) João Pereira Martins;
- 3 SAJ PARAQ (03987878) Arnando Joaquim Lopes Duarte;
- 4 SAJ PARAQ (19292377) Valdemar Borba Gonçalves Dias;
- 5 SAJ PARAQ (03643078) Mário Fernandes Rodrigues;
- 6 SAJ PARAQ (14674368) Vitor Manuel Pereira do Couto;
- 7 SAJ PARAQ (13580675) Alexandre Manuel de Figueiredo Campos;
- 8 SAJ PARAQ (15555978) António Manuel da Costa Lousada;
- 9 SAJ PARAQ (03588578) Ricardo José dos Santos Almeida;
- 10 SAJ PARAQ (12651177) José Maria da Silva Alexandre;
- 11 SAJ PARAQ (07890578) João José Pereira da Conceição Pedro;
- 12 SAJ PARAQ (01925268) Joaquim Serafim Simões Moreira;
- 13 SAJ PARAQ (02983077) Américo Alcobia Ribeiro;
- 14 SAJ PARAQ (09775277) Francisco Alfredo Figueiredo;
- 15 SAJ PARAQ (09944178) Francisco Teles Barradas Mestre.

Listas de promoção por antiguidade ao posto de sargento-ajudante dos primeiros-sargentos das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas no termos do n.º 1 do art. 184.º EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 15 de Outubro de 2003, para vigorar ano 2004:

Infantaria:

- 1 1SAR INF (16750687) Armindo José Afonso Trindade;
- 2 1SAR INF (13611085) Mário Jorge do Nascimento Cautela;
- 3 1SAR INF (10274485) José Carlos Marques Sacramento;
- 4 1SAR INF (18778686) Hélder M. Perfeito Santa Maria;
- 5 1SAR INF (14326285) José António de Oliveira Novais;
- 6 1SAR INF (02387287) José António Ferreira Lopes;
- 7 1SAR INF (18962684) Alberto Joaquim Barcia Soares;
- 8 1SAR INF (03272086) Jacinto António Fialho Murcho;
- 9 1SAR INF (04037784) Augusto Pereira Dias;
- 10 1SAR INF (01633786) Pedro J. de Jesus da Silva Pinto;
- 11 1SAR INF (16257685) António Carlos Crespo Rabeca;
- 12 1SAR INF (09192088) Artur João Moreira Marques;
- 13 1SAR INF (16276187) Maximino Filipe Leite Fernandes;
- 14 1SAR INF (18710384) António Manuel Ferreira Fragoso;
- 15 1SAR INF (07553085) Américo de Jesus Marques;
- 16 1SAR INF (14212686) Domingos Manuel Segurado Ilhéu;
- 17 1SAR INF (02049186) Luís Alberto Elias Rodrigues;
- 18 1SAR INF (09668886) Mário Manuel da C. Madeira Marques;
- 19 1SAR INF (01611886) João Manuel Cunha dos Reis Pires;
- 20 1SAR INF (16532886) Carlos Manuel Coelho Afonso;
- 21 1SAR INF (17050285) António José Viegas de Albuquerque;
- 22 1SAR INF (00455186) Vítor Manuel da Silva Gomes;
- 23 1SAR INF (10678486) Acácio Rodrigues Gomes;
- 24 1SAR INF (04493883) João Evangelista Borges;
- 25 1SAR INF (06563782) Joaquim José Gomes Rocha Fernandes;
- 26 1SAR INF (01546187) António Manuel R. Marques Fórnea;
- 27 1SAR INF (00672188) João Maria Gomes Henriques;
- 28 1SAR INF (00094487) João Paulo Norapepe;
- 29 1SAR INF (12333286) Rui Guardado da Silva;
- 30 1SAR INF (12266186) António Carlos Bento Correia;
- 31 1SAR INF (10498087) José Carlos Rafael Lopes;
- 32 1SAR INF (05200287) Hélder Roberto do Carmo Santos;
- 33 1SAR INF (12779187) José Zeferino Marques da Silva;
- 34 1SAR INF (08780287) Ramiro Diamantino Loio Loureiro;
- 35 1SAR INF (03560286) João Manuel R. de Almeida Lourenço;
- 36 1SAR INF (10900486) Aristides Martins Ribeiro;
- 37 1SAR INF (13729887) António José Isaías;
- 38 1SAR INF (16297089) Guilherme Joaquim Ganhão Guerra;
- 39 1SAR INF (19094685) Hélder Almeida Gabriel;
- 40 1SAR INF (19928787) João Manuel Marques Tavares;
- 41 1SAR INF (19577085) Francisco António da Silva Pereira;
- 42 1SAR INF (00086786) José Manuel Ramos Fernandes;
- 43 1SAR INF (11858287) José Pedro Mata Cordeiro;
- 44 1SAR INF (03080986) António C. M. Gonçalves Veloso;
- 45 1SAR INF (16816386) Bruno Vicente Costa Vieira;
- 46 1SAR INF (09442887) Pedro Manuel Silva Pires;

- 47 1SAR INF (02211985) Paulo Jorge Cruz da Costa Silva;
- 48 1SAR INF (16718087) Jorge Manuel Morais Pereira;
- 49 1SAR INF (09483387) João Carlos Gomes dos Santos;
- 50 1SAR INF (13044187) Teófilo Leopoldino Madeira Vieira;
- 51 1SAR INF (06124485) José António Monteiro da Fonseca;
- 52 1SAR INF (00337689) João Alfredo Rodrigues de Moura;
- 53 1SAR INF (18209787) António Campeão Barros;
- 54 1SAR INF (03996385) José de Jesus Fonseca;
- 55 1SAR INF (04454387) Manuel N. de Oliveira Gonçalves;
- 56 1SAR INF (13826386) José Carlos Lourenço Roseiro;
- 57 1SAR INF (14907386) Armando de D. Mourato de Andrade;
- 58 1SAR INF (09546886) José dos Santos Guerra;
- 59 1SAR INF (09762285) José António Rodrigues de Oliveira;
- 60 1SAR INF (03156186) António Miranda Montes;
- 61 1SAR INF (19928485) Carlos Manuel Marques Martins;
- 62 1SAR INF (14062087) Miguel Cavaco Correia;
- 63 1SAR INF (13447586) João Miguel Delgado Ribeiro;
- 64 1SAR INF (11448585) António José de Almeida Pacheco;
- 65 1SAR INF (15541787) Carlos José Barbosa do Couto;
- 66 1SAR INF (00569886) José Carlos Bernardes de Jesus;
- 67 1SAR INF (07628187) Victor Manuel Rodrigues Calado;
- 68 1SAR INF (04826187) João Paulo Monteiro;
- 69 1SAR INF (15231187) Carlos Manuel B. Marques Rascão;
- 70 1SAR INF (15924085) José Augusto Alves Dinís;
- 71 1SAR INF (01606585) Luís Alberto Amaral Xavier Pendilhe;
- 72 1SAR INF (03229084) António Ferreira Dinis;
- 73 1SAR INF (15018287) Duarte Miguel Rodrigues;
- 74 1SAR INF (03694387) Agostinho André Cavaca;
- 75 1SAR INF (07513290) José Fernando Frausto Mousinho;
- 76 1SAR INF (19229487) Fernando Paulo Gaiato da Silva;
- 77 1SAR INF (15805787) José A. dos S. Faustino Rebelo;
- 78 1SAR INF (19229887) Paulo Fernando Lopes Vieira;
- 79 1SAR INF (06671885) Carlos Manuel da Silva Lopes;
- 80 1SAR INF (08369385) José Joaquim Caetano Oliveirinha;
- 81 1SAR INF (03412687) Manuel Luís Rodrigues Ricardo;
- 82 1SAR INF (03101088) António José Henriques Rosa;
- 83 1SAR INF (12901587) Carlos Ilídio Pestana Sá Vieira;
- 84 1SAR INF (06763187) João de Deus Prada Ferreira;
- 85 1SAR INF (16925387) Adalberto Luís Marques Rabaça;
- 86 1SAR INF (13044285) Paulo Manuel Alfaiate Poupino;
- 87 1SAR INF (14524286) João Morgado Cotovio;
- 88 1SAR INF (13505887) Mário Jorge Arruda Moniz;
- 89 1SAR INF (17384185) Egídio Valente Pinto;
- 90 1SAR INF (17776189) António Joaquim Dias Gomes Raposo;

Artilharia:

- 1 1SAR ART (01177886) Vítor Manuel de A. Marques Alves;
- 2 1SAR ART (16287183) Edgar de Almeida e Almeida;
- 3 1SAR ART (16052084) Ricardo Jorge Santos Gonçalves;
- 4 1SAR ART (08622386) Jorge Paulo E. de Sousa Freire;
- 5 1SAR ART (10289087) Rui Batista Felino;

- 6 1SAR ART (00404187) José João Neto Serafim;
- 7 1SAR ART (03864386) Joaquim José Bravo dos Santos;
- 8 1SAR ART (10903187) José Carlos Teixeira da Costa;
- 9 1SAR ART (12836585) António Jesus Freixo Ferragolo;
- 10 1SAR ART (19583989) José António Ferraz dos Santos;
- 11 1SAR ART (03555486) Rui Adão da Costa Teixeira;
- 12 1SAR ART (01143986) José J. C. Segurado dos Santos;
- 13 1SAR ART (10719987) Miguel da Silva Dias;
- 14 1SAR ART (05523187) Carlos José Repolho Narciso;
- 15 1SAR ART (14766487) António Manuel Costa das Neves;
- 16 1SAR ART (02960985) Rogério Paulo de Brito Cunha;
- 17 1SAR ART (16268187) Jorge Manuel Rosa Cordeiro;
- 18 1SAR ART (14981887) Fernando J. da Silva O Copio Daniel;
- 19 1SAR ART (09157087) Francisco Maria Paixão Torres;
- 20 1SAR ART (10886186) Joaquim Alfredo Pereira Capela;
- 21 1SAR ART (12885985) José Carlos dos Anjos Antunes;
- 22 1SAR ART (16980388) Domingos António Pestana Dias;
- 23 1SAR ART (13599087) Carlos F. Martins dos Santos;
- 24 1SAR ART (11038586) José Manuel Flores da Mata;
- 25 1SAR ART (03447187) Elias da Silva Rodrigues;
- 26 1SAR ART (04807187) José Manuel Quintaneiro Selorindo;
- 27 1SAR ART (19440287) Luís Manuel Bulhão Pateiro;
- 28 1SAR ART (12766687) Pedro Alexandre L. M. de Mascarenhas;
- 29 1SAR ART (12731687) Paulo Gabriel Apolinário Bonito;
- 30 1SAR ART (01160786) Jorge Miguel Serrasqueiro Ratinho;
- 31 1SAR ART (03882286) Adérito Brás Pinto;
- 32 1SAR ART (07438287) Emídio Joaquim da Silva Batista;
- 33 1SAR ART (15596584) Vítor Manuel Duarte dos Santos;
- 34 1SAR ART (14589186) Almerindo Rodrigues.

CAVALARIA:

- 1 1SAR CAV (18313586) José Manuel Agante de Matos;
- 2 1SAR CAV (17445687) António Correia França;
- 3 1SAR CAV (09825186) Carlos José Semião Pinto;
- 4 1SAR CAV (13506483) Carlos Alberto Simões dos Reis;
- 5 1SAR CAV (04208086) Fernando A. Antunes de Carvalho;
- 6 1SAR CAV (04990685) Fernando Jorge Cardinho Ramos;
- 7 1SAR CAV (05942987) Manuel Afonso Brigas;
- 8 1SAR CAV (12442887) Rui Manuel da Luz Lopes;
- 9 1SAR CAV (00262587) Jorge Hélder Severino Carújo;
- 10 1SAR CAV (05168687) Jorge Manuel da Silva Ferreira;
- 11 1SAR CAV (09111287) José João Batista Figueiredo;
- 12 1SAR CAV (13414687) Pedro Miguel dos S. Madeira Fernandes;
- 13 1SAR CAV (10569889) Manuel João Pires Cordeiro;
- 14 1SAR CAV (17821787) Luís Manuel da Silva Ramos Sénica;
- 15 1SAR CAV (08383887) António Miguel da Silva Santos;
- 16 1SAR CAV (17227387) Fernando A. Montenegro da Silva;
- 17 1SAR CAV (11637187) Rogério Paulo Peralta Rodrigues;
- 18 1SAR CAV (01095785) Abílio José N. M. A. de Sousa Ferreira;
- 19 1SAR CAV (17377587) Eduardo José Laranginho Figueira;
- 20 1SAR CAV (16792887) António G. Henriques Ferreira;

- 21 1SAR CAV (02864984) Bernardino A. Tavares Passadinhas;
- 22 1SAR CAV (00904986) Victor Fernando C. Rita Vilhena;
- 23 1SAR CAV (05451285) José Manuel de M. Gaspar Morais;
- 24 1SAR CAV (02910087) José Francisco Espada Batalha;
- 25 1SAR CAV (05114787) Manuel Maria Velez Maurício;
- 26 1SAR CAV (14346788) Fernando J. dos Santos Graça.

Engenharia:

- 1 1SAR ENG (19664386) Hélder António dos Santos Silva;
- 2 1SAR ENG (09997087) José Manuel Rosa Ventura;
- 3 1SAR ENG (00241786) José Eduardo Caetano Rebelo;
- 4 1SAR ENG (16490986) Mário Jorge de Carvalho Fernandes;
- 5 1SAR ENG (15463084) Joaquim Neves Pina Monteiro;
- 6 1SAR ENG (01670486) Luís António P. Palmeiro Pedro;
- 7 1SAR ENG (05285686) Vítor Manuel P. Gonçalves Capela;
- 8 1SAR ENG (13452385) Eduardo Manuel Correia Santos;
- 9 1SAR ENG (13336187) Augusto Manuel Fonseca Vidal;
- 10 1SAR ENG (08413487) Mário Jorge D. de Oliveira Maia;
- 11 1SAR ENG (02815687) Fernando B. Ribeiro Morgado;
- 12 1SAR ENG (16751187) Casimiro Carlos da Silva Cacho;
- 13 1SAR ENG (01307487) Luís Manuel da S. Carvalho Santos;
- 14 1SAR ENG (09069688) Mário José Pires da Silva;
- 15 1SAR ENG (00225087) Carlos Filipe Guerra;
- 16 1SAR ENG (08034288) Paulo Alexandre Brás dos Santos;
- 17 1SAR ENG (14755987) Ernesto Deus Silva Lourenço;
- 18 1SAR ENG (18956587) Paulo Jorge Rodrigues Perna;
- 19 1SAR ENG (03052287) Fernando A. de Oliveira Tavares;
- 20 1SAR ENG (18657187) Paulo Manuel Correia Devesa;
- 21 1SAR ENG (00833887) Paulo Manuel Mota Nunes;
- 22 1SAR ENG (07652086) António José Costa Pires;
- 23 1SAR ENG (15429687) João Maria Silvério Calouro;
- 24 1SAR ENG (00714184) Fernando José da Silva Rito;
- 25 1SAR ENG (00272687) Gabriel Soares Lopes.

Transmissões:

- 1 1SAR TM (02593386) Joaquim Manuel Pinto da Silva;
- 2 1SAR TM (09599486) Manuel B. dos Santos Oliveira;
- 3 1SAR TM (05725786) Telmo dos Reis Pires;
- 4 1SAR TM (05664786) José Alcídio Martins Teixeira;
- 5 1SAR TM (02380586) Luís Veiga Maria Loureiro;
- 6 1SAR TM (14503987) António Manuel Teixeira Pacheco;
- 7 1SAR TM (07262586) Luciano do Nascimento Costa;
- 8 1SAR TM (08896285) Eusébio Fernandes Ferreira;
- 9 1SAR TM (11316986) Fernando José Dias Azenha;
- 10 1SAR TM (04517587) João Carlos Fontes Antunes;
- 11 1SAR TM (07048887) Arnaldo Paulo Silva Pereira;
- 12 1SAR TM (16330687) Jorge Manuel Carapuço Dias;
- 13 1SAR TM (13924286) Oscar Manuel de Castro Veríssimo;
- 14 1SAR TM (02295787) Emílio Gouveia Miranda;
- 15 1SAR TM (08440085) Victor Luís Tavira Catela Geitoeira;
- 16 1SAR TM (14242587) Adelino M. Castanheira Vale;

- 17 ISAR TM (15023787) António Armando Senane Custódio;
- 18 ISAR TM (14029987) Carlos Oscar Duarte Ramos;
- 19 ISAR TM (02670287) Luís Manuel Ferreira Veríssimo;
- 20 ISAR TM (11159186) João Paulo Gomes Pratas;
- 21 ISAR TM (11462287) Paulo Jorge de Jesus da Silva;
- 22 ISAR TM (02697785) José Cândido Fernandes Matos;
- 23 ISAR TM (19446087) José Francisco de Sousa Moreira;
- 24 ISAR TM (14367187) Vítor Manuel Estevão Cavaco;
- 25 ISAR TM (10119186) João Jorge Fernandes Godinho;
- 26 ISAR TM (04338087) Carlos Manuel da Costa Pereira;
- 27 ISAR TM (18044487) Hélder António Isidro Neves;
- 28 ISAR TM (05560487) João Carlos do Livramento Matias;
- 29 ISAR TM (15354286) João Alberto Franca de Freitas.

Material:

- 1 ISAR MAT (07824282) João Carlos Mendes Faztudo;
- 2 ISAR MAT (08465985) Carlos Alberto Bernardino;
- 3 ISAR MAT (18019883) Eduardo Manuel Porto Silva;
- 4 ISAR MAT (16097886) Luís Alberto Vieira Leal;
- 5 ISAR MAT (04801685) José António Trindade Parente;
- 6 ISAR MAT (16682586) Mário Jorge Noválio Bossa;
- 7 ISAR MAT (03357086) António Luís Esteves Rebelo;
- 8 ISAR MAT (13563186) José Manuel R. S. Castelo Henriques;
- 9 ISAR MAT (04504587) José Manuel Nogueira Simões;
- 10 ISAR MAT (19926486) António Manuel Andrade Pinto;
- 11 ISAR MAT (12391987) Vítor Manuel Silvério Delgado;
- 12 ISAR MAT (03880086) Manuel Machado Menor Vitorino;
- 13 ISAR MAT (09127887) Vítor Manuel M. Semedo Esteves;
- 14 ISAR MAT (10524686) José Pote Pereira Caneira;
- 15 ISAR MAT (09818785) Victor Manuel Freire da Silva;
- 16 ISAR MAT (15547787) José Luís Delgado Dinís;
- 17 ISAR MAT (01490686) António Gonçalo Vaz Garcia;
- 18 ISAR MAT (00460288) António Carlos Verde Mendes;
- 19 ISAR MAT (13855686) Jacinto Martins Fernandes;
- 20 ISAR MAT (17602987) Luís Filipe Nóbrega Ferreira Moita;
- 21 ISAR MAT (07649287) João António Lucas Esteves;
- 22 ISAR MAT (19559287) José Júlio Gomes de Carvalho;
- 23 ISAR MAT (01287485) António Mota da Silva;
- 24 ISAR MAT (17391787) José Manuel Madureira da Silva;
- 25 ISAR MAT (07705188) Paulo Jorge Valentim Rebola;
- 26 ISAR MAT (18876587) António E. de B. Oliveira Bizarro;
- 27 ISAR MAT (14360087) Fernando Manuel da Silva Prates;
- 28 ISAR MAT (01797085) Luís Augusto Lopes Pacheco;
- 29 ISAR MAT (05376487) António Raúl Farinha Santos;
- 30 ISAR MAT (14899586) Raul Gonçalves Valverde;
- 31 ISAR MAT (04303984) Jorge António Prata Geraldês;
- 32 ISAR MAT (03749587) Victor Manuel Pinadas Ramos;
- 33 ISAR MAT (11153287) José Joaquim Ferreira Antunes;
- 34 ISAR MAT (00043887) Pedro Manuel Dias Domingos;
- 35 ISAR MAT (19510986) Domingos Manuel da Silva Coelho;
- 36 ISAR MAT (05177187) José Luís F. de Carvalho Frias;

- 37 ISAR MAT (07495388) Luís Alexandre Cantoneiro Velez;
- 38 ISAR MAT (17455987) Gabriel Eduardo Dias Maia;
- 39 ISAR MAT (16732887) Victor Manuel dos Anjos Lemos;
- 40 ISAR MAT (10683487) Paulo A. Teixeira O. L. Monteiro;
- 41 ISAR MAT (10933787) José Manuel Dias Gonçalves Capelo;
- 42 ISAR MAT (00096286) João Veríssimo Alves;
- 43 ISAR MAT (00544387) Duarte Manuel Santana Leitão;
- 44 ISAR MAT (13405387) João Carlos Rocha Pisco Tangarrinhas;
- 45 ISAR MAT (09094986) Célio Marques da Silva;
- 46 ISAR MAT (19705083) António Manuel Forca;

Administração Militar:

- 1 ISAR AM (07380686) José Pedro Cruz Brito;
- 2 ISAR AM (05624885) João Manuel Fernandes Barreira;
- 3 ISAR AM (12893787) José Manuel Alves dos Santos;
- 4 ISAR AM (19240485) José Alberto Monteiro Rodrigues;
- 5 ISAR AM (19819684) Carlos Alberto Roriz Peixoto;
- 6 ISAR AM (06789487) José Augusto Alves David;
- 7 ISAR AM (10942287) Benjamim Pereira Campos;
- 8 ISAR AM (06365085) Carlos Alberto Durães;
- 9 ISAR AM (02830086) Abílio Manuel Serra Nunes;
- 10 ISAR AM (10096086) Armindo José Raminhos Queimado;
- 11 ISAR AM (14920986) António Manuel Mendes Neves.

Medicina:

- 1 ISAR MED (07138585) Hermínio Diz Ferreira Moura;
- 2 ISAR MED (19218385) Luís Filipe dos Reis Santos;
- 3 ISAR MED (06613186) José António Manuel Rijo;
- 4 ISAR MED (07812387) José Manuel Moura Coelho;
- 5 ISAR MED (06283487) Norberto Manuel Raposo Amaro;
- 6 ISAR MED (17140785) Paulo Jorge Alves Rana;
- 7 ISAR MED (04178587) António João Alves Fernandes;
- 8 ISAR MED (01213686) Mário Fernando da Silva Gonçalves;
- 9 ISAR MED (08787887) Carlos António Pinto Telo;
- 10 ISAR MED (01362687) Fernando J. Rodrigues de Sousa;
- 11 ISAR MED (14892387) José Emanuel Antunes Félix;
- 12 ISAR MED (04754387) Manuel João Lousada Paradinha;
- 13 ISAR MED (02224987) Casimiro Augusto Flores;
- 14 ISAR MED (14689887) Amadeu D. G. Teixeira Silva;
- 15 ISAR MED (15304087) Alfredo António C. Novas Correia;
- 16 ISAR MED (04100088) Mário Oliveira do Souto;
- 17 ISAR MED (11618886) Fernando José Matos Belo;
- 18 ISAR MED (05907487) João Manuel da Silva Sousa;
- 19 ISAR MED (06546086) José Paulo da Silva Carvalho;
- 20 ISAR MED (15532887) José Maria Fernandes Teixeira;

Farmácia:

- 1 ISAR FARM (19924583) Jorge M. da Encarnação Rodrigues;
- 2 ISAR FARM (07881686) Paulo Alexandre Porfírio Coelho;
- 3 ISAR FARM (05939384) António Dias Brazinha Mochacho;

- 4 1SAR FARM (07282287) Carlos Manuel M. Ribeiro Marques;
- 5 1SAR FARM (03059087) João Paulo Teles Pisco;
- 6 1SAR FARM (09092687) Mário José da Conceição Matilde.

Veterinária:

- 1 1SAR VET (06814386) Jorge Fernandes Soares Ribeiro;
- 2 1SAR VET (08883687) José Luís da Conceição Simões.

MÚSICOS;

- 1 1SAR MUS (03190387) João Manuel Pinto Bessa;
- 2 1SAR MUS (09346589) António José Baião Bravo;
- 3 1SAR MUS (12534185) Gustavo Jorge da Silva Dias;
- 4 1SAR MUS (04005190) Luciano José Machado;
- 5 1SAR MUS (06002786) João Carlos Sousa Lopes;
- 6 1SAR MUS (17356984) José Maria Rodrigues Monteiro;
- 7 1SAR MUS (19811887) Fernando Manuel Queirós Moreira;
- 8 1SAR MUS (05136890) Luís Paulo Gaspar Salgado;
- 9 1SAR MUS (07075985) José António Alves Marques;
- 10 1SAR MUS (14762289) Nuno Jorge dos Santos Ferreira;
- 11 1SAR MUS (09616088) Pedro Manuel Malva Cipriano;
- 12 1SAR MUS (13231884) José da Costa Freitas.

Corneteiros e Clarins:

- 1 1SAR CORN/CLAR (10006788) Pedro Jorge Silva Henriques;
- 2 1SAR CORN/CLAR (10406886) Armando Jorge Trigo Ribeiro;
- 3 1SAR CORN/CLAR (08231384) António M. dos S. Ribeiro Anastácio;
- 4 1SAR CORN/CLAR (02887088) Paulo Jorge Gomes da Costa Martins;
- 5 1SAR CORN/CLAR (06197483) Miguel da Silva Lima;
- 6 1SAR CORN/CLAR (07880488) Avelino José de Oliveira;
- 7 1SAR CORN/CLAR (15723087) Carlos Maria Henriques Pereira;
- 8 1SAR CORN/CLAR (05925587) Paulo Alexandre Moreira Vilaverde.

Serviço Geral do Exército:

- 1 1SAR SGE (19328285) Hélio Francisco Noruegas Roldão;
- 2 1SAR SGE (00641586) Manuel da Cruz Marzia;
- 3 1SAR SGE (13679283) José Carlos da Rosa Rodrigues;
- 4 1SAR SGE (06265883) Abílio José D. Tavares da Silva;
- 5 1SAR SGE (12466284) Ramiro de Jesus Pereira;
- 6 1SAR SGE (07047186) José Luís da Silva Domingos;
- 7 1SAR SGE (17364384) José Júlio Ribeiro Gonçalves;
- 8 1SAR SGE (00653185) Joaquim Manuel Santos Ramos;
- 9 1SAR SGE (16891185) António João Ramalho Belém;
- 10 1SAR SGE (17824287) Carlos Manuel Duarte Freitas;
- 11 1SAR SGE (11650686) Augusto Panta Baltazar;
- 12 1SAR SGE (10085784) Carlos S. Fernandes Escalreira;
- 13 1SAR SGE (16502187) José Feliz Cartas Rosado;
- 14 1SAR SGE (15159486) Carlos Augusto Nunes Ferreira;
- 15 1SAR SGE (00698987) David Acácio Pinto Ferro Caetano;
- 16 1SAR SGE (05715886) Paulo Alexandre Soares da Silva;
- 17 1SAR SGE (17446886) Paulo Jorge Amaro Torres Pina;
- 18 1SAR SGE (19607486) Paulo Jorge Saraiva Saldanha;

- 19 1SAR SGE (10562786) João P. Dias da Silva Botinas Gonçalves;
- 20 1SAR SGE (11125186) António Manuel L Rodrigues Estronca;
- 21 1SAR SGE (01443587) Joaquim Manuel Rosa Duro;
- 22 1SAR SGE (12044785) Augusto Jorge da Silva Alves;
- 23 1SAR SGE (09178286) Rui Manuel da Silva Vaz;
- 24 1SAR SGE (06266587) Luís Alberto R da Silva Claudino;
- 25 1SAR SGE (00595886) Jorge Manuel Laranjeira Barrela;
- 26 1SAR SGE (04017188) José Luís Almeida Garcia;
- 27 1SAR SGE (03253387) Jorge Manuel Peixoto Martins.

Pára-quedistas:

- 1 1SAR PARAQ (03222084) António José Faria Teixeira;
- 2 1SAR PARAQ (17267985) Manuel Paulo Fernandes Gonçalves;
- 3 1SAR PARAQ (18436287) Carlos Manuel Pombeiro Rodrigues;
- 4 1SAR PARAQ (02007685) José Manuel de S. Ferreira Tavares;
- 5 1SAR PARAQ (19574886) Paulo Jorge da Silva Fonseca;
- 6 1SAR PARAQ (11777983) José Manuel do Mar Félix;
- 7 1SAR PARAQ (10169885) Manuel João Mouco Lopes Cardoso;
- 8 1SAR PARAQ (13912485) José Emílio S. de Cabedo e Lencastre;
- 9 1SAR PARAQ (05211886) Manuel João M. de Matos Marques;
- 10 1SAR PARAQ (13968785) João Abílio Fernandes;
- 11 1SAR PARAQ (19733486) Paulo Martinho Antunes Francisco;
- 12 1SAR PARAQ (07447685) Hilário Mendes Malta;
- 13 1SAR PARAQ (09169286) Jorge Manuel da Gama Araújo;
- 14 1SAR PARAQ (04200385) Carlos Manuel de Carvalho Cruz;
- 15 1SAR PARAQ (15878685) Fernando José Azenha Ramos;
- 16 1SAR PARAQ (10620285) José Luís A. dos Santos de Oliveira;
- 17 1SAR PARAQ (16046186) Hermes Loureiro Mateus;
- 18 1SAR PARAQ (17377085) José Carlos dos Santos Major;
- 19 1SAR PARAQ (18817784) João P. de Jesus Batalha Jordão;
- 20 1SAR PARAQ (01806489) Carlos Manuel Gomes Coxixo;
- 21 1SAR PARAQ (03014886) Luís Manuel Rodrigues de Oliveira;
- 22 1SAR PARAQ (00725988) Vítor Daniel Santos Costa;
- 23 1SAR PARAQ (09557187) Fernando Júlio de Sá Matos Pereira;
- 24 1SAR PARAQ (15079488) Diamantino Godinho Estevão.

Lista de promoção por diuturnidade dos segundos-sargentos das armas e serviços elaborada nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR para o ano de 2003.

Infantaria:

- 1 2SAR INF (37692692) Jorge Miguel Gonçalves Monteiro;
- 2 2SAR INF (26097291) Sérgio David Vaz de Matos Xarepe;
- 3 2SAR INF (08894093) Paulo Alexandre Cruz Lopes Antunes Figueiredo;
- 4 2SAR INF (08187494) Vasco José Miguel dos Santos;
- 5 2SAR INF (20626792) Victor Manuel Tavares da Luz;
- 6 2SAR INF (09102493) Paulo Jorge da Silva Lopes Mendes;
- 7 2SAR INF (28020893) Joaquim Lopes Pereira;
- 8 2SAR INF (02410994) Luís Miguel Madeira Eugénio;
- 9 2SAR INF (23556691) António Miguel Viveiros Noia;

- 10 2SAR INF (27092793) Rui Nuno das Neves Reis;
- 11 2SAR INF (23578691) José Carlos Caridade Moita;
- 12 2SAR INF (01966194) Paulo Rui Pires Barroso.

Artilharia:

- 1 2SAR ART (20810293) Paulo Jorge da Costa Silva;
- 2 2SAR ART (07353394) António Manuel Rodrigues da Silva;
- 3 2SAR ART (28311793) Bruno Teixeira Lopes Martins;
- 4 2SAR ART (08880494) Pedro Miguel Miranda Félix;
- 5 2SAR ART (10478595) Maria Albertina Alves de Sá Pereira.

Cavalaria:

- 1 2SAR CAV (18832194) Luís Miguel Ferreira de Barros;
- 2 2SAR CAV (14116994) Bruno David Fialho Figueiredo do Carmo;
- 3 2SAR CAV (03992994) Vítor Manuel Sousa da Costa;
- 4 2SAR CAV (39954893) Manuel da Silva Garcês Soares.

Engenharia:

- 1 1SAR ENG (18602194) Rui Jorge Marques da Silva;
- 2 1SAR ENG (25394193) Abílio Pedro Pinheiro Nunes;
- 3 1SAR ENG (19166794) Ricardo Manuel Rodrigues Courinha;
- 4 1SAR ENG (35992492) Carlos Manuel Dias Bento;
- 5 1SAR ENG (09749794) Luís Miguel Ferreira Correia;
- 6 1SAR ENG (20944193) José Augusto Faustino Anjinho;
- 7 1SAR ENG (24548891) Vítor Manuel Faria da Costa Lopes;
- 8 1SAR ENG (28622092) Filipe José Roma Pinto;
- 9 1SAR ENG (20691493) César António Dias da Conceição;
- 10 1SAR ENG (29166892) Gustavo Martins Paulino Batista.

Transmissões:

- 1 1SAR TM (28419793) Arsenio Manuel Bernardino Moço;
- 2 1SAR TM (31754893) João Paulo Pires Marques;
- 3 1SAR TM (23463192) Noémia Delfina Martins Nunes;
- 4 1SAR TM (28986893) Joaquim Rebelo Torres;
- 5 1SAR TM (34233293) Luís Filipe Guerreiro Ledo;
- 6 1SAR TM (16004094) Narco António Mendes de Melo;
- 7 1SAR TM (06014094) Paulo Alexandre Pinto Nogueira;
- 8 1SAR TM (00780394) Fernando Miguel Santos Oliveira Talhadas;
- 9 1SAR TM (10342595) Jacinto Marques das Neves.

Medicina:

- 1 2SAR MED (14615995) Vitor da Conceição Tomaz Lopes;
- 2 2SAR MED (13598897) Cristiana Marisa da Encarnação Amar Delgado;
- 3 2SAR MED (21207591) Marcelo de Sousa Vaz;
- 4 2SAR MED (21388293) Nelson Lopes Alfredo;
- 5 2SAR MED (14566096) Ismael Augusto Santos da Costa.

Administração Militar:

- 1 2SAR AM (03906794) Rui Manuel Araújo Grácio;
- 2 2SAR AM (08348095) Jorge Manuel Coito Nunes;
- 3 2SAR AM (14317594) António Silvino Anacleto Castro;

- 4 2SAR AM (09505493) Sandra Luisa Serrano Quintas;
- 5 2SAR AM (02862794) João Pedro Garcia da Silva.

Material:

- 1 2SAR MAT (37766693) Rui Canas Leal Martins;
- 2 2SAR MAT (00371094) Paulo Alexandre Monteiro Lemos;
- 3 2SAR MAT (01239893) Hugo Miguel Pereira da Costa Figueiredo;
- 4 2SAR MAT (33791393) Vitor Manuel Neves Aires;
- 5 2SAR MAT (02284693) Pedro Miguel Duarte Pronto;
- 6 2SAR MAT (31539792) João Miguel Dias Grunho;
- 7 2SAR MAT (20749493) Paulo Walter Costa Rosa;
- 8 2SAR MAT (19328294) Vitor Manuel Janeiro Rita;
- 9 2SAR MAT (33336892) Luís Miguel Pereira de Matos;
- 10 2SAR MAT (21624492) Sérgio Alfredo Madeira Gomes;
- 11 2SAR MAT (25594291) Samuel Luís Duarte dos Reis;
- 12 2SAR MAT (14634294) António Nascimento Bastos;
- 13 2SAR MAT (26868993) José Carlos Agostinho Esteves;
- 14 2SAR MAT (34338493) Jorge Manuel Bairrada Marques;
- 15 2SAR MAT (24506992) Carlos Francisco Gomes de Almeida;
- 16 2SAR MAT (20670092) Rui Pedro da Silva Mendes Monteiro.

Pessoal e Secretariado:

- 1 2SAR PESSEC (23873591) João Miguel Leitão Valido;
- 2 2SAR PESSEC (29580492) Pedro Alexandre Martinho Marques;
- 3 2SAR PESSEC (16581894) Rodolfo José Ourives Martins;
- 4 2SAR PESSEC (29500891) Sebastião José Fonte Santa Marques;
- 5 2SAR PESSEC (15393195) Rui Manuel Marques Ferreira.

Transportes:

- 1 2SAR TRANS (28199493) Joaquim Adérito Arvana Cheira;
- 2 2SAR TRANS (31921392) José Adriano Costa Martins.

Musicos:

- 1 2SAR MUS (29537491) José Pedro Alves Vizinha;
- 2 2SAR MUS (39947493) António João Fernandes Luís.

V — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E RECONDUÇÕES

Colocações

Ministério da Defesa Nacional

TCOR INF (05916581) Manuel Joaquim Vieira Esperança, do 1BIPara, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Ministério da Administração Interna

TCOR ENG (07320186) Francisco António A. Monteiro Fernandes, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Estado Maior do Exército

TCOR ART (18261778) Luís Manuel de Figueiredo Tome Medeiros, do RA4, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

TCOR ADMIL (08394684) Rui Alexandre de Castro Jorge Ramalhete, do COFT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Abril de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

MAJ INF (08559187) José Dias Lages, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF (07628788) Paulo Jorge Franco Marques Saraiva, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF (15059788) Luís Miguel Afonso Calmeiro, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ ART (18565583) Luís Manuel Garcia de Oliveira, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ ART (08954186) Vitor Manuel M. Fonseca Afonso Jorge, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ ART (19796487) António José Ruivo Grilo, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ CAV (02052885) José David Angelino da Graça Talambas, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ CAV (06995487) Jorge Manuel Guerreiro Gonçalves Pedro, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 09 de Fevereiro de 2004.

MAJ TM (15420584) Alberto Cabreiro Palhau, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ MAT (06951781) António José dos Santos Martins, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Gabinete do General Chefe do Estado Maior do Exército

MGEN COG (07474663) Pedro Rocha Pena Madeira, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF (09275387) Gonçalo José Santos de Azevedo, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Inspecção Geral do Exército

MGEN COG (02757266) Anselmo de Jesus Silva, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

CAP ART (00257893) Hélder Jorge Pinheiro Barreira, do COFT, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Comando Operacional das Forças Terrestres

COR INF (09859176) Henrique A. Fernandes de Melo Gomes, do RI8, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2004.

TCOR INF (09043084) António Augusto Gonçalves, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

MAJ SAR (03538573) Avelino Pereira Alves, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal

TCOR INF (05084976) Rui Garcia Simões, da DR, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

TCOR INF (06270882) Joaquim de Sousa Pereira Leitão, do RI8, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Direcção de Recrutamento

MAJ ART (01001885) Rui Manuel Costa Ribeiro, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Direcção de Apoio e Serviço de Pessoal

TCOR ADMIL (07276678) João Manuel Castro Jorge Ramalhete, da DSI, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Comando da Logística

COR ENG (01676974) Jorge de Jesus Santos, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Direcção dos Serviços de Material

TCOR MAT (06780784) João Paulo Barreiros Pereira da Silva, do BApSvc/BMI, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

TEN TMNAMAT (00564785) Rui Manuel Antunes Gonçalves, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

Direcção dos Serviços de Finanças

TCOR ADMIL (05760177) Luís Manuel Faria de Paula Campos, da DASP, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

Centro de Gestão da Logística Geral

MAJ INF (11082087) Jorge Manuel Dias Sequeira, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 09 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Comando de Instrução

TCOR ART (12599579) Carlos da Silva Pereira, da ChST, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Março de 2004.

MAJ INF (03878381) Jorge Luís Leão da Costa Campos, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Março de 2004.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

MAJ INF (06402081) António Manuel Gomes da Silva, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF (00355588) Emanuel Jorge de Almeida Luís, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Centro de Áudio Visuais do Exército

TEN TMANTM (10789787) Carlos Manuel Martins Prada, do RTm1, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Quartel General do Governo Militar de Lisboa

COR INF (80000370) Vasco Henrique de S. Travassos Valdez, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

COR TM (14207768) Edorindo dos Santos Ferreira, do RTm1, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Quartel General da Região Militar do Norte

COR CAV (15269169) João Paulo Amado Vareta, do CRecrBraga, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

COR TM (09201673) José dos Santos Matias, do Southlant, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Março de 2004.

TCOR INF (11719782) António Alberto dos Santos Araújo, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

TCOR QTS (00326367) Jorge David Correia Gonçalves Magno, do AHM, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Quartel General da Região Militar do Sul

MAJ ART (05245686) Francisco A. Mexia Favita Setoca do QG/RMS, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Julho de 2001.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

Quartel General da Zona Militar dos Açores

MAJ INF (00064585) José Manuel S. Ribeiro Boieiro, da ESPE, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Março de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

CAP INF (18468689) Jaime César Oliveira da Costa, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Janeiro de 2004.

CAP INF (33592593) Alexandre Paulo M. de Sousa Figueiredo, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

Comando do Campo Militar de Santa Margarida

MGEN COG (04719366) Valdemar José Moura da Fonte, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Janeiro de 2004.

MAJ INF (12183486) Pedro Alexandre Almeida Faria Ribeiro, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

**Campo Militar de Santa Margarida
Batalhão de Comando e Serviços**

MAJ INF (12419387) Sérgio Augusto Valente Marques, do 2BIMec, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

MAJ SGE (10937379) Francisco Luís Pereira da Rocha, do RC4, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

CAP INF (16458990) José da Silva Campos, do 1BIMec/BMI, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Março de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

**Brigada Mecanizada Independente
1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado**

CAP INF (12472493) Fernando Jorge Fonseca Rijo, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Outubro de 2003.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

**Brigada Mecanizada Independente
2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado**

CAP INF (36280093) Carlos Filipe Nunes L. Dias Afonso, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2003.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

**Brigada Mecanizada Independente
Companhia de Transmissões**

CAP TMANTM (01754381) José Luís da Silva Garcia, do QG/CMSM, a prestar serviço no CTP/CMSM, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

Comando e Estado Maior do Comando de Tropas Aerotransportadas

MAJ INF (01341685) Rui Manuel das Neves Azevedo Machado, do CIOE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

MAJ CAV (04864985) Joaquim Alberto Lameiras Batuca, da ETAT, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

**Comando de Tropas Aerotransportadas
Unidade de Apoio do Comando**

TCOR INF (10884983) Nuno Domingos Marques Cardoso, do GALE, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Fevereiro de 2004.

TEN ADMIL (07353395) Joaquim Luís Marques Filipe, do CF/CMSM, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Escola de Tropas Aerotransportadas

CAP INF (01662289) Victor José Paulico Serra Patrício, do QG/CTAT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Abril de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

**Brigada Aerotransportada Independente
Comando e Companhia de Comando e Serviços**

TCOR INF (01346681) Carlos Alberto G. Cardoso Perestrelo, do CmdCCS/BAI, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Março de 2004.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

**Brigada Aerotransportada Independente
1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista**

TCOR INF (18518180) Álvaro Raposo Guerreiro da Silva, do QG/CTAT, devendo ser considerado nesta situação desde 05 de Abril de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

TEN INF (32764593) Rui Jorge das Neves Santos, da ETAT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Dezembro de 2003.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Núcleo Permanente da Brigada Ligeira de Intervenção

TCOR INF (03572379) Artur Carabau Brás, do RI19, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

CAP INF (05337188) João Paulo Silvestre Paulino, do 1BIMec/BMI, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2003.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Escola Prática de Artilharia

CAP ART (14393193) Nuno Alexandre R. Morais dos Santos, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Escola Prática de Engenharia

TEN SAR (12394088) Luís Manuel Mouroço Almeida Ferreira, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Dezembro de 2002.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Batalhão de Comandos (Residente no RI1)

TEN INF (05092794) Rogério Paulo de Sousa F. de Carvalho, do RI8, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Infantaria n.º 2

COR INF (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva, do QG/GML, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Abril de 2004.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

Regimento de Infantaria n.º 8

COR INF (19168376) Jorge Manuel Álvaro Conde Rendeiro, da DAMP, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Infantaria n.º 13

TCOR INF (10541582) João Alexandre Gomes Teixeira, do CIOE, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

Regimento de Infantaria n.º 14

TCOR INF (02933180) Jaime Luís Pires Coelho Anselmo, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Centro de Instrução de Operações Especiais

TCOR INF (14651184) António Alcino da Silva Regadas, do NP/BLI, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Abril de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

TCOR INF (19115586) Paulo Jorge Baptista Domingos, do Southlant, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Artilharia Anti-Aérea n.º 1

TCOR ART (19720484) Vitor Fernando dos Santos Borlinhas, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Abril de 2004

MAJ ART (16878887) Rui Pedro Magro do Gago, do QG/GML, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Cavalaria n.º 3

MAJ CAV (03906586) Abel de Jesus Sequeira Matroca, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Regimento de Cavalaria n.º 4

CAP CAV (07005189) Sérgio Paulo Alves dos Santos, do QG/GML, a prestar serviço no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Cavalaria n.º 6

CAP CAV (01355088) Fernando Augusto B. Castro e Sousa, do RC4, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Regimento de Engenharia n.º 3

COR ENG (03726880) Francisco Miguel da R. Grave Pereira, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Regimento de Transmissões n.º 1

COR TM (19278675) José António Henriques Dinis, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Março de 2004.

(Por portaria de 14 de Março de 2004)

Academia Militar

TCOR MAT (06571080) António José Rodrigues Bastos, da EMEL, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

MAJ INF (06292287) João Luís Rodrigues Leal, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

MAJ TM (13847087) Paulo Fernando Viegas Nunes, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

TEN ART (14237795) Claudia Isabel Carvalho Vinhas, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Janeiro de 2004.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Escola Superior Politécnica do Exército

COR ART (00579178) José Carlos Dias de Sousa Martins, do QG/GML, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

Escola Militar de Electromecânica

TCOR TM (16727183) Carlos Manuel Mira Martins, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Centro de Finanças Geral

CAP ADMIL (14654785) Joaquim Fernando Garcia Mendes, da DSI, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de Setembro de 2003.

(Por portaria de 1 de Março de 2004)

Centro de Informática do Exército

TCOR ART (12348981) António da Silva Lopes, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Abril de 2004

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

TCOR SGPQ (05108280) Armando Santos Dinis Marques, da DAMP, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Arquivo Histórico Militar

TEN TPESSECR (01604481) Joaquim Ricardo Marques Aleixo, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Dezembro de 2003.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

Hospital Militar Regional n.º 1

TEN MED (28880192) Álvaro Miguel Beirão Loureiro, da DSS, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

TEN MED (31754492) Carlos Manuel Carvalho Simões, da DSS, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos

CAP SGE (19196778) António José Brigida Rogado, do CRecrLisboa, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Centro de Recrutamento de Lisboa

CAP SGE (16895978) Manuel Joaquim Almeida Cardoso, do LMPQF, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

CAP SGE (18799778) Dinis Serôdio Lopes da Costa, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Setembro de 2003.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Colégio Militar

COR CAV (14205472) Luís Miguel de N. Morais de Medeiros, do QG/RMN, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Março de 2004.

(Por portaria de 19 de Abril de 2004)

Guarda Nacional Republicana

MGEN COG (08323268) Mário Augusto Mourato Cabrita, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Janeiro de 2004.

MAJ MED (06474784) António José Martins Correia, do HMR1, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

Colocações/Diligências**Quartel General do Governo Militar de Lisboa
a prestar serviço no Ministério da Defesa Nacional**

TCOR INF (06979783) Carlos Manuel Alves Batalha da Silva, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

**Quartel General do Governo Militar de Lisboa
a prestar serviço no Instituto da Defesa Nacional**

MAJ ART (12282686) António Alberto Crispim Paradelo do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

**Quartel General do Governo Militar de Lisboa
em diligência no Estado Maior General das Forças Armadas**

COR CAV (08427370) Eurico da Silva Santos, do CI, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

TCOR INF (10325282) Eduardo Manuel Alves P. G. Fernandes, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

TCOR ART (03783680) Carlos Alberto de Bigares Serra, da ESPE, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

TCOR CAV (01778082) Viriato César Coelho do Amaral, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Fevereiro de 2004.

MAJ INF (09858486) Luís Manuel Silva Fernandes, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Fevereiro de 2004.

(Por portaria de 15 de Março de 2004)

**Quartel General do Governo Militar de Lisboa
a prestar serviço no Southlant**

MAJ ENG (04159585) Mário Luís de Lima Delfino, do QG/GML, a prestar serviço no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Agosto de 2003.

(Por portaria de 14 de Abril de 2004)

Centro Rodoviário Português

TCOR ENG (09170481) António José Fernandes Marques Tavares, do QG/GML, a prestar serviço na Sinfr/GML, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

(Por portaria de 6 de Abril de 2004)

VI — CURSOS, ESTÁGIOS E TIROCÍNIOS

Cursos

Por despacho do general CEME de 11 de Fevereiro de 2003, frequentou o “Curso Field Artillery Captain Career - 2003”, que decorreu nos EUA, no período de 20 de Fevereiro de 2003 a 30 de Julho de 2003 no qual obteve aproveitamento, o CAP ART (39626692) Luís e Silva Ferreira Laranjo/EPA.

Por despacho do tenente-general AGE de 16 de Junho de 2003, frequentaram o “16.º Curso de Promoção a Sargento-Chefe”, que decorreu na ESE, no período de 8 de Setembro de 2003 a 19 de Dezembro de 2003, os militares abaixo indicados, com a classificação (em valores) que a cada um se indica

SAJ INF (03673783) Fernando Graça Pereira/BAdidos/PCM/GNS, 15,66 - Bom;
SAJ INF (11591283) Ernesto Dias Ferreira/RI13, 14,85 - Bom;
SAJ INF (01134680) João Manuel P. C. Marques Neto/RI19, 14,79 - Bom;
SAJ INF (00968284) José Augusto da Silva Lucas/EMEL, 14,62 - Bom;
SAJ INF (01530484) Joaquim Milheiro Gil/EME, 14,25 - Regular;
SAJ INF (06548782) Joaquim José Almeida Santos/QG/GML, 13,89 - Regular;
SAJ INF (14030884) Leonel David Bacelar Lopes/IMPE, 13,79 - Regular;
SAJ INF (02946785) Carlos Manuel Lopes da Silva/RI1, 13,56 - Regular;
SAJ INF (11258281) Sérgio Ferreira Aguiar/RI14, 12,55 - Regular;
SAJ INF (00442085) José Manuel Neves Rasteiro/ESE, 11,97 Suficiente;
SAJ ART (11173685) Jorge Humberto S. Ferreira Fernandes/RAAA1, 16,17 - Bom;
SAJ ART (07236684) Luís Manuel Pinto Esteves/AGE, 15,63 - Bom;
SAJ ART (09004182) Francisco Falé S. Capucho/CS/RMS, 14,42 - Regular;
SAJ ART (03161685) António Luís Pereira Serôdio/EMEL, 13,10 - Regular;
SAJ ENG (07246381) Antero Américo de Jesus Costa/EPE, 13,94 REGILAR
SAJ TM (06883285) Armindo José Teixeira Martins/RI14, 17,28 - MBom;
SAJ TM (19099684) Carlos Joaquim Pinto/QG/RMN/CTP, 15, 54 - Bom;
SAJ TM (06656982) Miguel José da Costa Pinto/EPT, 15,20 - Bom;
SAJ TM (10356283) Basílio de Sá Rodrigues/QG/GML/CI, 14,69 - Bom;
SAJ TM (15982183) Victor Manuel João Vicente/RTm1, 13,63 - Regular;
SAJ MAT (08416784) Eusébio Jácome Martins/EPAM, 16,25 - Bom;
SAJ MAT (05000884) Luís Francisco M. Unhão Pimentel/RE1, 15,66 - Bom;
SAJ MAT (10747584) João Manuel da Silva Duarte/DGME, 14,96 - Bom;
SAJ MAT (14128283) Luís Manuel Rodrigues Pereira/RG2, 14,77 - Bom;
SAJ MAT (12674085) Hélder Manuel Coelho Marinho/RL2, 14,74 - Bom;
SAJ MAT (00752783) João Francisco D. Villaret/UAp/CTAT, 13,74 - Regular;
SAJ AM (16720885) José António Fonseca/EPAM, 16,86 - MBom;
SAJ AM (10798386) António da Conceição G. Pinto/DAMP, 16,70 - MBom;
SAJ AM (09423285) Carlos Manuel Beato Amaro/EPAM, 16,12 - Bom;
SAJ MED (09863885) Cassiano Henriques Cardoso/BSS, 14,83 - Bom;
SAJ FARM (11579685) Carlos José N. de Sousa Lopes/HMP, 16,71 - MBom;
SAJ FARM (19312383) Manuel de Jesus dos Santos/HMR1, 14,01 - Regular;
SAJ FARM (17359081) Eduardo Telo Ramos/LMPQF/Porto, 13,59 REGULAR
SAJ MUS (02551888) Fernando Jorge Pereira/QG/ZMA, 13,51 - Regular;
SAJ SGE (15892681) Domingos Manuel Ramos Cunha/CRecrLisboa, 14, 56 - Bom;
SAJ SGE (15762084) Valério António Martins de Cristo/CRecrFaro, 14,51 - Bom;

SAJ SGE (10000782) Mário Simões de Sousa Araújo/MusMil, 14,12 - Regular;
SAJ PARAQ (09691981) António Manuel R. Gonçalves/CCS/BAI, 12,75 - Regular;
SAJ PARAQ (17364382) Carlos Manuel Leitão Silva/ETAT, 12,54 - Regular;
SAJ PARAQ (00072381) Carlos Fernando da Silva Gomes/ETAT, 12,52 - Regular;
SAJ PARAQ (09820380) José António Salvado/CMD/ CTAT, 12, 51 - Regular;
SAJ PARAQ (13107881) Francisco José R. Almirante/1BIAt/RI15, 10,94 Suficiente.,

Por despacho do tenente-general AGE de 8 de Outubro de 2003, frequentou o “Curso Geral de Catalogação”, que decorreu no DGAED/MDN, no período de 30 de Outubro de 2003 a 12 de Dezembro de 2003, no qual obteve aproveitamento, o 1SAR MAT (11293985) Manuel Jerónimo Lucas Coronho/DSM.

VII — DECLARAÇÕES

COR INF RES (09334568) João Manuel Marques Pinheiro Moura, continuou na efectividade de serviço, no CRecrÉvora, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do art. 155.º, conjugado com o n.º 4 do art. 121.º ambos do EMFAR, após passar à situação de Reserva, em 21 de Abril de 2004.

COR ART RES (17498968) Horácio Martins Gomes de Sousa, deixou de prestar serviço efectivo, na CVP, em 1 de Abril de 2004.

COR CAV RES (50691111) José Manuel Marques Pacífico dos Reis, deixou de prestar serviço efectivo, no CInstr, em 21 de Fevereiro de 2004.

COR ENG RES (01570963) António Manuel Rosas Leitão, deixou de prestar serviço efectivo, no NADEFCOL/EMGFA, em 19 de Fevereiro de 2004.

COR MED RES (06416671) José Manuel Carrilho Ribeiro Leitão, passou, a prestar serviço efectivo, desde 1 de Abril de 2004, na JMRE, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 155.º do EMFAR.

COR ADMIL RES (11367467) Adalberto André Travassos Fernandes, deixou de prestar serviço efectivo no EMGFA, passando a prestá-lo, na Liga dos Combatentes, nos termos do n.º 9 da Portaria 1247/90 de 31 de Dezembro, desde 1 de Abril de 2004.

TCOR MED RES (12412976) Luís Filipe de Paula Martins de Cardial, passou a prestar serviço efectivo, desde 19 de Abril de 2004, no HMP, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 155.º do EMFAR.

TCOR SGE RES (15695268) António Gomes de Almeida, passou a prestar serviço efectivo, no Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes, nos termos do n.º 9 da portaria 1247/90 de 31 de Dezembro, desde 1 de Janeiro de 2004.

O TCOR QTS RES (12455068) Carlos Manuel da Silva Tavares Correia, continuou na efectividade de serviço, no QG/CMSM, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 155.º do EMFAR, após passar à situação de Reserva, em 14 de Fevereiro de 2004.

TCOR QTS RES (02006269) Manuel Maria Morais, continuou na efectividade de serviço, no IGeoE, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 155.º do EMFAR, após passar à situação de Reserva, em 13 de Fevereiro de 2004.

TCOR QTS RES (03537573) Pedro Manuel Dias Alves Barbosa, continuou na efectividade de serviço, no RG3, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 155 do EMFAR, após passar à situação de Reserva, em 14 de Fevereiro de 2004.

MAJ SGE RES (35249359) António Madeira Cardana, deixou de prestar serviço efectivo, na CVP, em 1 de Abril de 2004 .

MAJ SGE RES (05885573) José Martinho Marques, passou a prestar serviço efectivo, no Núcleo de Algueirão - Mem Martins da Delegação da Amadora da CVP, nos termos do n.º 9 da portaria 1247/90 de 31 de Dezembro, desde 1 de Abril de 2004.

CAP SGE RES (03766281) Mário Jorge Matias da Silva, passou a prestar serviço efectivo, no Núcleo de Caldas da Rainha da Delegação de Leiria da CVP, nos termos do n.º 9 da portaria 1247/90 de 31 de Dezembro, desde 1 de Abril de 2004.

SCH MED RES (07885863) Mário Silva Bernardo, deixou de prestar serviço efectivo, na DDHM, em 5 de Abril de 2004 .

SCH PARAQ RES (15461871) Álvaro Luciano Bento, do QG/GML, passou a prestar serviço efectivo na Delegação de Santarém da CVP, desde 10 de Abril de 2004.

VIII — RECTIFICAÇÕES

Na OE, 2.ª série, n.º 12, de 31 de Dezembro de 2003, no SubCapítulo Colocações, no respeitante à colocação do 1SAR ENG (10876591) Gil Manuel Domingues Batista, onde se lê: "...Brigada Mecanizada Independente...", deve ler-se: "...Brigada Aerotransportada Independente...".

IX — OBITUÁRIO

2000

Abril, 11 — MAJ SGE REF (51441811) José Barata, do QG/RMS.

2004

Fevereiro, 21 — 1SAR REF (52421811) Joaquim Severo Rondão, do QG/GML;

Fevereiro, 28 — SAJ INF REF (50147711) Manuel de Barros Martins, do QG/RMN;

Março, 28 — SAJ REF (43176860) Armindo Cunha Alves, do QG/RMN;
Março, 30 — CADJ MAT REF (44069853) Carlos Emídio Guimas, do QG/RMN;
Março, 31 — 2SAR INF REF (50471611) João Veloso, do QG/RMN;
Abril, 1 — MAJ SGE REF (51487711) Francisco Rodrigues da Conceição, do QG/GML;
Abril, 1 — CAP MAT REF (50003211) Henrique Conceição Fontes, do QG/RMN;
Abril, 1 — SAJ CAV REF (51511011) José Maria Manuelito, do QG/GML;
Abril, 2 — COR INF REF (50212211) José Cândido Neves dos Santos, do QG/RMN;
Abril, 2 bh — SAJ INF (15777381) José Alexandre Veiga Martins, do RI2;
Abril, 7 — SAJ SGE REF (50964711) Manuel Pedro, do QG/RMN;
Abril, 8 — TCOR SGE RES (51533411) Américo Mateus Lourenço, do QG/GML;
Abril, 12 — SAJ SGE REF (50927411) Francisco António da Cruz, do QG/GML;
Abril, 14 — COR INF REF (51378411) Carlos E. C. Andrade Bandeira Lima, do QG/GML;
Abril, 14 — SAJ SGE REF (52244511) José Gomes da Silva, do QG/ZMM;
Abril, 15 — COR ADMIL REF (51022511) António Carlos Cerrado Mourão, do QG/RMN;
Abril, 15 — MAJ SGE REF (51436011) Leonel Vaz Velho de Freitas, do QG/GML;
Abril, 17 — COR ART REF (50024411) Júlio dos Santos Batel, do QG/RMN;
Abril, 19 — COR INF REF (50992711) José Fernandes Pires Lopes, do QG/GML;
Abril, 20 — SCH MAT REF (51069611) António Joaquim Trindade Magro, do QG/RMS;
Abril, 20 — SAJ INF REF (50655911) Armindo Miguel Pires, do QG/RMN;
Abril, 26 — 2SAR SGE REF (50042511) Filipe Augusto Ceias, do QG/GML.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Luís Vasco Valença Pinto, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Jorge Manuel Silvério, tenente-general.

PÁGINA EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 5/31 DE MAIO DE 2004

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 3.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TEN RC (39337893) Nuno Filipe Rosa Nogueira.

(Por portaria de 20 de Abril de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 3.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o TEN RC (06407591) Eurico Manuel Curates Rodrigues.

(Por portaria de 6 de Maio de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR RC (21041591) Fernando Manuel Gomes Martins Custódio.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CADJ RC (35885993) Rui Manuel Pimenta Gregório.

(Por portaria de 25 de Março de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CADJ RC (01690394) José Alcino de Oliveira Tavares.

(Por portaria de 20 de Abril de 2004)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o 1SAR RC (07748091) Helena Maria de Oliveira Barata.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02,

de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CADJ RC (30789792) Paulo Jorge Coelho Dias.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 27.º e n.º 3 do art. 34.º, do Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do art. 25.º do mesmo Decreto, o CADJ RC (27671492) Pedro António Marques Carvalho.

(Por portaria de 29 de Abril de 2004)

Condecorados com a Medalha Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

TEN RC (25304991) João Horácio Afonseca Fernandes;
1SAR RC (22583593) Nélio de Freitas Lopes;
CADJ RC (36822691) José Hugo Pestana Almeida;
CADJ RC (07915794) Hugo Renato Nóbrega Andrade;
CADJ RC (00723794) Danilo Carmino Oliveira da Rocha;
1CAB RC (16877394) Gregório Henriques de Sousa;
1CAB RC (00670195) Marco Paulo da Luz Rosado Oliveira.

(Por despacho 5Abr04)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgada pelo Dec.-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1SAR RC (38501693) António Miguel Pires Rodrigues, “Kosovo 2000-2001”;
2SAR RC (12977894) Rui Miguel Vicente Pereira, “Bósnia 2000-2001”;
CADJ RC (00600294) Carlos Manuel da Silva Madalena, “Timor 2001-2002”;
1CAB RC (15557197) Ilda Isabel Mesquita Reis, “Timor 2001-2002”;
2CAB RC (00033796) Marcos José Pereira Silva, “Bósnia”
SOLD RC (10009094) Luís Manuel Semedo Barros, “Kosovo 1999-2000”;
SOLD RC (05623996) Eduardo Jorge das Neves Oliveira, “Kosovo 1999-2000”.

(Por despacho 5Abr04)

TEN RC (00559493) Abel Zacarias Guerreiro Leal, “Kosovo 2000-2001”;
TEN RC (25875292) António José Marques Gomes, “Kosovo 2000-2001”;
1SAR RC (04168190) Fernando António Marçal, “Kosovo 2000-2001”;
1SAR RC (34504992) Mário Lino Costa Machado, “Kosovo 2000-2001”;
1SAR RC (00541996) Sónia Cristina Coimbra Fernandes, “Bósnia 2002”;
2SAR RC (06296797) Anabela Antunes Costa Rodrigues, “Bósnia 2002”;
2SAR RC (05052995) António Humberto Pastorinho Pereira, “Bósnia 2000-2001”;
2SAR RC (04497098) Tiago Miguel Silveira Gomes, “Bósnia 2002”;
FUR RC (10791800) Sofia Sameiro da Cunha Gonçalves, “Bósnia 2002”;
FUR RC (19815896) Bruno Alexandre Marques Abreu, “Bósnia 2002”;
CADJ RC (28072691) Ramiro Manuel Gonçalves Carvalho, “Kosovo 2000-2001”;
1CAB RC (17287595) Pedro Joel dos Santos Carvalho, “Timor 2003”;
1CAB RC (19527098) Filipe Miguel Gomes Craveiro, “Timor 2003”;
2CAB RC (00033796) Marcos José Pereira Silva, “Bósnia 2002”;
SOLD RC (05431500) Celso António Ribeiro Girão Simões, “Timor 2003”;
SOLD RC (16736799) Telma Maria Roque Martins, “Timor 2003”;
SOLD RC (04816799) Tomás Aquino Duarte Macedo, “Timor 2003”;
SOLD RC (05788698) Serafim Alberto Nunes Fernandes, “Timor 2003”.

(Por despacho 6Abr04)

CADJ RC (29088191) Anabela da Costa D. R. Afonso, “Bósnia 2002”;
CADJ RC (29473793) Alberto António da Rocha Granja, “Timor 2001-2002”;
SOLD RC (19071098) Cláudio Miguel Moreira Monteiro, “Timor 2003”.

(Por despacho 13Abr04)

Por despacho de 5 de Abril 2004 do general CEME, Aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “Bósnia 2001”, relativa ao SOLD RC (05623996) Eduardo Jorge das Neves Oliveira.

Por despacho de 5 de Abril 2004 do general CEME, Aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “Timor 2002-2003”, relativa ao SOLD RC (10009094) Luís Manuel Semedo Barros.

Por despacho de 15 de Abril 2004 do general CEME, Aprovou a concessão da Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP com a legenda “Bósnia 2002”, relativa ao 2SAR RC (12977894) Rui Miguel Vicente Pereira.

Louvores

Louvo o TEN RC António Ideias Cardoso, a prestar serviço na Direcção de Serviços de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, porque no desempenho das tarefas que lhe foram atribuídas no âmbito da experiência piloto do Dia da Defesa Nacional demonstrou possuir excelentes conhecimentos técnicos na sua área de competência, elevada capacidade de trabalho e apurado sentido do dever, atributos que contribuíram decisivamente para a qualidade do inquérito sociológico elaborado, instrumento fundamental para o processo de análise e interpretação das opiniões e motivações dos jovens.

Oficial muito competente, estudioso, dinâmico e eficaz na acção, coordenou de forma exemplar o trabalho desenvolvido pela equipa de sociólogos e psicólogos dos ramos das Forças Armadas que conceberam e produziram o referido inquérito.

Determinado em apresentar um trabalho consistente e de qualidade fundamental para uma posterior avaliação do evento, o tenente António Cardoso constitui-se num exemplo de bem servir, prestigiando com a acção desenvolvida a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e, bem assim, o Ministério da Defesa Nacional.

12 de Novembro de 2003 — O Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes,
Henrique José Praia da Rocha de Freitas.

Louvo a TEN (24429393), Cristina Maria da Cunha Santos, por ter integrado as equipas de divulgação que enquadraram os jovens mancebos durante a experiência piloto do Dia da Defesa Nacional e, ao longo desse período, terem demonstrado ser possuidores de grande capacidade de trabalho, permanente criatividade, serenidade e discernimento.

Oficial competente, denotou elevado sentido do dever e assinalável espírito de missão, atributos que, associados às excelentes qualidades pedagógicas e às inegáveis capacidades de liderança, em muito contribuíram para que os jovens convocados para participarem na experiência piloto do Dia da Defesa Nacional ficassem esclarecidos sobre a finalidade do evento, mais conscientes da razão de ser da sua presença, mais sensibilizados para a temática da Defesa Nacional e com maior conhecimento das Forças Armadas de Portugal.

Determinada em cumprir sempre bem, o oficial acima referenciada, constituiu-se num referencial de atitudes e de actos, entre os jovens que os escutaram, honrando perante eles a sua farda e o ramo das Forças Armadas a que pertence, numa clara afirmação de nobreza, de saber estar e de saber ser, atitudes que muito me apraz publicamente testemunhar.

12 de Novembro de 2003 — O Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes,
Henrique José Praia da Rocha de Freitas.

Louvo a: ALF (23825192), Ana Sofia Carneiro Fernandes, por ter integrado as equipas de divulgação que enquadraram os jovens mancebos durante a experiência piloto do Dia da Defesa Nacional e, ao longo desse período, terem demonstrado ser possuidores de grande capacidade de trabalho, permanente criatividade, serenidade e discernimento.

Oficial competente, denotou elevado sentido do dever e assinalável espírito de missão, atributos que, associados às excelentes qualidades pedagógicas e às inegáveis capacidades de liderança, em muito contribuíram para que os jovens convocados para participarem na experiência piloto do Dia da Defesa Nacional ficassem esclarecidos sobre a finalidade do evento, mais conscientes da razão de ser da sua presença, mais sensibilizados para a temática da Defesa Nacional e com maior conhecimento das Forças Armadas de Portugal.

Determinada em cumprir sempre bem, o oficial acima referenciada, constituiu-se num referencial de atitudes e de actos, entre os jovens que os escutaram, honrando perante eles a sua farda e o ramo das Forças Armadas a que pertence, numa clara afirmação de nobreza, de saber estar e de saber ser, atitudes que muito me apraz publicamente testemunhar.

12 de Novembro de 2003 — O Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes,
Henrique José Praia da Rocha de Freiras.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Militares em regime de contrato

Passagem à situação de disponibilidade

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

ALF RC (24427893) Nuno Miguel Martinho Silva Augusto, do CM, desde 16Dec03;
CADJ RC (05556395) Ricardo Jorge Lourenço Pinhal, do CMEFD, desde 26Abr04;
CADJ RC (24441291) Paulo Pinto Guerra, do GALE, desde 18Mar04;
1CAB RC (05206996) Sérgio Emanuel Mendes da Silva, do GALE, desde 9Mar04.

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, os militares em seguida mencionados:

TEN RC (35432392) Jaques Eugénio Cristovão de Castro dos S. Rico, da DAMP, desde 7Mai04;
ALF RC (27928293) Rui Manuel de Carvalho Veiga, do CCSelLisboa, desde 27Out03;
ALF RC (05298600) Bruno Alexandre de Medeiros, do RG2, desde 22Nov03;
1SAR RC (13036393) Ana Cristina Pires Serrano Nabais, do BAdidos, desde 31Mar04;
1SAR RC (17427195) Sónia de Jesus Medeiros Amaral, do RG2, desde 18Out03;
2SAR RC (19277896) Dâmaso António Fundinho Barros, do ArqGEx, desde 7Mai04;
2FUR RC (09638095) Letícia da Silva Antunes, do GALE, desde 2Abr04;
2FUR RC (18120798) Luís Alexandre de Sousa Oliveira, do RG2, desde 4Fev04;
2CAB RC (14403696) Pedro Miguel Gonçalves Pereira, do QG/BLI, desde 1Mar04;
SOLD RC (15850299) Davide Alexandre Rodrigues de Melo, da EPAM, desde 13Mar04.

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, os militares em seguida mencionados:

1SAR RC (01964296) Ricardo Jorge Martins Vieira, do RG2, desde 4Fev04;
1SAR RC (19258593) Teresa Domingues Costa Brites, do RG2, desde 9Mai04;
1SAR RC (32990993) Judite Martins Geraldo Pereira, da DAMP, desde 9Mai04;
1CAB RC (02404699) Paulo Jorge Azóia Gomes, do BISM, desde 8Mai04;
1CAB RC (11253497) Pedro Alexandre Melo Fontes, da EPA, desde 8Fev04.

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, os militares em seguida mencionados:

TEN RC (23388692) Jorge Filipe Pinto Lobão, da EMEL, desde 6Jan04;
TEN RC (06407591) Eurico Manuel Curates Rodrigues, do IMPE, desde 10Nov03;
TEN RC (39761892) Pedro Miguel Pereira de Almeida, do QG/RMS, desde 20Mai04;
1SAR RC (05259391) Rosa Maria Ribeiro Pereira, do CRecrVReal, desde 11Mai04;
1SAR RC (22841592) Helena Maria Varela da Silva, do CRecrViseu, desde 11Mai04;
1SAR RC (06112590) Maria da Conceição Cardoso, do CRecrViseu, desde 11Mai04;
1SAR RC (22338691) Maria da Soledade Pereira da Fontoura, do CRecrVReal, desde 11Mai04;
1SAR RC (22321791) Délia da Conceição F. Andrade Chaves, do CRecrPDelgada, desde 11Mai04;
1SAR RC (07362990) Elisa Alexandra de Albuquerque Vasconcelos Silva, da DR, desde 11Mai04;
1SAR RC (36825992) Paulo César Periquito da Conceição, da DR, desde 11Mai04;
1SAR RC (20637792) Rui Miguel Ludovino de Carvalho, do CCSelLisboa, desde 11Fev04;
CADJ RC (24148091) Nuno Miguel Areia Moreira, do BISM, desde 8Mar04.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *f*) do n.º 3 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

1SAR RC (16229394) Margarida Violante Branco, do HMP, desde 5Fev04.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *b*) do n.º 4 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

SOLD RC (19508800) Luís Manuel Canário Correia, da ESE, desde 1Abr04.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do art. 405.º do EMFAR (Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

1SAR RC (20940092) António César Gonçalves da Silva, do RG2, desde 2Dec02.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do art. 406.º do EMFAR (Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro), conjugado com a alínea *a*) do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

1SAR RC (05821293) Dinis Manuel Frias Costa, do RG2, desde 10Mai03.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do art. 406.º do EMFAR (Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro), conjugado com a alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

TEN RC (20660593) Paulo Jorge Brito Oliveira, do RG2, desde 22Mai03.

Passagem à situação de reserva territorial

São considerados nesta situação, por despacho do chefe da RPMNP/DAMP/Cmd Pessoal, nos termos da alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, por terem sido julgados “incapazes de todo o serviço militar”, pela JHI, aptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, os militares mencionados:

Por despacho de 16 de Janeiro de 2004

SOLD RC (14127200) Luís Carlos R Sepanas, do RI1.

Por despacho de 21 de Janeiro de 2004

1CAB RC (10869094) Miguel Rodrigues Nunes, do GALE.

Por despacho de 19 de Fevereiro de 2004

SOLD RC (00358900) Alexander Montoza Castro, do RI2.

Por despacho de 5 de Março de 2004

SOLD RC (18473298) Braúlio de Jesus Moreira, da AMSJ.

Por despacho de 24 de Março de 2004

SOLD RC (19330902) Hugo Miguel C Barros, do RI15.

Por despacho de 30 de Março de 2004

2CAB RC (11224194) Sérgio José F P Gomes, do RE3.

Por despacho de 6 de Abril de 2004

TEN RC (02672491) António José A Silva, do CCSelPorto;
ASP RC (12488698) Hugo Ribeiros P Inocêncio, do RI15.

Militares em regime de voluntariado

Passagem à situação de disponibilidade

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

SOLD RV (04861399) Bruno José Póvoas Cardoso, do EsqPE/RMN, desde 25Mar04.

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, os militares em seguida mencionados:

SOLD RV (16610600) Nuno Miguel Rodrigues Carreira, da EPA, desde 16Jan04;
SOLD RV (06413095) Margarida Marques Gomes, do EME, desde 31Mar04;
SOLD RV (05833101) Hélder Manuel da Silva Viana, da EPAM, desde 13Mar04.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *b)* do n.º 2 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

SOLD RV (13064000) Marco Daniel Martinho Constantino, da ESE, desde 25Mar04.

Passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *b)* do n.º 4 do art. 300.º do EMFAR (Dec.-Lei 236/99, de 25 de Junho), conjugado com a alínea *a)* do art. 55.º do RLSM, na redacção dada pelo Dec.-Lei 289/00, de 14 de Novembro, o militar em seguida mencionado:

SOLD RV (02030502) Pedro Samuel Moreira Alfenim, da ESE, desde 1Abr04.

Militares do serviço efectivo normal

Passagem à situação de disponibilidade

Passou a ser considerado nesta situação por Equivalência do SEN prestado em França nos termos do n.º 3 do art. 32.º da LSM, conjugado com o n.º 3 art. 86.º do RLSM, e art. 59.º da Lei 174/99, de 21 de Setembro, o SOLD 064 SGSI (19522395) Hélder Cantarinha, do RI14.

(Nota n.º 009589 P.º 68.6/04, de 4Mai04, da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Equivalência do SEN prestado em França nos termos do n.º 3 do art. 32.º da LSM, conjugado com o n.º 3 art. 86.º do RLSM, e art. 59.º da Lei 174/99, de 21 de Setembro, o SOLD 421 Oper Tm (22947393) Joaquim Pedro Gomes, do RI14.

(Nota n.º 008422 P.º 68.6/04, de 21Abr04, da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Equivalência do SEN prestado em França nos termos do n.º 3 do art. 32.º da LSM, conjugado com o n.º 3 art. 86.º do RLSM, e art. 59.º da Lei 174/99, de 21 de Setembro, o SOLD 672 CAR (23727091) Belmiro Januário J. Machado, do RI13.

(Nota n.º 008423 P.º 68.6/04, de 21Abr04, da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Equivalência do SEN prestado em França nos termos do n.º 3 do art. 32.º da LSM, conjugado com o n.º 3 art. 86.º do RLSM, e art. 59.º da Lei 174/99, de 21 de Setembro, o SOLD 064 SGSI (37320293) Jorge Domingos da Costa, do RI19.

(Nota n.º 008424 P.º 68.6/04, de 21Abr04, da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Equivalência do SEN prestado em França nos termos do n.º 3 do art. 32.º da LSM, conjugado com o n.º 3 art. 86.º do RLSM, e art. 59.º da Lei 174/99, de 21 de Setembro, o SOLD 064 SGSI (10291294) Gilles Philippe A. Rodrigues, do RI19.

(Nota n.º 008425 P.º 68.6/04, de 21Abr04, da DAMP)

Dispensa do SEN

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o ASP 031 Atirador (16445296) Tiago Bruno Cristo da Conceição Madeira, da EPI.

(Nota n.º 009593 P.º 68.6/04, de 4Mar04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o 2CAB 064 SGSI (17956600) Bruno Filipe Martins Mendonça, do RI14.

(Nota n.º 008847 P.º 68.6/04, de 22Abr04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o 2CAB 064 SGSI (02945798) Daniel Nelson Ferreira Peneda, do BAdidos.

(Nota n.º 009591 P.º 68.6/04, de 4Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (05804099) Paulo Sérgio da Silva Marques, do BAdidos.

(Nota n.º 009590 P.º 68.6/04, de 4Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (06194899) Carlos Miguel Oliveira Batista, do RAAA1.

(Nota n.º 009592 P.º 68.6/04, de 4Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (12975602) João Ricardo Cipriano Gargaté, do RI2.

(Nota n.º 009594 P.º 68.6/04, de 4Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (11666497) Duarte Manuel Spínola Costez Pinto, do RAAA1.

(Nota n.º 009808 P.º 68.6/04, de 6Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (17526398) Filipe Miguel Almeida Lourenço, do RAAA1.

(Nota n.º 009809 P.º 68.6/04, de 6Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (08830797) Ricardo Daniel Gonçalves André dos Santos, do BAdidos.

(Nota n.º 009810 P.º 68.6/04, de 6Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (08719801) Bruno Miguel Rosa Pardal Soeiro, do RAAA1.

(Nota n.º 009812 P.º 68.6/04, de 6Mai04 da DAMP)

Passou a ser considerado nesta situação por Dispensa do SEN prestado na Força Aérea, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 37.º do Dec.-Lei 463/88 de 15 de Dezembro, o SOLD 064 SGSI (14071096) Jorge Miguel M. Santos Martins, do BSS.

(Nota n.º 008848 P.º 68.6/04, de 23Abr04 da DAMP)

Passagem à situação de reserva territorial

São considerados nesta situação, por despacho do chefe da RPMNP/DAMP/Cmd Pessoal, nos termos do art. 358.º do EMFAR e da alínea b) do artigo 67.º do RLSM, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 143/92, de 20 de Julho, por ambos conjugados com o n.º 1 do art. 59.º da Lei n.º 174/99 de 21 de Setembro, (LSM) por terem sido julgados “incapazes de todo o serviço militar”, pela JHI, aptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, os militares mencionados:

Por despacho de 5 de Janeiro de 2004

SOLD (12664001) Vítor Manuel Silva V B Correia, do RA4;
SOLD (04542299) Desmond Stanley R Vilas, da EPSM;
SOLD (02948300) Nuno Miguel F Teixeira, da EPT;
SOLD (08752601) Amarildo Alberto de Abreu, do RG3;
SOLD (19071601) André Avelino A Gouveia, do RG3;
SOLD (17055601) Brás Filipe R Fernandes, do RG3;
SOLD (18996897) Bruno C Freitas, do RG3;
SOLD (12948302) Celso F Fernandes, do RG3;
SOLD (05697701) Daniel João L Silva, do RG3;
SOLD (07321701) Dárcio Filipe V Abreu, do RG3;
SOLD (01701101) Fábio Ludgero Correia, do RG3;
SOLD (11319401) Fábio Nono R Vieira, do RG3;
SOLD (06362997) Filipe Miguel A Veiga, do RG3;
SOLD (05376901) Gil Francisco F Martins, do RG3;
SOLD (07532001) José António A da Silva, do RG3;
SOLD (03956901) José Eduardo F Escórcio, do QG/ZMM;
SOLD (03779400) José Miguel F Quintal, do RG3;
SOLD (00865101) Juan Francisco R Sousa, do RG3;
SOLD (09995600) José Hélio V Figueira, do RG3;
SOLD (14610299) Luís Miguel V Dias, do RG3;
SOLD (15815599) José Hélio A Alves, do RG3;
SOLD (13778701) Juan Trindade Gonçalves, do RG3;
SOLD (06154501) Nuno Rafael F Quintal, do RG3;
SOLD (05124301) Paulo Miguel B Rodrigues, do RG3;
SOLD (19962101) Paulo S M Vieira da Luz, do RG3;
SOLD (09818200) Pedro F S Quintal, do RG3;
SOLD (07191500) Rafael S Teixeira, do RG3;
SOLD (17261200) Ruben Filipe N Luz, do RG3;
SOLD (15429501) Ruben José P Camacho, do RG3;
SOLD (09822597) Rui Manuel P Mateus, do RG3;
SOLD (06142900) Sérgio José V Jesus, do QG/ZMM;
SOLD (12022800) Sérgio Ruben G Quintal, do RG3;
SOLD (06869700) Silvério R Rodrigues, do RG3;
SOLD (13721300) Telmo Nuno G Pereira, do RG3;
SOLD (19441301) Vítor Miguel R Gonçalves, do RG3.

Por despacho de 14 de Janeiro de 2004

SOLD (16616501) Júlio Ismael M M Serafim, do RC3;
SOLD (15231299) Paulo de Oliveira Salgueiro, da CREclElvas;
SOLD (01948601) José Gerardo L Pereira, do BADidos;
SOLD (19843801) Pedro Miguel T Realinho, do RL2;
SOLD (09588401) Sérgio Ricardo S Lopes, da EPI;
SOLD (14847301) Vitor Gabriel F Romão, do BST.

Por despacho de 16 de Janeiro de 2004

SOLD REC (00776797) Bruno Miguel G Marques, do BST.

Por despacho de 23 de Janeiro de 2004

SOLD REC (10912201) Pedro Filipe D J Santos, da EPAM.

Por despacho de 4 de Fevereiro de 2004

SOLD (16311301) Joel Augusto G Vieira, do 1BIMec;
SOLD (08919099) Luís Manuel L Semedo, do RC3;
SOLD (16332201) Pedro Daniel Marques, do RI8;
SOLD (12989301) Pedro Manuel L Rodrigues, do RI8;
SOLD (02879601) Pedro Miguel R Ramos, do RC3;
SOLD (16165401) Tiago Manuel C Lucas, do RI8;
SOLD (05585194) Vasco Miguel V T Mascarellhas, da EPA;
SOLD (07775902), Edgar José E Nogueira, da EPE;
SOLD (13055901) César Luís S C Roque, do GALE;
SOLD (17617701) Cristovão Eduardo F Morgado, do RI8;
SOLD (10711901) Vítor Hugo R Vieira, da EPST;
SOLD (14568099) Ricardo Carvalho Abreu, da EPST;
SOLD (15660199) José Carlos S Gonçalves, da EPT;
SOLD (07294301) Paulo Fernando C P Carvalho, da EPT;
SOLD (16742400) Sérgio Paulo P Vieira, da EPAM;
SOLD (14015000) José Manuel F Sousa, do PresMil;
SOLD (07502201) Bruno Miguel L Lopes, da AM;
SOLD (11213700) Hélder Veiga Lela, da EPC;
SOLD (02109000) Rogério Machado S Sampaio, do BADidos;
SOLD (18738900) João Daniel A Rocha, do RTm
SOLD (12389501) Carlos Gabriel D Faria, do BST;
SOLD (08912701) Fernando Maurício A Tordo, do RI1;
SOLD (15419798) Hugo Miguel C Martins, da EMEL;
SOLD (08000200) João Miguel F Fabela, da EPC;
SOLD (15615901) Paulo José C Antunes, do RI1;
SOLD (19881901) Mário Jorge F Casinhas, da EMEL;
SOLD (18355001) Nuno Daniel S Coelho, do BST;
SOLD (15656601) Ricardo José R Silva, do BST;
SOLD CAD (06627394) Luís Gonzaga B Sousa, da EPA.

Por despacho de 9 de Fevereiro de 2004

SOLD (10963001) Tiago José N da Silva, do RI1;
SOLD (17100498) Márcio João F Rodrigues, do RL2;

SOLD (02311401) Hélder Manuel P Oliveira, do RI1;
SOLD (05929701) Tiago Daniel L Sousa, do RI1;
SOLD (14681002) Ricardo Jorge B da Silva, do RI1;
SOLD (01430401) José Alexandre S Batista, do RAAA1;
SOLD (09996801) José Carlos T Pinhal, do 2BIMec;
SOLD (03815001) Paulo Jorge P Maroto, do 1BIMec;
SOLD (03797601) Bruno Helder O Lima, do BCS/CMSM.

Por despacho de 17 de Fevereiro de 2004

SOLD (15160801) Francisco José R Morais, da EPE;
SOLD (01180000) Pedro Miguel S Castanheira, do RI2;
SOLD (07566000) Carlos Manuel R Gonçalves, do RI8;
SOLD (10742401) João Pedro S Duarte, da CReclElvas;
SOLD (13812401) Oscar Manuel R Machado, da EPT;
SOLD (11273202) Francisco Joaquim O da Silva, do RI1;

Por despacho de 19 de Fevereiro de 2004

SOLD (18081299) Nuno André S B Fernandes, da EPSM;
SOLD (16327801) Fernando Jorge B Silva, da EPSM;
SOLD (02475600) Carlos Manuel H Marques, da EPSM;
SOLD (08879401) Rogério Filipe O Pinhal, da EPSM;
SOLD (13447301) Nelson Alexandre S Ventura, da EPSM;
SOLD (01174001) Jerónimo Ricardo M Sousa, da EPSM;
SOLD (02648599) Bento Manuel O Mota, da EPSM;
SOLD (02155301) Miguel Ângelo D J Pedro, da EPSM;
SOLD (12937401) Rui Filipe T Sousa, da EPSM;
SOLD (03118202) Albérico Pereira N Rosa, da EPSM;
SOLD (04240101) Joaquim José M David, da EPSM;
SOLD (07744097) Miguel Fernando M Figueiredo, da EPSM;
SOLD (11273098) Carlos Eduardo L Moreno, da EPSM;
SOLD (01520101) Carlos Eduardo M Conceição, da EPE;
SOLD (17375900) Duarte Lourinho S C Fialho, do RI8;
SOLD (14919899) Rui Alberto Martins, da EPT;
SOLD (05420199) Rodrigo Oliveira Babau, da EPT;
SOLD (13043696) Marko Paul Silva, da EPT;
SOLD (18410600) Licínio Pereira Almeida, da EPT;
SOLD (13060601) Francisco Xavier J Silva, da EPT;
SOLD (06201399) Bruno José M Manso, da EPT;
SOLD (16498600) António José P Gonçalves, da EPT;
SOLD (14030801) Marco Bruno C Borges, da EPST;
SOLD (01443501) Sali Fernando R Marinho, da EPST;
SOLD (18948801) Carlos Manuel A Cunha, da EPST;
SOLD (02500901) José Miguel C Rodrigues, da EPST;
SOLD (00735999) Luís Carlos de A Tavares, da EPST;
SOLD (05375201) Ivo Miguel M Paiva, do RI14;
SOLD (03794101) Hélder Bruno C Pimenta, da EPST;
SOLD (10588001) Luís Miguel R Neves, do RA4;
SOLD (00569400) João Lúcio C Dias, da EPST;

SOLD (17760301) Pedro Miguel C Brito, da EPST;
SOLD (06363901) Paulo Jorge M Ferreira, da EPST;
SOLD (11833598) Cláudio Duarte O Costa, da EPST;
SOLD (01562799) Paulo Miguel A Lopes, do 1BIMec;
SOLD (17218800) Ricardo Daniel I Rodrigues, do 2BIMec;
SOLD (02504001) Rui André C Rocha, do RC4;
SOLD (05975902) Sérgio Ricardo M Neto, do RI15;
SOLD (07376001) Pedro Miguel P Gonçalves, da EMEL;
SOLD (00733301) Bruno Miguel R Correia, do BST;
SOLD (19601297) Pedro Miguel M Serralha, da EPSM.

Por despacho de 25 de Fevereiro de 2004

SOLD (19551901) Vítor Zacarias P Silva, do RI1;
SOLD (11092101) Michael Alves Ferreira, do BAdidos;
SOLD (11202701) Sérgio Miguel A Faria, do RI14
SOLD (05112601) Jorge Edgar A Marques, da EPST;
SOLD (11846001) António Filipe S Fernandes, da EPST;
SOLD (14082400) David Ventura Pragosa, do DGME;
SOLD (14873598) Tiago José B Fernandes, da EPA;
SOLD (14983296) Filipe Aragão P A Batista, da EPSM;
SOLD (15341301) Carlos Manuel M Coelho, da EPSM;
SOLD (19894102) André Filipe D Godinho, da ETAT;
SOLD REC (01442401) Pedro Miguel S F Moreira, do BST;
SOLD REC (15978901) Américo da Costa, do BST;
SOLD REC (00029401) Alexandre Almeida Jesus, do BISM;
SOLD REC (09431601) Rui Miguel P Santos da ESE;
SOLD REC (16554500) Vasco Macieira Rosa, da EPT;
SOLD REC (01328701, Sérgio Filipe T Ferreira, da EPT;
SOLD REC (09106500) Nelson Manuel L Almeida, da EPT;
SOLD REC (18258401) Miguel Pedro G Pacheco, da EPT;
SOLD REC (07231801) José Pedro P Silva, da EPT;
SOLD REC (13221401) José Miguel S Barros, da EPT;
SOLD REC (16375301) Hugo Emanuel E S Carvalho, da EPT;
SOLD REC (03671601) Pedro Tiago B Silva, do RI8;
SOLD REC (18140501) Pedro Miguel A Cunha, do RI8;
SOLD REC (14735501) João Carlos M I Cavalo, do RI8;
SOLD REC (17525695) Freddy Lwew J Monteiro, do RI8;
SOLD REC (01532800) Celso Silveira Sousa, do RI8;
SOLD REC (01744201) Filipe Dinis Fernandes, do RI8;
SOLD REC (19951600) André Manuel V Martins, do RI8;
SOLD REC (12355301) Adérito dos Santos Vicente, do RI8;
SOLD REC (12494300) Hugo Miguel M Maurício, do RI8;
SOLD REC (11523801) Filipe Manuel A Marques, do RI8;
SOLD REC (07096001) António Hermano A Azevedo, do RI8;
SOLD REC (17527200) André Nuno A H D Duarte, do RI8;
SOLD REC (17069901) Carlos Miguel B Silva, da CreclElvas.

Por despacho de 5 de Março de 2004

SOLD (05053401) Bruno Márcio M Rodrigues, do RC4;
SOLD (00586101) João Vitor Lopes Pinto, do GAC/BMI;
SOLD (07554599) Marco Nuno M Freire, do RC4;

SOLD (05077001) Nélio José E da Silva, do RC4;
SOLD (16700901) Bruno Manuel F Firmino, do RI8;
SOLD (11930301) Bruno Manuel de Sousa L M Moreira, do BST;
SOLD (04016201) Daniel Filipe P Pinho, do RI8;
SOLD (09247093) Frutuoso Paulo F Rocha, do RL2;
SOLD (15220101) Henrique Manuel M Paulo, do RI8;
SOLD (06339499) Bruno Joaquim C Ribeiro, da EPSM;
SOLD (16236201) André David T Considera, do RI8;
SOLD (16879401) Bruno Ricardo F Ferreira, do RI8;
SOLD (09127999) Gonçalo José F M Gaspar, do RI8;
SOLD (03974801) João Carlos P S Almeida, do RI8;
SOLD (03066001) Lázaro Manuel R Rocha, do RI8;
SOLD (16159301) Ramiro Alberto M T Monteiro, do RI8;
SOLD (03287001) Sérgio Manuel C Milheiro, do RI8;
SOLD (01356301) André Filipe P Castro, da EPSM;
SOLD (17024601) Clife André N Sá, da EPSM;
SOLD (19963002) Luís Filipe P Costa, da EPSM;
SOLD (14696400) Miguel André P Silva, da EPT;
SOLD (15303302) Pedro Ricardo B Oliveira, da EPT;
SOLD (00075201) Ruben Miguel M Silva, da EPT;
SOLD (10864399) Daniel Bruno L Vieira, da EPT;
SOLD (05741901) Hugo Miguel A Rocha, da EPT;
SOLD (14630999) Nilson Pereira O Veigas, da EPT;
SOLD (14499701) Nuno Miguel O Almeida, da EPT;
SOLD (04452401) Nuno Miguel S Ferreira, da EPT;
SOLD (08427500) Pedro Miguel Fernandes, da EPT;
SOLD (16077800) Pedro Miguel R Lima, da EPT;
SOLD (00789801) Carlos Filipe C Dias, da EPST;
SOLD (19154801) Diogo Rafael S Faria, da EPST;
SOLD (19579401) João Vitor F Filipe, da EPST;
SOLD (16268901) Domingos Couto Pereira, da EPT;
SOLD (17363001) Fábio Rodrigues Louro, da EPST;
SOLD (00475901) André Rafael B Gaspar, do BST;
SOLD (11588801) Bruno José P Mendes, do BST;
SOLD (09702701) Bruno Marques Gaspar, do BISM;
SOLD (14415100) Carlos João M M M Esteves, do RI8;
SOLD (15747101) Filipe Manuel T Hilário, do RL2;
SOLD (11421801) Luís Filipe M Oliveira, do BST;
SOLD (09943201) Márcio Gabriel F Silva, do BST;
SOLD (06997701) Marco Paulo S P Carrilho, do RL2;
SOLD (07008294) Nelson Rafael S Silva, do BISM;
SOLD (08364201) Nuno Miguel S Alves, do BST;
SOLD (13936802) Nuno Pedro P Costa, do RI1;
SOLD (00657999) Ricardo Bruno S M Santos, do RI2;
SOLD (06592701) Bruno Miguel S Carreiro, do RG2;
SOLD (03258201) Fábio Miguel C Lima, do RG2;
SOLD (11450800) Jorge Manuel Garcia, do RG2;
SOLD (15785201) Nuno Gabriel A Silva, do RG2;
SOLD (02933901) Rui Miguel Alves Câmara, do RG2;
SOLD (11569301) João Paulo Correia Amaral, do RG2.

Por despacho de 24 de Março de 2004

SOLD (17909101) Tiago Miguel S Tender, do RL2;
SOLD (08530601) Ricardo Miguel B Pereira, do RI1;
SOLD (18035100) Rafael da Rocha Barbosa, do BST;
SOLD (02701101) Pedro Miguel F Pinto, do RL2;
SOLD (11777698) Pedro André P O Ferreira, da EPC;
SOLD (05416401) Nuno André S Coimbra, da EPC;
SOLD (03317202) Miguel Ângelo M Ramos, do RL2;
SOLD (06538701) José Miguel F Gonçalves, da EPC;
SOLD (18389201) João Pedro S Vivo, do BISM;
SOLD (06020101) Filipe Alexandre O Morais, do BST;
SOLD (14595201) Carlos Alberto S Pereira, do BISM;
SOLD (00065102) Carlos Alberto M Correia, do RI2;
SOLD (18737201) Bruno Miguel V Serrano, do RL2;
SOLD (13253601) Bruno Miguel S Costa, do BISM;
SOLD (13344401) António João Barnabé, do BST;
SOLD (09789500) Américo Alexandre A C Silva, do BISM;
SOLD (19892301) Silvio Carreira Duarte, do BST;
SOLD (09800199) Sérgio Pereira Duarte, do BST;
SOLD (18617701) Ricardo Rafael C Francisco, do BST;
SOLD (16184701) Pedro Miguel S Francisco, do BST;
SOLD (00878101) Pedro Miguel F Ribeiro, do BISM;
SOLD (14213201) Paulo Ricardo S Silva, do BST;
SOLD (05819799) Mário Rui T Silva, do RL2;
SOLD (11526397) Márcio Miguel P Correia, do RI1;
SOLD (12489601) Luís Miguel G Rainha, do BISM;
SOLD (12218500) Paulo Narciso L Monteiro, da EPT;
SOLD (04851402) Marcelo Hugo R Leite, da EPT;
SOLD (00969799) José Miguel S Barbosa, da EPC;
SOLD (04567601) Hélder António B Calado, do RL2;
SOLD (14667701) Duarte Mendes Marinheiro, do RI1;
SOLD (03948401) Dário Joel A Pinto, do BST;
SOLD (17035201) Alexandre Manuel C Pires, do BST;
SOLD (06584202) Tiago Miguel M Pereira, da EPT;
SOLD (02889700) Tiago Barbosa G Novo, da EPT;
SOLD (02876900) Romeu Manuel P Barbosa, da EPT;
SOLD (04530502) Manuel Flávio T Oliveira, da EPT;
SOLD (18629902) José Pedro O Magalhães, do RI19;
SOLD (18952201) José António M Cardoso, da EPT;
SOLD (05489701) João Paulo S Madureira, da EPT;
SOLD (09556302) Hugo Filipe R Silva, da EPT;
SOLD (14411102) Hélder Joaquim B Silva, do RC6;
SOLD (00550702) David Miguel B Silva, do RC6;
SOLD (11059902) Daniel Faria Monteiro, do RI19;
SOLD (12031002) Carlos António P Costa, do RC6;
SOLD (06440400) António Manuel L Marques, da EPT;
SOLD (00255702) André Gomes Valente, do RE3;
SOLD (18340299) Raúl Hernani P F Coelho, da EPT;
SOLD (04948702) Daniel Filipe C Alves, da EPT;

SOLD (16594000) António Freire Pereira, da EPT;
SOLD (08043101) Carlos Filipe Pereira Alves, da EPST;
SOLD (05505701) Rui Pedro Lucas P Novo, da EPST;
SOLD (05866601) Francisco Daniel B Polónio, do RI8;
SOLD (07792401) Miguel Alexandre Cavaco, da MMSucÉvora;
SOLD (00271901) Bruno Daniel J Moreira, do RI8;
SOLD (06665801) Sérgio Manuel F Encarnação, da CReclElvas;
SOLD (00994296) David Fonseca R Pinto, da CReclElvas;
SOLD (11324103) Raquel Margarida M A Reis, do RI2;
SOLD (00386301) Pedro Miguel T Lopes, da EPSM;
SOLD (16073199) David Assis E Inácio, da EPSM;
SOLD (09293901) Orlando Agostinho A Moreira, do RI8;
SOLD (07565600) Ricardo Daniel T Magalhães, do RI8;
SOLD (17325401) Nuno Joaquim S Meneses, do RI8;
SOLD (11658901) Márcio André O Claro, do RI8;
SOLD (13726200) João Carlos V Nunes, do RI8;
SOLD (09259701) Hugo Alexandre A Rocha, do RI8;
SOLD (15373401) Álvaro Filipe M F Tomás, do RI8;
SOLD (02700501) Pedro Marcelino S Pacheco, do RG2;
SOLD (13452601) Serafim Arantes Morais, do GAC/BMI;
SOLD (03609001) Ricardo Manuel G Frasco, do RC4;
SOLD (02628801) José Carlos M Fernandes, do RC4;
SOLD (02510201) José André L M Ferreira, da EPE.

Por despacho de 30 de Março de 2004

SOLD (05053601) Nuno Rodrigo L Borges, do RG2;
SOLD (04591199) Paulo Zacarias Jorge, do RI15;
SOLD (04634501) Vítor Manuel A Assunção, do RI8;
SOLD (12561001) Nuno David G de Sousa, do RI8;
SOLD (06248701) João Manuel Ribeiro, do RI8;
SOLD (04218098) Nuno Filipe O B Soares, da EPT;
SOLD (03809801) Nuno Miguel C Rocha, da EPT;
SOLD (02991700) Ricardo Alexandre P Filipe, do RI1;
SOLD (13649198) Luís Filipe Simões Matos, do BST.

Por despacho de 6 de Abril de 2004

SOLD (08931001) João Carlos G Ferreira, do RI15
SOLD (16608401) Daniel Joaquim R Godim, do RC4;
SOLD (06836301) Nuno Duarte P Freitas, do RC4;
SOLD (12604801) Idalécio Lourenço A Silva, do RG2;
SOLD (09204401) Vitor Manuel C Gomes, da CReclElvas;
SOLD (06820201) Nuno Miguel P Rodrigues, do RI8;
SOLD (08745302) Tiago Soares Rebola, do RC3;
SOLD (11082499) Tiago Miguel S Carranca, do RC3;
SOLD (02428302) Rui Miguel C Romano, do RC3;
SOLD (17698702) Oscar Miguel B Velhinho, do RC3;
SOLD (13729101) João Carlos S Coragem, do RC3;
SOLD (11435202) Igor Alexandre D Figueiredo, do RC3;

SOLD (10798902) Hernani Carvalho Ventura, do RC3;
SOLD (06975702) Hélder Tiago C Barros, do RC3;
SOLD (04133202) Bruno Miguel M Silva, do RC3;
SOLD (15877100) Nuno Miguel R Moreira, da CReclElvas;
SOLD (02196297) Fernando Ricardo R Queirós, da CReclElvas;
SOLD (04774401) Bruno André Fernandes, do RL2;
SOLD (06109200) Luís Carlos O Vaz, do BISM;
SOLD (17445099) Pedro Gonçalves C Garcia, do RI1;
SOLD (14823001) António José C Estrela, do BISM.

Por despacho de 20 de Abril de 2004

SOLD (06482001) Virgílio Filipe S C Valente, do BST;
SOLD (11670301) Ricardo André S Mendes, do RI1;
SOLD (18014501) José Manuel C S C Passos, do RL2;
SOLD (00445901) Hélder Rodrigo V Henriques, do RL2;
SOLD (16196401) Pedro José A Alegrias, do RI8;
SOLD (18639100) Oberto Alexandre C Ribeiro, do RI3;
SOLD (02589397) João Pedro B C Malta, do RI1;
SOLD (07766101) Bruno Alexandre R Pinto, do RI8;
SOLD (01118100) Vítor Amarílio R Magalhães, da EPE;
SOLD (02284102) Rodrigo Gonçalves Figueiredo, da EPST;
SOLD (18907099) Ricardo Diamantino M Esteves, da EPSM;
SOLD (13575402) José António C Matos, da EPE;
SOLD (18010802) Hugo Pereira Costa, da EPE;
SOLD (14172501) Rui Pedro A Ferreira, do RA4;
SOLD (03264801) Fernando José C Batista, da EPE;
SOLD (12593102) Bruno Miguel S Araújo, da EPE;
SOLD (09048402) Tiago Miguel O Lopes, da EPSM;
SOLD (18392899) Cristóvão Manuel R Pires, da EPSM;
SOLD (03068401) Gustavo Paulo S S Fernandes, da EPSM;
SOLD (04394702) Ricardo André M Soares, do GAC/BAI
SOLD (02893002) Marcelo Pereira Almeida, do GAC/BAI;
SOLD (11770902) Luís Miguel D Pombeira, do RC4;
SOLD (08558802) Jorge Manuel R Rodrigues, do RC4;
SOLD (17723502) Hugo Manuel G Fialho, do RC4;
SOLD (16290001) António Manuel R Casqueira, do RC4;
SOLD (09865601) Bruno Miguel M Costa, do BST;
SOLD (09940001) André Manuel A Antunes, do RI1;
SOLD (06536202) Telmo Filipe Lucena, do RI14;
SOLD (02649901) Rui Jorge M Florindo, do RI14;
SOLD (12134702) Ricardo Miguel A Pires, do RI14;
SOLD (06310602) Emanuel Filipe T Ferreira, do RI14;
SOLD (04286102) Alexandre Emanuel F T Santos, do RA4;
SOLD (11658100) Jorge Miguel G Figueiredo, do RI14;
SOLD (15049801) Adérito José G Balhau, da EPSM.

Por despacho de 28 de Abril de 2004

SOLD (11955002) Cristiano José S Faria, da EPT;
SOLD (18365102) Carlos Alberto S Antunes, do RI13;
SOLD (17737400) Bruno Joel R Silva, do RA5;

SOLD (03081701) Adérito Manuel S Meias, do RI13;
SOLD (11702802) Tiago Ricardo F Araújo, do RI19;
SOLD (09387001) Tiago Nuno G Sousa, da EPT;
SOLD (03892601) Tiago André P Ferreira, da EPT;
SOLD (12448602) Ricardo Márcio B Nogueira, do RC6;
SOLD (15943901) Ricardo Manuel R F Pires, da EPT;
SOLD (10524202) Nuno Miguel S Costa, do RI19;
SOLD (08300801) Luís Jorge P Gomes, da EPAM;
SOLD (04411702) Gaspar Manuel A Ferreira, da EPT;
SOLD (06498002) Emídio Sérgio P Domingues, do RI13;
SOLD (12653302) Daniel Filipe C Carvalheira, da EPT;
SOLD (16831102) Carlos Manuel T Silva, do RA4;
SOLD (00041702) Sérgio Filipe J Oliveira, do RA4;
SOLD (01970802) Filipe Eduardo P Malaquias, do RA4;
SOLD (06811702) Bruno Alexandre C P Alves, do RA4;
SOLD (14187502) Vítor Manuel O Araújo, da EPA;
SOLD (11634002) Ricardo Jorge F Ferreira, do RC3;
SOLD (00671400) Frederico Duarte V Francisco, da EPA;
SOLD (14002002) Nuno Adriano M Cunha, da EPE;
SOLD (03127902) Luís Carlos F da Cruz, da EPSM;
SOLD (00784399) Roberto Paulo S Costa, da EPE;
SOLD (17936502) Luís Miguel P Dos Santos, da EPE;
SOLD (16258401) João Pedro S Alenquer, da EPSM;
SOLD (07631400) Artur José C Salvador, da EPE;
SOLD (02230502) Milton Miguel A Lima, do RG2;
SOLD (15034502) Roberto Carlos M Moniz, do RG2;
SOLD (04809602) João Paulo V de Melo, do RG2;
SOLD (01298301) Filipe Jorge A Salgueiro, do RG2;
SOLD (03308902) Dinarte Manuel S Cordeiro, do RG2;
SOLD (06557001) Bruno Rodrigo S Guerrinha, do RG2;
SOLD (08535201) Vitor Manuel P Rocha, da EPT;
SOLD (11295701) Tiago Nogueira Rocha, do RA5;
SOLD (00757100) Ricardo Filipe M Santos, da EPAM;
SOLD (07425702) Pedro Nuno S Araújo, da EPAM;
SOLD (04613602) Pedro Miguel R Teixeira, do RI13;
SOLD (02707902) Pedro Joaquim F Azevedo, da EPAM;
SOLD (08793102) Paulo Sérgio S Moreira, da EPT;
SOLD (10203598) Paulo César V Pereira, do RC6;
SOLD (08167202) Nuno Ricardo R Silva, do RI13;
SOLD (08247701) Nuno Edgar M Silva, da EPAM;
SOLD (16348302) Luís Paulo V Carvalho, do RC6;
SOLD (03978200) José Manuel S Carvalho, da EPT;
SOLD (13173902) José Carlos B Sá, da EPT;
SOLD (15585502) Joel Filipe A Silva, do RA5;
SOLD (09738102) Igor Rodrigo S M Pereira, da EPT;
SOLD (09323302) Gonçalo Quintela M Dionísio, da EPT;
SOLD (14911902) Filipe Alexandre M Carvalheira, da EPAM;
SOLD (08309900) Fernando Jorge S Correia, do RI13;
SOLD (14564502) Fábio Eurico C Vasconcelos, do RI13;
SOLD (04865802) Fábio Duarte P Rodrigues, do RC6;
SOLD (10289401) Daniel António C Santos, do RA5.

III — PENSÕES

Invalidez

Em conformidade com o art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 Dezembro — Estatuto de Aposentação, se publicam as pensões mensais de reforma por invalidez, que passaram a ser pagas a partir do mês de Maio de 2004, pela Caixa Geral de Depósitos, aos militares em seguida mencionados:

CADJ (36316992) Daniela Cristina Caçoete Trindade, da ETAT, €360,83;
1CAB (03964365) Marcelino Matos Botelho, do ArqGEx, €311,25;

(D.R. n.º 101 — II Série, de 29Abr04)

Em conformidade com o art. 46.º e com os n.ºs 1 e 3 do art. 16.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto de Aposentação, com a nova redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho, se publica para efeitos do que dispõe o n.º 2 do art. 73.º do mesmo diploma, que a pensão mensal de reforma por invalidez, que passou a ser paga a partir de 1 de Maio de 2004, pela Caixa Geral de Aposentações, ao militar em seguida mencionado:

SOLD (75760072) Afonso Quissimoço Mabote, da ex-PU de Moçambique, €1.029,25.

(D.R. n.º 101 — II Série, de 29Abr04)

Em conformidade com o art. 46.º e com os n.ºs 1 e 3 do art. 16.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto de Aposentação, com a nova redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho, se publica para efeitos do que dispõe o n.º 2 do art. 73.º do mesmo diploma, que a pensão mensal de reforma por invalidez, que passou a ser paga a partir de 11 de Junho de 2002, pela Caixa Geral de Aposentações, ao militar em seguida mencionado:

SOLD (61100968) Jopsé Costa Alcarva, da ex-PU de Angola, €787,59;

(Ofício n.º SAC331RF1732422 de 7Mai04 da CGA)

Deficientes das Forças Armadas

Em conformidade com o Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, se publica as pensões mensais de reforma por invalidez, que passaram a ser pagas a partir do mês de Maio de 2004, pela Caixa Geral de Depósitos, aos militares em seguida mencionados:

FUR MIL (05201363) Rui Pedro Pinto Basto da Mota Torres, do ArqGEx, €1.223,33;
SOLD (00257866) José António da Cunha Alves, do ArqGEx, €919,95;
SOLD (13286970) José Maria Relvas de Almeida, do ArqGEx, €993,96;
SOLD (00896668) Luís Matos Grilo, do ArqGEx, €975,68;
SOLD (37145561) Manuel Salgueiro André, do ArqGEx, €1.223,33.

(D.R. n.º 101 — II Série, de 29Abr04)

IV — OBITUÁRIO

2004

Abril, 27 — SOLD PENS (05745874) Serafim de Jesus Vieira dos Santos, do QG/RMN;
Maio, 1 — 1CAB PENS (04529470) José Barbosa Ferreira de Carvalho, do QG/RMN.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Luís Vasco Valença Pinto, general

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Jorge Manuel Silvério, tenente-general

PÁGINA EM BRANCO